ITAPECURU MIRIM

Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim

PÇA. GOMES DE SOUSA, 01 - CENTRO - CEP: 65485-000 - ITAPECURU MIRIM\MA

CNPJ: 05.648.696/0001-80 - Site: www.itapecurumirim.ma.gov.br

CAPA DO PROCESSO

2025.01.10.0003

Data/Hora: 10/01/2025 14:50:37

Assunto/Tipo: PROCESSO LICITATÓRIO

2025.01.10.0003

Descrição do protocolo

Recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.

PROTOCOLO: 2025.01.10.0003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Setor: SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMROG
Descrição: Recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA.
Link: https://www.aprotocolo.com.br/itapecurumirim/protocolo/11761

DATA/HORA: 10/01/2025 14:50:37

2025.01.10.0003

Expediente Interno nº 01/2025.

Itapecuru Mirim/MA, 06 de janeiro de 2025.

Ao Senhor
Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

Assunto: Solicitação de abertura de processo para recuperação de pontes de madeira no Município de Itapecuru-Mirim/MA.

Senhor Secretário

Com o objetivo de garantir a segurança e a mobilidade da população no município de Itapecuru-Mirim/MA, venho por meio deste solicitar a abertura de processo administrativo para a Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

A necessidade de intervenção se justifica devido ao avançado estado de deterioração em que se encontram as referidas pontes, que são de extrema importância para o tráfego local. As pontes comprometidas desempenham um papel fundamental no transporte de produtos agrícolas e na locomoção de moradores, sendo utilizadas diariamente por veículos e pedestres. No entanto, as condições estruturais dessas pontes vêm se agravando ao longo do tempo, resultando em sérios riscos à segurança de quem as utiliza.

Esses riscos incluem, mas não se limitam a desabamentos parciais, afundamento de madeiras e instabilidade nas estruturas, o que pode comprometer não apenas o fluxo de transporte, mas também a integridade física de motoristas e pedestres. Portanto, é imprescindível a execução de serviços de recuperação e reestruturação imediata para garantir a continuidade do tráfego e a segurança da população.

Para subsidiar a análise e execução dos serviços, **segue em anexo o DFD (Documento de Formalização de Demanda)**, o **memorial descritivo**, que detalha as condições das pontes e a **planilha orçamentária**, com as estimativas de custos para a recuperação completa das estruturas.

02

Considerando a urgência e a relevância da situação, solicito que seja dado início ao processo administrativo de acordo com os trâmites legais, para que possamos atender a essa demanda com a agilidade necessária.

Estou à disposição para fornecer informações adicionais ou qualquer outro documento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Ivanovick de Oliveira Nascimento
Responsável Técnico
Portaria 01/2025/SEMIUPATRAT

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRANSPORTE E TRÂNSITO

Fls. 03

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

Responsável Pela Demanda: Ivanovick de Oliveira Nascimento

Requisitado: Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

E-mail: secretariainfraestruturaengenh@gmail.com

1. Objeto da Contratação:

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA .

2. Justificativa da necessidade da contratação/aquisição do serviço/produto:

1 A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

2. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

3. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

4. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

5. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

6. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

7. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

3. Plano de Contratações Anual – PCA:

3.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

3.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

3.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRANSPORTE E TRÂNSITO

04

4. Quantidade do serviço/produto a ser contratada:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Estimativa Preliminar do Valor

4.1. A equipe de engenharia da prefeitura será responsável por elaborar o projeto básico para o serviço desejado, incluindo as especificações técnicas detalhadas e as planilhas orçamentárias necessárias para a execução dos serviços. Essa abordagem garante o controle total sobre o processo de planejamento, permitindo que a prefeitura adapte o projeto de acordo com as necessidades específicas de cada localidade no município.

4.2. A equipe de engenharia da prefeitura realizará visitas *"in loco"* às áreas designadas, a fim de avaliar as condições existentes e identificar as especificações e características únicas de cada localidade. Essas visitas serão fundamentais para garantir que o projeto seja adaptado às condições reais do terreno, levando em consideração questões como topografia, drenagem, acessibilidade e integração com o entorno.

5. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/entrega dos produtos:

5.1. A previsão para início dos serviços será de fevereiro de 2025.

6. Indicação de fiscais de contrato:

Função/ cargo	Nome completo	Portaria	Setor de lotação
Fiscal de Obras do Município	**Ivanovick de Oliveira Nascimento**	**01/2025-SEMIUPATRAT**	**SEMIUPATRAT**

7. Grau de Prioridade: Alto

8. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

8.1. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento.
8.2. Diante do exposto, submeto-lhe o presente documento para apreciação e autorização para que se dê os demais encaminhamentos, vindo a aprová-lo queira encaminhá-lo para autoridade competente.

Itapecuru Mirim/MA, 10 de janeiro de 2025.

Ivanovick Nascimento

Ivanovick de Oliveira Nascimento
Responsável Técnico
Portaria 01/2025/SEMIUPATRAT

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRANSPORTE E TRÂNSITO

05

DESPACHO

Ao
Ilmo. Sr.
Ivanovick de Oliveira Nascimento
Responsável Técnico e de Fiscalização das Obras do Município de Itapecuru Mirim/MA

Assunto: Abertura de processo para recuperação de pontes de madeira no Município de Itapecuru-Mirim/MA.

Prezado,

Considerando o Documento de Formalização de Demanda – DF apresentado para Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, autorizo o seguimento dos procedimentos de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Risco, referente ao objeto ora apresentado, objetivando atender as necessidades almejadas pela pretensa contratação.

Itapecuru-Mirim, 10 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo,
Paisagismo, Trânsito e Transporte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.

06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte, do município de Itapecuru Mirim/MA, para a escolha da melhor solução para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda.

1.2. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

1.3. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

1.4. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

1.5. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

1.6. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

1.7. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

1.8. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Fundamentação Legal:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Decretos municipais N° 131/2023, 133/2023, 136/2023, 138/2023.

3.2. Deverá ser observado os documentos previstos no Capítulo VI – DA HABILITAÇÃO, da lei 14.133/21, como condições gerais de habilitação.

3.3. Deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica";

b) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil-CAU/BR, da região da Sede da Empresa, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física";

c) Declaração com indicação do responsável técnico, que deve ser graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, o qual se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro no Conselho Profissional e comprovação de regularidade;

d) Comprovação de vínculo profissional da Licitante e o Responsável Técnico indicado na Declaração solicitada na alínea "d", através de Cópia da Carteira Profissional; ou Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou Contrato de Trabalho; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado a ser apresentado, desde que acompanhada de Declaração de anuência expressa pelo profissional.

d.1) Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

d.2) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

e) Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação.

e.1) Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

e.2) Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

f) Relação e Indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (art. 67, inc. III da Lei 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede;

3.4. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas,

apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

3.5. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

3.6. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dada a necessidade de garantir a manutenção e a segurança das pontes de madeira que conectam diversas localidades no município de Itapecuru Mirim, é essencial realizar um levantamento de mercado para identificar as melhores alternativas para a execução desses serviços. Este documento apresenta três opções viáveis, detalhando suas vantagens e desvantagens, de modo a orientar a escolha da estratégia mais adequada para atender às demandas locais e assegurar a integridade das infraestruturas existentes.

As alternativas analisadas incluem: a execução dos serviços pelos próprios servidores municipais, a contratação por meio de uma parceria público-privada (PPP) e a contratação de empresa especializada via licitação. Cada uma delas será discutida a seguir.

a) Realização dos Serviços pelos Próprios Servidores Municipais

Vantagens:

1. Controle Direto: A prefeitura mantém supervisão próxima de cada etapa, assegurando que os padrões de qualidade sejam rigorosamente atendidos.

2. Economia de Custos: A utilização de mão de obra interna reduz despesas com serviços terceirizados, permitindo a alocação de recursos para outras necessidades.

3. Conhecimento Local: Os servidores estão familiarizados com as particularidades das estruturas e da geografia local, possibilitando soluções mais adequadas às demandas específicas da comunidade.

Desvantagens:

1. Limitações Técnicas: Os servidores municipais podem não possuir a qualificação necessária para realizar serviços especializados, como reforços estruturais avançados.

2. Demora na Execução: A sobrecarga de trabalho ou a escassez de recursos internos pode levar a atrasos na realização dos serviços.

3. Riscos de Responsabilidade: Problemas técnicos ou falhas na execução recairiam diretamente sobre a prefeitura, gerando possíveis impactos financeiros e legais.

b) Realização dos Serviços por Parceria Público-Privada (PPP)

Vantagens:

1. Transferência de Riscos: Parte das responsabilidades é assumida pelo setor privado, reduzindo o impacto financeiro e operacional sobre a administração municipal.

2. Inovação e Eficiência: Empresas privadas podem empregar tecnologias avançadas e práticas mais eficientes na execução dos serviços.

3. Recursos Privados: A PPP possibilita acesso a financiamentos externos, viabilizando projetos de maior porte e qualidade.

Desvantagens:

1. Complexidade Contratual: A elaboração de contratos detalhados e as negociações podem prolongar o início dos serviços e aumentar os custos administrativos.

2. Alinhamento de Interesses: Há o risco de conflitos entre os interesses públicos e privados, impactando os resultados esperados.

3. Custo Inicial Elevado: Dependendo da configuração contratual, a PPP pode exigir contrapartidas financeiras significativas do município.

c) Contratação de Empresa via Licitação

Vantagens:

1. Competitividade: O processo licitatório assegura que as propostas sejam competitivas, buscando a melhor relação custo-benefício para o município.

2. Especialização Técnica: Empresas qualificadas trazem expertise e recursos técnicos avançados para a execução de serviços de manutenção.

3. Transparência e Conformidade Legal: A licitação é regida por normas claras, garantindo lisura e legalidade no processo.

Desvantagens:

1. Demora no Processo: A tramitação e possíveis contestações podem atrasar a contratação e o início dos serviços.
2. Rigidez Contratual: Após contratada, a empresa deve seguir os termos acordados, o que pode limitar a flexibilidade para ajustes durante a execução.
3. Custos Burocráticos: O processo envolve despesas administrativas adicionais, como publicação de editais e análise de propostas.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Escolha da Solução "c": Contratação de Empresa Especializada via Licitação para Serviços de Manutenção de Pontes em Estrutura de Madeira no Município de Itapecuru Mirim/MA

A solução escolhida é a opção "c", ou seja, a contratação de empresa especializada via licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira. Essa escolha é estratégica e vantajosa, atendendo de forma eficiente às necessidades do município e oferecendo benefícios significativos, que destacamos a seguir:

O processo licitatório é regulamentado e transparente, garantindo igualdade de condições para todas as empresas interessadas. Isso elimina qualquer risco de favoritismo e assegura que a seleção da empresa contratada seja baseada em critérios objetivos e técnicos, alinhados ao interesse público.

A licitação promove ampla concorrência entre as empresas, estimulando a apresentação das melhores propostas técnicas e financeiras. Essa competição aumenta as chances de o município contratar uma empresa que ofereça uma relação custo-benefício favorável, assegurando eficiência e economia no uso dos recursos públicos.

Ao adotar a licitação, a prefeitura tem a oportunidade de selecionar uma empresa especializada e experiente em serviços de manutenção de pontes de madeira. Isso garante que os trabalhos serão executados com qualidade, eficiência e dentro das especificações técnicas exigidas, assegurando a durabilidade e segurança das estruturas.

A empresa contratada estará vinculada aos prazos estabelecidos no contrato, bem como às normas legais aplicáveis. Isso proporciona maior segurança quanto ao cumprimento dos cronogramas e garante que os serviços serão realizados em conformidade com todas as regulamentações, beneficiando diretamente as comunidades que dependem das pontes para locomoção e transporte de bens.

Com a contratação, os riscos relacionados à execução dos serviços são transferidos para a empresa contratada. Questões como imprevistos técnicos ou problemas durante a execução dos trabalhos serão responsabilidade da contratada, minimizando impactos financeiros e administrativos para a prefeitura.

A manutenção das pontes é essencial para a mobilidade e segurança da população, especialmente nas áreas mais afetadas pelas chuvas. Estruturas bem conservadas reduzem riscos de acidentes e garantem o tráfego seguro, facilitando o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, e promovendo o desenvolvimento econômico local.

A contratação de empresa especializada via licitação é a solução mais adequada para atender às necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. Essa abordagem assegura transparência, competitividade, qualidade técnica e conformidade legal, promovendo a execução dos serviços com eficiência e segurança. Dessa forma, o município estará contribuindo para melhorar a infraestrutura, garantir a segurança da população e otimizar os recursos públicos disponíveis.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A equipe de engenharia da prefeitura será responsável por elaborar o projeto básico para o serviço desejado, incluindo as especificações técnicas detalhadas e as planilhas orçamentárias necessárias para a execução dos serviços. Essa abordagem garante o controle total sobre o processo de planejamento, permitindo que a prefeitura adapte o projeto de acordo com as necessidades específicas de cada localidade no município.

5.2. A equipe de engenharia da prefeitura realizará visitas *"in loco"* às áreas designadas, a fim de avaliar as condições existentes e identificar as especificações e características únicas de cada localidade. Essas visitas serão fundamentais para garantir que o projeto seja adaptado às condições reais do terreno, levando em consideração questões como topografia, drenagem, acessibilidade e integração com o entorno.

5.3. Após a elaboração do projeto básico e a realização das visitas *"in loco"*, a prefeitura de conduzirá uma licitação na modalidade concorrência para a execução dos serviços.

5.4. A licitação garantirá a seleção da empresa mais qualificada e competitiva para realizar os serviços, levando em consideração a complexidade operacional envolvida. Essas soluções proporcionam um processo estruturado e transparente, garantindo que o projeto seja realizado com eficiência, qualidade e dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. Para esta contratação, não há como fazer o parcelamento.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os resultados pretendidos para essa contratação são:

a) Contratação Eficiente e Oportuna: Garantir que a empresa seja contratada de maneira eficiente, sem atrasos desnecessários, permitindo o início oportuno e ágil da construção.

b) Escolha de uma Empresa Qualificada: Selecionar uma empresa qualificada e experiente para realizar a obra, assegurando um padrão de qualidade elevado e a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

c) Economia de Recursos: Evitar desperdícios financeiros por meio da escolha da abordagem mais econômica.

d) Transparência e Legalidade: Garantir que todo o processo seja transparente, ético e em total conformidade com a legislação e regulamentações locais, estabelecendo uma base legal sólida para a execução do contrato.

e) Início e Conclusão da Obra dentro do Prazo: Assegurar que a obra seja iniciada e concluída dentro dos prazos estipulados.

f) Qualidade da Infraestrutura: Garantir que os serviços sejam realizados com alta qualidade, proporcionando um local seguro e adequado para os munícipes.

g) Satisfação das Partes Interessadas: Assegurar a satisfação das partes interessadas, incluindo a comunidade local.

h) Sustentabilidade e Impacto Ambiental: Considerar práticas sustentáveis durante a construção, minimizando o impacto ambiental e promovendo a responsabilidade ecológica na execução da obra.

10.2. Ao alcançar esses resultados pretendidos, a contratação será bem-sucedida, proporcionando não apenas em serviço de alta qualidade, mas também estabelecendo um precedente positivo para futuros projetos e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade local.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE ÀCONTRATAÇÃO

Não há necessidade de adoção de providencias preliminares para esta contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

A manutenção de pontes de madeira envolve atividades que podem gerar impactos ambientais, especialmente quando realizadas em áreas rurais ou próximas a corpos hídricos. Para garantir a preservação do meio ambiente e minimizar os efeitos adversos, é fundamental identificar os possíveis impactos e adotar medidas mitigadoras adequadas.

1. Possíveis Impactos Ambientais:

a) Desmatamento e Supressão Vegetal:

A extração de madeira para substituição ou reparo de partes da ponte pode levar ao desmatamento em áreas de floresta.

b) Alteração de Corpos Hídricos:

A proximidade de rios ou córregos pode resultar em poluição das águas devido à liberação de resíduos, como óleos, tintas, ou fragmentos de madeira tratada.

c) Geração de Resíduos Sólidos:

Os materiais retirados durante a manutenção, como madeira danificada, pregos, parafusos, e restos de outros materiais, podem gerar resíduos sólidos inadequadamente descartados.

d) Ruídos e Poluição do Ar:

O uso de máquinas, ferramentas e transporte de materiais pode causar emissão de gases e ruídos, impactando a fauna local e a qualidade do ar.

e) Compactação do Solo:

O trânsito de veículos e maquinários pesados na área da obra pode compactar o solo, dificultando a infiltração de água e alterando a dinâmica do ecossistema local.

2. Medidas Mitigadoras:

a) Planejamento Sustentável:

Utilizar madeira proveniente de áreas de manejo sustentável certificadas, com garantia de reposição florestal, para evitar o desmatamento de áreas protegidas.

b) Proteção dos Corpos Hídricos:

- Instalar barreiras de contenção ou mantas de proteção nas proximidades de rios e córregos para

15

evitar o despejo de resíduos e materiais contaminantes na água.

- Evitar a execução de atividades diretamente sobre o leito do rio, quando possível, e optar por técnicas que minimizem a movimentação de materiais na área.

c) Gestão de Resíduos:

- Implantar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para coletar, separar e destinar corretamente os materiais descartados, priorizando a reciclagem e a reutilização.
- Acondicionar temporariamente os resíduos em locais apropriados até sua destinação final.

d) Controle de Emissões e Ruídos:

- Realizar a manutenção preventiva de máquinas e veículos para reduzir emissões de gases poluentes e ruídos excessivos.
- Restringir os horários de trabalho para minimizar os impactos sonoros na fauna local.

e) Preservação do Solo e da Vegetação:

- Delimitar áreas específicas para a movimentação de máquinas e materiais, evitando danos desnecessários ao solo e à vegetação ao redor.
- Reabilitar as áreas impactadas, promovendo o plantio de vegetação nativa após a conclusão dos serviços.

f) Capacitação da Equipe:

- Promover treinamentos sobre práticas ambientais responsáveis para todos os envolvidos na execução dos serviços, assegurando o cumprimento das medidas mitigadoras.

3. Monitoramento Ambiental:

Estabelecer um plano de monitoramento ambiental para acompanhar a implementação das medidas mitigadoras e avaliar a eficácia das ações durante e após a execução dos serviços.

Conclusão:
A adoção de medidas mitigadoras eficientes minimiza os impactos ambientais decorrentes da manutenção de pontes de madeira, garantindo a preservação do meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento sustentável no município de Itapecuru Mirim/MA. Essas ações refletem o compromisso da administração pública com a conservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.

16

13.1. Após uma análise cuidadosa das opções disponíveis para a execução dos serviços, a modalidade de concorrência eletrônica surge como uma escolha viável e estratégica para avançar com este projeto essencial, oferecendo diversos benefícios que são especialmente relevantes para esta contratação específica.

13.2. A manutenção das pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA terá um impacto significativo na infraestrutura de transporte local, especialmente nas áreas rurais e em regiões mais suscetíveis aos impactos das chuvas. Essas intervenções proporcionarão maior segurança para a circulação de veículos e pedestres, garantindo o acesso contínuo às comunidades, o escoamento da produção agrícola e o atendimento a serviços essenciais, como transporte escolar e emergências de saúde. Além disso, ao melhorar a estrutura das pontes, o município investe na durabilidade e na funcionalidade desses equipamentos públicos, o que contribui para a preservação do patrimônio público e para a redução de custos futuros com manutenções corretivas emergenciais.

13.3. A manutenção das pontes também apresenta benefícios ambientais e sociais relevantes. O uso de materiais certificados e práticas ecoeficientes no processo de manutenção contribuirá para a sustentabilidade ambiental, reduzindo o impacto ecológico das intervenções. Por sua vez, o projeto trará impactos positivos à economia local, promovendo a geração de empregos temporários e a movimentação de fornecedores locais. Além disso, as intervenções ajudarão a melhorar a qualidade de vida da população rural, assegurando a conectividade e a acessibilidade, especialmente em períodos de chuvas intensas, quando as condições das vias de acesso são mais desafiadoras.

13.4. Em conclusão, a contratação de uma empresa por meio de licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA não apenas se mostra economicamente viável, mas também reflete uma decisão ambientalmente e socialmente responsável.

13.5. Essa abordagem garante que as pontes sejam mantidas com eficiência, segurança e durabilidade, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento social e econômico da região. A manutenção dessas pontes representa mais do que uma simples intervenção em infraestrutura; trata-se de um investimento no bem-estar das comunidades locais, na sustentabilidade ambiental e no fortalecimento da infraestrutura que suporta o progresso e a qualidade de vida no município.

Itapecuru Mirim/MA, 13 de janeiro de 2025.

Elaborado por:

Ivanovick Nascimento

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS:

1.1. Riscos:

Risco 01	**Risco:**	Falha no Planejamento da Contratação
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano:	Contratação equivocada do item

Id	**Ação de tratamento Preventiva**
1	Elaboração do ETP contendo falhas nas especificações do objeto, sem precisão ou clareza, vedada as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Dedicação exclusiva da equipe de planejamento para minimizar os impactos.

Risco 02	**Risco:**	Seleção do Fornecedor
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Alto
	Dano:	Preços inexequíveis

Id	**Ação de tratamento Preventiva**
1	Realizar pesquisa preliminar de preços observando os par disposto no Art. 23 da 14.133/2021, das INs SEGES 65/2021 e 91/2022, conforme caso, como também consultar contratos do mesmo objeto celebrados anteriormente.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Suspender a eventual contratação caso o preço inexequível seja observado, apurar o sobrepreço e reaver o dano ao erário.

Risco 03	**Risco:**	Gestão e Fiscalização Contratual
	Probabilidade:	Média

	Impacto:	Alto
	Dano 1:	Não cumprimento das obrigações contratuais

Id	**Ação de tratamento Preventiva**
1	Implementando estratégias eficazes de gerenciamento de contratos, para evitar possíveis problemas e alcançar resultados positivos.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.

Risco 04		
	Risco:	Falha na Pesquisa de preço
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Alto
	Dano 1:	Danos ao erário decorrente da execução de contratos com sobre preço

Id	**Ação de tratamento Preventiva**
1	Realizar pesquisa preliminar de preços observando os par disposto no Art. 23 da 14.133/2021, das INs SEGES 65/2021 e 91/2022, conforme caso, como também consultar contratos do mesmo objeto celebrados anteriormente.
Id	**Ação de tratamento de Contingência**
1	Suspender a eventual contratação caso o preço inexequível seja observado, apurar o sobrepreço e reaver o dano ao erário

5 – ASSINATURA

Técnico Responsável:

Itapecuru Mirim/MA, 13 de janeiro de 2025.

Ivanovick Nascimento

Ivanovick de Oliveira Nascimento
Responsável Técnico
Portaria 01/2025/SEMIUPATRAT

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRANSPORTE E TRÂNSITO

19

DESPACHO

Ao
Ilmo. Sr.
Ivanovick de Oliveira Nascimento
Responsável Técnico e de Fiscalização das Obras do Município de Itapecuru Mirim/MA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

Prezado,

Tendo em vista, Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa de Gerenciamento de Riscos – MR , encaminho o processo em epígrafe, visando a Elaboração do Projeto Básico, para posterior **APROVAÇÃO**, conforme preceitos do Art. 18, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja função é definir parâmetros quanto ao objeto que será contratado pela administração para o atendimento da referida necessidade, devendo estar alinhado ao Estudo Técnico Preliminar-ETP, quando houver, objetivando atender as necessidades almejadas pela pretensa contratação.

Itapecuru Mirim/MA, 13 de janeiro de 2025.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em atendimento ao artigo 18 inciso II da Lei n.º 14.133/21, elaboramos o presente Projeto Básico, para que através de procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.**

2. OBJETO

2.1. **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.**

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

3.2. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

3.3. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

3.4. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

3.5. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

3.6. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das

normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

3.7. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES:

O processo licitatório em questão adotará a inversão de fases, conforme os benefícios amplamente reconhecidos e apresentados a seguir. Esta decisão visa aprimorar a eficiência, transparência e competitividade do processo, proporcionando resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

Primeiramente, a inversão de fases garantirá uma seleção mais eficiente das propostas, uma vez que a análise dos documentos de habilitação ocorrerá antes da fase de lances. Isso significa que as empresas que não atenderem aos requisitos mínimos serão eliminadas logo no início do processo, poupando tempo e recursos tanto para a administração pública quanto para os licitantes.

Além disso, a inversão de fases promove maior segurança jurídica ao processo, pois as empresas habilitadas estarão legalmente aptas a participar da fase de apresentação de propostas e lances. Isso reduz o risco de contestações e recursos baseados em questões de habilitação após a fase de lances, proporcionando um ambiente mais transparente e confiável para todos os envolvidos.

Outro benefício significativo é o estímulo à competitividade. Com a habilitação sendo avaliada primeiro, as empresas qualificadas estarão mais motivadas e confiantes para competir em igualdade de condições na fase de lances. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, beneficiando diretamente a qualidade e eficiência dos serviços ou fornecimento dos bens licitados.

Por fim, a inversão de fases também contribui para a celeridade do processo, evitando atrasos desnecessários na contratação do serviço ou fornecimento do bem licitado. Ao eliminar rapidamente as empresas não habilitadas, garantimos uma análise mais ágil e eficaz das propostas qualificadas, tornando todo o processo mais dinâmico e eficiente.

Dessa forma, a decisão de realizar a inversão de fases neste processo licitatório está alinhada com as melhores práticas de gestão pública, visando sempre a otimização dos recursos, a transparência nas ações e a busca por resultados que atendam às necessidades e expectativas da comunidade e da administração pública local.

4. ESPECIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO E PRAZO.

4.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as Especificações Técnicas e Prazos contidos no Projeto Arquitetônico que são parte integrante, Anexo deste Projeto Básico.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

4.2. As especificações técnicas, bem como, a qualidade dos serviços, devem obedecer fielmente às normas descritas no Memorial Descritivo (especificações técnicas), pois são condições essenciais para a realização dos serviços;

4.3. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento escrito do Membro e/ou Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA.

4.4. O objeto da contratação tem a natureza de Serviços de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma demanda recorrente e indispensável para assegurar a manutenção e a segurança especialmente em razão dos impactos climáticos que agravam as condições dessas estruturas. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa considerando a necessidade de intervenções regulares e sistemáticas para atender às demandas identificadas no Estudo Técnico Preliminar e garantir a eficiência no planejamento e na execução dos serviços.

4.6. O prazo de vigência é de 12 (Doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as regras específicas presentes na minuta do contrato.

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

II- Poderão ser subcontratadas as parcelas de menor relevância, conforme indicação do setor de engenharia do município, conforme especificaçao abaixo:

5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. Poderá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.17. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.18. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.19. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta especifica a ser indicada, com correção monetária.

4.20. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.21. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.22. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.23. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.24. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

I- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.25. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.26. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.27. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.28. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.29. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.30. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.31. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.32. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias 2depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.33. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.34. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.35. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5. PROJETO ARQUITETÔNICO.

5.1. O projeto arquitetônico, anexo I, documento principal, integram o presente Projeto Básico, e é composto pelas seguintes peças documentais:

I - ART – Anotação de Responsabilidades Técnica;

II - Especificações Técnicas;

III - Planilhas Orçamentárias (Analítica e Sintética);

IV - Cronograma Físico – Financeiro;

V - Composição de BDI

VI – Composição de Encargos Sociais;

VII – Composição de Custo Unitário;

5.2 O projeto arquitetônico deverá ser obedecido integralmente e as alterações de qualquer natureza deverão ser objeto de aprovação por parte da Secretaria Municipal, visando melhor utilização do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

6.1. Somente poderão participar deste procedimento licitatório, as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto;

6.2. As empresas deverão comprova está devidamente habilitada, mediante apresentação dos documentos de habilitação: Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação econômico financeira, Regularidades Fiscal e Trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, relacionados no art. 62 da Lei nº 14.133/21;

6.3. Não poderão participar o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista e demais vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

6.4. A empresa vencedora deverá executar os serviços, com equipe técnica, contendo profissionais habilitados para tal finalidade, sendo exigência na equipe técnica, no mínimo 01 (hum) Engenheiro Civil, sendo esses profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico, com registro no respectivo conselho. Sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de os todos os materiais, e dispor de recurso físico de equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias a execução dos serviços licitados;

6.5. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

6.5.1. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

6.5.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;

6.7. A licitante deverá apresentar uma proposta de preços, com Planilha Orçamentária que contemplem todos os itens. A proposta deverá conter as seguintes peças do Anexo I - Projeto Arquitetônico, parte integrante do Projeto Básico.

I- Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI

IV - Composição de Encargos Sociais;

V – Composição de Custo Unitário;

7. DA FISCALIZAÇÃO.

7.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

7.1.1. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

7.1.2. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.1.3. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

7.1.4. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

7.1.5. A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse uaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS.

8.1. O custo máximo estimado para execução dos serviços, definido na Planilha Orçamentária para esta contratação, somando a quantia de **R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos).**

8.2. O preço médio estimado, no parágrafo acima, foi realizado através da Tabela Oficiais do Governo:

SINAPI - 11/2024 - Maranhão

SICRO3 - 10/2024 - Maranhão

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização das obras e/ou dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dosmServiços ou no Memorial Descritivo (fls._) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, que não será transferido à Administração em razão da natureza do contrato, conforme ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão -de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Itapecuru Mirim/MA ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) em caso de denúncia devidamente comprovada contra a CONTRATADA acerca do atraso no pagamento de salários e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

d) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Itapecuru Mirim/MA ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Itapecuru Mirim/MA ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

e) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII– responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) ____ (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato), assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário uma vez que a execução dos serviços será realizada sob demanda pelo contratante.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

12.1. Será indicada a dotação orçamentária para execução desses serviços.

13. FORMA DE PAGAMENTO.

13.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964** , observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *(setor competente do órgão ou entidade licitante)* .

Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração (*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra*) de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período -base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

14. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

(a) **Advertência**;

(b) **Multa**;

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos** ;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não -aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuizo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por periodo superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

VII. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim/MA e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover - se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá

serrecomposto em **48 (quarenta e oito) horas** , sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17. INFORMAÇÕES GERAIS.

17.1. Maiores informações poderão ser adquiridas, na sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro, no período compreendido das 08h00min as 12h00min, de segunda à sexta feira.

Itapecuru Mirim/MA, 17 de janeiro de 2025.

ELABORADO POR:

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Responsável Técnico e de fiscalização das obras do Município de Itapecuru Mirim/MA

APROVADO POR:

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

CADERNO DE DISCRIMINAÇÕES TÉCNICAS DA RECUPERAÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM – MA

ITAPECURU MIRIM

JANEIRO 2025

ITAPECURU MIRIM – MA

36

1. APRESENTAÇÃO

Este documento visa apresentar um descritivo geral para os serviços atinentes a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim – MA, onde para a plena satisfação deste objeto se deve atender os requisitos constantes nas Normas, Resoluções, Deliberações, Portarias, regulamentações e legislações vigentes, sejam elas o NBR's, INMETRO ou do município, estando ainda de acordo com os procedimentos e as especificações técnicas constantes neste relatório. O executor/construtor deverá seguir as especificações dos materiais indicados e obedecer às descrições dos serviços presentes neste. Os serviços considerados contemplam o fornecimento e a instalação, no município de Itapecuru Mirim incluindo mão de obra, material e equipamentos.

gov.br Documento assinado digitalmente
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 13/01/2025 11:41:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Setor de Engenharia - SEMIUPATRAT

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Assinado de forma digital por IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Dados: 2025.01.15 16:09:52 -03'00'

IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETARIO - SEMIUPATRAT

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

32

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 2

2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO 4

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 5

4. MEMORIAL DESCRITIVO 6

4.1. LOCALIDADE E CADASTRO/LEVANTAMENTO DE ÁREA PARA INTERVENÇÃO 6

4.2. OBJETIVOS 6

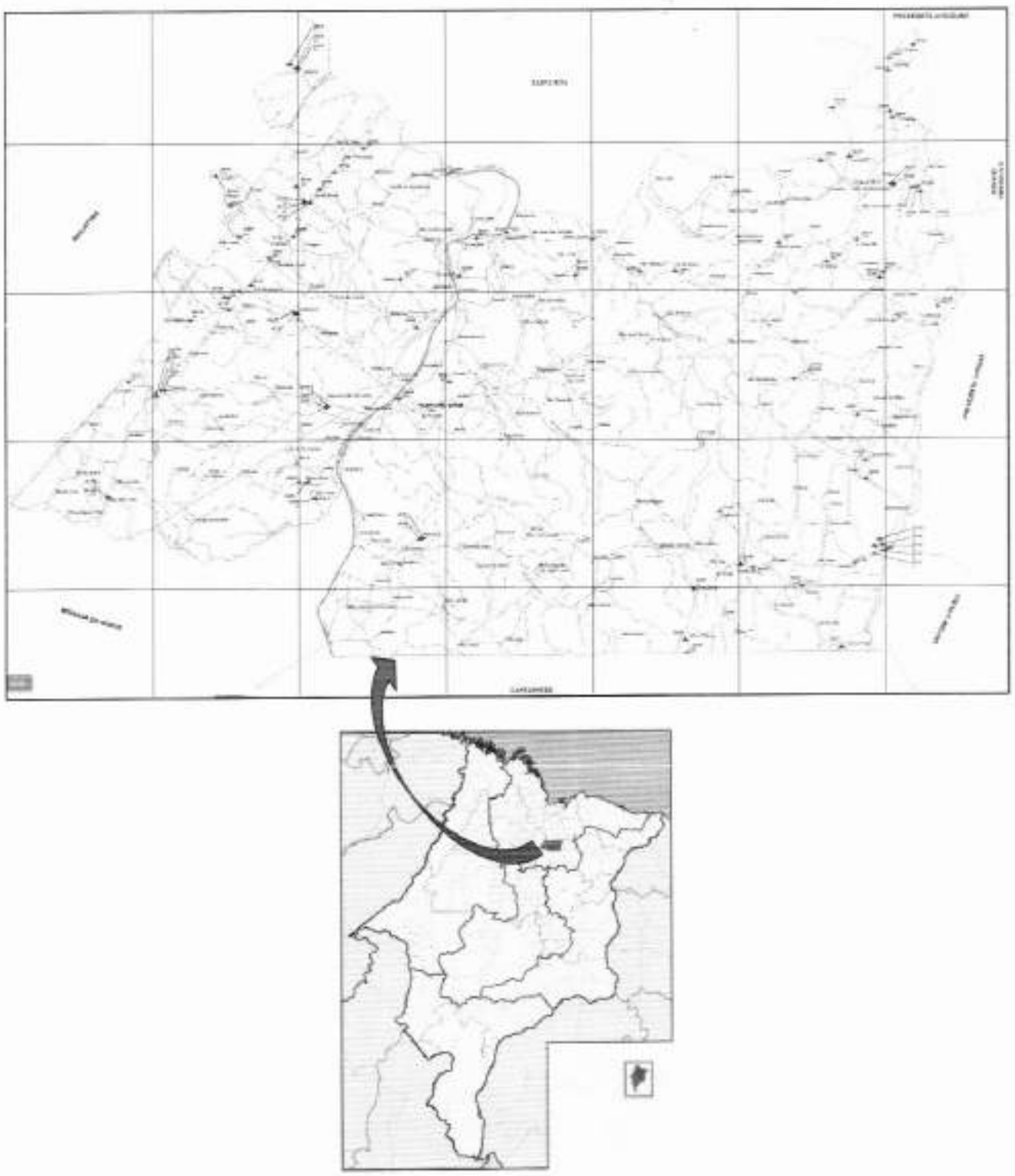
4.3. DEFINIÇÃO DAS ETAPAS E INFORMAÇÕES CONSTRUTIVAS 6

4.4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 7

4.4.1. Reparos/recuperação de ponte 7

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Rua Prof. Antônio Olívio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

39

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O município de Itapecuru se situa na região do Baixo Itapecuru que se estende-se por 407,45 km desde a cidade de Caxias até a foz, na baia de São Marcos. O desnivel total é de cerca de 50 m, atingindo uma declividade média de 14 cm/km. As menores declividades influenciam na velocidade do rio, que corre mais lentamente no seu baixo curso até o município de Itapecuru-Mirim, caracterizando-se como um rio de planicie.

A rede hidrográfica do município é composta pelo rio Itapecuru e seus afluentes os riachos: Dom Querer, São José, Forte, Leão, Frecheira, Passarinha, Mocambo, Itapecuruzinho, Picadinha, Vaca Branca, Cova, Riachão, Quebra, Jundiai, Maniva, Grande, Quebra-Coco, Ipiranga, Mata e Cantagalo.

Tendo em vista que o município ocupa uma área de 1.480,641 km², é a cidade mais importante da então Microrregião de Itapecuru Mirim e a 17ª maior cidade do estado, com população de 60.440 habitantes conforme estimativas do IBGE, tendo uma economia voltada principalmente a indústria de cerâmicas, indústria de alimentos e beneficiamento de grãos (arroz e milho) e derivados do babaçu, agricultura que se desenvolvem por toda a extensão do município cortado por riachos e presença abundante de pontes(cerca de 50 pontes municipais).

Atrelado a isto, têm-se um considerável número de povoados e quilombos situados na área rural, que são atendidos pelos serviços e equipamentos públicos, deste modo é imprescindível a garantia de infraestrutura para mobilidade e transporte interligando desde as áreas mais remotas à sede municipal.

Diante de tal cenário e mediante vistorias realizadas por equipe técnica, constatou-se que grande parte das pontes tem a necessidade de intervenção, seja por reforço ou recuperação, de modo que todas necessitam de manutenção, por isto este relatório elaborado pela Secretária Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito tem como objeto a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim - MA.

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

40

4. MEMORIAL DESCRITIVO

4.1. Localidade e cadastro/levantamento de área para intervenção

Todas as pontes se situam no município de Itapecuru Mirim - MA, trata-se de 50 pontes existentes em madeira e com as seguintes dimensões médias; comprimento de 15,00m e largura de 4,50m. Em conformidade com os levantamentos da área, da funcionalidade e as condições de aproveitamento.

Os cadastros/levantamentos foram executados segundo um plano de trabalho pré-estabelecido após visita técnica, considerando:

- Os fatores técnicos, examinando as condições de segurança e de operacionalização do estudo em questão.
- Os fatores econômicos, considerando o custo da construção, no qual se visou minimizar economicamente as frentes de serviços, sem ferir os princípios técnicos.

4.2. Objetivos

- Geral;

- Implementar um sistema de melhoramento da estrada vicinal e drenagem, oferecendo melhores condições de deslocamento para a sede do município.

- Específico

-Promover a melhoria nas condições e dos dispositivos de infraestrutura(pontes de madeira) e segurança ao tráfego do município;

-Contribuir para a manutenção do bem estar da população.

4.3. Definição das etapas e informações construtivas

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Durante a obra será feito periódica remoção de todo entulho e detritos que

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

venham a se acumular no local.

Competirá ao executor/construtor fornecer todo o ferramental, instalações provisórias, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a Fiscalização de Obras que, se necessário, buscará junto aos departamentos e divisões na Rede Física o apoio para essa definição e para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da edificação.

Este Memorial Descritivo tem a função de propiciar a perfeita compreensão do projeto e de orientar o construtor objetivando a boa execução da obra.

Os serviços deverão ser feitos rigorosamente de acordo com o projeto de execução. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma. É de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações.

4.4. Especificação técnica

4.4.1. Reparos/recuperação de ponte

Estrutura de Madeira

Visando permitir a passagem das águas de um lado ao outro do corpo estradal deverão ser construídas as

necessárias obras transversais, com o propósito de interceptar a drenagem natural, das áreas adjacentes.

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

As obras transversais subdividem-se em duas categorias: OAC - obras de arte correntes e OAE - obras de arte especiais.

Obras de arte especiais (pontes):

Estacas

Estacas em madeira com profundidade mínima de 3 m, com seção de 0,25 x 0,20 m e penetração até o ponto de nega com uso de bate estaca.

Pilares:

Em madeira com comprimento definido em planta, com seção de 0,25 x 0,20 m, conforme demonstrativo em planta.

Transversina I e II

A transversina I, montada na parte superior dos pilares servindo de apoio para os balancins, possui comprimento de 5 m com seção de 0,22x0,25m conforme detalhes em planta.

A transversina II montada na parte inferior dos pilares em fileira dupla ou pares com parafusos de 0,30 m de comprimento de 1 de diâmetro, conforme demonstrativos em planta.

Parafuso I e II

Parafuso I em aço com 0,60 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Parafuso II em aço com 0,30 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Os mesmos deverão estar acompanhados de arruelas e porcas conforme demonstrativos em planta.

Balancim I e II

Os balancins colocados sobre os pilares da linha de frente (pilares extremos), deverão possuir comprimentos de 1,50 m e seções de 0,25 x 0,20 m atrelados com parafusos de 1/2 de diâmetro e comprimentos de 0,60 conforme demonstrativo em planta.

Os balancins centrais deverão possuir comprimento de 2,2 m, com seções de 0,25 x 0,20 m, atrelados

com para parafusos de II; de diâmetro e comprimento de 0,60 m, conforme demonstrativos em planta.

Longarinas:

Deverá apresentar seu comprimento de acordo com os vãos estabelecidos seguindo as dimensões de projeto.

Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

43

Passa - Roda

Em tábuas com comprimento de acordo com os vãos apresentados e seções 0,22 x 0,08, formando uma largura de 0,90 m, com espaçamento de 0,90 m.

Tem como objetivo produzir uma superfície de rolamento dotado de suporte e coesão para proporcionar tráfego em condições de rapidez e conforto.

Guias

Peças em madeira com 20 m de comprimento e seções de 0,10 x10 m colocadas nas laterais sobre o tablado com função de proteção ao tráfego. Conforme planilha em anexo.

Tábua

Peça uniforme em madeira de lei com comprimento de 5 m de seções de 0,20 x 0,08 m colocadas no sentido vertical da ponte para formação do tablado.

Sinalização vertical:

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de advertir, indicar ou regulamentar o uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

A seleção e implantação da sinalização vertical deve obedecer aos requisitos básicos seguintes:

- Atender a uma real necessidade;
- Chamar a atenção dos usuários;
- Transmitir uma mensagem clara e simples;
- Orientar o usuário para a boa fluência e segurança de tráfego;
- Impor respeito aos usuários;
- Fornecer tempo adequado para uma ação correspondente.

Critérios de Controle

Todos os materiais utilizados na sinalização vertical devem satisfazer às exigências das especificações do Manual de Materiais para Demarcação Viária do DENATRAN.

Material

- **Chapa de aço Nº 16:** As chapas terão a superfície posterior preparada

Rua Prof. Antônio Olívio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

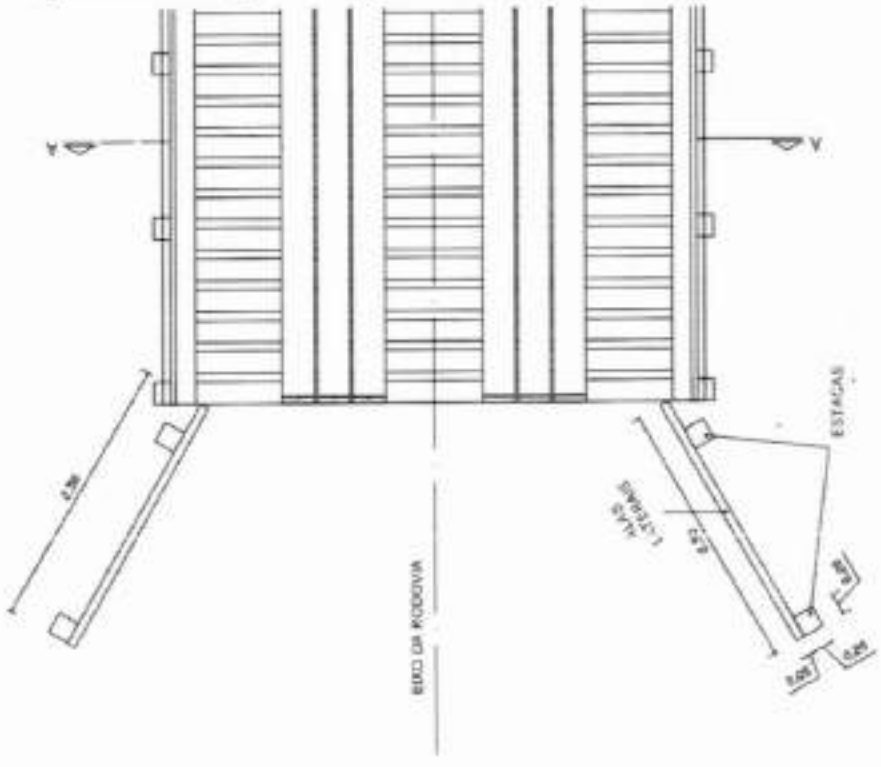
com tinta preta fosca. As chapas para placas totalmente refletivas terão a superfície que irá receber a mensagem, preparada com "primer".

- **Película:** A película refletiva deverá ser constituída de lentes esféricas inclusas em um plástico transparente e com superfície externa lisa. A película deverá ser resistente às intempéries e ter em sua face posterior um adesivo pré-aplicado, protegido por um liner removível.
- **Pintura:** A pintura deverá ser executada por um processo que garanta a durabilidade da placa por um período de no mínimo 5 anos. A pintura deverá ser executada após corte, furação e arremates; Os versos das placas devem receber uma demão de tinta esmalte sintético fosco na cor preto fosco. O acabamento da placa deve ser feito com 2 (duas) demãos de tinta esmalte sintético preto fosco, à base de resina acrílica ou poliéster, de secagem rápida ao ar.

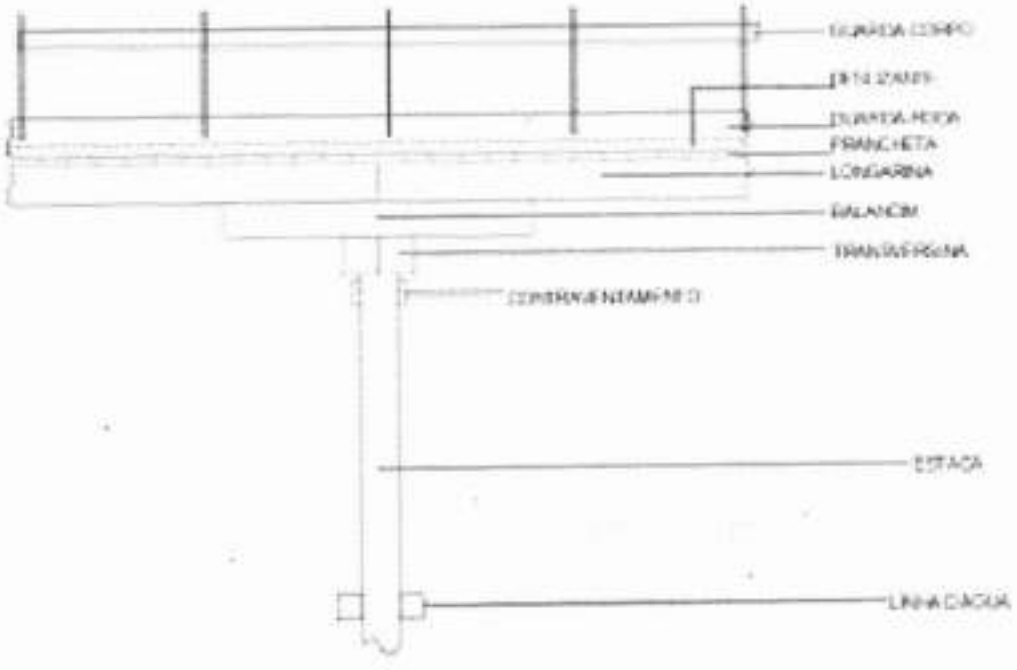
Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

45

Esquemático de ponte em planta



Esquemático de ponte em corte



Rua Prof. Antônio Olivio Rodrigues, bairro Piçarra
Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 46,10%

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição		Total	Peso (%)
1	**OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA**	**28**	**3.068.188,20**	**100,00 %**

Total sem BDI	**2.364.430,60**
Total do BDI	**703.757,60**
Total Geral	**3.068.188,20**

Documento assinado digitalmente
gov.br IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 13/01/2025 11:42:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Setor de Engenharia

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Assinado de forma digital por IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Dados: 2025.01.15 16:07:43 -03'00'

IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETARIO

ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - vale dimensão

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 66,10%

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
1	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA	100,00% 3.068.189,61	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,37% 256.807,62
Porcentagem			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,37%
Custo			255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	256.807,62
Porcentagem Acumulado			8,33%	16,66%	24,99%	33,33%	41,66%	49,99%	58,31%	66,64%	74,97%	83,3%	91,63%	100,0%
Custo Acumulado			255.580,14	511.160,28	766.740,42	1.022.320,56	1.277.900,70	1.533.480,84	1.789.060,98	2.044.641,12	2.300.221,26	2.555.801,40	2.811.381,54	3.068.189,20

gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Fiscal de Engenharia

BURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361

BURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETÁRIO



ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 66,16%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA OU MADEIRA**		**28**		**155.575,13**	**3.865.100,20**	**100,00 %**
1.1	CCV0	Próprio	Contraventamentos	m²	2,52	3.267,64	4.268,37	10.751,25	0,28 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Extensão = 42,50 m	42				0,0000000	
			espessura = 0,15 m					0,0000000	
			base = 3,05 m					0,0000000	
			Quantidade = 8 unidades	8				0,0000000	
			Volume Total					2,5200000	
1.2	CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	m³	1,8	3.267,64	4.268,37	8.826,19	0,23 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,20 m					0,0000000	
			Altura = 4,00 m					0,0000000	
			base = 0,25					0,0000000	
			4 Pilares sent. Transversal) x 2 sentido longitudinal = 8 unidades					0,0000000	
			Volume total					1,6000000	
1.3	CCV0	Próprio	Travessina (0,220,25)m	m³	1,65	3.267,64	4.268,37	7.038,91	0,23 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,22 m					0,0000000	
			comprimento = 5,00 m					0,0000000	
			base = 0,25 m					0,0000000	
			sent. Longitudinal - 3 Transversal x 2 linhas pilares = 6,00 unidades					0,0000000	
			Volume Total					1,6500000	
1.4	CCV0	Próprio	Baiaun	m³	1,32	3.267,64	4.268,37	5.631,60	0,18 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura = 0,20 m					0,0000000	
			Comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 0,25 m					0,0000000	
			Quantidade = 12 Unidades					0,0000000	
			Volume Total					1,3200000	
1.5	CCV0	Próprio	Longarinas (0,25x0,25)m	m³	3,3	3.267,64	4.268,37	14.079,02	0,46 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura =0,20 m					0,0000000	
			Comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 0,25 m					0,0000000	
			Quantidades = 6					0,0000000	
			Volume Total					3,3000000	
1.6	CCV0	Próprio	Passa Roda	m³	1,5408	3.267,64	4.268,37	6.577,75	0,22 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					0,0000000	
			comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 0,22 m					0,0000000	
			quantidade=0,3 de cada passa roda(0,22m por peça = 4 peças x passa roda = 8					0,0000000	
			Volume Total					1,5408000	
1.7	CCV0	Próprio	Guia	m³	0,22	3.267,64	4.268,37	938,60	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,10 m					0,0000000	
			comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 0,10 m					0,0000000	
			Quantidade = 2 unidades					0,0000000	
			Volume total					0,2200000	
1.8	CCV0	Próprio	Guarda Corpo	m²	0,231	3.267,64	4.268,37	985,91	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
Peça Horizontal			espessura = 0,10 m					0,0000000	
Peça Horizontal			comprimento = 11,00 m					0,0000000	
Peça Horizontal			Base = 0,10 m					0,0000000	
Peça Horizontal			Quantidade = 2					0,0000000	
Peça Horizontal			Volume total 1					0,2200000	
Peça Vertical Pontaletes			espessura = 0,10 m					0,0000000	
Peça Vertical Pontaletes			comprimento = 1,00 m					0,0000000	
Peça Vertical Pontaletes			base = 0,10 m					0,0000000	

ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 46,15%

49

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
Peça Vertical Pontaletes			Quantidade = 11					0,0000000	
Peça Vertical Pontaletes			Volume total 2					0,0110000	
1.9	CCVS	Próprio	Tábua	m²	4,4	3.287,84	4.266,31	18.772,02	0,61 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					0,0000000	
			comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 5,00 m					0,0000000	
			Volume total					4,4000000	
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	60	9,57	12,41	960,60	0,03 %
1.11	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	85	22,07	28,64	2.291,20	0,07 %
1.12	5901875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura = 1,00 m					0,0000000	
			Comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			Altura = 5,00 m					0,0000000	
			Lados = 2					0,0000000	
			Volume total	110				110,0000000	
1.13	9814358	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,62	445,50	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			volume do item 2.1 = 110,00 m3	1 1 12				0,0000000	
			Taxa = 1,25					0,0000000	
			km/ medio = 2,00					0,0000000	
			tkm total					275,0000000	
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura x Extensão	150				150,0000000	
1.15	5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,56	5,47	465,25	0,02 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			L x C x H					75,0000000	
1.16	1506095	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	52,8	447,71	580,99	30.676,27	1,00 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			L x C x H X 2 LADOS					52,8000000	
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + II - sinalização	m²	3	460,67	597,81	1.195,62	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			quantidades = 2 lados	2				2,0000000	
1.18	5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,96	143,97	287,94	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Unidades por ponte = 2 lados	2				2,0000000	

Total sem BDI	2.364.430,69
Total do BDI	703.757,51
Total Geral	3.068.188,20

gov.br

Documento assinado digitalmente
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 15/01/2025 11:43:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Setor de Engenharia

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA
SECRETARIO

50

ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 48,18%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA		28		147.778,15	2.536.197,20	100,00 %
1.1	CCVS	Próprio	Cortina/enrocamento	m³	2,52	3.287,64	4.266,37	10.751,25	0,35 %
1.2	CCVS	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	m³	1,8	3.287,64	4.266,37	6.839,19	0,22 %
1.3	CCVS	Próprio	Travessina (0,20X.25)m	m³	1,65	3.287,64	4.266,37	7.039,51	0,23 %
1.4	CCVS	Próprio	Baleia	m³	1,32	3.287,64	4.266,37	5.631,60	0,18 %
1.5	CCVS	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	m³	3,3	3.287,64	4.266,37	14.079,02	0,46 %
1.6	CCVS	Próprio	Passo Roda	m³	1,5468	3.287,64	4.266,37	6.597,75	0,22 %
1.7	CCVS	Próprio	Guia	m³	0,22	3.287,64	4.266,37	938,60	0,03 %
1.8	CCVS	Próprio	Guarda Corpo	m³	0,231	3.287,64	4.266,37	985,53	0,03 %
1.9	CCVS	Próprio	Tabua	m³	4,4	3.287,64	4.266,37	18.772,02	0,61 %
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 76 MM	UN	80	9,57	12,41	992,80	0,03 %
1.11	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	90	22,07	28,64	2.577,30	0,07 %
1.12	5501675	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - canteiro de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %
1.13	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,60	440,00	0,01 %
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
1.15	5502578	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,99	6,47	485,25	0,02 %
1.16	1506055	SICRO3	Piso argamassado com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m²	82,8	447,71	580,69	30.676,27	1,00 %
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I - II - confecção	m²	2	466,87	597,91	1.195,82	0,04 %
1.18	5210111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 6 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,95	143,97	287,94	0,01 %

Total sem BDI	2.364.430,60
Total do BDI	703.757,60
Total Geral	3.068.188,20

Documento assinado digitalmente
gov.br
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 13/03/2025 11:44:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Setor de Engenharia

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361

IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETÁRIO

ITAPECURU MIRIM

Composições Analíticas com Preço Unitário
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 46,10%

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	CCV6	Próprio	ESTRUTURA DE MADEIRA E INFRAESTRTURA - MANUTENÇÃO	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	1,0000000	3.287,64	3.287,64
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	6,7000000	28,83	193,16
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	3,3000000	23,52	77,61
Composição Auxiliar	3602	ORSE	Madeira angelin vermelho, serrada, aparelhada em dimensões e comprimentos pré-estabelecidos	Madeiramento	m³	1,0000000	3.016,87	3.016,87
				MO sem LS => 101,27	LS => 84,03		MO com LS =>	185,30
				Valor do BDI => 978,73			Valor com BDI =>	4.266,37

Composições Auxiliares

Total sem BDI	**2.364.430,60**
Total do BDI	**703.757,60**
Total Geral	**3.068.188,20**

Documento assinado digitalmente
gov.br
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 13/01/2025 13:47:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Setor de Engenharia

IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Assinado de forma digital por IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Dados: 2025.01.15 16:09:33 -05'00'

IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETARIO

ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 11/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado
Horista: 82,87%
Mensalista: 46,19%

52

Curva ABC de Serviços

Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
103605 SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - aresta e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	1.478,4	580,99	858.925,81	27,06	27,06
CCVE Próprio	Tattuí	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	123,2	4.268,37	525.816,78	17,12	43,10
CCVE Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	42,4	4.268,37	364.312,68	12,66	57,97
CCVE Próprio	Contraventamentos	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	15,96	4.268,37	981.039,06	9,91	67,79
CCVE Próprio	Travessiças (0,20X0,24)m	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	46,2	4.268,37	197.106,29	6,42	74,21
CCVE Próprio	Pilar (0,25X0,25x7,5)m	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	44,8	4.268,37	191.133,37	6,23	80,44
CCVE Próprio	Passo Tonto	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	43,3884	4.268,37	185.077,10	6,03	86,47
CCVE Próprio	Baiuca	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	36,96	4.268,37	157.695,03	5,14	91,61
0370902K SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO S/E/M CABEÇA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2.340,0	28,54	64.153,60	2,09	93,70
5501875 SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³		m³	3.080,0	12,31	37.914,80	1,24	94,94
5213417 SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + II - confecção		m²	56,0	597,81	33.477,36	1,09	96,03
0501180 SINAPI	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	2.340,0	12,41	27.795,45	0,91	96,95
20VE Próprio	Guarda Corpo	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m²	6,468	4.268,37	27.594,98	0,90	97,85
CCVE Próprio	Viuva	SOES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	5,16	4.268,37	20.283,63	0,66	98,50
5503576 SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m³	2.100,0	8,47	17.787,00	0,64	99,15
5914209 SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural		tkm	7.700,0	1,60	12.320,00	0,40	99,55
5218111 SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei trabalhada 5 x 5 cm - fornecimento e implantação		un	98,0	143,97	14.109,12	0,45	100,00
4011209 SICRO3	Regularização do subleito		m²	4.200,0	1,99	8.358,00	0,26	100,00

Total sem BDI	2.364.430,59
Total do BDI	703.757,68
Total Geral	3.068.188,26

Documento assinado digitalmente
gov.br
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 13/01/2025 11:41:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Diretor de Engenharia

JURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328010736

JURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
SECRETÁRIO

ITAPECURU MIRIM

Quadro de Composição do BDI

INFRAESTRTURA	MANUTENÇÃO DE PONTES	PROPONENTE / TOMADOR
		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM/MA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI

TIPO DE OBRA

Construção de praças urbanas, rodovias, ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI COM desoneração	BDI DES	**29,77%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, o que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública

Observações:

ITAPECURU-MIRIM/MA
Local

Documento assinado digitalmente
gov.br
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 15/01/2025 11:48:46-0300
verifique em https://validar.iti.gov.br

JANEIRO DE 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
CREA/CAU: 112980

BURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Assinado de forma digital por BURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361
Dados: 2025.01.15 18:05:12 -03'00'

54

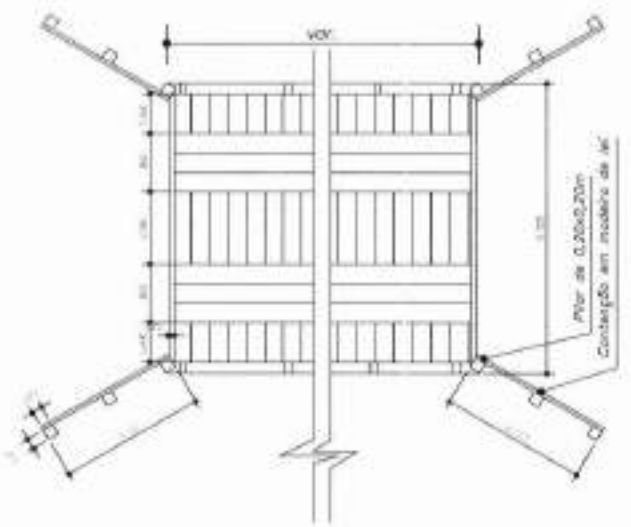
PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM

Manutenção de pontes

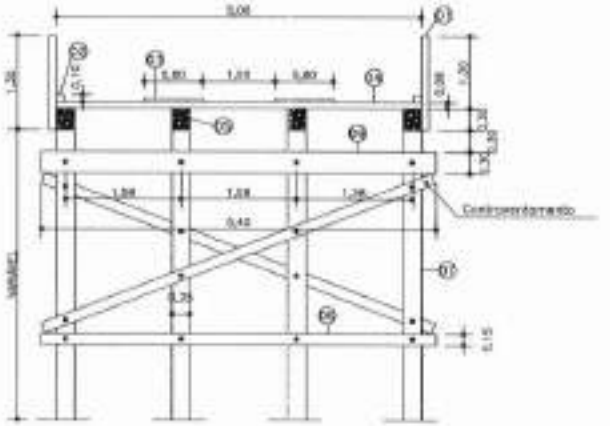
Código	Descrição	Onerado Horista	Desonerado Horista
Grupo A	-	**16,80%**	**36,80%**
A1	INSS	0,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Grupo B	-	**48,43%**	**48,43%**
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89%	17,89%
B2	Feriados	3,95%	3,95%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,85%
B4	13º Salário	11,03%	11,03%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,74%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	1,59%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,10%
B9	Férias Gozadas	12,18%	12,18%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,04%
Grupo C	-	**9,22%**	**9,22%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58%	4,58%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	1,73%	1,73%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41%	2,41%
C5	Indenização Adicional	0,39%	0,39%
Grupo D	-	**8,52%**	**18,23%**
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14%	17,62%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,41%
	Total(A+B+C+D)	**82,97%**	**112,68%**

gov.br Documento assinado digitalmente
NANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 19/01/2024 11:40:42 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

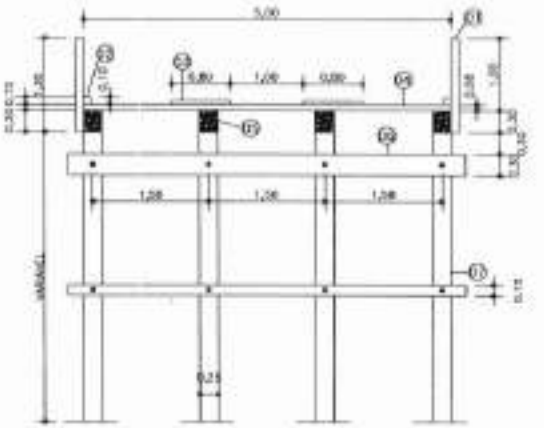
IURY GUSTAVO MENDONCA DE SOUSA:60328301361



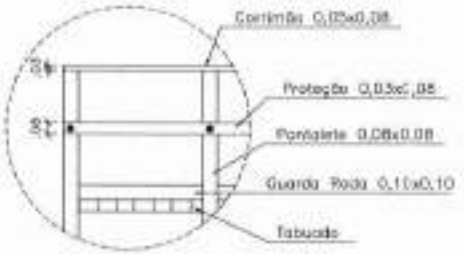
PLANTA BAIXA - PONTE DE MADEIRA - MADEIRAMENTO
ESCALA = 1:50



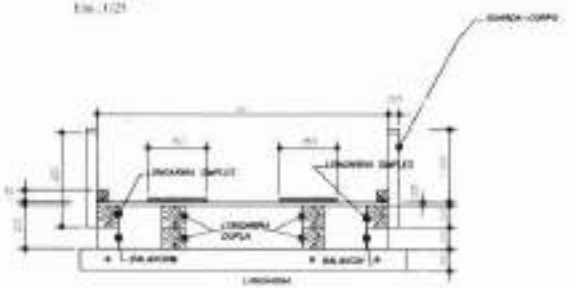
Seção Transversal - Pilares Intermediários
Esc. 1:50



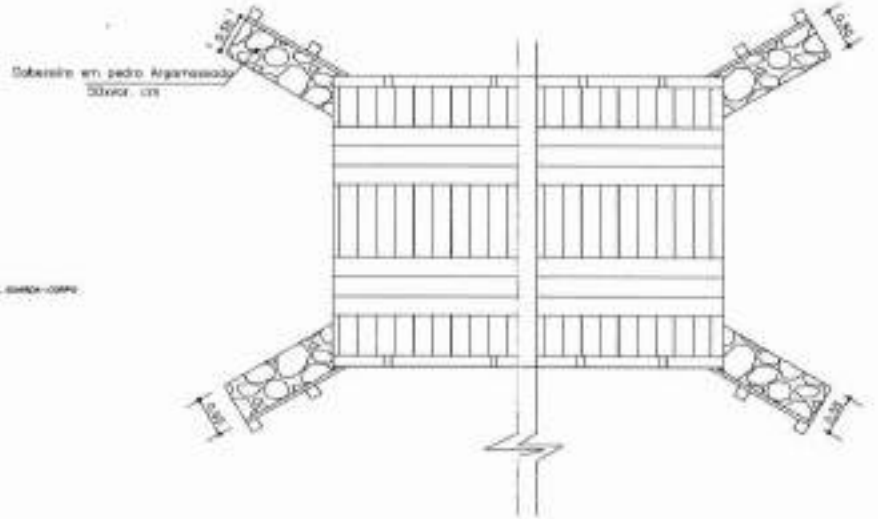
Seção Transversal - Pilares de Cabeceira
Esc. 1:50



Det. 01
Esc. 1:25



DET. 02 - PARA VÃOS MAIORES QUE 4,00m
ESCALA = 1:50



PLANTA BAIXA - PONTE DE MADEIRA - COM CABECEIRA
ESCALA = 1:50

LEGENDA

01 – GUARDA – CORPO (VER DET. 01)
02 – GUARDA – RODA 10x10 cm
03 – PASSA – RODA e=8,00 cm
04 – TABUADO e=8,00 cm
05 – LONGARINA 20x30 cm
06 – TRANSVERSINA 1 20x30 cm
07 – PILAR 20x25 cm
08 – BALANCIM 1 30x20 cm

ENDEREÇO	ITAPECURU MIRIM/MA
PROPRIETÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
AUTOR DO PROJETO	[illegible]

CONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA

PRANCHA			
01	PONTE DE MADEIRA PLANTA BAIXA, SEÇÕES TRANSVERSAIS, DETALHES		
	Janeiro/2023 DATA:	INDICADA ESCALA:	DESENHO:

ITAPECURU MIRIM

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20250866951

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL
EQUIPE - ART PRINCIPAL

1. Responsável Técnico

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**
RNP: **1114791717**
Registro: **1114791717MA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim ? MA**
CPF/CNPJ: **05.648.696/0001-80**
RUA Prc Gomes de Sousa
Nº: **S/N**
Complemento:
Bairro: **centro**
Cidade: **ITAPECURU MIRIM**
UF: **MA**
CEP: **65485000**

Contrato: **001**
Celebrado em: **01/01/2025**
Valor: **R$ 5.000,00**
Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA Prc Gomes de Sousa
Nº: **S/N**
Complemento:
Bairro: **centro**
Cidade: **ITAPECURU MIRIM**
UF: **MA**
CEP: **65485000**
Data de Início: **01/01/2025**
Previsão de Término: **31/01/2025**
Coordenadas Geográficas: **-3.392069, -44.357819**
Finalidade: **Infraestrutura**
Código: **Não Especificado**
Proprietário: **Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim ? MA**
CPF/CNPJ: **05.648.696/0001-80**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
4 - Concepção		
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	16.80	m³
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.4 - DE REPARO DE ESTRUTURAS EM MADEIRA	16.80	m³
14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	1.00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projeto e orçamento para execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim ? MA

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n 5296/2004 e 9451/2018.

7. Entidade de Classe

Documento assinado digitalmente
gov.br
IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Data: 20/01/2025 15:04:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

UEMA -UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

IVANOVICK DE OLIVEIRA NASCIMENTO - CPF: 067.124.733-20

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim ? MA - CNPJ: 05.648.696/0001-80

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 103,03** Registrada em: **17/01/2025** Valor pago: **R$ 103,03** Nosso Número: **8306036784**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave: 8dZk2
Impresso em: 20/01/2025 às 14:59:56 por : ip: 177.47.56.48

PORTARIA Nº 01/2025/SEMIUPATRAT

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO E DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DO MUNÍCIPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

O Secretário municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito, o Sr. Iury Gustavo Mendonça de Sousa, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 01/2025

RESOLVE

Artigo 1º - Designar o Servidor **Ivanovick De Oliveira Nascimento**, inscrito no CPF sob o nº ***.124.733-**, nomeado Assessor nesta Secretaria, conforme portaria nº 25/2025, para exercer a função de Responsável técnico e de fiscalização das obras do Município de Itapecuru Mirim

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

Iury gustavo Mendonça de Sousa
Secretario Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.699.993-** em 15/01/2025 20:17:27 - IP com nº: 10.0.0.183
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=986

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA** para exercer o cargo de Secretário de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 5/2025

PORTARIA Nº 05/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o **Sr. RAFAEL BORGES SILVA MENDES** para exercer o cargo de Secretário de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 6/2025

PORTARIA Nº 06/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear a Sra. **MICHELE MIRIAM DUARTE COSTA** para exercer o cargo de Secretária de Política para as Mulheres do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 7/2025

PORTARIA Nº 07/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

Assinado eletronicamente por: Jarlason Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecuru.mirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=865

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO 1/2025

P O R T A R I A Nº 01/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **JOSÉ LUIZ MARANHÃO CHAVES JÚNIOR** para exercer o cargo de Secretário de Governo do Município de Itapecuru-Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 2/2025

PORTARIA Nº 02/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETARIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **ALLYSON FERREIRA PEREIRA** para exercer o cargo de Secretário de Administração, Patrimônio e Recursos Humanos do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 02 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 3/2025

PORTARIA Nº 03/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPA DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º. - Nomear o Sr. **ALLYSON FERREIRA PEREIRA** para exercer o cargo de Secretário de Receita, Orçamento e Gestão do Município de Itapecuru-Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 4/2025

PORTARIA Nº 04/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO(A) SECRETÁRIO(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRANSPORTE E TRÂNSITO E DÁ

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.193
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?io=965

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - DESIGNAR: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES**, para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – **IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO**

II – **LINDA MELO FRANÇA FONTELES**

III - **RODRIGO DE ALMEIDA ABREU**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 21/2025

PORTARIA Nº 21/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. **BRUNO DINIZ COSTA** para exercer o cargo Superintendente Financeiro da secretaria de Receita, Orçamento e Gestão do Município de Itapecuru -Mirim/MA.
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 1/2025

DECRETO MUNICIPAL 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

"Dispõe sobre a desconcentração administrativa no âmbito do Poder Executivo do município de Itapecuru Mirim, da delegação de competência ao ordenador de despesa e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgânica do Município (LOM)
CONSIDERANDO o conceito legal de ordenador de despesas à luz do § 1º do art. 80 do Decreto -Lei n. 200/67, que diz: *"O ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda "*;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a desconcentração e a descentralização da Administração Direta e Indireta e dos Fundos

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.183
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

municipais quanto à ordenação de despesas;

CONSIDERANDO a vigência da Lei Municipal 1401, de 19 de dezembro de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder executivo do Município de Itapecuru Mirim

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas a descentralização, a ordenação e a disciplina dos atos administrativos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e dos atos relativos as subvenções, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade, no âmbito da administração pública direta e quando instituída a indireta e fundacional do Município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão.

Art. 2º A delegação de competência para ordenar despesas, no âmbito da Administração Direta e dos Fundos Municipais será privativa do Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de cada Secretaria Municipal prevista na estrutura administrativa do Município de Itapecuru Mirim, nos seguintes termos:

§ 1º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o (a) Secretário(a) de Saúde serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde - FMS, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos;

§ 2º O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Educação serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 3º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretária(a) de Assistência Social serão os ordenadores de despesa da Secretaria de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, Fundos Municipais de Pessoa Idosa e do Fundo Criança e Adolescente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos;

§ 4º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário(a) de Meio Ambiente serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos;

§ 5º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Política para a Mulher serão os ordenadores de despesas da Secretaria de política para a Mulher, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 6º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o(a) Secretário(a) de Promoção da Igualdade Racial serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 7º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com o Secretário de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo serão os ordenadores de despesas da o Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e dos Fundos Municipais do Esporte e de investimento da cultura, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos;

§ 8º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com (a) Superintendente Financeiro(a), da Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão serão os ordenadores de despesas das Secretarias de Receita, Orçamento e Gestão; Secretaria de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio; Secretaria de Governo; Procuradoria Geral e Controladoria Interna, bem como Fundo de Defesa dos Direitos Difuso e Coletivo, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos dessas áreas.

§ 9º. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte e do Fundo Municipal de transporte e trânsito, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

§ 10. O Secretário Municipal de Receita, Orçamento e Gestão em conjunto com Secretário(a) de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, pesca e produção serão os ordenadores de despesas da Secretaria de Secretaria de Agricultura familiar, abastecimento, indústria, comércio, Pesca e Produção e do Fundo Municipal Segurança alimentar e nutricional, bem como todos os programas que envolvam dispêndio de recursos.

Art. 3º Os ordenadores, de que trata o artigo anterior, são competentes para:

I - Autorizar a deflagração de certames licitatórios, dispensas e inexigibilidades, assim como ratificar quando for o caso ou homologar seus resultados, revogar ou anular as licitações;
II - Referendar atos, assinar contratos, convênios e instrumentos similares, bem como aditamentos, diárias, distratos e rescisões, bem como designar formalmente servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, emitir ordem de serviço, paralisação e reinício da execução do contrato;
III - Reconhecer dívidas, gerir bens móveis e imóveis, direitos e créditos orçamentários necessários ao cumprimento da missão institucional da Prefeitura Municipal;
IV - Emitir documentos de empenho, liquidação e pagamentos de despesas;
V- Concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município, bem como remanejamento de verbas, ficando determinado à Secretaria de Fazenda cumprir o ordenado e pagar o autorizado;
VI - Acompanhar e fiscalizar os processos licitatórios para aquisição de bens e serviços de sua respectiva Secretaria Municipal;
VII - Acompanhar a gestão e execução dos contratos administrativos firmados e relacionados a sua respectiva Secretaria Municipal, bem como prestar contas dos recursos recebidos;
VIII - Cumprir e realizar todos os atos administrativos previstos nos artigos 58 a 70 da Lei nº. 4.320/64, inclusive o dever de prestar contas aos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único - As normas e procedimentos para a concessão e a aplicação de suprimento de fundos, no âmbito da administração pública municipal direta será regulamentada em ato em específico.

Art. 4º Os Ordenadores de despesas serão responsáveis pela autorização do procedimento administrativo das despesas, não podendo delegar essa função a outro servidor, respondendo, em todo caso, administrativamente, civil e penalmente, pelo mal versação do erário.

Assinado eletronicamente por: Jarlissen Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com nº: 10.0.0.183
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

§1°. Para fins do disposto neste artigo, entende-se como ordenador de despesa toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem autorização de despesa, reconhecimento de dívida, emissão de empenho, autorização de pagamento, concessão de adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos do Município.

§2°. A competência de que trata o "caput" deste artigo se estenderá aos substitutos legais, enquanto durar os impedimentos dos titulares em razão de férias, licença médica e outros afastamentos que a lei estabelecer, bem assim no caso de ausência da sede do Muni cipio por motivo de missão oficial.

Art. 5° É vedado ao ordenador de despesa autorizar a execução de despesa sem expressa comprovação de suficiente disponibilidade de recursos orçamentários para atender o requisitado.

§1° - Caberá ao Departamento de Contabilidade, relacionado a Secretaria Municipal da Receita e Orçamento e Gestão, conferir e informar se há ou não disponibilidade orçamentária para tramitação inicial de processos administrativos que gere despesas públicas e subsequentemente a emissão das notas de empenho.

§2° - Após a autorização de abertura do processo de contratação pelo Secretário da pasta, havendo disponibilidade orçamentária devidamente atestada pelo departamento de contabilidade, o processo deve ser encaminhado ao Secretário de Receita, Orçamento e Gestão para ratificação de abertura, de forma a contemplar a disponibilidade financeira.

Art. 6° A Superintendência Financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Receita e Orçamento e Gestão, centralizará as operações financeiras de todos os pagamentos autorizados pelos ordenadores de despesas, nos termos do art. 65 da Lei 4.320/64, funciona ndo como uma tesouraria, não se confundindo com ordenador de despesas, na forma do art. 65 da Lei n°. 4.320/64, estando devidamente instituído na forma do presente decreto, exceto na hipótese prevista no §8° do art. 2° deste decreto.

Parágrafo único. A ordem de pagamento será assinada pelo Superintendente Financeiro do município em conjunto com o respectivo Secretário de Receita, Orçamento e Gestão.

Art. 7° Deverá as Instituições bancárias credenciadas realizar o cadastro imediato dos respectivos ordenadores de despesas e superintendente financeiro, permitindo o livre acesso as respectivas contas bancárias.

Art. 8° Fica estabelecido que o Prefeito Municipal não ordena despesas e nem efetua quaisquer pagamentos do município de Itapecuru Mirim e respectivos fundos.

Parágrafo único - Ressalvado os casos especiais, em que não for possível que os ordenadores de despesas firmem convênios de transferências voluntárias com outro ente federado, situação em que o Prefeito Municipal funcionará excepcionalmente como ord enador de despesas e efetuará os pagamentos.

Art. 9° Os ordenadores de despesas autorizados por este Decreto, se submetem a observar as normas e diretrizes contidas nas leis federais n°s. 4.320/64, 14.133/21, bem como nas demais normas legais que regem a matéria.

Art. 10 A Controladoria Geral do Município exercerá a missão de acompanhamento e monitoramento dos atos praticados pelos administrativos públicos municipais, visando o controle dos atos praticados pelos ordenadores de despesas, visando o fiel cum primento deste Decreto.

Art.11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos retroativos a 1° de janeiro de 2025, revogando disposição em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE GOVERNO
- DECRETOS MUNICIPAIS - DECRETO: 2/2025

DECRETO Nº 02, de 03 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos civis efetivos e/ou estáveis ativos, no âmbito da administração pública municipal, rescisão de todos os contratos temporários e a convocação de todos os servidores cedidos e/ou disponibilizados para outros órgãos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, inc. VI e XIX, da Lei Orgânica do Município (LOM)
CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais dos Servidores Públicos Municipais titulares de cargo público de provimento efetivo e/ou estáveis ativos, e que para esse fim se faz necessário a identificação do servidor, perfil funcional, de sua lotação, de seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para a Prefeitura;
CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade das informações como instrumento de gestão de recursos huma nos;
CONSIDERANDO, ainda e necessários da organização do quadro de servidores da administração municipal.

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 13:45:21 - IP com n°: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

63

Ofício nº 003/2025 – SEMIUPATRAT.

Itapecuru Mirim (MA) 17 de janeiro de 2025.

Ao Senhor Secretário
Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

Assunto: Encaminho Projeto Básico referente manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

Prezado Secretário,

Sirvo-me do presente para encaminhar e dar ciência a Vossa Senhoria, também Ordenador de Despesas desta Secretaria, Projeto Básico para realização de contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA..

Os documentos a seguir relacionados são partes integrantes do Projeto Básico e constam em anexo: Projeto Arquitetônico (ART, Apresentação do Projeto, Especificações Técnicas, Cronograma Físico–Financeiro, Composição de BDI, Composição de Encargos Sociais, Composição de Curva ABC, Composição de Custo Unitário, e Memória de Cálculo). Os documentos acima citados são indispensáveis à realização do procedimento licitatório no seguimento de Serviços e Obras de Engenharia.

O Projeto Básico segue com seus anexos, sendo peça principal e fundamental para que a Comissão de Licitação possa iniciar seus trabalhos.

Atenciosamente, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

69

DESPACHO

Ao
Departamento de Contabilidade do Município de Itapecuru Mirim/MA.
Sr. Sérgio Murilo Cruz de Oliveira Filho

Considerando a necessidade justificada de se realizar procedimento licitatório, visando a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, solicitamos informações de disponibilidade orçamentária para realização de deste objeto, e, para tanto, justificamos abaixo, conforme segue:

O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

65

Assim, ENCAMINHAMOS o presente processo com Projeto Básico, em anexo, presente neste o orçamento detalhado em planilhas que expressam a composição de todos os seus custos unitários, e solicitamos ao Departamento de Contabilidade deste Município para que indique os recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, conforme valor orçado de R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos)

Esta solicitação fundamenta-se nos Art. 6, § 2º, XXIII; "i" da Lei nº 14.133/2021 e art. 16, da LRF.

Logo após, devolva-se os autos a este Órgão, para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

Itapecuru-Mirim/MA, 17 de janeiro de 2025

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

66

Ao

Ilmo. Sr. Allyson Ferreira Pereira

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Iury Gustavo Mendonça de Sousa

Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo

Trânsito e Transporte

Prezado Senhores,

Estamos através da presente comunicação, informando à V.S. ª., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública, o saldo existente, apurado nesta data, pela divisão de contabilidade da verba orçamentária abaixo destacada:

Órgão:	**02**	**PODER EXECUTIVO**
Unidade:	**06**	**SEC. MUN. DE INFRA. URB.PAISAG.TRANSP.TRANS**
Projeto Atividade:	**26.782.0042.1012.000**	**CONSTR. AMPL. RECUP. ESTRA. VICI. PONT.BUER. DRENA.**
Elemento de Despesa:	**4.4.90.51.000**	**OBRAS E INSTALAÇÕES**
Fonte de Recurso:	**1.500.00.00**	**Recursos não vinculados de impostos**
Fonte de Recurso:	**1.700.00.00**	**Outras transferências da União**

Atenciosamente,

Itapecuru-Mirim/MA, 20 de janeiro de 2025.

Sérgio Murilo Cruz de Oliveira Filho
Sérgio Murilo Cruz de Oliveira Filho
Contador Geral
CRC 1463

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

DESPACHO

Ao Setor de Licitação
Sra. Jainne Lopes Magalhães
Agente de Contratação

Assunto: Solicitação de Definição da Modalidade Licitatória

Considerando a necessidade de dar início ao processo licitatório referente ao Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, solicitamos ao setor de licitação que, em conformidade com a legislação pertinente, em especial a Lei nº 14.133/2021, defina e informe qual a modalidade licitatória a ser adotada para a realização do referido processo, levando em consideração o valor estimado e as características do objeto.

Na condição de ente público todos os processos de contratações e realizações de despesas relativas às atividades do Município de Itapecuru Mirim/MA, devem ser praticados estritamente sob a égide do regime do Direito Público, em que se aplica em especial a Lei 14.133/2021, LC 123/06, a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas específicas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle interno e externo.

Na qualidade de ordenadores de despesas, declaramos, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa especificada pelo objeto acima tem adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Fico à disposição para eventuais esclarecimentos e agradecemos a colaboração.

Atenciosamente,

Itapecuru-Mirim/MA, 20 de janeiro de 2025.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

68

DESPACHO

Ao Senhor Secretário
Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

ASSUNTO: Intenção de Modalidade Licitatória

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Definição de Procedimento a ser adotado. Modalidade de Licitação. Pregão Eletrônico.

REFERENTE: **PROC. ADMIN: 2025.01.10.0003.**

CONSIDERANDO as atribuições que me foram conferidas a legislação municipal vigente, e a Portaria **nº 020/2025**;

CONSIDERANDO que chegaram a esta Comissão autos do **Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003**, que tem por finalidade o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

CONSIDERANDO que fora definido de forma clara e conclusiva o objeto e quantitativo a ser licitado, conforme Projeto Básico, em anexo nos autos;

CONSIDERANDO que o Projeto Básico já compreende requisitos exigidos na legislação vigente, ao que concerne a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos;

Segue relatório abaixo:

1. O Setor de Licitações, por meio de seu Agente de Contratação, da Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, declara para os devidos fins de fatos e de direito, ter ciência do disposto no art. 6°, XVIII, que diz:

> "[...]
>
> XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:
>
> a) menor preço;
>
> b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
>
> c) técnica e preço;
>
> d) maior retorno econômico;
>
> e) maior desconto;

3. Assim sendo, este ente federado, no Processo nº 2025.01.10.0003, utilizará a **modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica**, facilitando o processo de contratação com o poder público por conferir celeridade e desburocratização ao procedimento licitatório, bem como sem perder a qualidade nas propostas, uma vez que a competitividade

nesta modalidade de licitação possui como uma grande característica. Sendo assim, a tecnologia da informação contemporânea trouxe a evolução ao procedimento licitatório por meio da concorrência eletrônico.

4. A modalidade de licitação Concorrência, em sua forma eletrônica, trouxe notáveis melhorias para o processo de contratação da administração pública, tornando-o muito mais dinâmico e aplicando com de forma mais sistemática alguns dos princípios norteadores da administração pública, tais como economicidade, celeridade, eficiência, celeridade, dentre outros.

5. Ressalte-se que uma característica muito peculiar dessa modalidade que a diferencia das demais é a grande economicidade proporcionada pelo longo alcance de fornecedores e prestadores de serviços, aumentando desta forma a competitividade, e ao mesmo tempo movimenta de forma significativa a economia do país, e pôr fim vá-se ao encontro da proposta mais vantajosa para administração pública, que por vezes não se trata apenas de encontrar o menor preço para o objeto licitado, mas sim melhor atendimento as necessidades da administração.

6. Outra importante vantagem e peculiaridade da Concorrência Eletrônica estão na possibilidade de os participantes não estarem presentes fisicamente, bastando que estes tenham acesso à internet e ao sistema de compras utilizado pelo órgão licitante, o que acaba diminuindo o custo que os participantes teriam para se locomover até a sede onde se realizaria o certame.

7. Por todo o exposto supracitado, a modalidade licitatória Concorrência em sua forma eletrônica é sem dúvida a mais célere e econômica modalidade de licitação que possui até a presente data está disponível para Administração Pública, contribuindo demasiadamente para uma desburocratização do sistema e guardando uma relação intrínseca com o princípio da eficiência, constitucionalmente previsto.

8. Considerando ainda o disposto no art. 18, da Lei nº 14.133/2021, ao dispor que:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

9. Ainda sobre o procedimento a ser para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Por todo o exposto, decidiu-se;

Empregar no presente Processo Administrativo de contratação, **Licitação de Modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica,**

É neste diapasão que autuo o presente processo licitatório da seguinte forma:

- **Concorrência Eletrônica.**
- **Proc. Admin. Nº 2025.01.10.0003.**

É neste entendimento que versa a Agente de Contratação municipal juntamente com sua equipe de apoio sobre tipo de procedimento e modalidade a ser empregado na contratação pretendida, desta forma dar-se prosseguimento ao Processo Administrativo com a finalidade anteriormente descrita.

Em razão disso, este despacho está sendo devolvido ao Sr. Secretário para ciência e prosseguimento conforme as diretrizes aqui estabelecidas.

Aproveitando o ensejo para anexar a **PORTARIA**, a qual nomeia a Agente de Contratação das Licitações na sua modalidade Concorrência Eletrônica do Município de Itapecuru-Mirim/MA.

Itapecuru-Mirim/MA, em 20 de janeiro de 2025.

Jainne Lopes Magalhães
Agente de contratação
Matricula: 7529-1

SEC. MUN. DE GOVERNO
- PORTARIAS - NOMEAÇÃO: 20/2025

P O R T A R I A 20/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, INSTITUI A EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM, ESTADO DO MARANHÃO , no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 55, da Lei Orgânica do Município (LOM)

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva **JAÍNNE LOPES MAGALHÃES** , para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º - Ficam designados para comporem a Equipe de Apoio os seguintes servidores:

I – **IANE MARIA PINHEIRO RIBEIRO**

II – **LINDA MELO FRANÇA FONTELES**

III - **RODRIGO DE ALMEIDA ABREU**

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 02 de janeiro de 2025. Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIAPAL DE ITAPECURU MIRIM – MA, EM 03 D E J A N E I R O D E 2025

LUÍS FILLIPE TORRES FILGUEIRA
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 03/01/2025 10:14:02 - IP com nº: 10.0.0.163
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=965

PREFEITURA DE
ITAPECURU MIRIM
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, PAISAGISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE

72

DESPACHO

À
Procuradoria Geral do Município.
Dr. Luis Fernando Xavier Guilhon Filho
Procurador Geral do Município

Assunto: Parecer Jurídico referente ao presente Processo Admnistrativo nº 2025.01.10.0003.

CONSIDERANDO a necessidade justificada de se realizar procedimento licitatório, visando o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, De acordo com condições, especificações e quantidades constantes no Projeto Básico, que ao presente anexamos para a devida apreciação;

CONSIDERANDO que a Minuta do Edital e Contrato referente ao Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003, foi elaborada de acordo com condições, especificações e quantidades constantes no Projeto Básico, Estudo Técnico Preliminar, análise de riscos e com os preceitos legais;

ENCAMINHA-SE a presente Minuta para a devida apreciação, ao ensejo, dessa Procuradoria apresentar PARECER a respeito da regularidade processual apresentada e da Minuta de Edital do processo de Concorrência Eletrônica e seus ANEXOS.

Logo após, se houver a necessidade de alterações e/ou adaptações devolva-se os autos a este Órgão, para que sejam tomadas as medidas pertinentes, e caso parecer seja aprovando o procedimento, peço que tal processo seja encaminhado para a Controladoria Interna do Município para emissão do parecer deste órgão.

Após a análise jurídica, o processo deverá ser autuado em conformidade com as normas aplicáveis.

Atenciosamente,

Itapecuru-Mirim/MA, 21 de janeiro de 2025.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003 LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA DISPUTA.	
MODALIDADE	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2025
BASE LEGAL	Lei Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13 e do Decreto Municipal Nº 016/2023.
OBJETO	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço global
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	https://www.licitaitapecurumirimma.com.br
DATA E HORÁRIO DE SESSÃO PÚBLICA:	XX de XXX de XXX. XXhXX
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e cito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, localizado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) ou através do e-mail: licitacaoitapecurumirim@gmail.com, no Portal da Transparência do Município e também através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA).

ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no CAPÍTULO II-B, DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, além do TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ambas previstas na lei 14.133/21, que poderão acarretar na aplicação das penalidades previstas nos referidos regramentos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

MINUTA DO EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através da Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão, por intermédio da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 20/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13, dos Decretos municipais Nº 131/2023, 133/2023, 136/2023, 138/2023, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realização de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço global, sob regime de Empreitada por preço unitário, objetivando o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitaitapecurumirimma.com.br . O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: verificar a regularidade formal e material do edital e seus anexos, representando à autoridade superior a presença de qualquer indício de irregularidade; analisar solicitações de esclarecimentos; julgar as propostas apresentadas e verificar os documentos de habilitação; corrigir possíveis irregularidades por meio de decisão devidamente fundamentada; declarar o vencedor do certame; decidir pedido de reconsideração e recurso; orientar as atividades da equipe de apoio, dando todo suporte gerencial aos seus integrantes e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável para propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Concorrência Eletrônica tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Projeto Básico (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2. O valor máximo total objeto desta licitação é de R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos), conforme os lotes abaixo especificados:

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema portal de compras do município de Itapecuru Mirim/MA www.licitaitapecurumirimma.com.br e o descritivo do objeto do Projeto Básico deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Projeto Básico.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas para esta contratação correrão com a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – XXXXXXXXXXXXXXX
Unidade: 06 –. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
Projeto Atividade: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Elemento de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fonte de Recurso: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fonte de Recurso: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do município de Itapecuru Mirim/MA (www.licitaitapecurumirimma.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.4. Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil; por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e realizar o cadastro da proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no campo específico deste Edital.

4.3.1. Como condição de pré habilitação, as participantes deverão apresentar garantia de proposta não superior a 1%, do valor estimado para esta contratação.

4.3.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.3.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

4.3.4. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.9.1. A licitação será realizada com inversão das fases de habilitação e lances, conforme disposto no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.9.2. Na primeira fase, os licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação, que será analisada pela agente de contratação.

4.9.3. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem a todos os requisitos exigidos no edital.

4.9.4. Na segunda fase, os licitantes habilitados apresentarão seus lances, em sessão pública.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas readequadas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

5.2. Ao final da disputa, será solicitada a proposta atualizada com os seguintes documentos:

I - Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI;

IV - Composição de Encargos Sociais;

V - Composição de Custo Unitário;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, FASE DE HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a agente de contratação e os licitantes.

6.4. Será realizada a inversão de fases, onde a fase de habilitação antecederá a fase de propostas.

6.4.1. Serão analisados os documentos de habilitação de todos os participantes e serão de inicio inabilitadas, aquelas que apresentarem propostas, valores ou qualquer forma que antecipe o valor cadastrado na proposta e que fruste o caráter competitivo do certame. Dentre os documentos enviados antecipadamente, fica restrito aos documentos de habilitação, presentes no item 8 deste edital.

6.4.2. Após análise dos documentos de habilitação e divulgação do resultado do julgamento, estará aberto o prazo de intenção de recorrer desta fase, que deverá ocorrer de forma imediata, sob pena de preclusão desse direito.

6.4.3. Será divulgada no próprio chat, com antecedência de 24 horas as datas de divulgação do julgamento de habilitação e de continuidade para inicio da fase de lances, dentre aqueles que forem declarados habilitados para o certame.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global cadastrado.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com a agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

6.19 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como

das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. A agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado a agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, a agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.1. e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I. Contiver vícios insanáveis;
II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

7.8.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência a agente de contratação, que comprove:

I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital quando solicitada após a fase de proposta.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. A verificação pela agente de contratação, em sitios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Após a abertura da sessão pública, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a agente de contratação auxiliada pela equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sitio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.28.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.28.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.28. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.28.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.28.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor emitida em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da sessão pública. Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.32. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.33. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.34. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.35. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.36. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.36.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.36.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.36.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.37. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.39. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.40. Deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica";

b) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil– CAU/BR, da região da Sede da Empresa, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física";

c) Declaração com indicação do responsável técnico, que deve ser graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, o qual se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro no Conselho Profissional e comprovação de regularidade;

d) Comprovação de vínculo profissional da Licitante e o Responsável Técnico indicado na Declaração solicitada na alínea "d", através de Cópia da Carteira Profissional; ou Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou Contrato de Trabalho; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado a ser apresentado, desde que acompanhada de Declaração de anuência expressa pelo profissional.

d.1) Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

d.2) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

e) Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação, estando as características mínimas abaixo apresentadas:

e.1) Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

e.2) Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

f) Relação e Indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (art. 67, inc. III da Lei 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede;

8.41. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

8.42. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

8.42.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

8.43. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a agente de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.44. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.45. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

9. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. O instrumento contratual será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9.4., a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.8. A regra do item 9.7. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

9.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 9.4. e 9.6.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela agente de contratação durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
d) Deixar de apresentar amostra;
e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
b) As peculiaridades do caso concreto
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sitio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www. licitaitapecurumirimma.com.br ou no e-mail licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Projeto Básico
14.11.1.1. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Itapecuru Mirim/MA, XXXXXX.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo,
Paisagismo, Transporte e Trânsito

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em atendimento ao artigo 18 inciso II da Lei n.º 14.133/21, elaboramos o presente Projeto Básico, para que através de procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA**.

2. OBJETO

2.1. **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.**

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

3.2. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

3.3. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

3.4. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

3.5. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

3.6. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

3.7. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES:

O processo licitatório em questão adotará a inversão de fases, conforme os benefícios amplamente reconhecidos e apresentados a seguir. Esta decisão visa aprimorar a eficiência, transparência e competitividade do processo, proporcionando resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

Primeiramente, a inversão de fases garantirá uma seleção mais eficiente das propostas, uma vez que a análise dos documentos de habilitação ocorrerá antes da fase de lances. Isso significa que as empresas que não atenderem aos requisitos mínimos serão eliminadas logo no início do processo, poupando tempo e recursos tanto para a administração pública quanto para os licitantes.

Além disso, a inversão de fases promove maior segurança jurídica ao processo, pois as empresas habilitadas estarão legalmente aptas a participar da fase de apresentação de propostas e lances. Isso reduz o risco de contestações e recursos baseados em questões de habilitação após a fase de lances, proporcionando um ambiente mais transparente e confiável para todos os envolvidos.

Outro benefício significativo é o estímulo à competitividade. Com a habilitação sendo avaliada primeiro, as empresas qualificadas estarão mais motivadas e confiantes para competir em igualdade de condições na fase de lances. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, beneficiando diretamente a qualidade e eficiência dos serviços ou fornecimento dos bens licitados.

Por fim, a inversão de fases também contribui para a celeridade do processo, evitando atrasos desnecessários na contratação do serviço ou fornecimento do bem licitado. Ao eliminar rapidamente as empresas não habilitadas, garantimos uma análise mais ágil e eficaz das propostas qualificadas, tornando todo o processo mais dinâmico e eficiente.

Dessa forma, a decisão de realizar a inversão de fases neste processo licitatório está alinhada com as melhores práticas de gestão pública, visando sempre a otimização dos recursos, a transparência nas ações e a busca por resultados que atendam às necessidades e expectativas da comunidade e da administração pública local.

4. ESPECIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO E PRAZO.

4.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as Especificações Técnicas e Prazos contidos no Projeto Arquitetônico que são parte integrante, Anexo deste Projeto Básico.

4.2. As especificações técnicas, bem como, a qualidade dos serviços, devem obedecer fielmente às normas descritas no Memorial Descritivo (especificações técnicas), pois são condições essenciais para a realização dos serviços;

4.3. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento escrito do Membro e/ou Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA.

4.4. O objeto da contratação tem a natureza de Serviços de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma demanda recorrente e indispensável para assegurar a manutenção e a segurança especialmente em razão dos impactos climáticos que agravam as condições dessas estruturas. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa considerando a necessidade de intervenções regulares e sistemáticas para atender às demandas identificadas no Estudo Técnico Preliminar e garantir a eficiência no planejamento e na execução dos serviços.

4.6. O prazo de vigência é de 12 (Doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as regras especificas presentes na minuta do contrato.

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

II- Poderão ser subcontratadas as parcelas de menor relevância, conforme indicação do setor de engenharia do município, conforme especificação abaixo:

5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. Poderá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia,

fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.17. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.18. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.19. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada, com correção monetária.

4.20. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.21. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.22. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.23. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8°, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.24. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

I- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.25. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.26. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.27. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.28. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.29. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.30. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.31. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.32. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias 2depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.33. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.34. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.35. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5. PROJETO ARQUITETÔNICO.

5.1. O projeto arquitetônico, anexo I, documento principal, integram o presente Projeto Básico, e é composto pelas seguintes peças documentais:

I - ART – Anotação de Responsabilidades Técnica;

II - Especificações Técnicas;

III - Planilhas Orçamentárias (Analítica e Sintética);

IV - Cronograma Físico – Financeiro;

V - Composição de BDI

VI – Composição de Encargos Sociais;

VII – Composição de Custo Unitário;

5.2 O projeto arquitetônico deverá ser obedecido integralmente e as alterações de qualquer natureza deverão ser objeto de aprovação por parte da Secretaria Municipal, visando melhor utilização do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

6.1. Somente poderão participar deste procedimento licitatório, as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto;

6.2. As empresas deverão comprova está devidamente habilitada, mediante apresentação dos documentos de habilitação: Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação econômico financeira, Regularidades Fiscal e Trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, relacionados no art. 62 da Lei nº 14.133/21;

6.3. Não poderão participar o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, pessoa física ou jurídica que se encontre, ao

tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista e demais vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

6.4. A empresa vencedora deverá executar os serviços, com equipe técnica, contendo profissionais habilitados para tal finalidade, sendo exigência na equipe técnica, no mínimo 01 (hum) Engenheiro Civil, sendo esses profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico, com registro no respectivo conselho. Sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de os todos os materiais, e dispor de recurso físico de equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias a execução dos serviços licitados;

6.5. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

6.5.1. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

6.5.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;

6.7. A licitante deverá apresentar uma proposta de preços, com Planilha Orçamentária que contemplem todos os itens. A proposta deverá conter as seguintes peças do Anexo I - Projeto Arquitetônico, parte integrante do Projeto Básico.

I- Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI

IV - Composição de Encargos Sociais;

V – Composição de Custo Unitário;

7. DA FISCALIZAÇÃO.

7.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

7.1.1. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

7.1.2. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.1.3. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

7.1.4. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

7.1.5. A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse uaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS.

8.1. O custo máximo estimado para execução dos serviços, definido na Planilha Orçamentária para esta contratação, somando a quantia de **RS 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos).**

8.2. O preço médio estimado, no parágrafo acima, foi realizado através da Tabela Oficiais do Governo:

SINAPI - 11/2024 - Maranhão

SICRO3 - 10/2024 - Maranhão

ORSE - 11/2024 - Sergipe

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização das obras e/ou dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dosmServiços ou no Memorial Descritivo (fls._) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, que não será transferido à Administração em razão da natureza do contrato, conforme ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão -de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Itapecuru Mirim/MA ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) em caso de denúncia devidamente comprovada contra a CONTRATADA acerca do atraso no pagamento de salários e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

d) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Itapecuru Mirim/MA ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Itapecuru Mirim/MA ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

e) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) ____ (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato), assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas especificas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário uma vez que a execução dos serviços será realizada sob demanda pelo contratante.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

12.1. Será indicada a dotação orçamentária para execução desses serviços.

13. FORMA DE PAGAMENTO.

13.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964** , observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021,** em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *(setor competente do órgão ou entidade licitante)* .

Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração (*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra*) de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período -base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

14. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

(a) **Advertência**;

(b) **Multa**;

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos** ;

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não -aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

VII. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal	05

	ou consequências letais, por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim/MA e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa,

promover - se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá serrecomposto em **48 (quarenta e oito) horas** , sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17. INFORMAÇÕES GERAIS.

17.1. Maiores informações poderão ser adquiridas, na sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro, no período compreendido das 08h00min as 12h00min, de segunda à sexta feira.

Itapecuru Mirim/MA, XXXXX.

ELABORADO POR:

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Responsável Técnico e de fiscalização das obras do Município de Itapecuru Mirim/MA

APROVADO POR:

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO

1. APRESENTAÇÃO

Este documento visa apresentar um descritivo geral para os serviços atinentes a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim – MA, onde para a plena satisfação deste objeto se deve atender os requisitos constantes nas Normas, Resoluções, Deliberações, Portarias, regulamentações e legislações vigentes, sejam elas o NBR's, INMETRO ou do município, estando ainda de acordo com os procedimentos e as especificações técnicas constantes neste relatório. O executor/construtor deverá seguir as especificações dos materiais indicados e obedecer às descrições dos serviços presentes neste. Os serviços considerados contemplam o fornecimento e a instalação, no município de Itapecuru Mirim incluindo mão de obra, material e equipamentos.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 42

2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO 44

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 45

4. MEMORIAL DESCRITIVO 45

4.1. Localidade e cadastro/levantamento de área para intervenção 45

4.2. Objetivos 46

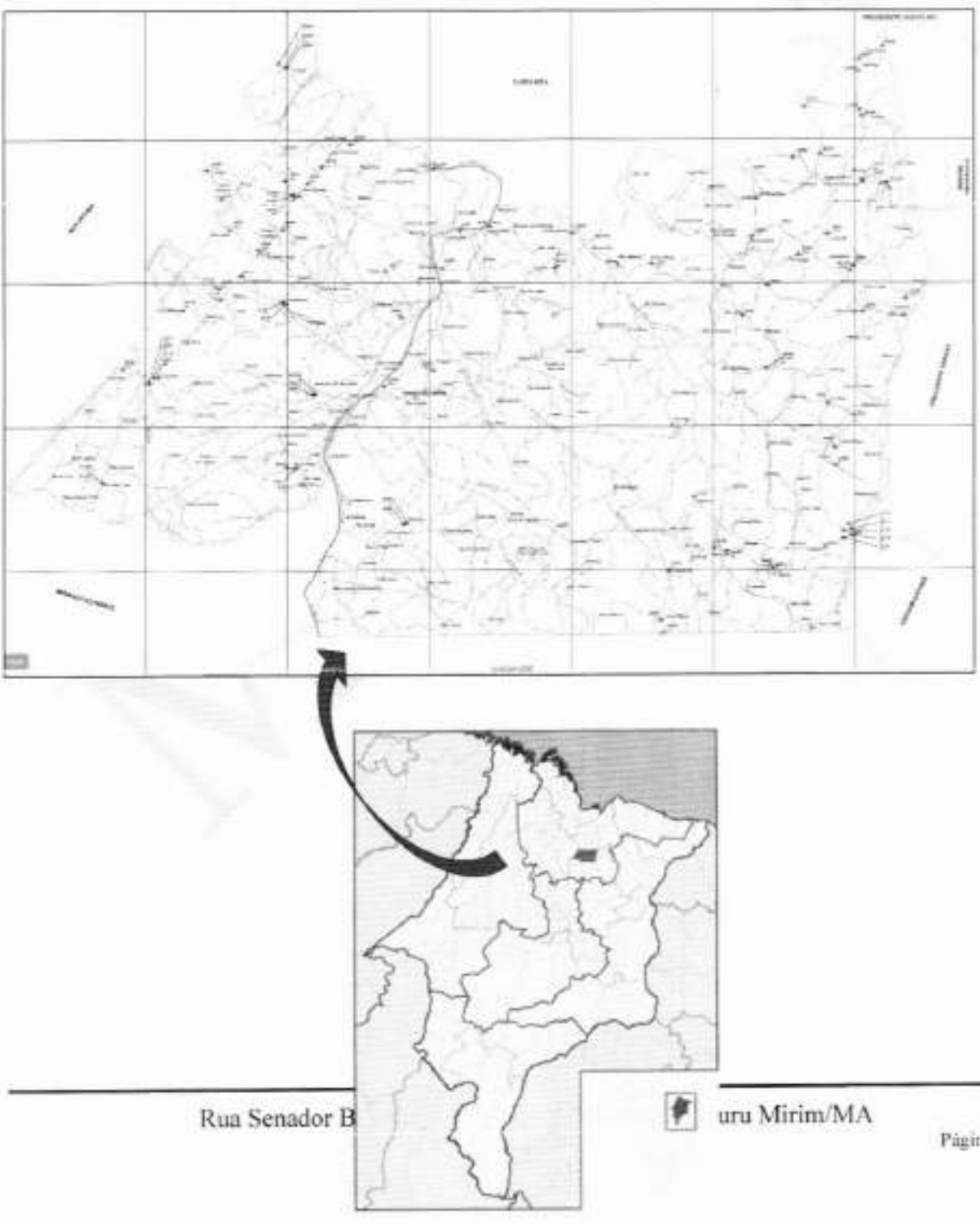
4.3. Definição das etapas e informações construtivas 46

4.4. Especificação técnica 47

4.4.1. Reparos/recuperação de ponte 47

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO



3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O município de Itapecuru se situa na região do Baixo Itapecuru que se estende-se por 407,45 km desde a cidade de Caxias até a foz, na baia de São Marcos. O desnível total é de cerca de 50 m, atingindo uma declividade média de 14 cm/km. As menores declividades influenciam na velocidade do rio, que corre mais lentamente no seu baixo curso até o município de Itapecuru-Mirim, caracterizando-se como um rio de planície.

A rede hidrográfica do município é composta pelo rio Itapecuru e seus afluentes os riachos: Dom Querer, São José, Forte, Leão, Frecheira, Passarinha, Mocambo, Itapecuruzinho, Picadinha, Vaca Branca, Cova, Riachão, Quebra, Jundiaí, Maniva, Grande, Quebra-Coco, Ipiranga, Mata e Cantagalo.

Tendo em vista que o município ocupa uma área de 1.480,641 km², é a cidade mais importante da então Microrregião de Itapecuru Mirim e a 17ª maior cidade do estado, com população de 60.440 habitantes conforme estimativas do IBGE, tendo uma economia voltada principalmente a indústria de cerâmicas, indústria de alimentos e beneficiamento de grãos (arroz e milho) e derivados do babaçu, agricultura que se desenvolvem por toda a extensão do município cortado por riachos e presença abundante de pontes(cerca de 50 pontes municipais).

Atrelado a isto, têm-se um considerável número de povoados e quilombos situados na área rural, que são atendidos pelos serviços e equipamentos públicos, deste modo é imprescindível a garantia de infraestrutura para mobilidade e transporte interligando desde as áreas mais remotas à sede municipal.

Diante de tal cenário e mediante vistorias realizadas por equipe técnica, constatou-se que grande parte das pontes tem a necessidade de intervenção, seja por reforço ou recuperação, de modo que todas necessitam de manutenção, por isto este relatório elaborado pela Secretaria Municipal de infraestrutura. Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito têm como objeto a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim – MA.

4. MEMORIAL DESCRITIVO

4.1. Localidade e cadastro/levantamento de área para intervenção

Todas as pontes se situam no município de Itapecuru Mirim – MA, trata-se de 50 pontes existentes em madeira e com as seguintes dimensões médias: comprimento de 15,00m e largura de 4,50m. Em conformidade com os levantamentos da área, da funcionalidade e as condições de aproveitamento.

Os cadastros/levantamentos foram executados segundo um plano de trabalho pré-estabelecido após visita técnica, considerando:

• Os fatores técnicos, examinando as condições de segurança e de operacionalização do estudo em questão.

• Os fatores econômicos, considerando o custo da construção, no qual se visou minimizar economicamente as frentes de serviços, sem ferir os princípios técnicos.

4.2. Objetivos

- Geral;

- Implementar um sistema de melhoramento da estrada vicinal e drenagem, oferecendo melhores condições de deslocamento para a sede do município.

- Específico

-Promover a melhoria nas condições e dos dispositivos de infraestrutura (pontes de madeira) e segurança ao tráfego do município;

-Contribuir para a manutenção do bem-estar da população.

4.3. Definição das etapas e informações construtivas

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Durante a obra será feito periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Competirá ao executor/construtor fornecer todo o ferramental, instalações provisórias, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a Fiscalização de Obras que, se necessário, buscará junto aos departamentos e divisões na Rede Física o apoio para essa definição e para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da edificação.

Este Memorial Descritivo tem a função de propiciar a perfeita compreensão do projeto e de orientar o construtor objetivando a boa execução da obra.

Os serviços deverão ser feitos rigorosamente de acordo com o projeto de execução. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma. É de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações.

4.4. Especificação técnica

4.4.1. Reparos/recuperação de ponte

Estrutura de Madeira

Visando permitir a passagem das águas de um lado ao outro do corpo estradal deverão ser construídas as

necessárias obras transversais, com o propósito de interceptar a drenagem natural, das áreas adjacentes.

As obras transversais subdividem-se em duas categorias: OAC - obras de arte correntes e OAE - obras de arte especiais.

Obras de arte especiais (pontes):

Estacas

Estacas em madeira com profundidade mínima de 3 m, com seção de 0,25 x 0,20 m e penetração até o ponto de nega com uso de bate estaca.

Pilares:

Em madeira com comprimento definido em planta, com seção de 0,25 x 0,20 m, conforme demonstrativo em planta.

Transversina I e II

A transversina I, montada na parte superior dos pilares servindo de apoio para os balancins, possui comprimento de 5 m com seção de 0,22x0,25m conforme detalhes em planta.

A transversina II montada na parte inferior dos pilares em fileira dupla ou pares com parafusos de 0,30 m de comprimento de 1 de diâmetro, conforme demonstrativos em planta.

Parafuso I e II

Parafuso I em aço com 0,60 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Parafuso II em aço com 0,30 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Os mesmos deverão estar acompanhados de arruelas e porcas conforme demonstrativos em planta.

Balancim I e II

Os balancins colocados sobre os pilares da linha de frente (pilares extremos), deverão possuir comprimentos de 1,50 m e seções de 0,25 x 0,20 m atrelados com parafusos de 1/2 de diâmetro e comprimentos de 0,60 conforme demonstrativo em planta.

Os balancins centrais deverão possuir comprimento de 2,2 m, com seções de 0,25 x 0,20 m, atrelados com para parafusos de II; de diâmetro e comprimento de 0,60 m, conforme demonstrativos em planta.

Longarinas:

Deverá apresentar seu comprimento de acordo com os vãos estabelecidos seguindo as dimensões de projeto.

Passa - Roda

Em tábuas com comprimento de acordo com os vãos apresentados e seções 0,22 x 0,08, formando uma largura de 0,90 m, com espaçamento de 0,90 m.

Tem como objetivo produzir uma superficie de rolamento dotado de suporte e coesão para proporcionar tráfego em condições de rapidez e conforto.

Guias

Peças em madeira com 20 m de comprimento e seções de 0,10 x10 m colocadas nas laterais sobre o tablado com função de proteção ao tráfego. Conforme planilha em anexo.

Tábua

Peça uniforme em madeira de lei com comprimento de 5 m de seções de 0,20 x 0,08 m colocadas no sentido vertical da ponte para formação do tablado.

Sinalização vertical:

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e eventualmente variáveis, através de legendas ou simbolos, com propósito de advertir, indicar ou regulamentar o uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

A seleção e implantação da sinalização vertical deve obedecer aos requisitos básicos seguintes:

- Atender a uma real necessidade;

- Chamar a atenção dos usuários;

- Transmitir uma mensagem clara e simples;

- Orientar o usuário para a boa fluência e segurança de tráfego;

- Impor respeito aos usuários;

- Fornecer tempo adequado para uma ação correspondente.

Critérios de Controle

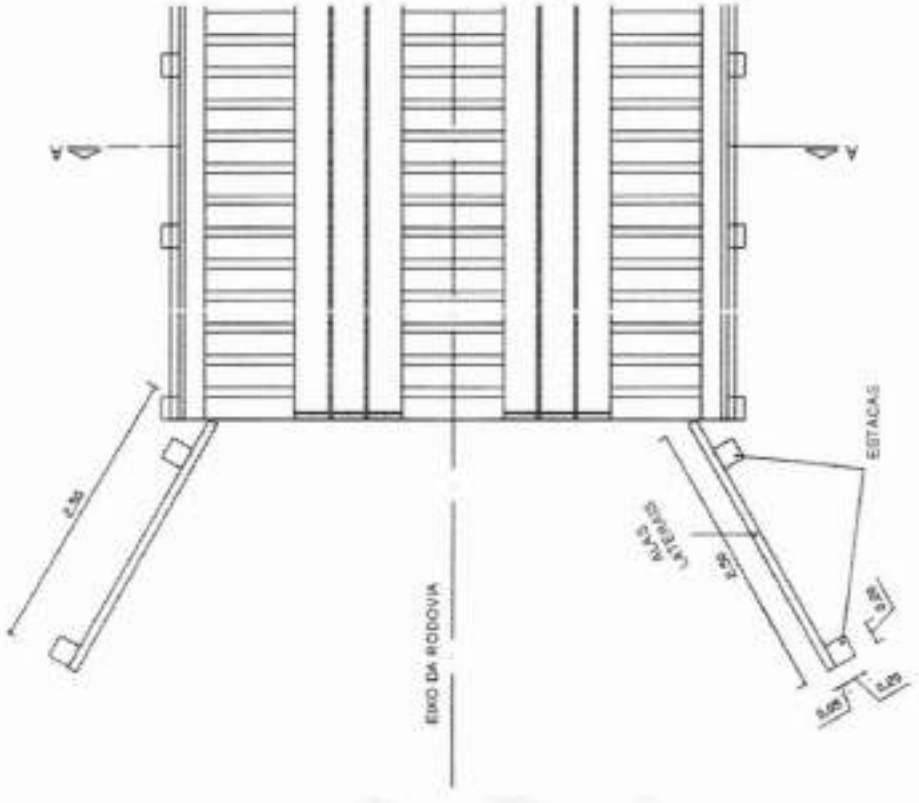
Todos os materiais utilizados na sinalização vertical devem satisfazer às exigências das especificações do Manual de Materiais para Demarcação Viária do DENATRAN.

Material

- **Chapa de aço Nº 16:** As chapas terão a superfície posterior preparada com tinta preta fosca. As chapas para placas totalmente refletivas terão a superfície que irá receber a mensagem, preparada com "primer".
- **Película:** A película refletiva deverá ser constituída de lentes esféricas inclusas em um plástico transparente e com superfície externa lisa. A película deverá ser resistente às intempéries e ter em sua face posterior um adesivo pré-aplicado, protegido por um liner removível.
- **Pintura:** A pintura deverá ser executada por um processo que garanta a durabilidade da placa por um período de no mínimo 5 anos. A pintura deverá ser executada após corte, furação e arremates: Os versos das placas devem receber uma demão de tinta esmalte sintético fosco na cor preto fosco. O acabamento da placa deve ser feito com 2 (duas) demãos de tinta esmalte sintético preto fosco, à base de resina acrílica ou poliéster, de secagem rápida ao ar.

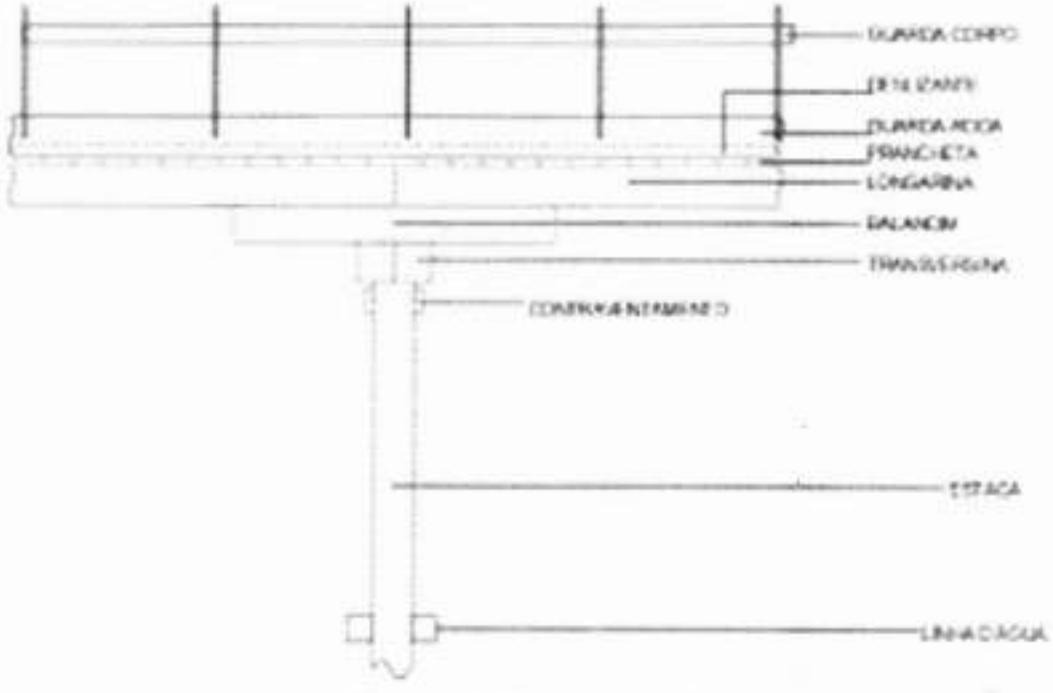
Esquemático de ponte em planta

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80



Esquemático de ponte em corte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM

Obra
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 10/2024 - Maranhão
ORSE - 11/2024 - Sergipe

B.D.I.
29,77%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 82,97%
Mensalista: 46,10%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA**		**28**		**109.578,15**	**3.068.188,20**	**100,00 %**
1.1	CCV0	Próprio	Contraventamentos	m³	2,52	3.287,64	4.266,37	10.751,25	0,35 %
1.2	CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	m³	1,6	3.287,64	4.266,37	6.826,19	0,22 %
1.3	CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	m³	1,65	3.287,64	4.266,37	7.039,51	0,23 %
1.4	CCV0	Próprio	Balacin	m³	1,32	3.287,64	4.266,37	5.631,60	0,18 %
1.5	CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	m³	3,3	3.287,64	4.266,37	14.079,02	0,46 %
1.6	CCV0	Próprio	Passa Roda	m³	1,5488	3.287,64	4.266,37	6.607,75	0,22 %
1.7	CCV0	Próprio	Guia	m³	0,22	3.287,64	4.266,37	938,60	0,03 %
1.8	CCV0	Próprio	Guarda Corpo	m³	0,231	3.287,64	4.266,37	985,53	0,03 %
1.9	CCV0	Próprio	Tabua	m³	4,4	3.287,64	4.266,37	18.772,02	0,61 %
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	80	9,57	12,41	992,80	0,03 %
1.11	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	80	22,07	28,64	2.291,20	0,07 %
1.12	5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %

1.13	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,60	440,00	0,01 %
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
1.15	5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,99	6,47	485,25	0,02 %
1.16	1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	52,8	447,71	580,99	30.676,27	1,00 %
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção	m²	2	460,67	597,81	1.195,62	0,04 %
1.18	5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,95	143,97	287,94	0,01 %
					Total sem BDI				**2.364.430,60**
					Total do BDI				**703.757,60**
					Total Geral				**3.068.188,20**

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Cronograma Físico e Financeiro						
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS
1	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA	100,00% 3.068.189,01	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14
Porcentagem			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
Custo			255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14
Porcentagem Acumulado			8,33%	16,66%	24,99%	33,32%
Custo Acumulado			255.580,14	511.160,28	766.740,42	1.022.320,56

150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,37% 256.807,42
8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,37%
255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	255.580,14	256.807,42
41,65%	49,98%	58,31%	66,64%	74,97%	83,3%	91,63%	100,0%
1.277.900,70	1.533.480,84	1.789.060,98	2.044.641,12	2.300.221,26	2.555.801,40	2.811.381,54	3.068.188,20

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	1.478,4	580,99	858.935,61	27,99	27,99
CCV0	Próprio	Tabua	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	123,2	4.266,37	525.616,78	17,13	45,13
CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	92,4	4.266,37	394.212,58	12,85	57,97
CCV0	Próprio	Contraventamentos	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	70,56	4.266,37	301.035,06	9,81	67,79
CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	46,2	4.266,37	197.106,29	6,42	74,21
CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	44,8	4.266,37	191.133,37	6,23	80,44
CCV0	Próprio	Passa Roda	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	43,3664	4.266,37	185.017,10	6,03	86,47
CCV0	Próprio	Balacin	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	36,96	4.266,37	157.685,03	5,14	91,61
00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2.240,0	28,64	64.153,60	2,09	93,70
5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³		m³	3.080,0	12,31	37.914,80	1,24	94,94
5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção		m²	56,0	597,81	33.477,36	1,09	96,03
00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	2.240,0	12,41	27.798,40	0,91	96,93
CCV0	Próprio	Guarda Corpo	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,468	4.266,37	27.594,88	0,90	97,83
CCV0	Próprio	Guia	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,16	4.266,37	26.280,83	0,86	98,69
5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m³	2.100,0	6,47	13.587,00	0,44	99,13
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural		tkm	7.700,0	1,60	12.320,00	0,40	99,53
5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação		un	56,0	143,97	8.062,32	0,26	99,80
4011209	SICRO3	Regularização do subleito		m²	4.200,0	1,49	6.258,00	0,20	100,00

Total sem BDI	**2.364.430,60**
Total do BDI	**703.757,60**
Total Geral	**3.068.188,20**

ENCARGOS SOCIAIS

Código	Descrição	Onerado Horista	Desonerado Horista
Grupo A		16,80%	36,80%
A1	INSS	0,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Grupo B		48,43%	48,43%
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89%	17,89%
B2	Feriados	3,95%	3,95%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,85%
B4	13º Salário	11,03%	11,03%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,74%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	1,59%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,10%
B9	Férias Gozadas	12,18%	12,18%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,04%
Grupo C		9,22%	9,22%
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58%	4,58%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	1,73%	1,73%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41%	2,41%
C5	Indenização Adicional	0,39%	0,39%
Grupo D		8,52%	18,23%
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14%	17,82%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,41%
	Total(A+B+C+D)	82,97%	112,68%

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Código	Descrição	Onerado Mensalista	Desonerado Mensalista
Grupo A	-	**16,80%**	**36,80%**
A1	INSS	0,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Grupo B	-	**18,88%**	**18,88%**
B1	Repouso Semanal Remunerado	0,00%	0,00%
B2	Feriados	0,00%	0,00%
B3	Auxilio - Enfermidade	0,64%	0,64%
B4	13º Salário	8,33%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,04%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,56%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	0,00%	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08%	0,08%
B9	Férias Gozadas	9,20%	9,20%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
Grupo C	-	**6,96%**	**6,96%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,46%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,08%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	1,31%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	1,82%	1,82%
C5	Indenização Adicional	0,29%	0,29%
Grupo D	-	**3,46%**	**7,26%**
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	3,17%	6,95%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,29%	0,31%
Total(A+B+C+D)		**46,10%**	**69,90%**

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA**		**28**		**109.578,15**	**3.068.188,20**	**100,00 %**
1.1	CCV0	Próprio	Contraventamentos	m³	2,52	3.287,64	4.266,37	10.751,25	0,35 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Extensão = 42,00 m	42				**0,0000000**	
			espessura = 0,15 m					**0,0000000**	
			base = 0,05 m					**0,0000000**	
			Quantidade = 8 unidades	8				**0,0000000**	
			Volume Total					**2,5200000**	
1.2	CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	m³	1,6	3.287,64	4.266,37	6.826,19	0,22 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,20 m					**0,0000000**	
			Altura = 4,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,25					**0,0000000**	
			4 Pilares sent. Tranversal) x 2 sentido longitudinal = 8 unidades					**0,0000000**	
			Volume total					**1,6000000**	
1.3	CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	m³	1,65	3.287,64	4.266,37	7.039,51	0,23 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,22 m					**0,0000000**	
			comprimento = 5,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,25 m					**0,0000000**	
			sent. Longitud nal - 3 Transversal x 2 linhas pilares = 6,00 unidades					**0,0000000**	
			Volume Total					**1,6500000**	
1.4	CCV0	Próprio	Balacin	m³	1,32	3.287,64	4.266,37	5.631,60	0,18 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura = 0,20 m					**0,0000000**	
			Comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,25 m					**0,0000000**	
			Quantidade = 12 Unidades					**0,0000000**	
			Volume Total					**1,3200000**	

1.5	CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	m³	3,3	3.287,64	4.266,37	14.079,02	0,46 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura =0,20 m					**0,0000000**	
			Comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,25 m					**0,0000000**	
			Quantidades = 6					**0,0000000**	
			Volume Total					**3,3000000**	
1.6	CCV0	Próprio	Passa Roda	m³	1,5488	3.287,64	4.266,37	6.607,75	0,22 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,22 m					**0,0000000**	
			quantidade=0,9 de cada passa roda/0,22m por peça = 4 peças x passa roda = 8 Unidades					**0,0000000**	
			Volume Total					**1,5488000**	
1.7	CCV0	Próprio	Guia	m³	0,22	3.287,64	4.266,37	938,60	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,10 m					**0,0000000**	
			Quantidade = 2 unidades					**0,0000000**	
			Volume total					**0,2200000**	
1.8	CCV0	Próprio	Guarda Corpo	m³	0,231	3.287,64	4.266,37	985,53	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
Peça Horizontal			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Base = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Quantidade = 2					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Volume total 1					**0,2200000**	
Peça Vertical Pontaletes			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			comprimento = 1,00 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			base = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			Quantidade = 11					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			Volume total 2					**0,0110000**	

1.9	CCV0	Próprio	Tabua	m³	4,4	3.287,64	4.266,37	18.772,02	0,61 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 5,00 m					**0,0000000**	
			Volume total					**4,4000000**	
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	80	9,57	12,41	992,80	0,03 %
1.11	00039025	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	80	22,07	28,64	2.291,20	0,07 %
1.12	5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura = 1,00 m					**0,0000000**	
			Comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			Altura = 5,00 m					**0,0000000**	
			Lados = 2					**0,0000000**	
			Volume total	110				**110,0000000**	
1.13	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,60	440,00	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			volume do item 2.1 = 110,00 m3	i.1.12				**0,0000000**	
			Taxa = 1,25					**0,0000000**	
			km/ medio = 2,00					**0,0000000**	
			tkm total					**275,0000000**	
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura x Extensão	150				**150,0000000**	
1.15	5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,99	6,47	485,25	0,02 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			L x C x H					**75,0000000**	
1.16	1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	52,8	447,71	580,99	30.676,27	1,00 %

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			L x C x H X 2 LADOS						**52,8000000**	
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção	m²	2	460,67	597,81		1.195,62	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			quantidades = 2 lados	2					**2,0000000**	
1.18	5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,95	143,97		287,94	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			Unidades por ponte = 2 lados	2					**2,0000000**	
				Total sem BDI						**2.364.430,60**
				Total do BDI						**703.757,60**
				Total Geral						**3.068.188,20**

Curva ABC de Serviços									
Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	1.478,4	580,99	858.935,61	27,99	27,99
CCV0	Próprio	Tabua	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	123,2	4.266,37	525.616,78	17,13	45,13
CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	92,4	4.266,37	394.212,58	12,85	57,97
CCV0	Próprio	Contraventamentos	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	70,56	4.266,37	301.035,06	9,81	67,79
CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25) n	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	46,2	4.266,37	197.106,29	6,42	74,21
CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)cc	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	44,8	4.266,37	191.133,37	6,23	80,44
CCV0	Próprio	Passa Roda	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	43,3664	4.266,37	185.017,10	6,03	86,47
CCV0	Próprio	Balacin	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	36,96	4.266,37	157.685,03	5,14	91,61
00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2.240,0	28,64	64.153,60	2,09	93,70
5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³		m³	3.080,0	12,31	37.914,80	1,24	94,94
5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção		m²	56,0	597,81	33.477,36	1,09	96,03
00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	2.240,0	12,41	27.798,40	0,91	96,93
CCV0	Próprio	Guarda Corpo	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,468	4.266,37	27.594,88	0,90	97,83
CCV0	Próprio	Guia	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,16	4.266,37	26.280,83	0,86	98,69
5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m³	2.100,0	6,47	13.587,00	0,44	99,13
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural		tkm	7.700,0	1,60	12.320,00	0,40	99,53
5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação		un	56,0	143,97	8.062,32	0,26	99,80
4011209	SICRO3	Regularização do subleito		m²	4.200,0	1,49	6.258,00	0,20	100,00

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CCV0	Próprio	ESTRUTURA DE MADEIRA E INFRAESTRTURA - MANUTENÇÃO	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	1,0000000	3.287,64	3.287,64
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	6,7000000	28,83	193,16
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	3,3000000	23,52	77,61
Composição Auxiliar	3602	ORSE	Madeira angelin vermelho, serrada, aparelhada em dimensões e comprimentos pré-estabelecidos	Madeiramento	m³	1,0000000	3.016,87	3.016,87
				MO sem LS =>	101,27	LS =>	84,03	MO com LS =>	185,30
				Valor do BDI =>	978,73			Valor com BDI =>	4.266,37

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO AO PROJETO BÁSICO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte, do município de Itapecuru Mirim/MA, para a escolha da melhor solução para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda.

1.2. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

1.3. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

1.4. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

1.5. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

1.6. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

1.7. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

1.8. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Fundamentação Legal:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Decretos municipais Nº 131/2023, 133/2023, 136/2023, 138/2023.

3.2. Deverá ser observado os documentos previstos no Capitulo VI – DA HABILITAÇÃO, da lei 14.133/21, como condições gerais de habilitação.

3.3. Deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica";

b) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil– CAU/BR, da região da Sede da Empresa, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física";

c) Declaração com indicação do responsável técnico, que deve ser graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, o qual se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro no Conselho Profissional e comprovação de regularidade;

d) Comprovação de vínculo profissional da Licitante e o Responsável Técnico indicado na Declaração solicitada na alínea "d", através de Cópia da Carteira Profissional; ou Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou Contrato de Trabalho; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado a ser apresentado,desde que acompanhada de Declaração de anuência expressa pelo profissional.

d.1) Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

d.2) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

e) Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação.

e.1) Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

e.2) Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

f) Relação e Indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (art. 67, inc. III da Lei 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede;

3.4. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

3.5. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

3.6. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dada a necessidade de garantir a manutenção e a segurança das pontes de madeira que conectam diversas localidades no município de Itapecuru Mirim, é essencial realizar um levantamento de mercado para identificar as melhores alternativas para a execução desses serviços. Este documento apresenta três opções viáveis, detalhando suas vantagens e desvantagens, de modo a orientar a escolha da estratégia mais adequada para atender às demandas locais e assegurar a integridade das infraestruturas existentes.

As alternativas analisadas incluem: a execução dos serviços pelos próprios servidores municipais, a contratação por meio de uma parceria público-privada (PPP) e a contratação de empresa especializada via licitação. Cada uma delas será discutida a seguir.

a) Realização dos Serviços pelos Próprios Servidores Municipais

Vantagens:

1. Controle Direto: A prefeitura mantém supervisão próxima de cada etapa, assegurando que os padrões de qualidade sejam rigorosamente atendidos.
2. Economia de Custos: A utilização de mão de obra interna reduz despesas com serviços terceirizados, permitindo a alocação de recursos para outras necessidades.
3. Conhecimento Local: Os servidores estão familiarizados com as particularidades das estruturas e da geografia local, possibilitando soluções mais adequadas às demandas específicas da comunidade.

Desvantagens:

1. Limitações Técnicas: Os servidores municipais podem não possuir a qualificação necessária para realizar serviços especializados, como reforços estruturais avançados.
2. Demora na Execução: A sobrecarga de trabalho ou a escassez de recursos internos pode levar a atrasos na realização dos serviços.

3. Riscos de Responsabilidade: Problemas técnicos ou falhas na execução recairiam diretamente sobre a prefeitura, gerando possíveis impactos financeiros e legais.

b) Realização dos Serviços por Parceria Público-Privada (PPP)

Vantagens:

1. Transferência de Riscos: Parte das responsabilidades é assumida pelo setor privado, reduzindo o impacto financeiro e operacional sobre a administração municipal.
2. Inovação e Eficiência: Empresas privadas podem empregar tecnologias avançadas e práticas mais eficientes na execução dos serviços.
3. Recursos Privados: A PPP possibilita acesso a financiamentos externos, viabilizando projetos de maior porte e qualidade.

Desvantagens:

1. Complexidade Contratual: A elaboração de contratos detalhados e as negociações podem prolongar o início dos serviços e aumentar os custos administrativos.
2. Alinhamento de Interesses: Há o risco de conflitos entre os interesses públicos e privados, impactando os resultados esperados.
3. Custo Inicial Elevado: Dependendo da configuração contratual, a PPP pode exigir contrapartidas financeiras significativas do município.

c) Contratação de Empresa via Licitação

Vantagens:

1. Competitividade: O processo licitatório assegura que as propostas sejam competitivas, buscando a melhor relação custo-benefício para o município.
2. Especialização Técnica: Empresas qualificadas trazem expertise e recursos técnicos avançados para a execução de serviços de manutenção.
3. Transparência e Conformidade Legal: A licitação é regida por normas claras, garantindo lisura e legalidade no processo.

Desvantagens:

1. Demora no Processo: A tramitação e possíveis contestações podem atrasar a contratação e o início dos serviços.

2. Rigidez Contratual: Após contratada, a empresa deve seguir os termos acordados, o que pode limitar a flexibilidade para ajustes durante a execução.

3. Custos Burocráticos: O processo envolve despesas administrativas adicionais, como publicação de editais e análise de propostas.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Escolha da Solução "c": Contratação de Empresa Especializada via Licitação para Serviços de Manutenção de Pontes em Estrutura de Madeira no Município de Itapecuru Mirim/MA

A solução escolhida é a opção "c", ou seja, a contratação de empresa especializada via licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira. Essa escolha é estratégica e vantajosa, atendendo de forma eficiente às necessidades do município e oferecendo benefícios significativos, que destacamos a seguir:

O processo licitatório é regulamentado e transparente, garantindo igualdade de condições para todas as empresas interessadas. Isso elimina qualquer risco de favoritismo e assegura que a seleção da empresa contratada seja baseada em critérios objetivos e técnicos, alinhados ao interesse público.

A licitação promove ampla concorrência entre as empresas, estimulando a apresentação das melhores propostas técnicas e financeiras. Essa competição aumenta as chances de o município contratar uma empresa que ofereça uma relação custo-benefício favorável, assegurando eficiência e economia no uso dos recursos públicos.

Ao adotar a licitação, a prefeitura tem a oportunidade de selecionar uma empresa especializada e experiente em serviços de manutenção de pontes de madeira. Isso garante que os trabalhos serão executados com qualidade, eficiência e dentro das especificações técnicas exigidas, assegurando a durabilidade e segurança das estruturas.

A empresa contratada estará vinculada aos prazos estabelecidos no contrato, bem como às normas legais aplicáveis. Isso proporciona maior segurança quanto ao cumprimento dos cronogramas e garante que os serviços serão realizados em conformidade com todas as regulamentações, beneficiando diretamente as comunidades que dependem das pontes para locomoção e transporte de bens.

Com a contratação, os riscos relacionados à execução dos serviços são transferidos para a empresa contratada. Questões como imprevistos técnicos ou problemas durante a execução dos trabalhos serão responsabilidade da contratada, minimizando impactos financeiros e administrativos para a prefeitura.

A manutenção das pontes é essencial para a mobilidade e segurança da população, especialmente nas áreas mais afetadas pelas chuvas. Estruturas bem conservadas reduzem riscos de acidentes e garantem o tráfego seguro, facilitando o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, e promovendo o desenvolvimento econômico local.

A contratação de empresa especializada via licitação é a solução mais adequada para atender às necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. Essa abordagem assegura transparência, competitividade, qualidade técnica e conformidade legal, promovendo a execução dos serviços com eficiência e segurança. Dessa forma, o

município estará contribuindo para melhorar a infraestrutura, garantir a segurança da população e otimizar os recursos públicos disponíveis.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A equipe de engenharia da prefeitura será responsável por elaborar o projeto básico para o serviço desejado, incluindo as especificações técnicas detalhadas e as planilhas orçamentárias necessárias para a execução dos serviços. Essa abordagem garante o controle total sobre o processo de planejamento, permitindo que a prefeitura adapte o projeto de acordo com as necessidades específicas de cada localidade no município.

5.2. A equipe de engenharia da prefeitura realizará visitas *"in loco"* às áreas designadas, a fim de avaliar as condições existentes e identificar as especificações e características únicas de cada localidade. Essas visitas serão fundamentais para garantir que o projeto seja adaptado às condições reais do terreno, levando em consideração questões como topografia, drenagem, acessibilidade e integração com o entorno.

5.3. Após a elaboração do projeto básico e a realização das visitas *"in loco"*, a prefeitura de conduzirá uma licitação na modalidade concorrência para a execução dos serviços.

5.4. A licitação garantirá a seleção da empresa mais qualificada e competitiva para realizar os serviços, levando em consideração a complexidade operacional envolvida. Essas soluções proporcionam um processo estruturado e transparente, garantindo que o projeto seja realizado com eficiência, qualidade e dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. Para esta contratação, não há como fazer o parcelamento.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os resultados pretendidos para essa contratação são:

a) Contratação Eficiente e Oportuna: Garantir que a empresa seja contratada de maneira eficiente, sem atrasos desnecessários, permitindo o início oportuno e ágil da construção.

b) Escolha de uma Empresa Qualificada: Selecionar uma empresa qualificada e experiente para realizar a obra, assegurando um padrão de qualidade elevado e a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

c) Economia de Recursos: Evitar desperdícios financeiros por meio da escolha da abordagem mais econômica.

d) Transparência e Legalidade: Garantir que todo o processo seja transparente, ético e em total conformidade com a legislação e regulamentações locais, estabelecendo uma base legal sólida para a execução do contrato.

e) Início e Conclusão da Obra dentro do Prazo: Assegurar que a obra seja iniciada e concluída dentro dos prazos estipulados.

f) Qualidade da Infraestrutura: Garantir que os serviços sejam realizados com alta qualidade, proporcionando um local seguro e adequado para os munícipes.

g) Satisfação das Partes Interessadas: Assegurar a satisfação das partes interessadas, incluindo a comunidade local.

h) Sustentabilidade e Impacto Ambiental: Considerar práticas sustentáveis durante a construção, minimizando o impacto ambiental e promovendo a responsabilidade ecológica na execução da obra.

10.2. Ao alcançar esses resultados pretendidos, a contratação será bem-sucedida, proporcionando não apenas em serviço de alta qualidade, mas também estabelecendo um precedente positivo para futuros projetos e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade local.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

Não há necessidade de adoção de providencias preliminares para esta contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

A manutenção de pontes de madeira envolve atividades que podem gerar impactos ambientais, especialmente quando realizadas em áreas rurais ou próximas a corpos hídricos. Para garantir a preservação do meio ambiente e minimizar os efeitos adversos, é fundamental identificar os possíveis impactos e adotar medidas mitigadoras adequadas.

1. Possíveis Impactos Ambientais:

a) Desmatamento e Supressão Vegetal:

A extração de madeira para substituição ou reparo de partes da ponte pode levar ao desmatamento em áreas de floresta.

b) Alteração de Corpos Hídricos:

A proximidade de rios ou córregos pode resultar em poluição das águas devido à liberação de resíduos, como óleos, tintas, ou fragmentos de madeira tratada.

c) Geração de Resíduos Sólidos:

Os materiais retirados durante a manutenção, como madeira danificada, pregos, parafusos, e restos de outros materiais, podem gerar resíduos sólidos inadequadamente descartados.

d) Ruídos e Poluição do Ar:

O uso de máquinas, ferramentas e transporte de materiais pode causar emissão de gases e ruídos, impactando a fauna local e a qualidade do ar.

e) Compactação do Solo:

O trânsito de veículos e maquinários pesados na área da obra pode compactar o solo, dificultando a infiltração de água e alterando a dinâmica do ecossistema local.

2. Medidas Mitigadoras:

a) Planejamento Sustentável:

Utilizar madeira proveniente de áreas de manejo sustentável certificadas, com garantia de reposição florestal, para evitar o desmatamento de áreas protegidas.

b) Proteção dos Corpos Hídricos:

- Instalar barreiras de contenção ou mantas de proteção nas proximidades de rios e córregos para evitar o despejo de resíduos e materiais contaminantes na água.
- Evitar a execução de atividades diretamente sobre o leito do rio, quando possível, e optar por técnicas que minimizem a movimentação de materiais na área.

c) Gestão de Resíduos:

- Implantar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para coletar, separar e destinar corretamente os materiais descartados, priorizando a reciclagem e a reutilização.

- Acondicionar temporariamente os resíduos em locais apropriados até sua destinação final.

d) Controle de Emissões e Ruídos:

- Realizar a manutenção preventiva de máquinas e veículos para reduzir emissões de gases poluentes e ruídos excessivos.
- Restringir os horários de trabalho para minimizar os impactos sonoros na fauna local.

e) Preservação do Solo e da Vegetação:

- Delimitar áreas específicas para a movimentação de máquinas e materiais, evitando danos desnecessários ao solo e à vegetação ao redor.
- Reabilitar as áreas impactadas, promovendo o plantio de vegetação nativa após a conclusão dos serviços.

f) Capacitação da Equipe:

- Promover treinamentos sobre práticas ambientais responsáveis para todos os envolvidos na execução dos serviços, assegurando o cumprimento das medidas mitigadoras.

3. Monitoramento Ambiental:

Estabelecer um plano de monitoramento ambiental para acompanhar a implementação das medidas mitigadoras e avaliar a eficácia das ações durante e após a execução dos serviços.

Conclusão:
A adoção de medidas mitigadoras eficientes minimiza os impactos ambientais decorrentes da manutenção de pontes de madeira, garantindo a preservação do meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento sustentável no município de Itapecuru Mirim/MA. Essas ações refletem o compromisso da administração pública com a conservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após uma análise cuidadosa das opções disponíveis para a execução dos serviços, a modalidade de concorrência eletrônica surge como uma escolha viável e estratégica para avançar com este projeto essencial, oferecendo diversos benefícios que são especialmente relevantes para esta contratação específica.

13.2. A manutenção das pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA terá um impacto significativo na infraestrutura de transporte local, especialmente nas áreas rurais e em regiões mais suscetíveis aos impactos das chuvas. Essas intervenções proporcionarão maior segurança para a circulação de veículos e pedestres, garantindo o acesso contínuo às comunidades, o escoamento da produção agrícola e o atendimento a serviços essenciais, como transporte escolar e emergências de saúde. Além disso, ao melhorar a estrutura das pontes, o município investe na durabilidade e na funcionalidade desses equipamentos públicos, o que contribui para a preservação do patrimônio público e para a redução de custos futuros com manutenções corretivas emergenciais.

13.3. A manutenção das pontes também apresenta benefícios ambientais e sociais relevantes. O uso de materiais certificados e práticas ecoeficientes no processo de manutenção contribuirá para a sustentabilidade ambiental, reduzindo o impacto ecológico das intervenções. Por sua vez, o projeto trará impactos positivos à economia local, promovendo a geração de empregos temporários e a movimentação de fornecedores locais. Além disso, as intervenções ajudarão a melhorar a qualidade de vida da população rural, assegurando a conectividade e a acessibilidade, especialmente em períodos de chuvas intensas, quando as condições das vias de acesso são mais desafiadoras.

13.4. Em conclusão, a contratação de uma empresa por meio de licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA não apenas se mostra economicamente viável, mas também reflete uma decisão ambientalmente e socialmente responsável.

13.5. Essa abordagem garante que as pontes sejam mantidas com eficiência, segurança e durabilidade, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento social e econômico da região. A manutenção dessas pontes representa mais do que uma simples intervenção em infraestrutura; trata-se de um investimento no bem-estar das comunidades locais, na sustentabilidade ambiental e no fortalecimento da infraestrutura que suporta o progresso e a qualidade de vida no município.

Elaborado por:

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXX

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO ITAPECURU MIRIM/MA, POR MEIO XXXXXX, COMO CONTRATANTE, E A, XXXXXX COMO CONTRATADA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS, NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA,** por meio do XXXXXXXXX, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo XXXXXXXXXXX, e a XXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº XXXXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXX têm justo e acordado o presente instrumento contratual, decorrente da Concorrência Eletrônica nº XXXX, formalizado no Processo Administrativo nº XXXX que é celebrado com **base na Lei Federal nº 14.133/2021** , e demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto deste contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, e demais normais aplicáveis a espécie. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa para Contratação de pessoa juridica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, sob regime de *Empreitada por preço unitário*, conforme as especificações constantes do Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº XXXX, no Projeto Básico, no Cronograma Físico Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de RS XXXXXXX.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão - de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964** , observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021,** em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) setor competente do órgão.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) setor competente do órgão.

Parágrafo Quarto A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período -base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo - A Administração Pública Direta Municipal e as Entidades Autárquicas e Fundacionais de Itapecuru Mirim/MA ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) neste município, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, bem como a observância ao disposto no Decreto nº 075/2023.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e/ou outros índices justificados no processo, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po ((I-Io)/Io) **Onde:**

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRANTE poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual (Artigo 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021).

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas da obra e/ou serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU REPACTUAÇÃO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico -financeiro ou repactuação do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger -se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo regente ao Processo Administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução das obras caberá à comissão designada por ato do ordenador de despesas. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do responsável técnico já indicado neste processo administrativo, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção das obras e/ou serviços e no local da sua execução até o respectivo **encerramento.**

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – MEDIÇÕES

As medições obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico -Financeiro constatnes no Projeto Básico, que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PEO}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO -RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO -RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo_), poderão ser acrescidas em até 25% (vinte e cinco por cento), por item, da quantidade primitiva, a juizo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, **devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE**, as quantidades referidas no *caput* desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PO}$$

ONDE:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento; PO – Preço da obra na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para a Obra referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Quarto – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Parágrafo Quinto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de XXXXXXXX, no valor de R$ XXXXX equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A contratante se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis** , contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a **garantia** reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) **Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis** , exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas** , sempre contados da utilização ou da notificação pela contratante, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) **Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro -Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

Parágrafo Sétimo- A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX** (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Oitavo - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Nono - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro -garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da

apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar -se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Décimo Segundo - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo Terceiro– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Décimo Quarto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) **Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança -Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Décimo Sexto - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Décimo Sétimo - A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Décimo Oitavo - A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX** (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Décimo Nono – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Vigésimo– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Vigésimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1°, I, 2ª parte, da Lei Federal n° 14.133/2021):

Parágrafo Vigésimo Segundo– A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Vigésimo Terceiro – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Vigésimo Quarto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRAZO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo Quinto - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico -Financeiro.

Parágrafo Primeiro – No decorrer da execução das obras será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico -Financeiro.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de *Empreitada por preço unitário* conforme as especificações constantes do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls.__) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, que não será transferido à Administração em razão da natureza do contrato, conforme ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão -de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Itapecuru Mirim/MA ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) em caso de denúncia devidamente comprovada contra a CONTRATADA acerca do atraso no pagamento de salários e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

d) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Itapecuru Mirim/MA ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Itapecuru Mirim/MA ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

e) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _ (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização

da execução do contrato), assim como.pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1.São obrigações do CONTRATANTE:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

17.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

17.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

17.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

17.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

17.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

17.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

17.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

17.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

17.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

17.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

17.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

17.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

17.1.10.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

17.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

17.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

17.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

17.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

17.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de setor técnico, que constatará se as obras e/ou serviços foram executados e se atendem a todas as especificações técnicas.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar as obras e/ou os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute as obras e/ou os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo – O objeto do presente Contrato será recebido:

a) provisoriamente,mediante apresentação da quitação do ISS, do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo ___.

b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo Terceiro – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético -profissional, pela prefeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) _ (órgão ou entidade) poderá, sem prejuizo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos ;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar .

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros: **1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não - aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuizo da rescisão unilateral da avença;

1) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por periodo superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

2) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

3) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

4) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

6) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim/MA e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover - se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas** , sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas .

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência do(a) *(setor competente do órgão ou entidade contratante*) e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis)** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput da Cláusula anterior;

b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis)** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) Pedido de Reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "d" do caput da Cláusula anterior.

Parágrafo Único . Os recursos a que aludem as alíneas "a" e "b" do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ou/outras normas regulamentadoras aplicáveis a espécie, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Vigésima Primeira, caput, alínea "b", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução da garantia;

(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;

(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Segundo – Os itens passíveis de subcontratação são aqueles previstos no Projeto Básico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1 As despesas decorrentes do presente contrato para este exercício financeiro correrão por conta da dotação orçamentária:

CLÁUSULA VISÉGIMA SEXTA – DA NOVAÇÃO

26.1 Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA VISÉGIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

27.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Itapecuru Mirim/MA, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegio que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e/ou equivalente no prazo art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

30.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual d

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PROCURADORIA GERAL MUNICÍPIO
PARECER ADMINISTRATIVO N.º 016/2025
PROCESSO Nº: 2025.01.10.0003
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito
ASSUNTO: Solicitação de abertura de processo para recuperação de pontes de madeira no Município de Itapecuru Mirim/MA

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. MENOR PREÇO GLOBAL. INVERSÃO DE FASES.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico requerendo a análise da legalidade da abertura de processo licitatório, na modalidade Concorrência Eletrônica, na forma de execução sob o regime de empreitada por preço unitário do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do Município de Itapecuru Mirim/MA".

Nessa esteira, os autos foram submetidos à análise desta assessoria jurídica, a fim de que fosse verificada a legalidade dos atos do procedimento licitatório e da minuta do edital e seus anexos.

É o relatório. Em seguida, exara-se o opinativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, importante destacar que o exame desta Procuradoria cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de

exclusiva responsabilidade dos setores competentes. Todo o exposto adiante trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo.

Nesse sentido é o entendimento do STF que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis:*

> *"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex ofício da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.*

Dessa forma, o presente parecer tem caráter meramente opinativo, servindo de orientação jurídica de modo a auxiliar a autoridade competente na tomada de decisão final.

Pois bem.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço, ou fornecedores do objeto pretendido.

Em face do regramento constitucional, em 2021, foi editada a Lei nº 14.133/2021, que instituiu normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, em substituição a antiga Lei nº 8.666/93. De acordo com o art. 17 da nova legislação de regência da matéria, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: ***(i)*** preparatória; ***(ii)*** de divulgação do edital de licitação; ***(iii)*** de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; ***(iv)*** de julgamento; ***(iv)*** de habilitação; ***(vi)*** recursal; ***(vii)*** de homologação.

No caso dos autos, em razão do andamento dos atos praticados até o presente momento, somente é possível realizar uma análise dos elementos registrados na fase inicial do procedimento licitatório. Por consequência, torna-se fundamental atentar para o teor do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que inaugura o capítulo referente à fase preparatória da licitação, *in verbis:*

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas,

mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando os documentos que instruem os autos do processo licitatório, constata-se o atendimento ao disposto no dispositivo transcrito, haja vista que estão presentes, dentre outros, o Estudo Técnico Preliminar com a descrição da necessidade, condições gerais da contratação, requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e pagamento, forma e critérios de seleção e regime de execução, estimativas do

valor da contratação; Mapa de Gerenciamento de Riscos e Projeto de Básico com planilha orçamentária com o custo estimativo da contratação.

Ademais, verifica-se a minuta de edital, que contam os anexos do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, Gerenciamento de Risco, Minuta do Contrato, e contempla as condições de participação na licitação, critérios da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, preenchimento da proposta, da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances, fase de julgamento, fase de habilitação, previsão de interposição de recursos, infrações administrativas e sanções; impugnação ao edital e do pedido de esclarecimento, recursos orçamentários e do valor estimado da contratação; em conformidade com o art. 25 da lei disciplinadora do tema.

Quanto ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, cumpre consignar que resta prejudicada a análise de compatibilidade da licitação com o plano anual de contratação, uma vez que o plano ainda está em fase de elaboração. No entanto, a sua ausência não compreende empecilho para o prosseguimento do certame, porquanto não é um item obrigatório, e sim facultativo, nos termos do art. 12, VII, da nova Lei de Licitações.

Em relação à modalidade de licitação, a contratação que se pretende realizar, não se enquadra em nenhuma hipótese excepcional, de forma que se deve aplicar a regra de licitar. Sobre o objeto do edital, assim dispõe a Lei nº 14.133/2021:

> Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:
> [...]
> XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:
> a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
> b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

Deste modo, da análise deste dispositivo é possível constatar que para a contratação

do que se pretende, a concorrência é a modalidade de licitação adequada.

Destaca-se que o edital em questão opta pela inversão de fases, vejamos o disposto no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021 que rege o tema:

> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
> [...]
> § 1º A fase referida no inciso V do **caput** deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do **caput** deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

In casu, tal escolha de inversão de fases foi justificada no Projeto Básico sob argumentação de garantir maior segurança jurídica do processo, seleção mais eficiente das propostas, pelo estímulo à competitividade e celeridade processual, assim, a fase de habilitação ocorrerá antes das fases de apresentação de propostas, lances e julgamentos, conforme consta na minuta do edital.

No que tange ao prazo de publicação do edital, designa a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos que:

> Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:
> [...]
> II - no caso de serviços e obras:
> a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

Assim, o certame licitatório deverá observar o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a publicação e o recebimento das propostas.

Assim sendo ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da análise desta assessoria, diante da documentação acostada, visualiza-se que encontram-se cumpridos os requisitos legais exigidos ao presente edital.

De outro norte, e em tempo, considera-se que o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar observaram a legislação aplicável, a fim de que instruam o presente processo licitatório e possibilitem a realização deste, não havendo ressalvas a serem feitas.

Posto isto, a presente manifestação não se vinculou aos aspectos técnicos envolvidos

no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados foram avaliados, verificando se seus conteúdos são verossímeis, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, estando configurada a regularidade do procedimento adotado, com esteio na legislação vigente, **OPINA-SE** pela aprovação do presente edital, no Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003, uma vez que não foram encontrados empecilhos a respeito da regularidade processual do processo de concorrência eletrônica e seus anexos.

É o parecer. Salve melhor juízo.

Itapecuru Mirim/MA, 03 de fevereiro de 2025.

LUIS FERNANDO XAVIER GUILHON FILHO
Procurador Geral do Município

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CONTROLADORIA GERAL

PARECER TÉCNICO DE CONFORMIDADE Nº 21/2025
Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003
Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

Assunto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, para atender as necessidades do Município de Itapecuru Mirim.

Ao Ordenador de Despesa,

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Controladoria, na qual se requer a análise de conformidade quanto a instrução do procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem por objeto a **contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, para atender as necessidades do Município de Itapecuru Mirim,** conforme **Expediente Interno n. 01/2025.**

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Conforme?	OBS
O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente registrado em sistema informatizado para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos?	Sim	
Consta documento de formalização de demanda – DFD?	Sim	art. 12, VII, da Lei 14133, de 2021
Consta estudo técnico preliminar – ETP	Sim	Art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021
Houve justificativa para o caso de ausência de elementos facultativos do ETP?	Não se aplica	Art. 18, §1º e §2º, da Lei 14133, de 2021
Foi realizado o gerenciamento de risco, documentado em mapa de risco?	Sim	Art. 18, X, da Lei nº 14133, de 2021
No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?	Não se aplica	Art. 18, §1º, da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017
Foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa possui previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, para o exercício financeiro em que se realizará a despesa?	Sim	Art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021
Caso a previsão de vigência do contrato ultrapasse um exercício financeiro, foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem compatibilidade com o Plano Plurianual?	Sim	Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021
Caso se trate de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, foi juntada aos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	Sim	Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000
Foi juntada a comprovação de titularidade do imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia?	Não se aplica	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193, de 2019?	Não se aplica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CONTROLADORIA GERAL

Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?	Não se aplica	
Foi elaborado termo de referência/Projeto Básico?	Sim	Art. 18, II, da Lei 14133, de 2021
O mapa de risco foi atualizado após a confecção do TR?	Não	
Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias?	Sim	
Foi juntada aos autos a portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de pregão?	Não se aplica	
Caso adotada a modalidade de concorrência, foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos?	Sim	Designada pela Portaria n. 20/2025

Verificação específica para Sistema de Registro de Preços - SRP	Conforme?	OBS
Há justificativa para a utilização de sistema de registro de preços?	Não se aplica	
Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços – IRP?	Não se aplica	
Foi anexada aos autos a minuta de ata de registro de preços?	Não se aplica	

Verificação relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Conforme?	OBS
Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?	Sim	
Foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021?	Sim	
Caso não tenha sido observada a ordem de que trata o item anterior, houve comprovação da inviabilidade de utilização dos parâmetros que precedem, em grau de prioridade, o parâmetro utilizado?	Não se aplica	
Foram juntados orçamentos sintéticos de cada edificação, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra?	Não se aplica	
Foi juntada planilha orçamentária de consolidação, agrupando em uma única planilha todos os orçamentos sintéticos, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos?	Não se aplica	
Foi juntado orçamento resumido, apresentando apenas os subtotais da planilha orçamentária de consolidação ou os totais do orçamento sintético de cada etapa, parcela, edificação, instalação física ou trecho do empreendimento, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos?	Não se aplica	
Foi juntado orçamento analítico formado por composições de custo unitário de todos os serviços existentes no orçamento sintético e de eventuais composições de custo unitário de serviços auxiliares?	Sim	
Foi juntada curva ABC de serviços da planilha orçamentária de consolidação?	Sim	
Foi juntado demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para a mão de obra horista e mensalista?	Sim	
Foi juntado demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI utilizadas?	Sim	
Há demonstrativo de vantajosidade da adoção ou não do regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta – CPRB?	Não se aplica	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CONTROLADORIA GERAL

Caso o serviço de engenharia envolva a disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, consta planilha de custos e formação de preços?	Não se aplica	
Caso o orçamento estimado da contratação seja sigiloso, foi juntada aos autos a justificativa?	Não se aplica	

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Conforme?	OBS
Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado anteprojeto?	Não se aplica	Art. 6º, XXXII, da Lei nº 14.133, de 2021
O anteprojeto atendeu as exigências do inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021?	Não se aplica	
Foi confeccionado projeto básico, em sendo o caso?	Sim	
O projeto básico atendeu a todas as exigências que constam do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021?	Sim	
O projeto básico está atualizado às circunstâncias da publicação do edital?	Não se aplica	
O projeto básico atendeu as diretrizes estabelecidas pelo art. 45 da Lei 14.133/2021?	Sim	
Foi elaborado o projeto executivo, ou foi previsto no termo de referência ou projeto básico que esse documento técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?	Sim	
O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Sim	
O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básico?	Sim	

RESULTADO DA ANÁLISE

Esta Controladoria Interna salienta que o escopo desta manifestação é orientar o Gestor Público quanto às exigências legais para a prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal. Isso porque foge à competência legal examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, faz-se uma análise quanto aos documentos da fase preparatória constante nos autos, em complemento à análise jurídica prevista no **Art. 53 da Lei n. 14.133/21**, e a existência de documentos obrigatórios exigidos na legislação, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos setores técnicos competentes, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-jurídico-administrativa.

Ressalvamos que todos os despachos, atestos, declarações, relatórios e análises técnicas, contábeis e pareceres são de única e exclusiva responsabilidade dos seus respectivos setores e seus signatários.

Pelo exposto, considerando a documentação contida nos autos, opinamos pela **CONFORMIDADE** do presente processo licitatório.

São Luís/MA, 04 de fevereiro de 2025.

João Marcos Carvalho da Costa
Controlador Geral

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

AUTORIZAÇÃO

Ao Setor de Licitações
Sra. Pregoeira/Agente de contratação Jainne Lopes Magalhães.

Em atenção à necessidade e dar andamento aos trabalhos da Prefeitura Municipal de por meio da Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão, através do seu secretário, o Sr. Allyson Ferreira Pereira; da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito, através do seu secretário, o Sr. Iury Gustavo Mendonça de Sousa; **Ordenadores de Despesas conforme Decreto Municipal 01/2025, autorizamos** a continuidade do processo para a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

Na condição de ente público todos os processos de contratações e realizações de despesas relativas às atividades do Município de Itapecuru Mirim/MA, devem ser praticados estritamente sob a égide do regime do Direito Público, em que se aplica em especial a Lei 14.133/2021, LC 123/06, a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas específicas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle interno e externo.

Na qualidade de ordenador de despesa, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa especificada pelo objeto acima tem adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Para tal procedimento justifica-se abaixo, conforme segue:

A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.
O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.
No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.
A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas,

138

materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

E para este objeto, **AUTORIZAMOS** o Setor de Licitação a continuidade ao processo licitatório para que através de licitação, seja efetuada a contratação pretendida.

Visto que o gasto com o objeto desta licitação ultrapassará no presente processo o valor de dispensa de licitação prevista na lei 14.133/21, segue em anexo a Minuta do Edital para a elaboração de processo licitatório que possibilite aos diversos possíveis proponentes, a oportunidade de apresentarem suas propostas, de forma a promover a competitividade entre eles e buscar o melhor preço e as melhores condições para a Administração Pública.

Itapecuru Mirim/MA, 05 de fevereiro de 2025.

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão e Secretaria Municipal de Administração, Patrimônio e Recursos Humanos.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

139

TERMO DE AUTUAÇÃO

Assunto: Autuação do procedimento licitatório para abertura de processo para a Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte.

No dia 05/02/2025 eu, Jainne Lopes Magalhães, Agente de Contratação deste Município, nomeada pela Portaria nº 20/2025, autuo, assino e analiso os autos conforme Portaria supracitada.

Na presente data, o presente termo é reconhecido como peça preexistente para a estruturação e andamento de todos os documentos indispensáveis ao desdobramento dos autos, os quais foram devidamente carimbados, rubricados e numerados em ordem sequencial. Destaca-se que a primeira folha, correspondente a este termo, será determinante para a definição dos objetivos e recursos a serem adotados ao longo do procedimento supracitado.

DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003.
Concorrência Eletrônica - A escolha da **Concorrência Eletrônica** é justificada pela sua compatibilidade com o valor e a complexidade do objeto a ser licitado, pela maior competitividade que oferece, pela transparência e segurança jurídica proporcionadas, pela eficiência operacional e pelo suporte legal da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, essa modalidade visa garantir o melhor resultado para a Administração Pública, em conformidade com as exigências legais e os princípios administrativos.
Requisitante (s): Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

ESTIMATIVA DO VALOR

R$ 3.068.188,20 (Três milhões, sessenta e oito mil, cento e oitenta e oito reais e vinte centavos).

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

190

Após uma minuciosa análise dos documentos recebidos, atestamos a adequação da presente Minuta do Edital aos preceitos legais e jurisprudenciais vigentes. Este exame criterioso assegurou que minuta do Edital em questão está de acordo com os princípios e normas estabelecidos pela legislação pertinente, bem como com os precedentes judiciais pertinentes.

Considerando a importância de garantir a lisura e a transparência nos processos licitatórios, é imprescindível que a Minuta do Edital seja escrupulosamente avaliada à luz das disposições legais e das decisões judiciais anteriores. Nesse sentido, a análise detalhada realizada comprova que o presente Edital preenche todos os requisitos legais exigidos, garantindo assim a sua legitimidade e adequação ao ordenamento jurídico vigente.

Portanto, respaldados pela certeza de que a Minuta do Edital em questão está em total conformidade com a legislação e a jurisprudência pátrias, aprovamos a Minuta para prosseguimento do processo licitatório. Tal aprovação não apenas ratifica a idoneidade deste documento, mas também reforça o compromisso desta instituição com a legalidade e a transparência em todas as suas ações.

Sendo assim, eu, **Jainne Lopes Magalhães**, Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, fazendo uso de minhas atribuições legais, lavrei o presente termo, nesta data, dos autos do Processo Administrativo nº 2025.01.10.0003 para a realização da Concorrência Eletrônica, sendo este considerado peça preexistente e decisório para instauração do processo administrativo licitatório que se inicia.

Jainne Lopes Magalhães
Jainne Lopes Magalhães
Pregoeira
Matricula: 7529-1

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003
LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA DISPUTA.

MODALIDADE	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
BASE LEGAL	Lei Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13 e do Decreto Municipal Nº 016/2023.
OBJETO	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço global
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	https://www.licitaitapecurumirimma.com.br
DATA E HORÁRIO DE SESSÃO PÚBLICA:	28 de fevereiro de 2025. 10h (dez horas)
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O Edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA, localizado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro – Itapecuru Mirim/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas) ou através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br, no Portal da Transparência do Município e também através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA).

ATENÇÃO. Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no CAPÍTULO II-B, DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, além do TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ambas previstas na lei 14.133/21, que poderão acarretar na aplicação das penalidades previstas nos referidos regramentos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

O Município de Itapecuru Mirim/MA, através da Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão, por intermédio da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 20/2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº. 123/2006, da Lei Federal Nº 12.846/13, dos Decretos municipais Nº 131/2023, 133/2023, 136/2023, 138/2023, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realização de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço global, sob regime de Empreitada por preço unitário, objetivando o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.licitaitapecurumirimma.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: verificar a regularidade formal e material do edital e seus anexos, representando à autoridade superior a presença de qualquer indício de irregularidade; analisar solicitações de esclarecimentos; julgar as propostas apresentadas e verificar os documentos de habilitação; corrigir possíveis irregularidades por meio de decisão devidamente fundamentada; declarar o vencedor do certame; decidir pedido de reconsideração e recurso; orientar as atividades da equipe de apoio, dando todo suporte gerencial aos seus integrantes e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável para propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Concorrência Eletrônica tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Projeto Básico (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2. O valor máximo total objeto desta licitação é de R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos), conforme os lotes abaixo especificados:

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema portal de compras do município de Itapecuru Mirim/MA www.licitaitapecurumirimma.com.br e o descritivo do objeto do Projeto Básico deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Projeto Básico.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas para esta contratação correrão com a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 06 – SEC. MUN. DE INFRA. URB. PAISAG. TRASP. TRANS.
Projeto Atividade: 26.782.0042.1012.000 – CONST. AMPL. RECUP. ESTRA. VICI. PONT. BUER. DRENA
Elemento de Despesa: 44.90.51.000 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 1.500.00.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Fonte de Recurso: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do município de Itapecuru Mirim/MA (www.licitaitapecurumirimma.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.4. Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e realizar o cadastro da proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no campo específico deste Edital.

4.3.1. Como condição de pré habilitação, as participantes deverão apresentar garantia de proposta não superior a 1%, do valor estimado para esta contratação.

4.3.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.3.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

4.3.4. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.9.1. A licitação será realizada com inversão das fases de habilitação e lances, conforme disposto no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.9.2. Na primeira fase, os licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação, que será analisada pela agente de contratação.

4.9.3. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem a todos os requisitos exigidos no edital.

4.9.4. Na segunda fase, os licitantes habilitados apresentarão seus lances, em sessão pública.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas readequadas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.

5.2. Ao final da disputa, será solicitada a proposta atualizada com os seguintes documentos:

I - Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI;

IV - Composição de Encargos Sociais;

V - Composição de Custo Unitário;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, FASE DE HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a agente de contratação e os licitantes.

6.4. Será realizada a inversão de fases, onde a fase de habilitação antecederá a fase de propostas.

6.4.1. Serão analisados os documentos de habilitação de todos os participantes e serão de inicio inabilitadas, aquelas que apresentarem propostas, valores ou qualquer forma que antecipe o valor cadastrado na proposta e que fruste o caráter competitivo do certame. Dentre os documentos enviados antecipadamente, fica restrito aos documentos de habilitação, presentes no item 8 deste edital.

6.4.2. Após análise dos documentos de habilitação e divulgação do resultado do julgamento, estará aberto o prazo de intenção de recorrer desta fase, que deverá ocorrer de forma imediata, sob pena de preclusão desse direito.

6.4.3. Será divulgada no próprio chat, com antecedência de 24 horas as datas de divulgação do julgamento de habilitação e de continuidade para início da fase de lances, dentre aqueles que forem declarados habilitados para o certame.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global cadastrado.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com a agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

6.19 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. A agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado a agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, a agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.1. e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I. Contiver vícios insanáveis;
II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

7.8.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência a agente de contratação, que comprove:

I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital quando solicitada após a fase de proposta.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. A verificação pela agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.10. Após a abertura da sessão pública, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a agente de contratação auxiliada pela equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.28.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.28.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.28. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.28.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.28.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor emitida em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da sessão pública. Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.32. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.33. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.34. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.35. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.36. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002;11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.36.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.36.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.36.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.37. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.39. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.40. Deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica";

b) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil– CAU/BR, da região da Sede da Empresa, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física";

c) Declaração com indicação do responsável técnico, que deve ser graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, o qual se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro no Conselho Profissional e comprovação de regularidade;

d) Comprovação de vínculo profissional da Licitante e o Responsável Técnico indicado na Declaração solicitada na alínea "d", através de Cópia da Carteira Profissional; ou Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou Contrato de Trabalho; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado a ser apresentado, desde que acompanhada de Declaração de anuência expressa pelo profissional.

d.1) Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

d.2) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

e) Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação, estando as características mínimas abaixo apresentadas:

e.1) Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

e.2) Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

f) Relação e Indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (art. 67, inc. III da Lei 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede;

8.41. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

8.42. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

8.42.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

8.43. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a agente de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.44. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.45. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

9. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. O instrumento contratual será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9.4., a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.8. A regra do item 9.7. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

9.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 9.4. e 9.6.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela agente de contratação durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
d) Deixar de apresentar amostra;
e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
b) As peculiaridades do caso concreto
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitaitapecurumirimma.com.br ou no e-mail licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na integra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapecurumirim.ma.gov.br.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Projeto Básico
14.11.1.1. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Itapecuru Mirim/MA, 11 de fevereiro de 2025.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo,
Paisagismo, Transporte e Trânsito

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em atendimento ao artigo 18 inciso II da Lei n.º 14.133/21, elaboramos o presente Projeto Básico, para que através de procedimento licitatório pertinente, seja efetuada a **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA**.

2. OBJETO

2.1. **Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA**.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

3.2. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

3.3. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

3.4. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

3.5. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

3.6. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

3.7. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES:

O processo licitatório em questão adotará a inversão de fases, conforme os benefícios amplamente reconhecidos e apresentados a seguir. Esta decisão visa aprimorar a eficiência, transparência e competitividade do processo, proporcionando resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

Primeiramente, a inversão de fases garantirá uma seleção mais eficiente das propostas, uma vez que a análise dos documentos de habilitação ocorrerá antes da fase de lances. Isso significa que as empresas que não atenderem aos requisitos mínimos serão eliminadas logo no início do processo, poupando tempo e recursos tanto para a administração pública quanto para os licitantes.

Além disso, a inversão de fases promove maior segurança jurídica ao processo, pois as empresas habilitadas estarão legalmente aptas a participar da fase de apresentação de propostas e lances. Isso reduz o risco de contestações e recursos baseados em questões de habilitação após a fase de lances, proporcionando um ambiente mais transparente e confiável para todos os envolvidos.

Outro benefício significativo é o estímulo à competitividade. Com a habilitação sendo avaliada primeiro, as empresas qualificadas estarão mais motivadas e confiantes para competir em igualdade de condições na fase de lances. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, beneficiando diretamente a qualidade e eficiência dos serviços ou fornecimento dos bens licitados.

Por fim, a inversão de fases também contribui para a celeridade do processo, evitando atrasos desnecessários na contratação do serviço ou fornecimento do bem licitado. Ao eliminar rapidamente as empresas não habilitadas, garantimos uma análise mais ágil e eficaz das propostas qualificadas, tornando todo o processo mais dinâmico e eficiente.

Dessa forma, a decisão de realizar a inversão de fases neste processo licitatório está alinhada com as melhores práticas de gestão pública, visando sempre a otimização dos recursos, a transparência nas ações e a busca por resultados que atendam às necessidades e expectativas da comunidade e da administração pública local.

4. ESPECIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO E PRAZO.

4.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as Especificações Técnicas e Prazos contidos no Projeto Arquitetônico que são parte integrante, Anexo deste Projeto Básico.

4.2. As especificações técnicas, bem como, a qualidade dos serviços, devem obedecer fielmente às normas descritas no Memorial Descritivo (especificações técnicas), pois são condições essenciais para a realização dos serviços;

4.3. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento escrito do Membro e/ou Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim/MA.

4.4. O objeto da contratação tem a natureza de Serviços de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma demanda recorrente e indispensável para assegurar a manutenção e a segurança especialmente em razão dos impactos climáticos que agravam as condições dessas estruturas. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa considerando a necessidade de intervenções regulares e sistemáticas para atender às demandas identificadas no Estudo Técnico Preliminar e garantir a eficiência no planejamento e na execução dos serviços.

4.6. O prazo de vigência é de 12 (Doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as regras específicas presentes na minuta do contrato.

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

II- Poderão ser subcontratadas as parcelas de menor relevância, conforme indicação do setor de engenharia do município, conforme especificação abaixo:

5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. Poderá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia,

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.17. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.18. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.19. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada, com correção monetária.

4.20. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.21. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.22. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.23. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.24. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

I- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.25. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.26. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.27. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.28. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.29. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.30. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.31. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.32. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias 2depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.33. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.34. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.35. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5. PROJETO ARQUITETÔNICO.

5.1. O projeto arquitetônico, anexo I, documento principal, integram o presente Projeto Básico, e é composto pelas seguintes peças documentais:

I - ART – Anotação de Responsabilidades Técnica;

II - Especificações Técnicas;

III - Planilhas Orçamentárias (Analítica e Sintética);

IV - Cronograma Físico – Financeiro;

V - Composição de BDI

VI – Composição de Encargos Sociais;

VII – Composição de Custo Unitário;

5.2 O projeto arquitetônico deverá ser obedecido integralmente e as alterações de qualquer natureza deverão ser objeto de aprovação por parte da Secretaria Municipal, visando melhor utilização do objeto.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

6.1. Somente poderão participar deste procedimento licitatório, as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto;

6.2. As empresas deverão comprova está devidamente habilitada, mediante apresentação dos documentos de habilitação: Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação econômico financeira, Regularidades Fiscal e Trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, relacionados no art. 62 da Lei nº 14.133/21;

6.3. Não poderão participar o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, pessoa física ou jurídica que se encontre, ao

tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista e demais vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

6.4. A empresa vencedora deverá executar os serviços, com equipe técnica, contendo profissionais habilitados para tal finalidade, sendo exigência na equipe técnica, no mínimo 01 (hum) Engenheiro Civil, sendo esses profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico, com registro no respectivo conselho. Sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de os todos os materiais, e dispor de recurso físico de equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias a execução dos serviços licitados;

6.5. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

6.5.1. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

6.5.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;

6.7. A licitante deverá apresentar uma proposta de preços, com Planilha Orçamentária que contemplem todos os itens. A proposta deverá conter as seguintes peças do Anexo I - Projeto Arquitetônico, parte integrante do Projeto Básico.

I- Planilhas Orçamentárias;

II - Cronograma Físico – Financeiro;

III - Composição de BDI

IV - Composição de Encargos Sociais;

V – Composição de Custo Unitário;

7. DA FISCALIZAÇÃO.

7.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

7.1.1. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

7.1.2. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.1.3. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

7.1.4. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

7.1.5. A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse uaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS.

8.1. O custo máximo estimado para execução dos serviços, definido na Planilha Orçamentária para esta contratação, somando a quantia de **R$ 3.068.188,20 (três milhões sessenta e oito mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos).**

8.2. O preço médio estimado, no parágrafo acima, foi realizado através da Tabela Oficiais do Governo:

SINAPI - 11/2024 - Maranhão

SICRO3 - 10/2024 - Maranhão

ORSE - 11/2024 - Sergipe

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização das obras e/ou dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dosmServiços ou no Memorial Descritivo (fls._) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, que não será transferido à Administração em razão da natureza do contrato, conforme ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão -de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Itapecuru Mirim/MA ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) em caso de denúncia devidamente comprovada contra a CONTRATADA acerca do atraso no pagamento de salários e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

d) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Itapecuru Mirim/MA ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Itapecuru Mirim/MA ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

e) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII– responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) ____ (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato), assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário uma vez que a execução dos serviços será realizada sob demanda pelo contratante.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

12.1. Será indicada a dotação orçamentária para execução desses serviços.

13. FORMA DE PAGAMENTO.

13.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964** , observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *(setor competente do órgão ou entidade licitante)* .

Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração (*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra*) de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período -base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação valida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

14. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

(a) **Advertência;**

(b) **Multa;**

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos ;**

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não -aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

VII. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal	05

	ou consequências letais, por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim/MA e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa,

promover - se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá serrecomposto em **48 (quarenta e oito) horas** , sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17. INFORMAÇÕES GERAIS.

17.1. Maiores informações poderão ser adquiridas, na sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Senador Benedito Leite, 328, Centro, no período compreendido das 08h00min as 12h00min, de segunda á sexta feira.

Itapecuru Mirim/MA, 11 de fevereiro de 2025.

ELABORADO POR:

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Responsável Técnico e de fiscalização das obras do Município de Itapecuru Mirim/MA

APROVADO POR:

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

Allyson Ferreira Pereira
Secretaria Municipal de Receita, Orçamento e Gestão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO

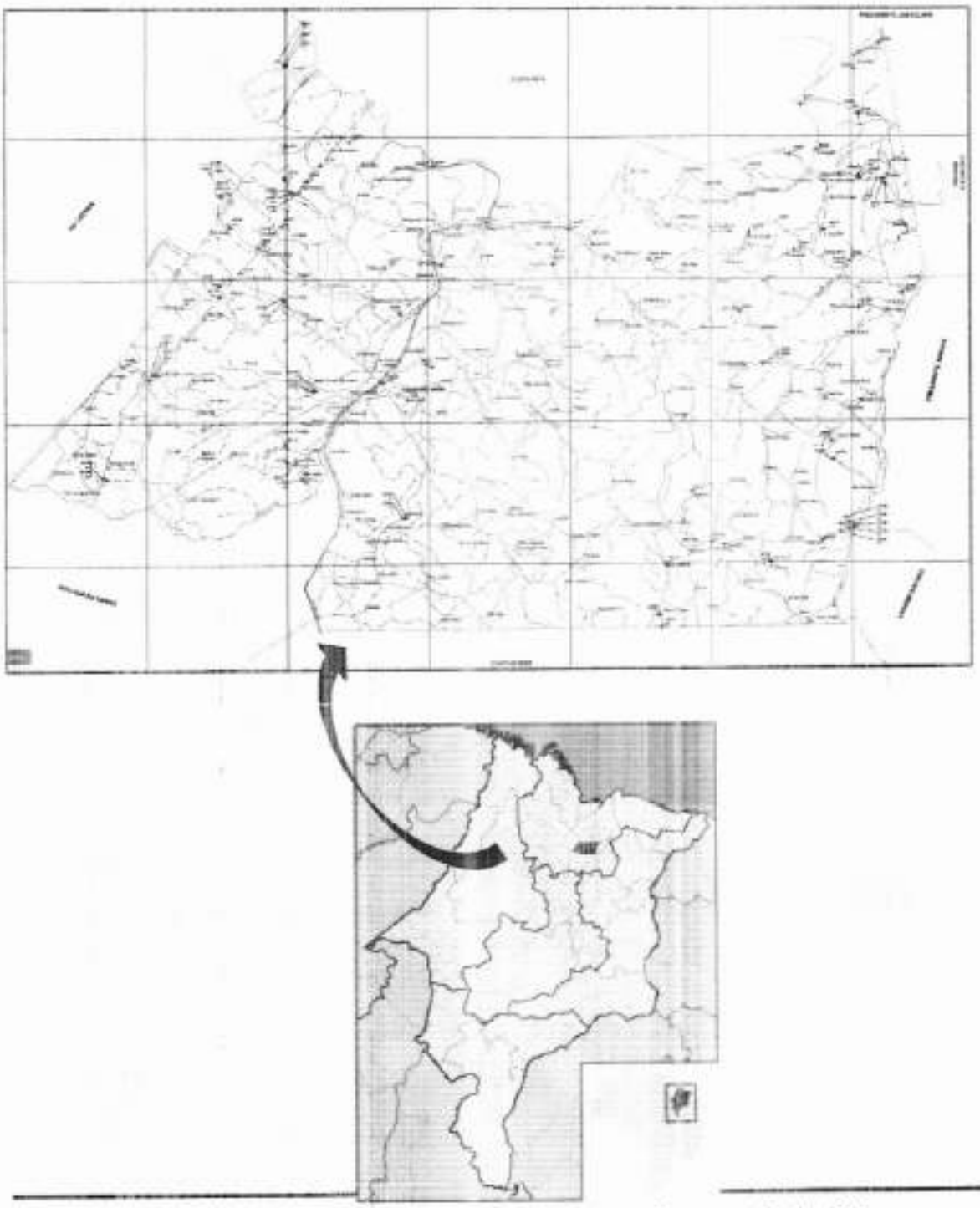
1. APRESENTAÇÃO

Este documento visa apresentar um descritivo geral para os serviços atinentes a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim – MA, onde para a plena satisfação deste objeto se deve atender os requisitos constantes nas Normas, Resoluções, Deliberações, Portarias, regulamentações e legislações vigentes, sejam elas o NBR's, INMETRO ou do município, estando ainda de acordo com os procedimentos e as especificações técnicas constantes neste relatório. O executor/construtor deverá seguir as especificações dos materiais indicados e obedecer às descrições dos serviços presentes neste. Os serviços considerados contemplam o fornecimento e a instalação, no município de Itapecuru Mirim incluindo mão de obra, material e equipamentos.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 42
2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO 44
3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 45
4. MEMORIAL DESCRITIVO 45
4.1. Localidade e cadastro/levantamento de área para intervenção 45
4.2. Objetivos 46
4.3. Definição das etapas e informações construtivas 46
4.4. Especificação técnica 47
4.4.1. Reparos/recuperação de ponte 47

2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O município de Itapecuru se situa na região do Baixo Itapecuru que se estende-se por 407,45 km desde a cidade de Caxias até a foz, na baía de São Marcos. O desnível total é de cerca de 50 m, atingindo uma declividade média de 14 cm/km. As menores declividades influenciam na velocidade do rio, que corre mais lentamente no seu baixo curso até o município de Itapecuru-Mirim, caracterizando-se como um rio de planície.

A rede hidrográfica do município é composta pelo rio Itapecuru e seus afluentes os riachos: Dom Querer, São José, Forte, Leão, Frecheira, Passarinha, Mocambo, Itapecuruzinho, Picadinha, Vaca Branca, Cova, Riachão, Quebra, Jundiaí, Maniva, Grande, Quebra-Coco, Ipiranga, Mata e Cantagalo.

Tendo em vista que o município ocupa uma área de 1.480,641 km², é a cidade mais importante da então Microrregião de Itapecuru Mirim e a 17ª maior cidade do estado, com população de 60.440 habitantes conforme estimativas do IBGE, tendo uma economia voltada principalmente a indústria de cerâmicas, indústria de alimentos e beneficiamento de grãos (arroz e milho) e derivados do babaçu, agricultura que se desenvolvem por toda a extensão do município cortado por riachos e presença abundante de pontes(cerca de 50 pontes municipais).

Atrelado a isto, têm-se um considerável número de povoados e quilombos situados na área rural, que são atendidos pelos serviços e equipamentos públicos, deste modo é imprescindível a garantia de infraestrutura para mobilidade e transporte interligando desde as áreas mais remotas à sede municipal.

Diante de tal cenário e mediante vistorias realizadas por equipe técnica, constatou-se que grande parte das pontes tem a necessidade de intervenção, seja por reforço ou recuperação, de modo que todas necessitam de manutenção, por isto este relatório elaborado pela Secretaria Municipal de infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito têm como objeto a execução de reparos e recuperação de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim – MA.

4. MEMORIAL DESCRITIVO

4.1. Localidade e cadastro/levantamento de área para intervenção

Todas as pontes se situam no município de Itapecuru Mirim – MA, trata-se de 50 pontes existentes em madeira e com as seguintes dimensões médias; comprimento de 15,00m e largura de 4,50m. Em conformidade com os levantamentos da área, da funcionalidade e as condições de aproveitamento.

Os cadastros/levantamentos foram executados segundo um plano de trabalho pré-estabelecido após visita técnica, considerando:

• Os fatores técnicos, examinando as condições de segurança e de operacionalização do estudo em questão.

• Os fatores econômicos, considerando o custo da construção, no qual se visou minimizar economicamente as frentes de serviços, sem ferir os princípios técnicos.

4.2. Objetivos

- Geral;

- Implementar um sistema de melhoramento da estrada vicinal e drenagem, oferecendo melhores condições de deslocamento para a sede do município.

- Específico

-Promover a melhoria nas condições e dos dispositivos de infraestrutura (pontes de madeira) e segurança ao tráfego do município;

-Contribuir para a manutenção do bem-estar da população.

4.3. Definição das etapas e informações construtivas

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Durante a obra será feito periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Competirá ao executor/construtor fornecer todo o ferramental, instalações provisórias, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a Fiscalização de Obras que, se necessário, buscará junto aos departamentos e divisões na Rede Física o apoio para essa definição e para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da edificação.

Este Memorial Descritivo tem a função de propiciar a perfeita compreensão do projeto e de orientar o construtor objetivando a boa execução da obra.

Os serviços deverão ser feitos rigorosamente de acordo com o projeto de execução. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma. É de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações.

4.4. Especificação técnica

4.4.1. Reparos/recuperação de ponte

Estrutura de Madeira

Visando permitir a passagem das águas de um lado ao outro do corpo estradal deverão ser construídas as

necessárias obras transversais, com o propósito de interceptar a drenagem natural, das áreas adjacentes.

As obras transversais subdividem-se em duas categorias: OAC - obras de arte correntes e OAE - obras de arte especiais.

Obras de arte especiais (pontes):

Estacas

Estacas em madeira com profundidade mínima de 3 m, com seção de 0,25 x 0,20 m e penetração até o ponto de nega com uso de bate estaca.

Pilares:

Em madeira com comprimento definido em planta, com seção de 0,25 x 0,20 m, conforme demonstrativo em planta.

Transversina I e II

A transversina I, montada na parte superior dos pilares servindo de apoio para os balancins, possui comprimento de 5 m com seção de 0,22x0,25m conforme detalhes em planta.

A transversina II montada na parte inferior dos pilares em fileira dupla ou pares com parafusos de 0,30 m de comprimento de 1 de diâmetro, conforme demonstrativos em planta.

Parafuso I e II

Parafuso I em aço com 0,60 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Parafuso II em aço com 0,30 m de comprimento e ½" de diâmetro.

Os mesmos deverão estar acompanhados de arruelas e porcas conforme demonstrativos em planta.

Balancim I e II

Os balancins colocados sobre os pilares da linha de frente (pilares extremos), deverão possuir comprimentos de 1,50 m e seções de 0,25 x 0,20 m atrelados com parafusos de 1/2 de diâmetro e comprimentos de 0,60 conforme demonstrativo em planta.

Os balancins centrais deverão possuir comprimento de 2,2 m, com seções de 0,25 x 0,20 m, atrelados com para parafusos de ll: de diâmetro e comprimento de 0,60 m, conforme demonstrativos em planta.

Longarinas:

Deverá apresentar seu comprimento de acordo com os vãos estabelecidos seguindo as dimensões de projeto.

Passa - Roda

Em tábuas com comprimento de acordo com os vãos apresentados e seções 0,22 x 0,08, formando uma largura de 0,90 m, com espaçamento de 0,90 m.

Tem como objetivo produzir uma superfície de rolamento dotado de suporte e coesão para proporcionar tráfego em condições de rapidez e conforto.

Guias

Peças em madeira com 20 m de comprimento e seções de 0,10 x10 m colocadas nas laterais sobre o tablado com função de proteção ao tráfego. Conforme planilha em anexo.

Tábua

Peça uniforme em madeira de lei com comprimento de 5 m de seções de 0,20 x 0,08 m colocadas no sentido vertical da ponte para formação do tablado.

Sinalização vertical:

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de advertir, indicar ou regulamentar o uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

A seleção e implantação da sinalização vertical deve obedecer aos requisitos básicos seguintes:

- Atender a uma real necessidade:

- Chamar a atenção dos usuários;

- Transmitir uma mensagem clara e simples;

- Orientar o usuário para a boa fluência e segurança de tráfego;

- Impor respeito aos usuários;

- Fornecer tempo adequado para uma ação correspondente.

Critérios de Controle

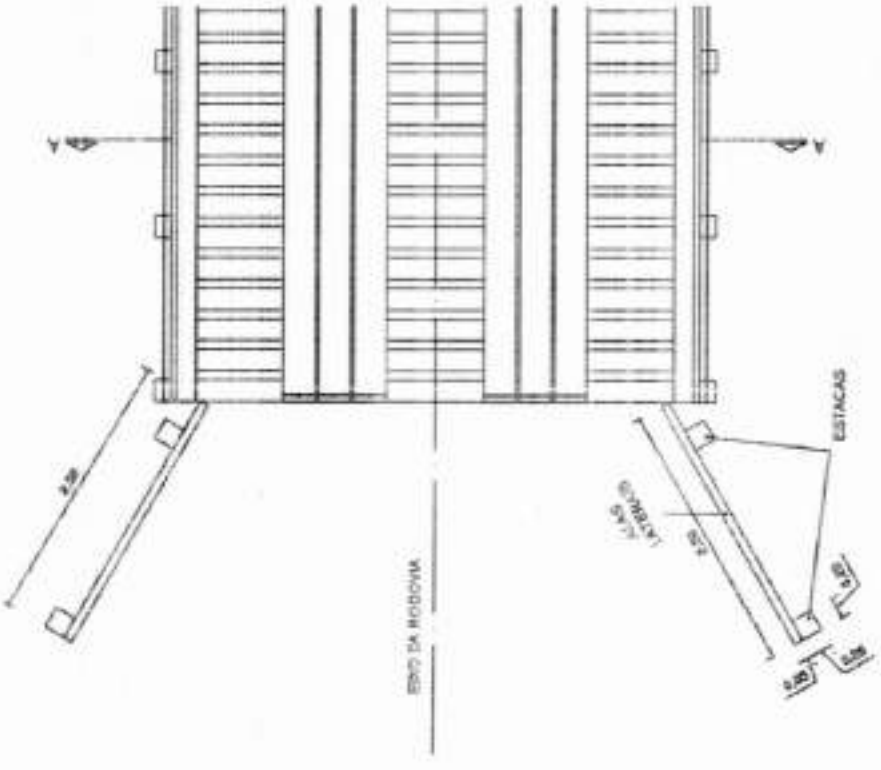
Todos os materiais utilizados na sinalização vertical devem satisfazer às exigências das especificações do Manual de Materiais para Demarcação Viária do DENATRAN.

Material

- **Chapa de aço Nº 16:** As chapas terão a superfície posterior preparada com tinta preta fosca. As chapas para placas totalmente refletivas terão a superfície que irá receber a mensagem, preparada com "primer".
- **Película:** A película refletiva deverá ser constituída de lentes esféricas inclusas em um plástico transparente e com superfície externa lisa. A película deverá ser resistente às intempéries e ter em sua face posterior um adesivo pré-aplicado, protegido por um liner removível.
- **Pintura:** A pintura deverá ser executada por um processo que garanta a durabilidade da placa por um período de no mínimo 5 anos. A pintura deverá ser executada após corte, furação e arremates; Os versos das placas devem receber uma demão de tinta esmalte sintético fosco na cor preto fosco. O acabamento da placa deve ser feito com 2 (duas) demãos de tinta esmalte sintético preto fosco, à base de resina acrílica ou poliéster, de secagem rápida ao ar.

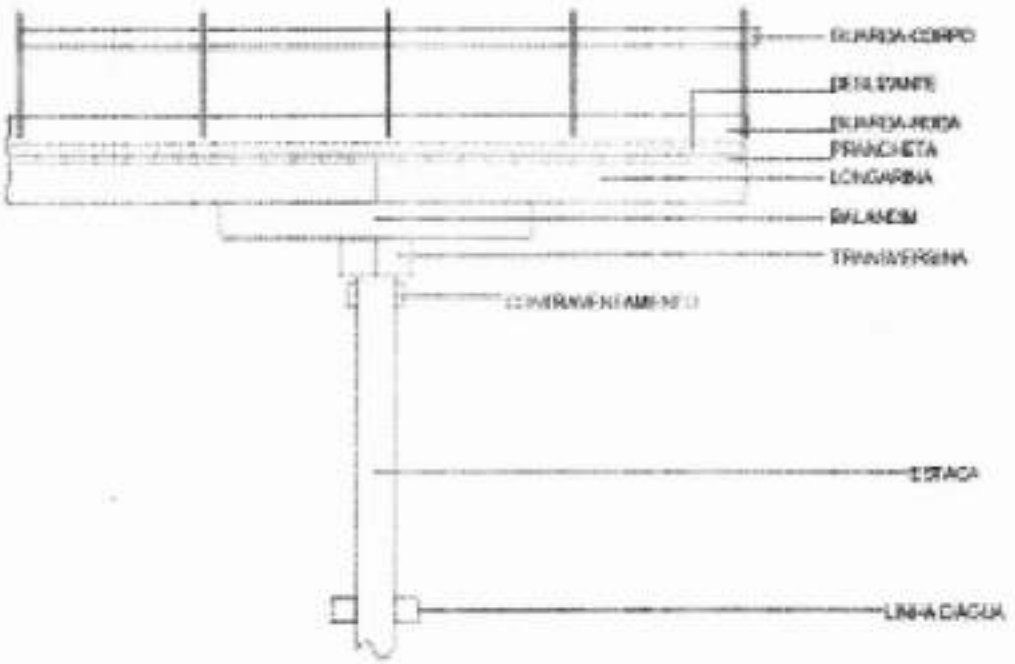
Esquemático de ponte em planta

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80



Esquemático de ponte em corte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Obra	Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais
Manutenção de pontes em estrutura de madeira - sob demanda	**SINAPI - 11/2024 - Maranhão** **SICRO3 - 10/2024 - Maranhão** **ORSE - 11/2024 - Sergipe**	**29,77%**	**Não Desonerado:** Horista: 82,97% **Mensalista: 46,10%**

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			**OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA**		**28**		**109.578,15**	**3.068.188,20**	**100,00 %**
1.1	CCV0	Próprio	Contraventamento	m³	2,52	3.287,64	4.266,37	10.751,25	0,35 %
1.2	CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	m³	1,6	3.287,64	4.266,37	6.826,19	0,22 %
1.3	CCV0	Próprio	Trasversina (0,220.25)m	m³	1,65	3.287,64	4.266,37	7.039,51	0,23 %
1.4	CCV0	Próprio	Rulacin	m³	1,32	3.287,64	4.266,37	5.631,60	0,18 %
1.5	CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	m³	3,3	3.287,64	4.266,37	14.079,02	0,46 %
1.6	CCV0	Próprio	Passa Roda	m³	1,5488	3.287,64	4.266,37	6.607,75	0,22 %
1.7	CCV0	Próprio	Guia	m³	0,22	3.287,64	4.266,37	938,60	0,03 %
1.8	CCV0	Próprio	Guarda Corpo	m³	0,231	3.287,64	4.266,37	985,53	0,03 %
1.9	CCV0	Próprio	Tabua	m³	4,4	3.287,64	4.266,37	18.772,02	0,61 %
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	80	9,57	12,41	992,80	0,03 %
1.11	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	80	22,07	28,64	2.291,20	0,07 %
1.12	5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %

1.13	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,60	440,00	0,01 %
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
1.15	5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,99	6,47	485,25	0,02 %
1.16	1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	52,8	447,71	580,99	30.676,27	1,00 %
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retorrefletiva tipo I + III - confecção	m²	2	460,67	597,81	1.195,62	0,04 %
1.18	5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,95	143,97	287,94	0,01 %
					Total sem BDI				**2.364.430,60**
					Total do BDI				703.757,60
					Total Geral				**3.068.188,20**

Cronograma Físico e Financeiro						
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS
1	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA	100,00% 3.068.189,01	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14
Porcentagem			**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**
Custo			**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**
Porcentagem Acumulado			**8,33%**	**16,66%**	**24,99%**	**33,32%**
Custo Acumulado			**255.580,14**	**511.160,28**	**766.740,42**	**1.022.320,56**

150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,33% 255.580,14	8,37% 256.807,42
8,33%	**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**	**8,33%**	**8,37%**
255.580,14	**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**	**255.580,14**	**256.807,42**
41,65%	**49,98%**	**58,31%**	**66,64%**	**74,97%**	**83,3%**	**91,63%**	**100,0%**
1.277.900,70	**1.533.480,84**	**1.789.060,98**	**2.044.641,12**	**2.300.221,26**	**2.555.801,40**	**2.811.381,54**	**3.068.188,20**

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	1.478,4	580,99	858.935,61	27,99	27,99
CCV0	Próprio	Tabua	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	123,2	4.266,37	525.616,78	17,13	45,13
CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	92,4	4.266,37	394.212,58	12,85	57,97
CCV0	Próprio	Contraventamentos	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	70,56	4.266,37	301.035,06	9,81	67,79
CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	46,2	4.266,37	197.106,29	6,42	74,21
CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1.5)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	44,8	4.266,37	191.133,37	6,23	80,44
CCV0	Próprio	Passa Roda	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	43,3664	4.266,37	185.017,10	6,03	86,47
CCV0	Próprio	Balacin	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	36,96	4.266,37	157.685,03	5,14	91,61
00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2.240,0	28,64	64.153,60	2,09	93,70
5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³		m³	3.080,0	12,31	37.914,80	1,24	94,94
5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção		m²	56,0	597,81	33.477,36	1,09	96,03
00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PAEABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	2.240,0	12,41	27.798,40	0,91	96,93
CCV0	Próprio	Guarda Corpo	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m²	6,468	4.266,37	27.594,88	0,90	97,83
CCV0	Próprio	Guia	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m²	6,16	4.266,37	26.280,83	0,86	98,69
5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m³	2.100,0	6,47	13.587,00	0,44	99,13
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural		tkm	7.700,0	1,60	12.320,00	0,40	99,53
5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação		un	56,0	143,97	8.062,32	0,26	99,80
4011209	SICRO3	Regularização do subleito		m²	4.200,0	1,49	6.258,00	0,20	100,00
					Total sem BDI				**2.364.430,60**
					Total do BDI				**703.757,60**
					Total Geral				**3.068.188,20**

ENCARGOS SOCIAIS

Código	Descrição	Oneroso Horista	Desoneroso Horista
Grupo A	-	16,80%	36,80%
A1	INSS	0,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Grupo B	-	48,43%	48,43%
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89%	17,89%
B2	Feriados	3,95%	3,95%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,85%
B4	13º Salário	11,03%	11,03%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,74%
B7	Dias de Chuvas	1,59%	1,59%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,10%
B9	Férias Gozadas	12,18%	12,18%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,04%
Grupo C	-	9,22%	9,22%
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58%	4,58%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	1,73%	1,73%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41%	2,41%
C5	Indenização Adicional	0,39%	0,39%
Grupo D	-	8,52%	18,23%
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14%	17,82%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,41%
Total(A+B+C+D)		82,97%	112,68%

Código	Descrição	Onerado Mensalista	Desonerado Mensalista
Grupo A	-	**16,80%**	**36,80%**
A1	INSS	0,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Grupo B	-	**18,88%**	**18,88%**
B1	Reposso Semanal Remunerado	0,00%	0,00%
B2	Feriados	0,00%	0,00%
B3	Auxilio - Enfermidade	0,64%	0,64%
B4	13º Salário	8,33%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,04%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,56%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	0,00%	0,00%
B8	Auxilio Acidente de Trabalho	0,08%	0,08%
B9	Férias Gozadas	9,20%	9,20%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
Grupo C	-	**6,96%**	**6,96%**
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,46%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,08%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	1,31%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	1,82%	1,82%
C5	Indenização Adicional	0,29%	0,29%
Grupo D	-	**3,46%**	**7,26%**
D1	Reincidência ce Grupo A sobre Grupo B	3,17%	6,95%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,29%	0,31%
Total(A+B+C+D)		**46,10%**	**69,90%**

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			OBRAS DE ARTES ESPECIAIS - MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA		28		109.578,15	3.068.188,20	100,00 %
1.1	CCV0	Próprio	Contraventamentos	m²	2,52	3.287,64	4.266,37	10.751,25	0,35 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Extensão = 42,00 m	42				0,0000000	
			espessura = 0,15 m					0,0000000	
			base = 0,05 m					0,0000000	
			Quantidade = 8 unidades	8				0,0000000	
			Volume Total					2,5200000	
1.2	CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5 m	m³	1,6	3.287,64	4.266,37	6.826,19	0,22 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,20 m					0,0000000	
			Altura = 4,00 m					0,0000000	
			base = 0,25					0,0000000	
			4 Pilares sent. Transversal) x 2 sentido longitudinal = 8 unidades					0,0000000	
			Volume total					1,6000000	
1.3	CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	m³	1,65	3.287,64	4.266,37	7.039,51	0,23 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,22 m					0,0000000	
			comprimento = 5,00 m					0,0000000	
			base = 0,25 m					0,0000000	
			sent. Longitudinal - 3 Transversal x 2 linhas pilares = 6,00 unidades					0,0000000	
			Volume Total					1,6500000	
1.4	CCV0	Próprio	Balacin	m³	1,32	3.287,64	4.266,37	5.631,60	0,18 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura = 0,20 m					0,0000000	
			Comprimento = 11,00 m					0,0000000	
			base = 0,25 m					0,0000000	
			Quantidade = 12 Unidades					0,0000000	
			Volume Total					1,3200000	

1.5	CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	m³	3,3	3.287,64	4.266,37	14.079,02	0,46 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Espessura =0,20 m					**0,0000000**	
			Comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,25 m					**0,0000000**	
			Quantidades = 6					**0,0000000**	
			Volume Total					3,3000000	
1.6	CCV0	Próprio	Passa Roda	m³	1,5488	3.287,64	4.266,37	6.607,75	0,22 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,22 m					**0,0000000**	
			quantidade=0,9 de cada passa roda/0,22m por peça = 4 peças x passa roda = 8 Unidades					0,0000000	
			Volume Total					**1,5488000**	
1.7	CCV0	Próprio	Guia	m³	0,22	3.287,64	4.266,37	938,60	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 0,10 m					**0,0000000**	
			Quantidade = 2 unidades					**0,0000000**	
			Volume total					0,2200000	
1.8	CCV0	Próprio	Guarda Corpo	m³	0,231	3.287,64	4.266,37	985,53	0,03 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
Peça Horizontal			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Base = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Quantidade = 2					**0,0000000**	
Peça Horizontal			Volume total 1					0,2200000	
Peça Vertical Pontaletes			espessura = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			comprimento = 1,00 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			base = 0,10 m					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			Quantidade = 11					**0,0000000**	
Peça Vertical Pontaletes			Volume total 2					**0,0110000**	

1.9	CCV0	Próprio	Tabua	m³	4,4	3.287,64	4.266,37	18.772,02	0,61 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			espessura = 0,08 m					**0,0000000**	
			comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			base = 5,00 m					**0,0000000**	
			Volume total					**4,4000000**	
1.10	00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	80	9,57	12,41	992,80	0,03 %
1.11	00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	80	22,07	28,64	2.291,20	0,07 %
1.12	5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	110	9,49	12,31	1.354,10	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura = 1,00 m					**0,0000000**	
			Comprimento = 11,00 m					**0,0000000**	
			Altura = 5,00 m					**0,0000000**	
			Lados = 2					**0,0000000**	
			Volume total	110				**110,0000000**	
1.13	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	275	1,24	1,60	440,00	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			volume do item 2.1 = 110,00 m3	1.1.12				**0,0000000**	
			Taxa = 1,25					**0,0000000**	
			km/ medio = 2,00					0,0000000	
			tkm total					**275,0000000**	
1.14	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	150	1,15	1,49	223,50	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			Largura x Extensão	150				**150,0000000**	
1.15	5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	75	4,99	6,47	485,25	0,02 %
Local			Descrição	Fórmula				Quantidade	
			L x C x H					**75,0000000**	
1.16	1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	52,8	447,71	580,99	30.676,27	1,00 %

Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			L x C x H X 2 LADOS						**52,8000000**	
1.17	5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção	m²	2	460,67	597,81	1.195,62	0,04 %
Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			quantidades = 2 lados	2					**2,0000000**	
1.18	5216111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	2	110,95	143,97	287,94	0,01 %
Local			Descrição	Fórmula					Quantidade	
			Unidades por ponte = 2 lados	2					**2,0000000**	

Total sem BDI	**2.364.430,60**
Total do BDI	**703.757,60**
Total Geral	**3.068.188,20**

Curva ABC de Serviços									
Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
1506055	SICRO3	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento		m³	1.478,4	580,99	858.935,61	27,99	27,99
CCV0	Próprio	Tabua	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	123,2	4.266,37	525.616,78	17,13	45,13
CCV0	Próprio	Longarinas (0,20x0,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	92,4	4.266,37	394.212,58	12,85	57,97
CCV0	Próprio	Contraventamentos	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	70,56	4.266,37	301.035,06	9,81	67,79
CCV0	Próprio	Trasversina (0,220,25)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	46,2	4.266,37	197.106,29	6,42	74,21
CCV0	Próprio	Pilar (0,20x0,25x1,5)m	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	44,8	4.266,37	191.133,37	6,23	80,44
CCV0	Próprio	Passa Roda	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	43,3664	4.266,37	185.017,10	6,03	86,47
CCV0	Próprio	Balacin	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	36,96	4.266,37	157.685,03	5,14	91,61
00039026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2.240,0	28,64	64.153,60	2,09	93,70
5501875	SICRO3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em leito natural - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m³		m³	3.080,0	12,31	37.914,80	1,24	94,94
5213417	SICRO3	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção		m²	56,0	597,81	33.477,36	1,09	96,03
00011963	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	2.240,0	12,41	27.798,40	0,91	96,93
CCV0	Próprio	Guarda Corpo	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,468	4.266,37	27.594,88	0,90	97,83
CCV0	Próprio	Guia	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m³	6,16	4.266,37	26.280,83	0,86	98,69
5502978	SICRO3	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal		m³	2.100,0	6,47	13.587,00	0,44	99,13
5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural		tkm	7.700,0	1,60	12.320,00	0,40	99,53
5215111	SICRO3	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação		un	56,0	143,97	8.062,32	0,26	99,80
4011209	SICRO3	Regularização do subleito		m²	4.200,0	1,49	6.258,00	0,20	100,00

Composições Analíticas com Preço Unitário								
Composições Principais								
I.I	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	CCV0	Próprio	ESTRUTURA DE MADEIRA E INFRAESTRTURA - MANUTENÇÃO	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	m²	1,0000000	3.287,64	3.287,64
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	6,7000000	28,83	193,16
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	3,3000000	23,52	77,61
Composição Auxiliar	3602	ORSE	Madeira angelin vermelho, serrada, aparelhada em dimensões e comprimentos pré-estabelecidos	Madeiramento	m³	1,0000000	3.016,87	3.016,87
				MO sem LS =>	101,27	LS =>	84,03	MO com LS => 185,30
				Valor do BDI =>	978,73			Valor com BDI => 4.266,37

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO AO PROJETO BÁSICO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte, do município de Itapecuru Mirim/MA, para a escolha da melhor solução para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda.

1.2. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, no município de Itapecuru Mirim/MA.

1.3. O município de Itapecuru Mirim, caracterizado por sua vasta extensão territorial e pela predominância de áreas rurais, possui uma infraestrutura de pontes de madeira que desempenha papel essencial para a mobilidade e o escoamento da produção agrícola, além de assegurar o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.

1.4. No entanto, essas estruturas enfrentam deterioração acelerada devido a fatores climáticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as intensas precipitações resultam no aumento dos níveis dos rios e na consequente elevação da carga suportada pelas pontes. Esse cenário agrava os danos estruturais, colocando em risco a segurança dos usuários e comprometendo o tráfego nas vias vicinais.

1.5. A manutenção preventiva e corretiva das pontes em madeira é indispensável para garantir a sua durabilidade e funcionalidade, além de prevenir acidentes que possam resultar em perdas humanas, materiais e financeiras. O melhoramento das estruturas existentes contribui diretamente para a segurança da população, promove a integração das comunidades rurais e urbanas, e assegura a continuidade das atividades econômicas locais, especialmente nas regiões mais isoladas, que dependem diretamente dessas passagens para transporte de bens e serviços.

1.6. Ademais, a execução dos serviços de manutenção de forma sistemática e sob demanda possibilita uma gestão eficiente dos recursos públicos, permitindo intervenções pontuais e rápidas sempre que necessário, sem a necessidade de processos demorados que possam agravar os problemas existentes.

1.7. Por fim, a contratação de uma empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, é essencial para garantir a qualidade dos serviços executados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando a durabilidade das pontes e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

1.8. Diante do exposto, torna-se imperativa a contratação de serviços especializados para a manutenção de pontes em estrutura de madeira, visando atender de forma eficaz às demandas da população de Itapecuru Mirim/MA, especialmente nas regiões mais vulneráveis e suscetíveis a problemas decorrentes das condições climáticas adversas.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2.2. Esta contratação está prevista no Plano de Contratações anual anteriormente publicado para o ano de 2024. O novo Plano de contratações está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei 14.133/21.

2.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas e atualizadas com o novo plano de contratações

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Fundamentação Legal:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Decretos municipais Nº 131/2023, 133/2023, 136/2023, 138/2023.

3.2. Deverá ser observado os documentos previstos no Capitulo VI – DA HABILITAÇÃO, da lei 14.133/21, como condições gerais de habilitação.

3.3. Deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação técnica:

a) Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Jurídica";

b) Certidão de Registro e Quitação do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil– CAU/BR, da região da Sede da Empresa, "Certidão de Registro de Quitação de Pessoa Física";

c) Declaração com indicação do responsável técnico, que deve ser graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, o qual se responsabilizará pela execução dos serviços, com nome, profissão, RG, CPF e número do Registro no Conselho Profissional e comprovação de regularidade;

d) Comprovação de vínculo profissional da Licitante e o Responsável Técnico indicado na Declaração solicitada na alínea "d", através de Cópia da Carteira Profissional; ou Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou Contrato de Trabalho; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado a ser apresentado, desde que acompanhada de Declaração de anuência expressa pelo profissional.

d.1) Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa e Certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizados;

d.2) O profissional indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente justificado e aprovada pela Administração;

e) Qualificação Técnico-Profissional - comprovação que o Responsável Técnico, indicado na alínea "d", é detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia, com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação.

e.1) Deverão constar, preferencialmente, das Certidões de Acervo Técnico ou dos Atestados Técnicos registrados no CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término da obra pertinente com o objeto, local de execução, nome do Contratante e da Contratada, nome dos responsáveis técnicos, seus títulos profissionais e números de registros no CREA, especificações técnicas da obra e os quantitativos executados;

e.2) Não serão aceitos Certidões de Acervo Técnico ou Atestados de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

f) Relação e Indicação das instalações e do aparelhamento, equipamentos e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (art. 67, inc. III da Lei 14.133/21), a fim de propiciar a fiel execução do objeto contratual, acompanhado de documento idôneo que comprove a existência física da sede da licitante e de fotos internas e externas da estrutura física da sua sede;

3.4. O Responsável Técnico da empresa após inspeção inicial e, quando da apresentação das propostas, apresentará declaração que não encontrou quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

3.5. A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças que deverá ser realizada por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato;

3.6. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dada a necessidade de garantir a manutenção e a segurança das pontes de madeira que conectam diversas localidades no município de Itapecuru Mirim, é essencial realizar um levantamento de mercado para identificar as melhores alternativas para a execução desses serviços. Este documento apresenta três opções viáveis, detalhando suas vantagens e desvantagens, de modo a orientar a escolha da estratégia mais adequada para atender às demandas locais e assegurar a integridade das infraestruturas existentes.

As alternativas analisadas incluem: a execução dos serviços pelos próprios servidores municipais, a contratação por meio de uma parceria público-privada (PPP) e a contratação de empresa especializada via licitação. Cada uma delas será discutida a seguir.

a) Realização dos Serviços pelos Próprios Servidores Municipais

Vantagens:

1. Controle Direto: A prefeitura mantém supervisão próxima de cada etapa, assegurando que os padrões de qualidade sejam rigorosamente atendidos.
2. Economia de Custos: A utilização de mão de obra interna reduz despesas com serviços terceirizados, permitindo a alocação de recursos para outras necessidades.
3. Conhecimento Local: Os servidores estão familiarizados com as particularidades das estruturas e da geografia local, possibilitando soluções mais adequadas às demandas específicas da comunidade.

Desvantagens:

1. Limitações Técnicas: Os servidores municipais podem não possuir a qualificação necessária para realizar serviços especializados, como reforços estruturais avançados.
2. Demora na Execução: A sobrecarga de trabalho ou a escassez de recursos internos pode levar a atrasos na realização dos serviços.

3. Riscos de Responsabilidade: Problemas técnicos ou falhas na execução recairiam diretamente sobre a prefeitura, gerando possíveis impactos financeiros e legais.

b) Realização dos Serviços por Parceria Público-Privada (PPP)

Vantagens:

1. Transferência de Riscos: Parte das responsabilidades é assumida pelo setor privado, reduzindo o impacto financeiro e operacional sobre a administração municipal.
2. Inovação e Eficiência: Empresas privadas podem empregar tecnologias avançadas e práticas mais eficientes na execução dos serviços.
3. Recursos Privados: A PPP possibilita acesso a financiamentos externos, viabilizando projetos de maior porte e qualidade.

Desvantagens:

1. Complexidade Contratual: A elaboração de contratos detalhados e as negociações podem prolongar o início dos serviços e aumentar os custos administrativos.
2. Alinhamento de Interesses: Há o risco de conflitos entre os interesses públicos e privados, impactando os resultados esperados.
3. Custo Inicial Elevado: Dependendo da configuração contratual, a PPP pode exigir contrapartidas financeiras significativas do município.

c) Contratação de Empresa via Licitação

Vantagens:

1. Competitividade: O processo licitatório assegura que as propostas sejam competitivas, buscando a melhor relação custo-benefício para o município.
2. Especialização Técnica: Empresas qualificadas trazem expertise e recursos técnicos avançados para a execução de serviços de manutenção.
3. Transparência e Conformidade Legal: A licitação é regida por normas claras, garantindo lisura e legalidade no processo.

Desvantagens:

1. Demora no Processo: A tramitação e possíveis contestações podem atrasar a contratação e o início dos serviços.

2. Rigidez Contratual: Após contratada, a empresa deve seguir os termos acordados, o que pode limitar a flexibilidade para ajustes durante a execução.

3. Custos Burocráticos: O processo envolve despesas administrativas adicionais, como publicação de editais e análise de propostas.

SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Escolha da Solução "c": Contratação de Empresa Especializada via Licitação para Serviços de Manutenção de Pontes em Estrutura de Madeira no Município de Itapecuru Mirim/MA

A solução escolhida é a opção "c", ou seja, a contratação de empresa especializada via licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira. Essa escolha é estratégica e vantajosa, atendendo de forma eficiente às necessidades do município e oferecendo benefícios significativos, que destacamos a seguir:

O processo licitatório é regulamentado e transparente, garantindo igualdade de condições para todas as empresas interessadas. Isso elimina qualquer risco de favoritismo e assegura que a seleção da empresa contratada seja baseada em critérios objetivos e técnicos, alinhados ao interesse público.

A licitação promove ampla concorrência entre as empresas, estimulando a apresentação das melhores propostas técnicas e financeiras. Essa competição aumenta as chances de o município contratar uma empresa que ofereça uma relação custo-benefício favorável, assegurando eficiência e economia no uso dos recursos públicos.

Ao adotar a licitação, a prefeitura tem a oportunidade de selecionar uma empresa especializada e experiente em serviços de manutenção de pontes de madeira. Isso garante que os trabalhos serão executados com qualidade, eficiência e dentro das especificações técnicas exigidas, assegurando a durabilidade e segurança das estruturas.

A empresa contratada estará vinculada aos prazos estabelecidos no contrato, bem como às normas legais aplicáveis. Isso proporciona maior segurança quanto ao cumprimento dos cronogramas e garante que os serviços serão realizados em conformidade com todas as regulamentações, beneficiando diretamente as comunidades que dependem das pontes para locomoção e transporte de bens.

Com a contratação, os riscos relacionados à execução dos serviços são transferidos para a empresa contratada. Questões como imprevistos técnicos ou problemas durante a execução dos trabalhos serão responsabilidade da contratada, minimizando impactos financeiros e administrativos para a prefeitura.

A manutenção das pontes é essencial para a mobilidade e segurança da população, especialmente nas áreas mais afetadas pelas chuvas. Estruturas bem conservadas reduzem riscos de acidentes e garantem o tráfego seguro, facilitando o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, e promovendo o desenvolvimento econômico local.

A contratação de empresa especializada via licitação é a solução mais adequada para atender às necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. Essa abordagem assegura transparência, competitividade, qualidade técnica e conformidade legal, promovendo a execução dos serviços com eficiência e segurança. Dessa forma, o

município estará contribuindo para melhorar a infraestrutura, garantir a segurança da população e otimizar os recursos públicos disponíveis.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A equipe de engenharia da prefeitura será responsável por elaborar o projeto básico para o serviço desejado, incluindo as especificações técnicas detalhadas e as planilhas orçamentárias necessárias para a execução dos serviços. Essa abordagem garante o controle total sobre o processo de planejamento, permitindo que a prefeitura adapte o projeto de acordo com as necessidades específicas de cada localidade no município.

5.2. A equipe de engenharia da prefeitura realizará visitas *"in loco"* às áreas designadas, a fim de avaliar as condições existentes e identificar as especificações e características únicas de cada localidade. Essas visitas serão fundamentais para garantir que o projeto seja adaptado às condições reais do terreno, levando em consideração questões como topografia, drenagem, acessibilidade e integração com o entorno.

5.3. Após a elaboração do projeto básico e a realização das visitas *"in loco"*, a prefeitura de conduzirá uma licitação na modalidade concorrência para a execução dos serviços.

5.4. A licitação garantirá a seleção da empresa mais qualificada e competitiva para realizar os serviços, levando em consideração a complexidade operacional envolvida. Essas soluções proporcionam um processo estruturado e transparente, garantindo que o projeto seja realizado com eficiência, qualidade e dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. A estimativa e dimensões deverão constar no Projeto básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. Para esta contratação, não há como fazer o parcelamento.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os resultados pretendidos para essa contratação são:

a) Contratação Eficiente e Oportuna: Garantir que a empresa seja contratada de maneira eficiente, sem atrasos desnecessários, permitindo o início oportuno e ágil da construção.

b) Escolha de uma Empresa Qualificada: Selecionar uma empresa qualificada e experiente para realizar a obra, assegurando um padrão de qualidade elevado e a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

c) Economia de Recursos: Evitar desperdícios financeiros por meio da escolha da abordagem mais econômica.

d) Transparência e Legalidade: Garantir que todo o processo seja transparente, ético e em total conformidade com a legislação e regulamentações locais, estabelecendo uma base legal sólida para a execução do contrato.

e) Início e Conclusão da Obra dentro do Prazo: Assegurar que a obra seja iniciada e concluída dentro dos prazos estipulados.

f) Qualidade da Infraestrutura: Garantir que os serviços sejam realizados com alta qualidade, proporcionando um local seguro e adequado para os munícipes.

g) Satisfação das Partes Interessadas: Assegurar a satisfação das partes interessadas, incluindo a comunidade local.

h) Sustentabilidade e Impacto Ambiental: Considerar práticas sustentáveis durante a construção, minimizando o impacto ambiental e promovendo a responsabilidade ecológica na execução da obra.

10.2. Ao alcançar esses resultados pretendidos, a contratação será bem-sucedida, proporcionando não apenas em serviço de alta qualidade, mas também estabelecendo um precedente positivo para futuros projetos e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade local.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

Não há necessidade de adoção de providencias preliminares para esta contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

A manutenção de pontes de madeira envolve atividades que podem gerar impactos ambientais, especialmente quando realizadas em áreas rurais ou próximas a corpos hídricos. Para garantir a preservação do meio ambiente e minimizar os efeitos adversos, é fundamental identificar os possíveis impactos e adotar medidas mitigadoras adequadas.

1. Possíveis Impactos Ambientais:

a) Desmatamento e Supressão Vegetal:

A extração de madeira para substituição ou reparo de partes da ponte pode levar ao desmatamento em áreas de floresta.

b) Alteração de Corpos Hídricos:

A proximidade de rios ou córregos pode resultar em poluição das águas devido à liberação de resíduos, como óleos, tintas, ou fragmentos de madeira tratada.

c) Geração de Resíduos Sólidos:

Os materiais retirados durante a manutenção, como madeira danificada, pregos, parafusos, e restos de outros materiais, podem gerar resíduos sólidos inadequadamente descartados.

d) Ruídos e Poluição do Ar:

O uso de máquinas, ferramentas e transporte de materiais pode causar emissão de gases e ruídos, impactando a fauna local e a qualidade do ar.

e) Compactação do Solo:

O trânsito de veículos e maquinários pesados na área da obra pode compactar o solo, dificultando a infiltração de água e alterando a dinâmica do ecossistema local.

2. Medidas Mitigadoras:

a) Planejamento Sustentável:

Utilizar madeira proveniente de áreas de manejo sustentável certificadas, com garantia de reposição florestal, para evitar o desmatamento de áreas protegidas.

b) Proteção dos Corpos Hídricos:

- Instalar barreiras de contenção ou mantas de proteção nas proximidades de rios e córregos para evitar o despejo de resíduos e materiais contaminantes na água.
- Evitar a execução de atividades diretamente sobre o leito do rio, quando possível, e optar por técnicas que minimizem a movimentação de materiais na área.

c) Gestão de Resíduos:

- Implantar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos para coletar, separar e destinar corretamente os materiais descartados, priorizando a reciclagem e a reutilização.

- Acondicionar temporariamente os resíduos em locais apropriados até sua destinação final.

d) Controle de Emissões e Ruídos:

- Realizar a manutenção preventiva de máquinas e veículos para reduzir emissões de gases poluentes e ruídos excessivos.
- Restringir os horários de trabalho para minimizar os impactos sonoros na fauna local.

e) Preservação do Solo e da Vegetação:

- Delimitar áreas específicas para a movimentação de máquinas e materiais, evitando danos desnecessários ao solo e à vegetação ao redor.
- Reabilitar as áreas impactadas, promovendo o plantio de vegetação nativa após a conclusão dos serviços.

f) Capacitação da Equipe:

- Promover treinamentos sobre práticas ambientais responsáveis para todos os envolvidos na execução dos serviços, assegurando o cumprimento das medidas mitigadoras.

3. Monitoramento Ambiental:

Estabelecer um plano de monitoramento ambiental para acompanhar a implementação das medidas mitigadoras e avaliar a eficácia das ações durante e após a execução dos serviços.

Conclusão:
A adoção de medidas mitigadoras eficientes minimiza os impactos ambientais decorrentes da manutenção de pontes de madeira, garantindo a preservação do meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento sustentável no município de Itapecuru Mirim/MA. Essas ações refletem o compromisso da administração pública com a conservação dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após uma análise cuidadosa das opções disponíveis para a execução dos serviços, a modalidade de concorrência eletrônica surge como uma escolha viável e estratégica para avançar com este projeto essencial, oferecendo diversos benefícios que são especialmente relevantes para esta contratação específica.

13.2. A manutenção das pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA terá um impacto significativo na infraestrutura de transporte local, especialmente nas áreas rurais e em regiões mais suscetíveis aos impactos das chuvas. Essas intervenções proporcionarão maior segurança para a circulação de veículos e pedestres, garantindo o acesso contínuo às comunidades, o escoamento da produção agrícola e o atendimento a serviços essenciais, como transporte escolar e emergências de saúde. Além disso, ao melhorar a estrutura das pontes, o município investe na durabilidade e na funcionalidade desses equipamentos públicos, o que contribui para a preservação do patrimônio público e para a redução de custos futuros com manutenções corretivas emergenciais.

13.3. A manutenção das pontes também apresenta benefícios ambientais e sociais relevantes. O uso de materiais certificados e práticas ecoeficientes no processo de manutenção contribuirá para a sustentabilidade ambiental, reduzindo o impacto ecológico das intervenções. Por sua vez, o projeto trará impactos positivos à economia local, promovendo a geração de empregos temporários e a movimentação de fornecedores locais. Além disso, as intervenções ajudarão a melhorar a qualidade de vida da população rural, assegurando a conectividade e a acessibilidade, especialmente em períodos de chuvas intensas, quando as condições das vias de acesso são mais desafiadoras.

13.4. Em conclusão, a contratação de uma empresa por meio de licitação para a execução dos serviços de manutenção de pontes de madeira no município de Itapecuru Mirim/MA não apenas se mostra economicamente viável, mas também reflete uma decisão ambientalmente e socialmente responsável.

13.5. Essa abordagem garante que as pontes sejam mantidas com eficiência, segurança e durabilidade, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento social e econômico da região. A manutenção dessas pontes representa mais do que uma simples intervenção em infraestrutura; trata-se de um investimento no bem-estar das comunidades locais, na sustentabilidade ambiental e no fortalecimento da infraestrutura que suporta o progresso e a qualidade de vida no município.

Elaborado por:

Ivanovick De Oliveira Nascimento
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Trânsito e Transporte

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXX

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXXX

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DO ITAPECURU MIRIM/MA, POR MEIO XXXXXX, COMO CONTRATANTE, E A, XXXXXX COMO CONTRATADA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE ITAPECURU **MIRIM/MA**, por meio do XXXXXXXXX, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo XXXXXXXXXXX, e a XXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº XXXXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXX têm justo e acordado o presente instrumento contratual, decorrente da Concorrência Eletrônica nº XXXX, formalizado no Processo Administrativo nº XXXX que é celebrado com **base na Lei Federal nº 14.133/2021** , e demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto deste contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, e demais normais aplicáveis a espécie. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa para Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA, sob regime de *Empreitada por preço unitário*, conforme as especificações constantes do Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº XXXX, no Projeto Básico, no Cronograma Físico Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$ XXXXXXX.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão - de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico Financeiro observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964** , observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) setor competente do órgão.

Parágrafo Segundo – Para fins de medição e de faturamento, sempre que compatível com o regime de execução, o período-base de medição da execução de obras e/ou serviços de engenharia será de um mês, considerando -se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) setor competente do órgão.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período -base mencionado no parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30 (trigésimo) dia da data do protocolo do documemo de cobrança no setor competente do órgão.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia suplementar, constituida pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo - A Administração Pública Direta Municipal e as Entidades Autárquicas e Fundacionais de Itapecuru Mirim/MA ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) neste município, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, bem como a observância ao disposto no Decreto nº 075/2023.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e/ou outros índices justificados no processo, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po ((I-Io)/Io) **Onde:**

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – A CONTRANTE poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual (Artigo 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021).

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas da obra e/ou serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU REPACTUAÇÃO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico -financeiro ou repactuação do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger -se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo regente ao Processo Administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução das obras caberá à comissão designada por ato do ordenador de despesas. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e/ou serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras e/ou serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do responsável técnico já indicado neste processo administrativo, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE em matéria técnica.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se obriga a manter o profissional indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção das obras e/ou serviços e no local da sua execução até o respectivo encerramento.

Parágrafo Segundo – O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA poderá ser substituído por outro de mesma qualificação e experiência, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – MEDIÇÕES

As medições obras e/ou serviços obedecerão ao Cronograma Físico -Financeiro constatnes no Projeto Básico, que será ajustado em função de inicios e reinicios de etapas da obra e/ou serviço, em dias diferentes, no primeiro dia útil do mês.

Parágrafo Primeiro – As medições serão processadas independentemente da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário da sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontados em impresso próprio, assinado pela Fiscalização.

b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PEO}$$

Onde:

PUII = Preço unitário do item incluído, referido ao mês base do orçamento;

PEO = Preço (SCO -RIO) da obra ou serviço, referido ao mês base do orçamento;

PLO = Preço da licitante para a obra, referido ao mês base do orçamento;

PUEII = Preço unitário (SCO -RIO), do item incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários ou em suas eventuais alterações no curso deste Contrato.

Parágrafo Quarto – Para obtenção do valor de cada medição, será observado, quando cabível, o seguinte procedimento, respeitadas as quantidades constantes do orçamento oficial eventualmente alteradas no curso deste Contrato:

a) as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

b) o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

c) para efeito de faturamento o valor de cada medição deverá considerar o percentual de redução ou acréscimo proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Na medição final ou na medição única será anexado cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

Na vigência do Contrato, as quantidades dos itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo_), poderão ser acrescidas em até 25% (vinte e cinco por cento), por item, da quantidade primitiva, a juízo exclusivo da Fiscalização, desde que o acréscimo não altere o valor do Contrato e nem transfigure o objeto da contratação, na forma do disposto nos arts. 124, 125 e 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, e sejam observadas as demais disposições deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Em circunstâncias especiais, **devidamente justificadas e mediante prévia autorização do CONTRATANTE**, as quantidades referidas no *caput* desta Cláusula poderão ser acrescidas em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento), por item, da quantidade primitiva, ou substituídos, total ou parcialmente, por outras quantidades de itens novos constantes da tabela de preços adotada neste Contrato dentro do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, desde que as substituições sejam imprescindíveis à perfeita execução da obra e os preços unitários respectivos conservem o valor da proposta de preços obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PUII = \frac{PLO \times PUEII}{PO}$$

ONDE:

PUII – Preço Unitário do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento; PO – Preço da obra na data do orçamento;

PLO – Preço da Licitante para a Obra referido à data do documento;

PUEII – Preço Unitário (SCO-RIO) do Item Incluído, referido ao mês base do orçamento.

Parágrafo Quarto – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Parágrafo Quinto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de XXXXXXXX, no valor de R$ XXXXX equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do valor total do Contrato.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

Parágrafo Primeiro – A contratante se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a **garantia** reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) **Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela contratante, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) **Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro -Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

Parágrafo Sétimo- A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX** (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Oitavo - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Nono - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro -garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da

apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar -se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo Terceiro– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Décimo Quarto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) **Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança -Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Décimo Sexto - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Décimo Sétimo - A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Décimo Oitavo - A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX** (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Décimo Nono – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Vigésimo– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Vigésimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) **Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Vigésimo Segundo– A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Vigésimo Terceiro – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato** .

Parágrafo Vigésimo Quarto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRAZO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo Quinto - O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas constantes do Cronograma Físico -Financeiro.

Parágrafo Primeiro – No decorrer da execução das obras será exigida uma produção que, aos preços contratuais originários, corresponda às etapas mínimas, em dias corridos, estabelecidos no Cronograma Físico -Financeiro.

Parágrafo Segundo – Havendo progressão no Cronograma Físico maior do que a previsão original, a Fiscalização poderá adaptar o Cronograma Financeiro para atender essa situação, até o limite da dotação consignada no orçamento anual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

As obras e/ou serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de *Empreitada por preço unitário* conforme as especificações constantes do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar as obras e/ou os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico e, quando for o caso, no Projeto Executivo na Descrição dos Serviços, no Escopo dos Serviços ou no Memorial Descritivo (fls.__) e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – apresentar o documento de responsabilidade técnica relativo às obras e/ou aos serviços nas datas devidas, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades decorrentes da falta de apresentação;

V – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, as obras e/ou serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, que não será transferido à Administração em razão da natureza do contrato, conforme ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão -de-obra necessária à completa realização das obras e/ou dos serviços, até a sua entrega, perfeitamente concluída, ou até o seu término;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Itapecuru Mirim/MA ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) em caso de denúncia devidamente comprovada contra a CONTRATADA acerca do atraso no pagamento de salários e demais encargos decorrentes da execução do presente Contrato, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

d) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Itapecuru Mirim/MA ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Itapecuru Mirim/MA ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

e) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VIII – responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas dela provenientes, pelos equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras e/ou dos serviços contratados, assim como pela limpeza final da obra;

IX - responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade das obras e/ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _ (setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização

da execução do contrato), assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

XI – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XII – responsabilizar-se pelo licenciamento integral da obra perante entidades e órgãos públicos, inclusive o licenciamento ambiental;

XIII – observar o disposto na Legislação Municipal, no que couber.

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1.São obrigações do CONTRATANTE:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

17.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

17.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

17.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

17.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

17.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

17.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

17.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

17.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

17.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

17.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

17.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

17.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

17.1.10.1. A Administração terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

17.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

17.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

17.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

17.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

17.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de setor técnico, que constatará se as obras e/ou serviços foram executados e se atendem a todas as especificações técnicas.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar as obras e/ou os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute as obras e/ou os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo – O objeto do presente Contrato será recebido:

a) provisoriamente,mediante apresentação da quitação do ISS, do comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo ___.

b) definitivamente, após o decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo Terceiro – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra e/ou serviço, nem a ético -profissional, pela prefeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) _ (órgão ou entidade) poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos ;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar .

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros: **1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não - aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

1) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

2) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

3) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

4) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes ente si.

6) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Itapecuru Mirim/MA e/ou outros do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Clausula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover - se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas** , sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas .

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência do(a) *(setor competente do órgão ou entidade contratante)* e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis)** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 **(três) dias úteis)** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "d" do caput da Cláusula anterior.

Parágrafo Único . Os recursos a que aludem as alíneas "a" e "b" do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021 e ou/outras normas regulamentadoras aplicáveis a espécie, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Vigésima Primeira, caput, alínea "b", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução da garantia;

(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;

(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Segundo – Os itens passíveis de subcontratação são aqueles previstos no Projeto Básico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1 As despesas decorrentes do presente contrato para este exercício financeiro correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: 06 – SEC. MUN. DE INFRA. URB. PAISAG. TRASP. TRANS.
Projeto Atividade: 26.782.0042.1012.000 – CONST. AMPL. RECUP. ESTRA. VICI. PONT. BUER. DRENA
Elemento de Despesa: 44.90.51.000 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 1.500.00.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Fonte de Recurso: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

CLÁUSULA VISÉGIMA SEXTA – DA NOVAÇÃO

26.1 Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA VISÉGIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

27.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Itapecuru Mirim/MA, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegio que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e/ou equivalente no prazo art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

30.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual d

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80

036

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Itapecuru-Mirim/MA por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2025, do tipo menor preço global, em regime de execução de Empreitada por preço unitário, tendo por objeto o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. A realização do certame está prevista para o dia **28 de fevereiro de 2025, às 10h (dez horas)** – horário local de Itapecuru-Mirim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitaitapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br.

Itapecuru-Mirim/MA, 11 de fevereiro de 2024.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo,
Transporte e Trânsito.

Edital nº 001/2025

Última atualização 11/02/2025

Local: Itapecuru Mirim/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM

Unidade compradora: 1718 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, II **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 11/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 11/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 28/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 05648696000180-1-000010/2025 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/M

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 3.068.188,20

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA.	1	R$ 3.068.188,20	R$ 3.068.188,20

Exibir 5 | 1-1 de 1 itens | Página 1

« Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

O gestão pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento desta versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o citado comitê.

A disponibilidade, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Todo o conteúdo de informações disponibilizadas é de livre acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Itapecuru Mirim/MA por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2025, do tipo menor preço global, em regime de execução de Empreitada por preço unitário, tendo por objeto o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. A realização do certame está prevista para o dia **28 de fevereiro de 2025, às 10h (dez horas)** – horário local de Itapecuru Mirim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitaitapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br

Itapecuru Mirim/MA, 11 de fevereiro de 2024.

Iury Gustavo Mendonça de Sousa
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito.

DOM assinado eletronicamente por: Jarlisson Sebastião Araujo Silva - CPF: ***.689.993-** em 12/02/2025 22:19:11 - IP com nº: 192.168.1.5
Autenticação em: www.itapecurumirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1009

Edital nº 001/2025

Acessar Contratação

Última atualização 11/02/2025

Local: Itapecuru Mirim/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM

Unidade compradora: 1718 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

Modalidade da contratação: Concorrência - Eletrônica **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, II **Tipo:** Edital

Data de divulgação no PNCP: 11/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 11/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 28/02/2025 00:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 05548696000180-1-000010/2025 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Contratação de pessoa juridica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/M

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ 3.068.188,20

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Contratação de pessoa juridica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA	1	R$ 3.068.188,20	R$ 3.068.188,20

Exibir 5 1-1 de 1 itens Página 1

< Voltar

PORTAL NACIONAL CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7/2025

A Prefeitura Municipal de Bacurituba, por meio da Secretaria Municipal de Administração torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no Fornecimento de Gás GLP e Botijões, Para Atender A Demanda das Secretarias Do Município, do tipo "MENOR PREÇO", critério de julgamento "por item" que reger-se-á pelas disposições da Lei Nº 14.133/2021, e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no Edital e seus anexos. DATA: 26 de fevereiro das 2025 às 08h:30min no horário de Brasília, na plataforma de compras da Prefeitura, https://www.licitabacurituba.com.br. O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, de 2a a 6a feira das 08h00min às 12h00min, a Rua Benjamin Constant, s/n - Centro, Bacurituba - MA, no Portal de Compras: https://www.licitabacurituba.com.br, ou no Portal do Município no endereço eletrônico https://transparencia.bacurituba.ma.gov.br, Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados no portal de compras ou por e-mail, no endereço eletrônico: cplbacurituba@gmail.com.

Bacurituba/MA, 11 de fevereiro de 2025.
LEÔNIDAS DE JESUS BARROS COSTA
Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

A Prefeitura Municipal de Bacurituba, por meio da Secretaria Municipal de Educação torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, objetivando a contratação de empresa especializada em consultoria de projetos e programas federais, estaduais e municipais na área educacional, do tipo "MENOR PREÇO", critério de julgamento "por item" que reger-se-á pelas disposições da Lei Nº 14.133/2021, e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no Edital e seus anexos. DATA: 27 de fevereiro das 2025 às 09h:00min no horário de Brasília, na plataforma de compras da Prefeitura, https://www.licitabacurituba.com.br. O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, de 2a a 6a feira das 08h00min às 12h00min, a Rua Benjamin Constant, s/n - Centro, Bacurituba - MA, no Portal de Compras: https://www.licitabacurituba.com.br, ou no Portal do Município no endereço eletrônico https://transparencia.bacurituba.ma.gov.br, Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente ou por e-mail, no endereço eletrônico: cplbacurituba@gmail.com.

Bacurituba/MA, 11 de fevereiro de 2025.
MARIA CONCEIÇÃO VIANA MONIZ
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº 370/2023
Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 370/2023. Concorrência Pública nº 003/2023, CONTRATADO: MVR CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.965.061/0001-96, neste ato representada pelo Sr. Irowagner Apolonio Bezerra de Alencar. CONTRATANTE: Município de Barra do Corda/MA, através da Secretaria Municipal de Educação/FNDE. CNPJ n.º 18.172.388/0001-73. Conforme permitido pelo Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, e suas alterações. Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula Sétima do contrato nº. 370/2023, alterando o prazo de vigência de 90 de novembro de 2023 a 30 de novembro de 2024, para 90 de novembro de 2024 a 30 de novembro de 2025.
Barra do Corda/MA, 21 de novembro de 2024
Maria Eduarda Pereira da Silva, Coordenadoria de Receita e Despesas e Marinete Moura da Silva Lôbo, Secretária de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025
OBJETO: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Oxigênio Medicinal.
ABERTURA: 28.02.2025 às 09h00min
EDITAL: Disponível no portal da transparência deste município: https://www.carolina.ma.gov.br/licitacaolista.php e www.bnc.org.br
NOTA: Maiores informações poderão ser obtidas na sala do Departamento de Licitações, e pelo e-mail: cpl@carolina.ma.gov.br

Carolina - MA, 11 de fevereiro de 2025.
RONILDO TEIXEIRA GONÇALVES
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025
OBJETO: Formalização de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada em gerenciamento de abastecimento, implantação e operação de sistema informatizado e integrado via web de abastecimento, que permita a aquisição de combustíveis e lubrificantes, através de uma rede de postos credenciados, para atender a demanda da Prefeitura municipal de Carolina - MA, e demais Secretarias.
ABERTURA: 28.02.2025 às 11h00min
EDITAL: Disponível no portal da transparência deste município: https://www.carolina.ma.gov.br/licitacaolista.php e www.bnc.org.br
NOTA: Maiores informações poderão ser obtidas na sala do Departamento de Licitações, e pelo e-mail: cpl@carolina.ma.gov.br

Carolina - MA, 11 de fevereiro de 2025.
RONILDO TEIXEIRA GONÇALVES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4/2025

Processo Adm. nº 0509/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de construção de espaço esportivo comunitário tipo A e tipo B Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Ministério do Esporte do município de Chapadinha/MA(Convênio nº 960045/2024); Abertura: 27/02/2025 às 11h; Endereço Eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br). Base Legal: Termos da Lei nº 14.133/2021. Informações e Consultas: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadinha, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro - Chapadinha- MA - CEP: 65.500-000; E-mail: cplchapadinha2021@gmail.com e Site do Portal da Transparência do Município de Chapadinha: http://transparencia.chapadinha.ma.gov.br/transparencia/licitacoes/processos e https://app.tcema.tc.br/sincontrata/mural/procedimento.

Chapadinha/MA, 6 de Fevereiro de 2025.
LUCIANO DE SOUZA GOMES
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.0842.001/2024. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2024
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM PEDRO/MA/SEMUS, inscrito no CNPJ sob o nº 11.415.535/0001-40; CONTRATADO: L.H. CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 10.474.251/0001-61; VALOR DO CONTRATO: R$ 1.269.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil reais); OBJETO: Contratação de Pessoa(s) Jurídica(s) para Execução dos SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UBS EWERTON LUCAS, com mão-de-obra, ferramentas e equipamentos especializados, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico-MA; Vigência: 12 (doze) meses; DATA DA ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2025

REF.: PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA e a empresa J S ENGENHARIA E SERVIÇOS DIREU, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.183.124/0001-74; OBJETO: Construção de escola em tempo integral no bairro matadouro zona urbana do município de Duque Bacelar-MA, FNDE - escola 5 salas. Conforme especificações contidas no processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 006/2024; BASE LEGAL: Decreto Municipal nº 021/2023, Lei nº 123/06, Lei 147/14 e demais legislações aplicáveis; VALOR GLOBAL: R$ 6.918.964,28 (seis milhões, novecentos e dezoito mil, novecentos e sessenta e quatro reais, vinte e oito centavos) PRAZO 12 (doze) meses DOTAÇÃO Termo de Compromisso FNDE 958027/2024 - Operação 1083679-24; 03 12 05 - Sec Mun. de Educação, Cultura, esporte e Lazer; 12.361.0029.1027.0000 - Construção, Ampliação e/ou Reforma de Escolas; ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 Obras E Instalações CONTRATANTE Sec. Mun. de Educação, Cultura, esporte e Lazer. SIGNATÁRIOS Sr. Joderilson Araujo Silva, CPF nº XXX.411.553-XX pela contratada e o Sr. Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº XXX.125.443-XX, Secretário Municipal de Educação pela contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2025

O Município de Itapecuru-Mirim/MA por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2025, do tipo menor preço global, em regime de execução de Empreitada por preço unitário, tendo por objeto o Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de manutenção de pontes em estrutura de madeira, sob demanda, para atender as necessidades do município de Itapecuru Mirim/MA. A realização do certame está prevista para o dia 28 de fevereiro de 2025, às 10h (dez horas) - horário local de Itapecuru-Mirim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.licitaitapecurumirimma.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitaitapecurumirimma.com.br e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br

Itapecuru Mirim-MA, 12 de fevereiro de 2025
IURY GUSTAVO MENDONÇA DE SOUSA
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Paisagismo, Transporte e Trânsito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº CC 05.1/2025
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº CC 05.1/2025. ORIGEM: Processo administrativo nº 0506.01/2024. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024. CONTRATANTE: Município de Lagoa Grande do Maranhão - MA/Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão, CNPJ: 01.612.387/0001-12. CONTRATADA: NEO ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.772.956/0001-65. OBJETO: contratação de empresa de engenharia para construção da creche municipal de Lagoa Grande do Maranhão -PAC, TIPO 2, conforme diretriz do NOVO PAC, de interesse da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande do Maranhão. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1501-12.365.0015-1.083, 4.4.90.51.00 FONTE DE RECURSOS: 1543000000-Transferências do FUNDEB - Compl. União - VAAT; 1542107000 - Transferência do FUNDEB 70% - Compl. União - VAAT; 1570000000 - Transferências de convênio-União/Educação; 1675000000 - Outras transf. De convênios - Educação. VALOR TOTAL: R$ 3.175.744,36 (três milhões, cento e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da Contratação é de 8 (oito) meses contados da data da assinatura do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021. DATA DA ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2025. SIGNATÁRIOS: Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA)/Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão, Sr. Francisco Nérer Moreira Policarpo como Contratante e a empresa NEO ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, por sua representante a Sra. Bruna Coelho Batista Barros, como Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

AVISOS DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2025

O Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados a ratificação do aviso de licitação da Concorrência Eletrônica de nº 01/2025 publicado no Diário Oficial da União, na edição do dia 11/02/2025 Seção 3, pág 194, ONDE SE LÊ: que será realizado no dia 24 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas. LEIA-SE: que será realizado no dia 25 de fevereiro de 2025, as 08:00 horas.

CONCORRÊNCIA Nº 2/2025

O Agente de contratação da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados a ratificação do aviso de licitação da Concorrência Eletrônica de nº 02/2025 publicado no Diário Oficial da União, na edição do dia 11/02/2025 Seção 3, pág 194, ONDE SE LÊ: que será realizado no dia 24 de fevereiro de 2025, às 11:00 horas. LEIA-SE: que será realizado no dia 25 de fevereiro de 2025, as 11:00 horas.

Nina Rodrigues/MA, 11 de Fevereiro de 2025.
RAIMUNDO MONATO SILVA JUNIOR
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2025

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025. A Prefeitura Municipal de Raposa/MA, por meio de seu Secretário Municipal de Administração e Planejamento, nomeado pela Portaria GP nº 002/2025; sua Secretária Municipal de Assistência Social, nomeada pela Portaria GP nº 015/2025; sua Secretária Municipal de Educação, nomeada pela Portaria GP nº 006/2025; e,

PARALISAÇÃO GERAL

Greve dos Rodoviários pode ser no dia 17

Caso não haja um entendimento entre a categoria e os empresários, será deflagrada uma greve geral no sistema de transporte público de São Luís e toda a Grande Ilha

O Sindicato dos Rodoviários do Maranhão, através de um vídeo divulgado por seu presidente, Marcelo Brito, anunciou que, caso não haja um entendimento entre a categoria e os empresários, será deflagrada uma greve geral no sistema de transporte público de São Luís e toda a região metropolitana a partir das primeiras horas da próxima segunda-feira (17).

Marcelo Brito destacou que o sindicato sempre esteve aberto ao diálogo e que, tanto ele quanto os demais diretores da entidade, participaram de todas as rodadas de negociação, bem como das audiências de mediação no Ministério Público do Trabalho. No entanto, apesar dos esforços, as negociações não avançaram, e não houve um acordo com os empresários.

O presidente do sindicato também frisou que a data de 17 de fevereiro, marcada para o início da greve, foi definida com bastante antecedência, cumprindo as 72 horas exigidas pela justiça para notificar as autoridades competentes sobre a decisão. O sindicato segue aguardando que os empresários apresentem uma contraproposta que atenda às reivindicações dos trabalhadores.

Em caso de não haver uma solução nos próximos dias, o Sindicato dos Rodoviários do Maranhão afirma que não restará outra alternativa senão iniciar o movimento grevista, visando a defesa das garantias trabalhistas dos trabalhadores da categoria.



RODOVIÁRIOS AINDA ESPERAM UMA PROPOSTA DO SET PARA EVITAR UMA GREVE

A REFRESCOS GUARARAPES LTDA vem por meio deste convocar o Srº Rafael Pinheiro Leitão, portador do CPF 016.xxx.xxx.xx, para que proceda com imediato retorno ao trabalho situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira s/n, KM 22, Estiva - Fábrica Solar Coca Cola devendo se apresentar no prazo de 24 horas, sob pena de caracterização de abandono de emprego. Nesta mesma oportunidade, deverá também proceder com a justificativa de suas ausências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 004/2025. AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará a Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica SRP nº 004/2025. OBJETO: Formação de Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção e conservação de estradas vicinais, na Zona Rural do Município de Presidente Dutra - MA. Abertura: [illegible] às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: [illegible] e no Site do Município [illegible]. Presidente Dutra/MA, 10 de fevereiro de 2025. **Silvio Emílio Silva e Silva**, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [illegible]/SEMTUR. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar - MA, por meio da Comissão Especial de Seleção, torna público aos interessados o Aviso de Credenciamento nº 002/2025, que tem por objeto o Credenciamento para eventuais contratações de atrações artísticas e culturais bem como outros serviços durante todo ano de 2025 de São José de Ribamar - MA. Período para entrega da documentação: 14/02/2025 a 24/02/2025, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, na sede da SEMTUR, localizada à Rua Luís Leite, nº 21, Centro, São José de Ribamar. O Edital está à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e no site [illegible], onde poderá ser consultado e obtido gratuitamente. São José de Ribamar - MA, 12 de fevereiro de 2025. **André Luís de Oliveira Cruz**, Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer-SEMTUR.

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

ERRATA DE AVISO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL Nº [illegible]. [illegible]

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/GAP-RF/2025

O Ordenador de Despesas do GAP-RF torna público que, às 09h (horário de Brasília-DF), do dia 26 de fevereiro de 2025, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, será realizada a condução da sessão pública para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas, [illegible] e análise de águas das redes municipais para consumo humano, por unidade, incluindo fornecimento de mão-de-obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços, para atender a Guarnição de Aeronáutica de Recife. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, para maiores informações, por meio dos seguintes telefones: (81) 2129-7086.

LISLAINE LIMA Carlos
Ordenadora de Despesas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 90.002/2025/CPL/PMSL

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Qd. 09, Calhau, São Luís – MA, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº. 90.002/2025/CPL/PMSL**, do tipo **Menor Preço**, no **dia 06/03/2025, às 9h30m**, horário de Brasília, decorrente do Processo Administrativo SEI nº. 33101.000002/2024, objetivando a execução de Obras Complementares de Recuperação e Reforma de Logradouros Públicos que fazem parte do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, referente ao Contrato de Empréstimo nº 5715/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de interesse da Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais – SEMISPE. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluis.ma.gov.br ou no site do Compras.gov: www.gov.br/compras/pt-br.

São Luís - MA, 12 de fevereiro de 2025.

MATHEUS DA ROCHA MONTE
Membro Relator CPL/PMSL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

INEXIGIBILIDADE Nº [illegible]. TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [illegible]. [illegible] CONTRATAÇÃO DA PEÇA TEATRAL "PÃO COM OVO" PARA PARTICIPAR DA JORNADA DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA 2025, COM ESPETÁCULO DE HUMOR E ACOLHIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAULINO NEVES/MA. [illegible] Paulino Neves/MA, Paulino Neves, 11 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES – MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº [illegible]. [illegible] CONTRATAÇÃO DA PEÇA TEATRAL "PÃO COM OVO" PARA PARTICIPAR DA JORNADA DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA 2025, COM ESPETÁCULO DE HUMOR E ACOLHIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAULINO NEVES/MA. CONTRATANTE: [illegible]. CONTRATADO: SANTOS MELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. [illegible] VALOR GLOBAL: [illegible]. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: [illegible] de Paulino Neves/MA, Paulino Neves, 11 de fevereiro de 2025.

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2024 - CPL/ALEMA
PROCESSO Nº 2476/2024 – ALEMA

OBJETO: Contratação de 02 (duas) agências de publicidade para prestação de serviços publicitários, por demanda, consistentes no estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

A comissão de licitação informa aos interessados que a sessão da licitação Concorrência nº 001/2024, processo administrativo nº 2476/2024, anteriormente marcada para o dia 24 de fevereiro de 2025, às 09h00min, fica SUSPENSA. A referida suspensão se faz necessária para análise dos autos processuais pelo setor competente. A nova data de sessão da licitação será publicada conforme legislação.

Informações disponíveis em www.al.ma.leg.br/licitacoes/ e www.pncp.gov.br.

São Luís (MA), 11 de fevereiro de 2025.

Wanessa Maria Santos Viana
Presidente da Comissão de Contratação

AME

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE ESPORTE - AME

O presidente em exercício da Associação Maranhense de Esporte – AME, convoca seus associados para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 22 de fevereiro de 2025, às 16 horas, na sede da entidade, sito à rua dos Índios nº [illegible], bairro Cruzeiro do anil, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

Eleição e posse da nova diretoria da Associação Maranhense de Esporte-AME, para o período compreendido entre 2025 e 2028.

São Luís, 13 de fevereiro de 2025.

Wingliton Rocha Barros
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Federação Maranhense de Tênis, doravante denominada de "FMT", no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos dos art. 21, alíneas "a" e "g" do seu Estatuto e suas alterações, convoca os seus filiados, em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários, para realização da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2024, às 09:00h, em primeira convocação, e às 09:30h, em segunda e última convocação, que ocorrerá na Rua dos Afogados, nº 187, Sala – 08, Centro, São Luís (MA), para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Mudança de Endereço da Federação Maranhense de Tênis -FMT. 2. Conhecer o relatório do Presidente relativo às atividades administrativas do ano anterior e apreciar as contas do último exercício. 3. Conhecer e julgar o pedido de reconsideração, quanto a possibilidade de filiação junto a esta FMT, das respectivas interessadas, Associação Esportiva Sport Village – AESV e M.O. Barbosa LTDA.

São Luís-MA, 13 de fevereiro de 2025.

Fernando Tajra Vasconcelos
Presidente FMT

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

Fls. 282

EMPRESA HABILITADA

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

293

HABILITAÇÃO JURÍDICA



I<BRAD63373767<965<<<<<<<<<<<<
9403073F3501162BRA<<<<<<<<<<<D
MAIARA<<RIBEIRO<SILVA<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

ALTERAÇAO CONTRATUAL
CNPJ: 35.868.202/0001-34
MAIARA R SILVA LTDA

MAIARA RIBEIRO SILVA , Brasileira, Casada, Comunhão Parcial, nascida em 07/03/1994, Empresária, número do documento 053.405.143-67, residente e domiciliado no(a): AVENIDA cabral sn, aviacao, Itapecuru Mirim - MA, CEP 65485-000 **(art. 997, I, CC)**.

Sócio da sociedade limitada **MAIARA R SILVA LTDA** , sediada na RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, CEP: 65485-000, Itapecuru Mirim - MA com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 35.868.202/0001-34 resolve alterar seu contrato sob as seguintes clausulas:

CLAUSULA I: DO ENQUADRAMENTO

O sócio declara que a sociedade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CLAUSULA II: DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estar assim justo e acertado, assina a presente alteração do contrato social.

Itapecuru Mirim - MA, 23 de Janeiro de 2025

MAIARA RIBEIRO SILVA
Sócio/Administrador

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2025 19:01 SOB Nº 20250101980.
PROTOCOLO: 250101980 DE 23/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12501307342. CNPJ DA SEDE: 53068320000134.
NIRE: 21600182639. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/01/2025.
MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos assinantes portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MAIARA R SILVA

Pelo presente instrumento particular de Ato Constitutivo:

MAIARA RIBEIRO SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural da cidade de Itapecuru Mirim – MA, data de nascimento 07/03/1994, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 06337376794, expedida por DETRAN/MA e CPF: nº 053.405.143-07, residente e domiciliada na cidade de Itapecuru Mirim - MA, na RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, CEP: 65485-000.

Resolve constituir como empresário individual, mediante as seguintes cláusulas **art. 968, I, CC**:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)
O empresário individual adotará como nome empresarial a firma **MAIARA R SILVA**, e usará a expressão CASA DA CONSTRUCAO ESPERANCA como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 968, III, CC)
O capital será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente do País

CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65485000.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
CNAE Nº 1622-6/99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
CNAE Nº 3101-2/00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira
CNAE Nº 4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais
CNAE Nº 4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
CNAE Nº 4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos

CLÁUSULA V - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994)
O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA VI - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)
A Empresa iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA VII - PORTE EMPRESARIAL
O empresário declara que a empresa se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita à confirmação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

2860

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MAIARA R SILVA

123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Itapecuru Mirim - MA, 20 de dezembro de 2019

MAIARA RIBEIRO SILVA
Empresário

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informados nas respectivas páginas de verificação.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/12/2019 SOB Nº 21102298278.
PROTOCOLO: 191321038 DE 31/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905927714. NIRE: 21102298278.
MAIARA R SILVA

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 31/12/2019
https://www.empresafacil.ma.gov.br

A veracidade deste documento só poderá ser confirmada no site da Jucema (https://www.empresafacil.ma.gov.br), informando seu respectivo código de verificação.

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO PARA EIRELI

MAIARA R SILVA

MAIARA RIBEIRO SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural da cidade de Itapecuru Mirim – MA, data de nascimento 07/03/1994, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 06337376794, expedida por DETRAN/MA e CPF: nº 053.405.143 -07, residente e domiciliada na cidade de Itapecuru Mirim - MA, na RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, CEP: 65485-000. Titular da empresa MAIARA R SILVA, CPNJ 35.868.202/0001-34, com sede na Rua Possidonio Monteiro, 145, Piçarra, Itapecuru Mirim – MA, 65.485-000 com NIRE 21102298278. Alterar e transformar, conforme cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO CAPITAL (art. 968, III, CC)
O Capital Social neste ato aumenta para o valor que se segue R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente do País.

CLÁUSULA II - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)
Fica transformada o **EMPRESARIO** em **EIRELI**, com o nome empresarial **MAIARA R SILVA EIRELI**, e usará a expressão CASA DACONSTRUCAO ESPERANCA como nome fantasia.

CLAUSULA III – O acervo da EMPRESARIO no valor de R$120.000,00(cento e vinte mil reais) passa a constituir o Capital da EIRELI

Para tanto, firmo em ato continuo , o ato constitutivo da eirelie.

MAIARA RIBEIRO SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural da cidade de Itapecuru Mirim – MA, data de nascimento 07/03/1994, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 06337376794, expedida por DETRAN/MA e CPF: nº 053.405.143-07, residente e domiciliada na cidade de Itapecuru Mirim - MA, na RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, CEP: 65.485-000. Resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade limitada – EIRELI, conforme clausulas e condições seguintes.

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC)
O empresário tem como nome empresarial da firma **MAIARA R SILVA EIRELI**, e usará a expressão CASA DACONSTRUCAO ESPERANCA como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 968, III, CC)
O Capital Social é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato,em moeda corrente do País

CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: RUA POSSIDONIO MONTEIRO, nº 145, PICARRA, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO (art. 968, IV, CC)
O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS;COMÉRCIO VAREJISTA DEMATERIAIS HIDRÁULICOS; FABRICAÇÃO DEOUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral CNAE Nº 1622-6/99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construçãoCNAE Nº 3101-2/00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira CNAE Nº 4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais
CNAE Nº 4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos CNAE Nº 4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos

CLÁUSULA V - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994)
O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA VI - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)
A Empresa iniciou suas atividades na data 31/12/2019 conforme arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA VII - PORTE EMPRESARIAL

O empresário declara que a empresa se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

Página 3 de 3

CLÁUSULA VIII - DO TITULAR DA EIRELI

O titular da **Eireli** declara, sob as penas da lei, que **não** participa de nenhuma **outra empresa** dessa modalidade.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Itapecuru Mirim - MA, 23 de Fevereiro de 2021

MAIARA RIBEIRO SILVA
Empresário

2890

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/02/2021 15:48 SOB Nº 21600183638.
PROTOCOLO: 210278745 DE 24/02/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12101333383. CNPJ DA SEDE: 35960302000134.
NIRE: 21600183638. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/02/2021.
MAIARA R SILVA EIRELI

JUCEMA

LÍLIAN TERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
35.868.202/0001-34
NOME EMPRESARIAL:
MAIARA R SILVA LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
MAIARA RIBEIRO SILVA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **20/02/2025** às **15:51** (Data e hora de Brasília).

Data da consulta: 20/02/2025 15:50:54

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **35.868.202/0001-34**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **MAIARA R SILVA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional** desde 01/01/2025
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

292

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
35.868.202/0001-34 MATRIZ		31/12/2019

NOME EMPRESARIAL
MAIARA R SILVA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CASA DA CONSTRUCAO ESPERANCA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R POSSIDONIO MONTEIRO	145	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.465-000	PICARRA	ITAPECURU MIRIM	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
YTALOCONTABIL@HOTMAIL.COM	(98) 9103-9544

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	31/12/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/01/2025** às **19:37:18** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

294

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **MAIARA R SILVA LTDA**
CNPJ: 35.868.202/0001-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos, e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:03:11 do dia 20/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/07/2025.
Código de controle da certidão: **AC1C.B3F5.1C3C**.03B9
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Receita Federal PGFN

CERTIDÃO CONJUNTA

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 35.868.202/0001-34

Código de **Controle:** AC1C.B3F5.1C3C.03B9

Data da **Emissão:** 20/01/2025

Hora da **Emissão:** 09:03:11

Tipo **Certidão:** Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 20/01/2025, com validade até 19/07/2025.

Página Anterior

Nova consulta

Voltar | Imprimir



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 35.868.202/0001-34
Razão Social: MAIARA R SILVA ME
Endereço: RUA POSSIDONIO MONTEIRO N 145 / PICARRA / ITAPECURU MIRIM / MA / 65485-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/02/2025 a 06/03/2025

Certificação Número: 2025020520195442020203

Informação obtida em 14/02/2025 16:18:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 35.868.202/0001-34
Razão social: MAIARA R SILVA ME

Resultado da consulta em 17/03/2025 10:55:40

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF
Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 35.868.202/0001-34
Razão social: MAIARA R SILVA ME

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
16/03/2025	16/03/2025 a 14/04/2025	2025031604575442020280
25/02/2025	25/02/2025 a 26/03/2025	2025022513475442020264
05/02/2025	05/02/2025 a 06/03/2025	2025020520195442020203
17/01/2025	17/01/2025 a 15/02/2025	2025011703315442020270
29/12/2024	29/12/2024 a 27/01/2025	2024122903055442020273
10/12/2024	10/12/2024 a 08/01/2025	2024121003425442020271
21/11/2024	21/11/2024 a 20/12/2024	2024112103375442020268
02/11/2024	02/11/2024 a 01/12/2024	2024110202375442020279
14/10/2024	14/10/2024 a 12/11/2024	2024101421085442020287
25/09/2024	25/09/2024 a 24/10/2024	2024092521325442020210
05/09/2024	05/09/2024 a 04/10/2024	2024090509575442020200
17/08/2024	17/08/2024 a 15/09/2024	2024081704245442020218
29/07/2024	29/07/2024 a 27/08/2024	2024072920215442020220
10/07/2024	10/07/2024 a 08/08/2024	2024071010155442020281
21/06/2024	21/06/2024 a 20/07/2024	2024062109525442020209
02/06/2024	02/06/2024 a 01/07/2024	2024060202065442020290
14/05/2024	14/05/2024 a 12/06/2024	2024051406195442020263
25/04/2024	25/04/2024 a 24/05/2024	20240425073413721097l0
05/04/2024	05/04/2024 a 04/05/2024	20240405184425935338 82
17/03/2024	17/03/2024 a 15/04/2024	2024031701554471928632
27/02/2024	27/02/2024 a 27/03/2024	2024022719482073562113
08/02/2024	08/02/2024 a 08/03/2024	2024020819460262894323
20/01/2024	20/01/2024 a 18/02/2024	2024012002323410146630
31/12/2023	31/12/2023 a 29/01/2024	2023123103414304946019
12/12/2023	12/12/2023 a 10/01/2024	2023121221543036154402
23/11/2023	23/11/2023 a 22/12/2023	2023112309570454133431
04/11/2023	04/11/2023 a 03/12/2023	2023110404345898005506
16/10/2023	16/10/2023 a 14/11/2023	2023101608135782676030
27/09/2023	27/09/2023 a 26/10/2023	2023092711432765558712
08/09/2023	08/09/2023 a 07/10/2023	2023090822311503880764

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRF
01/08/2023	01/08/2023 a 30/08/2023	202308012242436583041 5
13/07/2023	13/07/2023 a 11/08/2023	202307132231042399599 1
24/06/2023	24/06/2023 a 23/07/2023	202306240456160236552 0
05/06/2023	05/06/2023 a 04/07/2023	202306050346481458189 8
17/05/2023	17/05/2023 a 15/06/2023	202305170446090769107 4
28/04/2023	28/04/2023 a 27/05/2023	202304280424160168314 2
09/04/2023	09/04/2023 a 08/05/2023	202304090326129647629 8
21/03/2023	21/03/2023 a 19/04/2023	202303210419025019070 4

Resultado da consulta em 17/03/2025 10:55:40

Voltar

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAIARA R SILVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 35.868.202/0001-34
Certidão nº: 3443425/2025
Expedição: 20/01/2025, às 08:45:20
Validade: 19/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAIARA R SILVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.868.202/0001-34**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Validação de certidão de débitos emitida

O serviço de validação de certidões emitidas destina-se ao órgão licitante ou ao interessado em conferir a autenticidade da certidão apresentada.

Operação efetuada com sucesso.

Validar Nova Certidão | Emitir Certidão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

302

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAIARA R SILVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 35.868.202/0001-34
Certidão nº: 3443425/2025
Expedição: 20/01/2025, às 08:45:20
Validade: 19/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAIARA R SILVA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.868.202/0001-34**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS



IDENTIFICAÇÃO

CGC: 35.868.202/0001-34 **Inscrição Estadual:** 12.630551-0

Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA POSSIDONIO MONTEIRO

Número: 145 **Complemento:**

Bairro: PICARRA

Município: ITAPECURU MIRIM **UF:** MA

CEP: 65485000 **DDD:** **Telefone:** 91038544

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4744099 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
3101200	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA
4744002	COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS
4744003	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
1622699	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO
4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 17/01/2025

OBRIGAÇÕES

NFe a partir do (CNAE's): 01/07/2010 - (3101200), 01/10/2010 - (1622699), 21/01/2020 - (Devido emissão voluntária)

COF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 28/01/2025

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM

SECRETARIA DA RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO

PRAÇA GOMES DE SOUSA, CENTRO

CNPJ 05.648.696/0001-80

394

CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL MUNICIPAL

NÚMERO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
Nº 101/2025	**11027124**	**Ativo**

Dados Básicos

Tipo de Pessoa: Jurídica **CPF/CNPJ:** 35.868.202/0001-34 **Junta Comercial:**
Nome/Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA
Nome Fantasia: CASA DA CONSTRUCAO ESPERANCA **Inscrição Estadual:** 12.630551-0
Endereço: RUA: PADRE POSIDONIO MONTEIRO, 145 , CEP - 65485-000
Email: ytalocontabil@hotmail.com **Telefone:** 9891039544 **Celular:** 9891039544
Bairro: PICARRA **Município:** ITAPECURU MIRIM / MA

Proprietários/Sócios/Responsáveis

TIPO	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Percentual	Qualificação
Socio	05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA	100,000	Outros
Socio	05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA	100,000	Outros

Enquadramento

Enquadramento:		**Simples Nacional:**	Sim
Classificação:	Comércio	**Substituto Tributário:**	Nao
Regime Especial:	Não Possui	**Calcula Alvará:**	Sim

CMAE

CMAE	Descrição
1000049002089	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

CNAE

CNAE	Descrição	Dispensado
1622699	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	Nao
3101200	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Nao
4212000	Construção de obras-de-arte especiais	Nao
4744002	Comércio varejista de madeira e artefatos	Nao
4744003	Comércio varejista de materiais hidráulicos	Nao
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral	Nao

Emitida às 16:21:22 do dia 14/02/2025 16:21:28
VALIDADE ATÉ: 16/03/2025
Código de Controle da Certidão/Número 8W3Z9716VSE
Atenção, qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Consulte a autenticidade desta certidão em https://itapecurumirim.meumunicipio.online/?em=ter/servlet/hwpcconsulta/cert

Emitido por

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 022371/25 **Data da** 20/01/2025 08:54:26

Inscrição Estadual: 126305510 **CPF/CNPJ:**35868202000134

Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA

Endereço: RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145 CEP: 65485000 - PICARRA

Telefone: (98)91039544 **Município:** ITAPECURU MIRIM UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 20/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/01/2025 08:54:26

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 022371/25
Data de Validade: 20/04/2025 08:54:26
Data de Emissão: 20/01/2025 08:54:26
Inscrição Estadual: 126305510
CPF/CNPJ: 35868202000134
Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 004663/25 **Data da** 20/01/2025 08:56:09

Inscrição Estadual: 126305510 **CPF/CNPJ:**35868202000134

Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA

Endereço: RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145 CEP: 65485000 - PICARRA

Telefone: (98)91039544 **Município:** ITAPECURU MIRIM **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 20/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/01/2025 08:56:09

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da CertidãoNegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 004663/25
Data de Validade: 20/04/2025
Data de Emissão: 20/01/2025 08:56:09
Inscrição Estadual: 126305510
CPF/CNPJ: 35868202000134
Razão Social: MAIARA R SILVA LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Fls: 328

Desenvolvido pela SefazCOTEC - 2009-2024

PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM

SECRETARIA DA RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO

PRAÇA GOMES DE SOUSA, CENTRO

CNPJ 05.648.696/0001-80

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA Nº 73

Código de Cadastro
11027124

Contribuinte
MAIARA R SILVA LTDA

CPF/CNPJ
35.968.202/0001-34

Logradouro
RUA: PADRE POSIDONIO MONTEIRO, 145 , CEP - 65485-000

Número
145

Bairro
PICARRA

CEP
RUA: PADRE POSIDONIO MONTEIRO, 145 , CEP - 65485-000

Cidade
ITAPECURU MIRIM

UF
Maranhão

Finalidade da Certidão
Diversos

A Coordenação da Receita Municipal a requerimento da pessoa interessada **MAIARA R SILVA LTDA**, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que **NÃO CONSTAM** pendências relativas a **CRÉDITOS** TRIBUTÁRIOS VENCIDOS administrados pela Secretaria Municipal da Receita, Orçamento e Gestão, nem a INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Municipal, mas existem **PARCELAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A VENCER**, com exigibilidade suspensa, junto à Fazenda Pública Municipal, do contribuinte acima identificado, até a presente data, tendo esta Certidão **validade até o dia 16/03/2025** , ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas tributárias ou não, de responsabilidade do sujeito passivo supraqualificado que vierem a ser constituídas anteriormente à data de emissão desta Certidão, durante seu período de validade ou após ele.

Válida até 16/03/2025

Código de Controle da Certidão/Número **SS3M6O2MN2L**

Emitida às 16:21:16 do dia 14/02/2025

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulte a autenticidade desta certidão em https://itapecurumirim.meumunicipio.online/tributario/servlet/hwcertidaoimpressao



Mensagem

O Código de Autenticidade da Certidão Negativa é Autêntico, Gostaria de Imprimir a Certidão Negativ

Não Sim

PREFEITURA DE ITAPECURU MIRIM

SECRETARIA DA RECEITA, ORÇAMENTO E GESTÃO

PRAÇA GOMES DE SOUSA, CENTRO

CNPJ 05.648.696/0001-80

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO Nº 1544/2025

Nome/Razão Social

MAIARA R SILVA LTDA

Logradouro: RUA: PADRE POSIDONIO MONTEIRO, 145

Bairro: PICARRA

Cidade: ITAPECURU MIRIM-MA, CEP: 65485-000

Area (m²)	Capital Social
40.00	120000.00

Junta Comercial	CPF/CNPJ
-------	35.868.202/0001-34

Ramo de Atividade Principal

Sócios/Responsáveis

05340514307- MAIARA RIBEIRO SILVA
05340514307- MAIARA RIBEIRO SILVA

ALVARÁ PROVISÓRIO VÁLIDO POR 30 DIAS APÓS A DATA DE EMISSÃO
EMITIDO PROVISÓRIAMENTE PARA QUE SE REGULARIZE EM OUTROS ENTES

RENOVE SEU ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO SOMENTE QUANDO HOUVER MUDANÇA DE RAZÃO SOCIAL, ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO, ALTERAÇÃO DE ÁREA COMERCIAL OU ATIVIDADE

ITAPECURU MIRIM, 18 de Fevereiro de 2025.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

513

Data emissão: 28/01/2025 **Nº da certidão:** 12500317706

Data de validade: 28/03/2025 **Código de Validação:** 2f7ce46902

NOME: MAIARA R SILVA LTDA

CNPJ: 35.868.202/0001-34

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

MAIARA R SILVA LTDA

CNPJ:35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituída em 31/12/2019
RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145, PICARRA, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Receita Bruta	
Venda de Mercadorias	**842.100,00**
Dedução da Receita Bruta	**(85.005,10)**
Simples Naciona	(85.005,10)
Receita Liquida	**757.094,90**
Custo de Mercadoria Vendida	**(350.600,50)**
Lucro Bruto	**406.494,40**
Despesas Operacionais	**(250.460,10)**
Administrativas	(90.350,00)
Tributárias	(110.900,10)
Financeiras	(49.210,00)
Lucro Liquido Exercicio	**156.034,30**

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totaliza tanto no ativo com a soma do passivo com o patrimônio liquido a importância de R$844.230,00 (oitocentos e quarenta e quatro e duzentos e trinta reais)

Itapecuru Mirim - MA, 31 de dezembro de 2023

Maiara Ribeiro Silva
Sócia Administradora
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador - CRC/MA - 14216/O-4
CPF: 031 423 343 19

MAIARA R SILVA LTDA

CNPJ:35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituída em 31/12/2019
RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145, PICARRA, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.486-000

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023

A T I V O	
CIRCULANTE	**571.600,00**
Disponibilidades	**155.000,00**
Caixa	5.000,00
Banco	150.800,00
Créditos com Terc.	**121.500,00**
Clientes	121.500,00
Estoques	**295.100,00**
Produtos - mercadorias	295.100,00
NÃO CIRCULANTE	**272.630,00**
Imobilizado em uso	290.800,00
(-) Depreciação Acumulada	(18.170,00)
T O T A L D O A T I V O	**844.230,00**
P A S S I V O	
CIRCULANTE	**567.990,20**
Fornecedores Nacionais	**200.400,00**
Fornecedores Diversos	200.400,00
Obrigações tributárias	**200.550,20**
Simples a Rec.	93.200,20
Parcelamento T.	107.350,00
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	**167.040,00**
Obrigações com Pessoal	46.090,00
INSS a Recolher	55.200,00
FGTS a Recolher	25.520,00
Outras Contas	40.230,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**276.239,80**
Capital	120.000,00
Reserva de Lucros	146.239,80
T O T A L D O P A S S I V O	**844.230,00**

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totaliza tanto no ativo com a soma do passivo com o patrimônio liquido a importância de R$844.230,00 (oitocentos e quarenta e quatro e duzentos e trinta reais)

Itapecuru Mirim - MA, 31 de dezembro de 2023

Maiara Ribeiro Silva
Socia Administradora
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador - CRC/MA - 14216/O-4
CPF: 031 423 343 19

MAIARA R SILVA LTDA

CNPJ:35.868.202/0001-34, NIRE:216.0019263-8, constituida em 31/12/2019
RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145, PICARRA, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{571.600,00}{567.990,20} = 1,006$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{571.600,00}{567.990,20} = 1,006$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{844.230,00}{567.990,20} = 1,486$$

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{567.990,20}{844.230,00} = 0,673$$

Declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizam se pelas mesmas. as informações foram extraídas das folhas 1 à 109 do livro nº 01

Itapecuru Mirim - MA, 31 de dezembro de 2023

Maiara Ribeiro Silva
Sócia Administradora
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador - CRC/MA - 14216/O-4
CPF: 031 423 343 19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

317

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa, **MAIARA R SILVA LTDA** é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Itapecuru Mirim /MA, tendo como objeto social o Comercio Varejista de materiais de construção em geral , com inicio de atividades em 31/12/2023

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Principios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do simpliciado - Simples Nacioal e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 00,00, junto à instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 120.000,00, dividido em 120.000 quotas de R$120.000,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Nome do sócio – participação - percentual

Sócio	Quotas	Total R$
Maiara Ribeiro Silva	120.000	120.000,00
Total:	120.000	120.000,00

7) **PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO**

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação) mantida pelo proprietário para auferir aluguel ou para valorização do imóvel.

Os imóveis contabilizados como propriedade para investimento importam em: R$300.030,00

8) **EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Itapecuru Mirim, 31 de dezembro de 2023

Maiara Ribeiro Silva
Sócia Administradora
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador – CRC MA 14216/O-4
CPF: 031 423 343-19

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/01/2025 14:51 SOB Nº 20250079275.
PROTOCOLO: 250079275 DE 20/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500089467. CNPJ DA SEDE: 35868203000114.
NIRE: 21600182638. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/01/2025.
MAIARA R SILVA LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 109, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa MAIARA R SILVA LTDA, município Itapecuru Mirim, CNPJ nº 35.868.202/0001-34, Número de Registro (NIRE) 21600182638.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 31/12/2019
Ato constitutivo: 21102298278

Itapecuru Mirim, 01/12/2023

YTALO DOS REIS SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014216

MAIARA RIBEIRO SILVA
Administrador, Sócio
CPF 053.405.143-07

MAIARA R SILVA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 35.868.202/0001-34

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

N° de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 109, e serviu para escrituração no período de 01/12/2023 a 31/12/2023, da empresa MAIARA R SILVA LTDA.

Itapecuru Mirim, 31/12/2023

YTALO DOS REIS SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014216

MAIARA RIBEIRO SILVA
Administrador, Sócio
CPF 053.405.143-07

MAIARA R SILVA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 35.868.202/0001-34

332

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA
35868202000134	MAIARA R SILVA LTDA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/01/2025 08:21 SOB Nº 20250080702.
PROTOCOLO: 250080702 DE 30/01/2025. NIRE: 21800182538.
MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUDO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 31/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

323

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12500924563 em 21/01/2025, protocolo 250080702. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	MAIARA R SILVA LTDA
Número de Registro:	21600182638
CNPJ:	35868202000134
Município:	Itapecuru Mirim

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/12/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA	MA014216
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA	
35868202000134	MAIARA R SILVA LTDA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 21/01/2025 08:21 SOB Nº 20250080702.
PROTOCOLO: 250080702 DE 20/01/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12500924563. NIRE: 21600182638.
MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 21/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ: 35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituição em 31/12/2019
Rua Possidonio Monteiro, 145, Piçarra, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

324

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

Receita Bruta	
Venda de Mercadorias	**2.418.477,83**
Dedução da Receita Bruta	(142.527,70)
Simples Nacional	(142.527,70)
Receita Líquida	2.275.950,13
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.350.410,60)
Lucro Bruto	925.539,53
Despesas Operacionais	(648.691,50)
Administrativas	(358.671,40)
Tributárias	(125.478,00)
Financeiras	(164.542,10)
Lucro Líquido do Exercício	**279.848,03**

Itapecuru Mirim, 31 de dezembro de 2024

Maiara Ribeiro Silva
Sócio Administrador
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador – CRC/MA 14216/O-4
CPF: 031 423 343 19

395

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ: 35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituição em 31/12/2019
Rua Possidonio Monteiro, 145, Piçarra, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2024

ATIVO

CIRCULANTE		**887.977,17**
Disponibilidades		**118.237,77**
Caixa	.....	16.910,20
Banco	.....	101.327,57
Créditos com Terceiros		**128.561,30**
Clientes	.....	128.561,30
Estoques		**641.178,10**
Mercadorias	.....	641.178,10
NÃO CIRCULANTE		**304.884,46**
Imobilizado em uso		330.441,20
(-) Depreciação Acumulada	.....	(25.556,74)
TOTAL DO ATIVO		**1.192.861,63**

PASSIVO

CIRCULANTE		**793.013,60**
Fornecedores Nacionais		**291.852,00**
Fornecedores Diversos	.....	291.852,00
Obrigações tributárias		**310.866,08**
Simples a Recolher	.....	310.866,08
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		**190.295,52**
Obrigações com Pessoal	.....	39.350,15
INSS a Recolher	.....	89.550,30
FGTS a Recolher	.....	61.667,40
PATRIMONIO LIQUIDO		**399.848,03**
Capital	.....	120.000,00
Reserva de Lucros	.....	279.848,03
TOTAL DOPASSIVO		**1.192.861,63**

Itapecuru Mirim, 31 de dezembro de 2024

Maiara Ribeiro Silva
Sócio Administrador
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador – CRC/MA 14216/O-4,
CPF: 031.423.343-19

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ: 35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituição em 31/12/2019
Rua Possidonio Monteiro, 145, Piçarra, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

396

Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$

Liquidez Geral = $\frac{887.977,17 + 0,00}{793.013,60 + 0,00} = 1,12$

Liquidez Corrente = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Liquidez Corrente = $\frac{887.977,17}{793.013,60} = 1,12$

Solvência Geral = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$

Solvência Geral = $\frac{1.192.861,63}{793.013,60 + 0,00} = 1,50$

Endividamento Geral = $\frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$

Endividamento Geral = $\frac{793.013,60 + 0,00}{1.192.861,63} = 0,66$

Itapecuru Mirim - MA, 31 de dezembro de 2024

Maiara Ribeiro silva
Sócio Administrador
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador – CRC/MA - 14216/O-4
CPF: 031.423.343-19

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ: 35.868.202/0001-34, NIRE: 216.0018263-8, constituição em 31/12/2019
Rua Possidonio Monteiro, 145, Piçarra, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65.485-000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa, **MAIARA R SILVA LTDA** é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Itapecuru Mirim /MA, tendo como objeto social o Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores , com inicio de atividades em 31/12/2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do lucro presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 00,00, junto à instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 120.000,00, dividido em 120.000 quotas de R$120.000,00 (cento e vinte reais) em moeda corrente do país, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:



Nome do sócio – participação percentual

Sócio	Quotas	Total R$
Maiara Ribeiro Silva	120.000	120.000,00
Total:	120.000	120.000,00

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edificação) mantida pelo proprietário para auferir aluguel ou para valorização do imóvel.
Os imóveis contabilizados como propriedade para investimento importam em R$685.220,70

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Itapecuru Mirim, 31 de dezembro de 2024

Maiara Ribeiro Silva
Sócio Administrador
CPF: 053 405 143 07

Ytalo dos Reis Silva
Contador – CRC/MA 14216/O
CPF: 031 423 343 19

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2025 07:33 SOB Nº 23250079283.
PROTOCOLO: 250079283 DE 20/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 23501030215. CNPJ DA SEDE: 25860393000104.
NIRE: 21000182638. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/12/2024.
MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 100, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa MAIARA R SILVA LTDA, município Itapecuru Mirim, CNPJ nº 35.868.202/0001-34, Número de Registro (NIRE) 21600182638.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 31/12/2019
Ato constitutivo: 21102298278

Itapecuru Mirim, 01/01/2024

YTALO DOS REIS SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014216

MAIARA RIBEIRO SILVA
Administrador, Sócio
CPF 053.405.143-07

MAIARA R SILVA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 35.868.202/0001-34

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo **DIÁRIO** contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 100, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa MAIARA R SILVA LTDA.

Itapecuru Mirim, 31/12/2024

YTALO DOS REIS SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014216

MAIARA RIBEIRO SILVA
Administrador, Sócio
CPF 053.405.143-07

MAIARA R SILVA LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 35.868.202/0001-34

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAIARA R SILVA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA
35868202000134	MAIARA R SILVA LTDA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 31/01/2025 09:23 SOB Nº 20250084937.
PROTOCOLO: 250084937 DE 30/01/2025. NIRE: 21900182438.
MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

ISABELA PAIXÃO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 31/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

333

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12500924792 em 21/01/2025, protocolo 250084937. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	MAIARA R SILVA LTDA
Número de Registro:	21600182638
CNPJ:	35868202000134
Município:	Itapecuru Mirim

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
03142334319	YTALO DOS REIS SILVA	MA014216
05340514307	MAIARA RIBEIRO SILVA	
35868202000134	MAIARA R SILVA LTDA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 21/01/2025 08:23 SOB Nº 35868202000134, PROTOCOLO: 250084937 DE 21/01/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500924792. MIRR: 21600182638. MAIARA R SILVA LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 21/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

334

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	YTALO DOS REIS SILVA
REGISTRO..... :	MA-014216/O-4
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.423.343-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 28/01/2025 as 18:28:06.
Válido até: 28/04/2025.
Código de Controle: 322710.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

335

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 920210/2025
Emissão: 22/01/2025
Validade: 21/07/2025
Chave: 0YA5w

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

336

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: MAIARA R SILVA LTDA

CNPJ: 35.868.202/0001-34

Registro: 000653051 2

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 120.000,00

Data do Capital: 26/02/2021

Folha: 2

Objetivo Social: COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DEMATERIAIS HIDRÁULICOS; FABRICAÇÃO DEOUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO; FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR NA ÁREA DA ENGENHARIA AMBIENTAL, DE SEGURANÇA DO TRABALHO E PRODUÇÃO-MECÂNICA, NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU(S) RESPONSÁVEL(S) TÉCNICO(S).

Endereço Matriz: RUA POSSIDONIO MONTEIRO, 145, LADO ESQUERDO, PIÇARRA, ITAPECURU MIRIM, MA, 65485000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 22/01/2025

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000553073DDMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2025 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta.

Responsáveis Técnicos

Profissional: CESAR ROBERTO NASCIMENTO GUIMARAES

Registro: 0206539953

CPF: *** 365.663-**

Data Início: 22/01/2025

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Título do Profissional:

ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO - MECÂNICA

Atribuição: ART.12 DA RESOLUCAO Nº 218/73 DO CONFEA, RESSALVANDO O DISPOSTO NO ART. 25 DA MESMA RESOLUCAO, COM AS ATIVIDADES DE 01 A 18 DO ART. 1º REFERENTE A PROCESSOS MECANICOS E AS ATIVIDADES DE 09 A 17 DO ART. 1º DA CITADA RESOLUCAO REFERENTES A MAQUINAS EM GERAL.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: MAIARA RIBEIRO SILVA

CPF: *** 405.143-**

Função: SOCIA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 0YA5w
Impresso em: 22/01/2025 às 11:35:35 (GMT -03:00) por: anon, ip: 190.89.20.116

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 919767/2025
Emissão: 15/01/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: cydcD

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

337

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a)

Profissional: MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA
Registro: 1119379130
CPF: *** 912.833-**

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 21/05/2020

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7º DA RESOLUÇÃO 218/1973 DO CONFEA
Restrições: Sem identificação
Instituição de Ensino: PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA
Data de Formação: 11/02/2020

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALIZAÇÃO EM GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS
Atribuição: ATIVIDADES E COMPETÊNCIAS DOS ITENS A, B, C, D, E E F DA DECISÃO PL Nº 2087/2004, DO CONFEA, CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 4º, 5º E 6º DA RES.1073/2016.
Instituição de Ensino: FACULDADE UNYLEYA
Data de Formação: 15/07/2023

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- **A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8305984877. Data de vencimento do boleto: 31/03/2025**
- **A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.**
- **CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.**
- **Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.**
- **Válido em todo território nacional.**

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (5/5)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: MG EMPREENDIMENTOS LTDA
Registro: 0005369095
CNPJ: 18.224.783/0001-52
Data Início: 23/05/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/05/2025
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: AGLA' S INFRAESTRUTURA LTDA
Registro: 0005499100
CNPJ: 08.238.376/0001-15
Data Início: 18/12/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/12/2025
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: cydcD
Impresso em: 15/01/2025 às 16:24:03 por: adagil, ip: 45.182.129.196

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 919767/2025
Emissão: 15/01/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: cydcD

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Empresa: PROJETE SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA
Registro: 000550899
CNPJ: 14.342.393/0001-26
Data Início: 14/08/2024
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 30/07/2025
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: cydcD
Impresso em: 15/01/2025 às 16:34:00 por: adept, ip: 45.182.129.194

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Nº 880067/2023
Emissão: 14/02/2023
Validade: Indefinida
Chave: yW4zd

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

338

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ART's, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Interessado(a)

Profissional: MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA

Registro: 1119379130

CPF: 060.***.***-75

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 21/05/2020

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 7º DA RESOLUÇÃO 218/1973 DO CONFEA

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA

Data de Formação: 11/03/2020

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALIZAÇÃO EM GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

Atribuição: ATIVIDADES E COMPETÊNCIAS DOS ITENS A, B, C, D, E E F DA DECISÃO PL Nº 2087/2004, DO CONFEA, CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 4º, 5º E 6º DA RES.1073/2016.

Instituição de Ensino: FACULDADE UNYLEYA

Data de Formação: 15/07/2023

Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Empresa Contratada

MG EMPREENDIMENTOS LTDA

Informações / Notas

- **A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.**

- **Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado** apresentado em cumprimento à **Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade** e exatidão das informações nela constantes. **É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.**

- **Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior** dos elementos cadastrais nela contidos.

- **Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não** competem ao(s) profissional(is) em questão.

ART(s)

MA20220554093

Certidão nº 880067/2023
19/06/2023, 17:23
Chave de impressão: yW4zd

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave: yW4zd
Impresso em: 19/06/2023 às 17:23:36 por: adapt, ip: 192.168.100.1

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE PIO XII – MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ 06.447.833/0001-81

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa MG EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ de nº 18.224.783/0001-52, está situada na Rua 05, nº 173, Bairro Jardim Nova Era , no Município de Santa Inês/MA, sob responsabilidade do Engenheiro Civil o Sr. MÁRCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA , portador do CPF nº 060.912.833-75 e inscrito no CREA/MA nº 1119379130, executou os serviços de CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE PIO XII/MA. Conforme Planilha em anexo.

DADOS DA OBRA:
CONTRATO Nº 2022281
DATA DE INICIO: 15/07/2022
DATA DO TÉRMINO: 31/12/2022
ENDEREÇO DA OBRA: RUA POVOADO MELINDROSA E CENTRO DO MEIO, S/N, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PIO XII/MA, CEP: 65.707-000.
VALOR DA OBRA R$ 640.490,34(SEISCENTOS E QUARENTA MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

DADOS DO CONTRANTANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII/MA
CNPJ: 06.447.833/0001-81
ENDEREÇO: RUA SENADOR VITORINO FREIRE, S/N, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE PIO XII/MA.

DADOS DA CONTRATADA:
MG EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 18.224.783/0001-52
ENDEREÇO: RUA 05, Nº 173, BAIRRO JARDIM NOVA ERA, NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/MA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO: MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA
CREA SOB O Nº 1119379130
ENGENHEIRO CIVIL

PIO XII/MA, 10 DE FEVEREIRO DE 2023

Secretário Municipal de Administração
Telsonda Cruz Oliveira
CPF 038.122.053-00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 880067/2023, emitida em 19/08/2023

Certidão nº 880067/2023
19/08/2023, 17:22
Chave de Impressão: yW4zd
O documento nesta site registrado foi emitido em 19/08/2023 e contém 7 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE PIO XII – MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ 06.447.633/0001-61

Item	Descrição	Und	Quant.
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	Placa de obra (5,00 x 2,50) m	m²	4,5
1.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	6
1.3	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	24
1.4	Mobilização e desmobilização de equipamentos	CHP	1
2	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE PIO XII/MA - SEDE AO POVOADO CENTRO DO MEIO (6,00x4,50)M		
2.1	CABECEIRA DA PONTE		
2.1.1	Escavação horizontal, incluindo carga e descarga em solo de 1a categoria com trator de esteiras (170hp/lâmina: 5,20m3). af_07/2020	m³	43,2
2.1.2	Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via interna (dentro do canteiro - unidade: m3xkm). af_07/2020	TXKM	125,06
2.1.3	Espalhamento de material de 1a categoria com trator de esteira com 153 hp	m³	43,2
2.1.4	Escavação mecanizada de vala com prof. maior que 1,5 m até 3,0 m (média montante e jusante/uma composição por trecho), retroescav. (0,26 m3), larg. menor que 0,8 m, em solo de 1a categoria, em locais com alto nível de interferência. af_02/2021	m³	48,98
2.1.5	Alvenaria em pedra argamassada 1:3 cimento e areia	m³	74,1
2.1.6	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m³	12,24
2.2	INFRAESTRUTURA, MESOESTRURURA, ALAS E CONTENÇÃO DE ATERRO		
2.2.1	Fornecimento e cravação de estacas(pilar) metálicas em perfil 1TR-68	M	19,45
2.2.2	Fornecimento e montagem de estruturas metálicas soldadas em trilho TR-68 e chapa de aço para vigas berços, alas e contenção de aterro (em toneladas)	T	10,21
2.3	SUPER – ESTRUTURA: TABULEIRO E CORRIMÃO(GUARDA-CORPO)		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8800867/2023 emitida em 19/08/2023

Certidão nº 8800867/2023
19/08/2023 17:27
Chave de impressão: yWKzq
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/08/2023 e contém 7 folhas

2.3.1	Fornecimento e montagem de estruturas metálicas soldadas em trilho TR-68 para o tabuleiro e corrimão/guarda-corpo (em toneladas)	T	17,29
2.3.2	Concretagem de lajes com concreto usinado bombeável, FCK 20 MPA, lançado com bomba lança - lançamento, adensamento e acabamento	m³	5,4
2.3.3	Guarda-corpo de aço galvanizado de 1,10m de altura, montantes tubulares de 1.1/2"espeçados de 1,20m, travessa superior de 2", gradil formado por barras chatas em ferro de 32x4,8mm, fixado com chumbador mecânico. af_04/2019_p	M	12
2.4	**LIMPEZA GERAL**		
2.4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	27
3	**CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE PIO XII/MA - SEDE AO POVOADO MELINDROSA (6,00x4,50)M**		
3.1	**CABECEIRA DA PONTE**		
3.1.1	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kw e carregadeira de 1,72 m³	m³	43,2
3.1.2	Transporte local c/ basc. 14m3 em rodov. não pav.	TXKM	125,06
3.1.3	Espalhamento de material de 1a categoria com trator de esteira com 153 hp	m³	43,2
3.1.4	Escavação mecanizada de valas, solo de qualquer categoria exceto rocha ate 2,00m de profundidade	m³	48,96
3.1.5	Alvenaria em pedra argamassada 1:3 cimento e areia	m²	74,1
3.1.6	Reaterro e compectação mecânica de vala com compactador manual tipo soquete vibratório	m³	12,24
3.2	**INFRAESTRUTURA, MESOESTRURURA, ALAS E CONTENÇÃO DE ATERRO**		
3.2.1	Fornecimento e cravação de estacas(pilar) metálicas em perfil 1TR-68	M	19,45
3.2.2	Fornecimento e montagem de estruturas metálicas soldadas em trilho TR-68 e chapa de aço para vigas berços, alas e contenção de aterro (em toneladas)	T	10,21
3.3	**SUPER – ESTRUTURA: TABULEIRO E CORRIMÃO(GUARDA-CORPO)**		

340

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado a Certidão nº 880067/2023 emitida em 19/08/2023

Certidão nº 880067/2023
19/08/2023, 17:23
Chave de Impressão: yW4x1
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/08/2023 e contém 7 folhas

3404

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE PIO XII – MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ 06.447.813/0001-81

3.3.1	Fornecimento e montagem de estruturas metálicas soldadas em trilho TR-68 para o tabuleiro e corrimão/guarda-corpo (em toneladas)	T	17,29
3.3.2	Concretagem de lajes com concreto usinado bombeável, FCK 20 MPA, lançado com bomba lança - lançamento, adensamento e acabamento	m³	5,4
3.3.3	Guarda-corpo de aço galvanizado de 1,10m de altura, montantes tubulares de 1.1/2"espaçados de 1,20m, travessa superior de 2", gradil formado por barras chatas em ferro de 32x4,8mm, fixado com chumbador mecânico. af_04/2019_p	M	12
3.4	LIMPEZA GERAL		
3.4.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	27

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado a Certidão nº 88006/7/2023, emitida em 19/08/2023.

Certidão nº 88006/7/2023
19/08/2023, 17:23
Chave da Impressão: yW4zd
O documento inserte até registrado foi emitido em 19/08/2023 e contém 1 folhas

LAUDO TÉCNICO

EM VISTORIA FEITA, CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA **MG EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ Nº 18.224.783/0001-52, LOCALIZADA NA RUA 05, Nº 173, BAIRRO JARDIM NOVA ERA, NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MA, E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, ENGENHEIRO CIVIL **MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA**, CREA - MA Nº 1119379130, EXECUTARAM PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII, CNPJ Nº 06.447.833/0001-81, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE **PIO XII**.

ENDEREÇO DA OBRA: RUA POVOADO MELINDROSA E CENTRO DO MEIO, S/N, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PIO XII /MA. CEP: 65.707-000.

INFORMO AINDA QUE OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS NO PERÍODO DE 15/07/2022 A 31/12/2022, E QUE FORAM DEVIDAMENTE CONCLUÍDOS E ENTREGUES, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE OS PRAZOS, AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E OS PADRÕES DE QUALIDADE.

SÃO LUÍS - MA, 10 DE FEVEREIRO DE 2023

SÂMIA REGINA FERREIRA OLIVEIRA
CREA-MA nº 1119308054
ENGENHEIRA CIVIL
CPF: 056.648.773-02

Sâmia Regina Ferreira Oliveira
CREA-MA 1119308054

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado a Certidão nº 880067/2023, emitida em 19/06/2023

Certidão nº 880067/2023
19/06/2023, 17:23
Chave de impressão: yWzd
O documento inste ele registrado foi emitido em 19/06/2023 e contém 7 folhas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20220554093

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

3414

1. Responsável Técnico

MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALIZAÇÃO EM GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

RNP: 1119379130
Registro: 1119379130MA

Empresa contratada: MG EMPREENDIMENTOS LTDA

Registro: 0093369090-MA

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII
RUA SENADOR VITORINO FREIRE
Complemento:
Cidade: PIO XII

CPF/CNPJ: 06.447.833/0001-81
Nº: SN
Bairro: CENTRO
UF: MA
CEP: 65707000

Contrato: 2022281
Valor: R$ 540.490,34
Ação Institucional: Outros

Celebrado em: 19/07/2022
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Situação: BAIXA DE ART
Atendido: SIM
Motivo: CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO

Data da Solicitação: 10/03/2023

Data do Atendimento:

3. Dados da Obra/Serviço

RUA POVOADOS MELINDROSA E CENTRO DO MEIO
Complemento:
Cidade: PIO XII

Nº: SN
Bairro: ZONA RURAL
UF: MA
CEP: 65707000

Data de Início: 19/07/2022
Previsão de Término: 31/12/2023
Coordenadas Geográficas: -3.887826, -45.172607

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII

Código: Não Especificado
CPF/CNPJ: 06.447.833/0001-81

4. Atividade Técnica

16 - Execução	Quantidade	Unidade
48 - Execução de obra > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > 42.3.1 - DE PONTES	2,00	un
48 - Execução de montagem > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > 42.2.1.7 - PARA FINS DIVERSOS	20,42	t
49 - Execução de obra > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES PROFUNDAS > 42.5.2.1 - EM ESTACAS METÁLICAS	28,00	m

5. Observações

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICIPIO DE PIO XII/MA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram conhecer.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA - CPF: 060.812.833-72

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII - CNPJ: 06.447.833/0001-81

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 223,94 Registrada em: 02/08/2022 Valor pago: R$ 223,94 Nosso Número: 8354059254

A autenticidade desta ART pode ser verificada em https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave: Cert#0 Validada em 17/03/2023 às 17:23:58 por assist_ip 192.168.100.1

www.crea-ma.org.br Tel.: (98) 2109-8000 fale@crea-ma.org.br Fax: (98) 2109-8009

CREA-MA

Certidão nº 8650/2023
19/06/2023 17:23
Chave de Impressão: yWAuf
O documento pode ser registrado ou revisto em 19/06/2023 e contém 7 folhas

APÓLICE DIGITAL

342

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, **a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep/pt-br)** ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197, 3º Andar, CJ 302 – Jardim Botânico - CEP 80210-010 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **18/02/2025 16:01:19**
N° Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0467070**
Proposta: **5087858**
Controle Interno (Código Controle): **032992639**
N° de Registro SUSEP: **05436202500110775046707 0**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA

CPF/CNPJ: 05.648.696/0001-80 PRAÇA GOMES DE SOUSA, S/N, BAIRRO CENTRO - CEP: 65.485-000 - ITAPECURU MIRIM - MA

DADOS DO TOMADOR: MAIARA R SILVA LTDA EPP

CPF/CNPJ: 35.868.202/0001-34 R POSSIDONIO MONTEIRO 145, PICARRA - CEP: 65.485-000 - ITAPECURU MIRIM - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203739-9 **MD CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Roque Jr. de H. Melo**

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Eduardo de O. Nobrega**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatário(a): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 6EE8105114FCD7C8C534AF791757(0071D8DE1CB Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E58A664DE9F943AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento desse produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, podendo ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A validade da regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º da Portaria SUSEP 15414/PRT/(0220-47 e nº 15414-PRT/74/0322-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.1484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.940.0301, http://www.consumidor.gov.br.

N° Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0467070**
Proposta: **5087858**
Controle Interno (Código Controle): **032992639**
N° de Registro SUSEP: **05436202500110775046707 0**

junto SEGUROS

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 30.681,88	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 30.681,88	27/02/2025	31/05/2025
Multas e Penalidades	R$ 30.681,88	27/02/2025	31/05/2025

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 190,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 190,00**

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
	1	25/02/2025	24128626	R$ 190,00

APÓLICE DIGITAL

N° Apólice Seguro Garantia: **11-0775-0467070**
Proposta: **5087858**
Controle Interno (Código Controle): **032992639**
N° de Registro SUSEP: **05436202500110775046707 0**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

343

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital N° 001/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

APÓLICE DIGITAL

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;

l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;

m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: **não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.**
5.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. Regulação do Sinistro: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;
III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;
V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

145

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

306

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.
VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.
VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.
IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.
X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.
XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.
XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.
XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.
XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.
XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.
XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE DIGITAL

Instruções de Impressão:
Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada.

347

Santander | 033-7 | Beneficiário: **Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33**

Vencimento	25/02/2025
Nosso Número	16941985
Número do Documento	24128626
Agência / Código Beneficiário	4849-6 / 8954380
(=) Valor do Documento	190,00

Recibo do Pagador

Pagador
MAIARA R SILVA LTDA EPP CNPJ: 35.868.202/0001-34
R POSSIDONIO MONTEIRO 145 65485000 ITAPECURU MIRIM, MA
Ref. emissão apólice 11-0775-0467070

Autenticação Mecânica

Sacador / Avalista

Corte na linha pontilhada

Santander | 033-7 | **03399.89543 38000.000166 94198.501010 8 10030000019000**

Local de Pagamento: **PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER**

Vencimento: 25/02/2025

Beneficiário: **Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33**

Agência / Código Beneficiário: 4849-6 / 8954380

Data do Documento	Número do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento
18/02/2025	24128626	NS	N	18/02/2025

Nosso Número: 16941985

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor Documento
COBRANÇA SIMPLES - RCR	REAL		

(=) Valor do Documento: 190,00

Instruções:
Junto Seguros S.A.. Após o vencimento cobrar 0,03% por dia de atraso. Não receber depois de 30 dias do vencimento previsto. Após esta data o Segurado da Apólice (Beneficiário) será notificado da pendência do pagamento. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento Financeiro através do e-mail: contasareceber@juntoseguros.com.

(-) Desconto
(-) Abatimento
(+) Mora
(+) Outros acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
MAIARA R SILVA LTDA EPP CNPJ: 35.868.202/0001-34
R POSSIDONIO MONTEIRO 145 65485000 ITAPECURU MIRIM, MA
Ref. emissão apólice 11-0775-0467070

Sacador / Avalista

Cod. Baixa

Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

Corte na linha pontilhada

Pagamento realizado com sucesso

R$ 190,00

Pagamento efetuado 18/02/2025



Comprovante para simples conferência gerado em 18/02/2025 as 16:18:33

Comprovante de pagamento

Beneficiário

Nome/Razão social
JUNTO SEGUROS S A

CPF/CNPJ
.948.157/0001-

Instituição
33-BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Pagador

Nome/Razão social
MAIARA R SILVA LTDA EPP

CPF/CNPJ
.868.202/0001-

Cooperativa
756 - BANCO SICOOB S.A.

Conta debitada
383279/MAIARA R SILVA LTDA

Beneficiario final

Nome/Razão social
Junto Seguros SA

CPF/CNPJ
.948.157/0001-

Numero do agendamento
4811318

Data do agendamento
18/02/2025

Data do vencimento
25/02/2025

Data do pagamento
18/02/2025

Outros encargos
R$ 0,00

Valor do desconto
R$ 0,00

Valor total
R$ 190,00

Situação
Efetivado

Linha digitável
03399.89543 38000.000166 94198.501010
8 10030000019000

Autenticação

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

fls. 349

CERTIDÃO DE LICENCIAMENTO

Certificamos que **JUNTO SEGUROS S.A.**, CNPJ nº **84.948.157/0001-33**, está autorizada a operar, conforme Portaria SUSEP PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991.

Certificamos ainda que a entidade NÃO é participante do Open Insurance

Certificamos também que a entidade NÃO se encontra, nesta data, sob regime especial de Liquidação, Direção Fiscal ou Intervenção.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de apontamentos, disponibilizado pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-f50f41e0-1a35-4d9a-97be-b259e629c037**

Esta Certidão foi emitida em 18/02/2025, às 16:28, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

350

CERTIDÃO DE APONTAMENTOS

Observado o previsto na Circular Susep nº 691/23, certificamos que **JUNTO SEGUROS S.A.**, CNPJ **84.948.157/0001-33**, nesta data e horário, possui a seguinte situação em relação aos apontamentos listados a seguir:

01. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR)

NADA CONSTA

02. Montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas

NADA CONSTA

03. Ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia

NADA CONSTA

04. Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento

NADA CONSTA

05. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento

NADA CONSTA

06. Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido

NADA CONSTA

07. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido

NADA CONSTA

08. Não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou das demonstrações financeiras na forma da legislação aplicável

NADA CONSTA

09. Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido

NADA CONSTA

10. Indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas

NADA CONSTA

11. Medida preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida

NADA CONSTA

12. Instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66

NADA CONSTA

13. Instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção

NADA CONSTA

14. Não pagamento da taxa de fiscalização

NADA CONSTA

15. Não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores

NADA CONSTA

A existência de eventuais apontamentos não implica perda da autorização ou impedimento ao funcionamento da supervisionada.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: **https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep**

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de licenciamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CA-727fd991-12b5-4206-a9ea-982b7e626661**

Esta Certidão foi emitida em 18/02/2025, às 16:28, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

351

DECLARAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DO SISTEMA UNIFICADA

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA.** inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **D E C LA R A:**

Declara, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

Declara, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Declara, não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;

Declara, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3º do art. 4°, da Lei nº 14.133, de 2021.

Declara, ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumimos total responsabilidade por este fato e que não utilizarei deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

353

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025.**

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, infra-assinado, para fins de participação e habilitação da Concorrência supracitada, declara, em substituição à vistoria prévia, que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, e que ASSUME todo e qualquer risco por essa decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços constante no Edital e seus anexos.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.



MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

354

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025**.

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **DECLARAMOS**, para efeito da licitação em epígrafe, junto à Central Permanente de Licitação – CPL, conforme disposto no Edital de Concorrência supracitada e seus anexos, informo que o **RESPONSAVEL TÉCNICO** será o Senhor **MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA**, Engenheiro Civil, registrado no **CREA / MA Nº 1119379130, CPF Nº 060.912.833-75 e RG Nº 0375870920099 SSP MA.**

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

355

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPE TÉCNICA DISPONÍVEIS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025.**

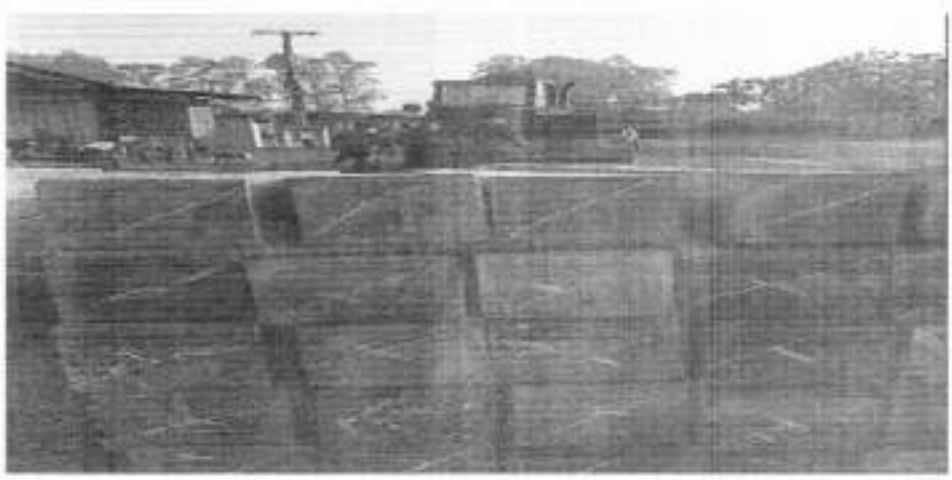
A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 037509512009l SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **DECLARA**, para os devidos fins que possuímos as **Instalações, Equipamentos, Materiais, Insumos e Equipe Técnica** (mão de obra) disponível para execução do objeto do certame em epígrafe, conforme relação e fotos a seguir.

- Pessoal Técnico:
  - Engenheiro Civil;
  - Encarregado;
  - Carpinteiro;
  - Servente.

- Equipamentos:
  - Caminhão;
  - Motosserra;
  - EPI's.

- Materiais e Insumo:
  - Prego, Parafuso, Rosca, etc;
  - Madeira (Passa Roda/Guia/Guarda Corpo/Tabua/Pilar/Transversina/Balancim/Longarinas, etc).

FOTOS DAS INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

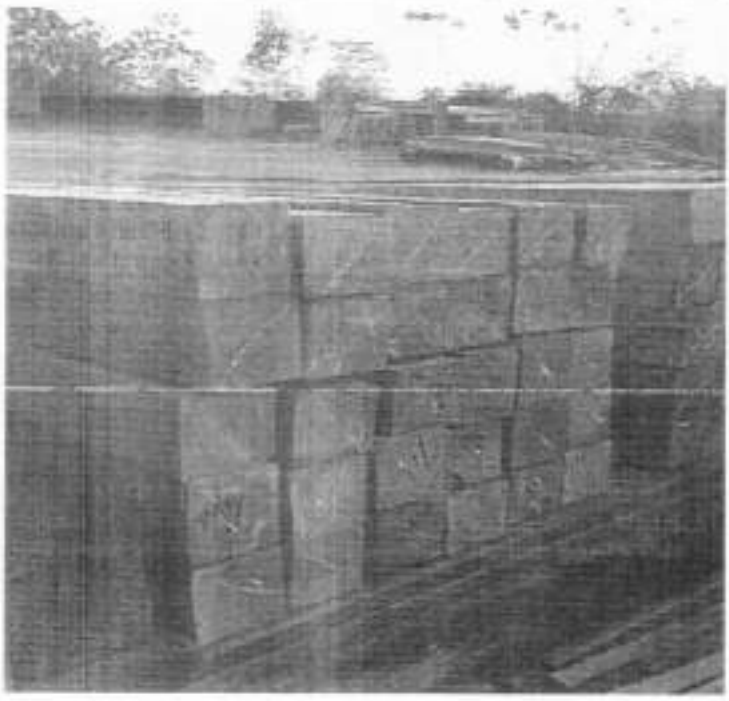


355

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



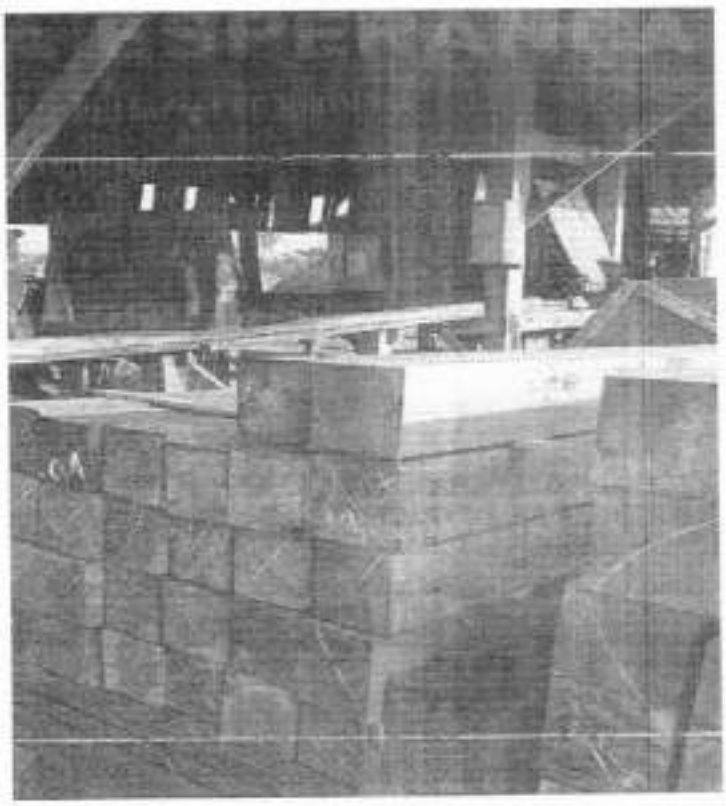


MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

356

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

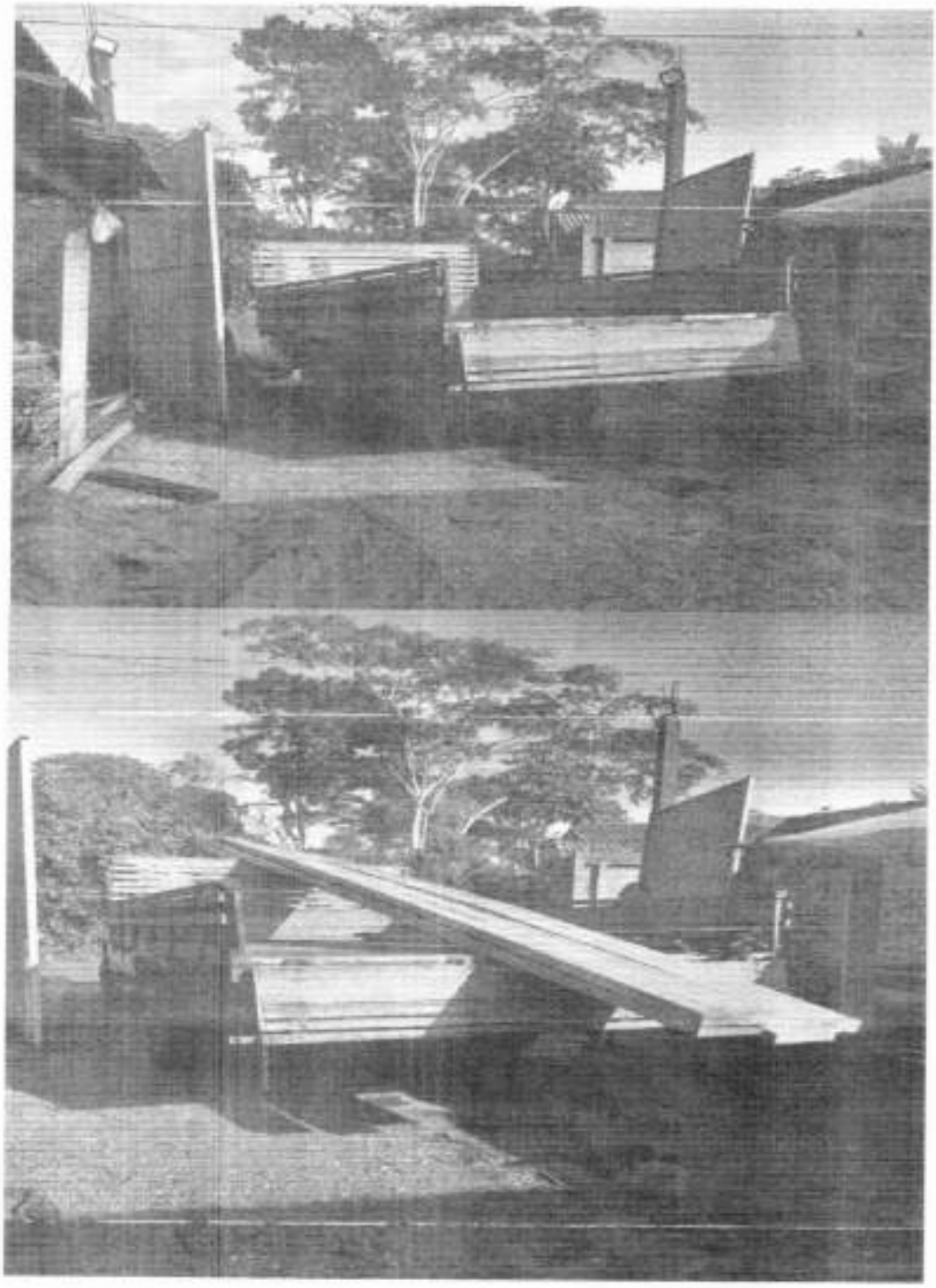




MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA





MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



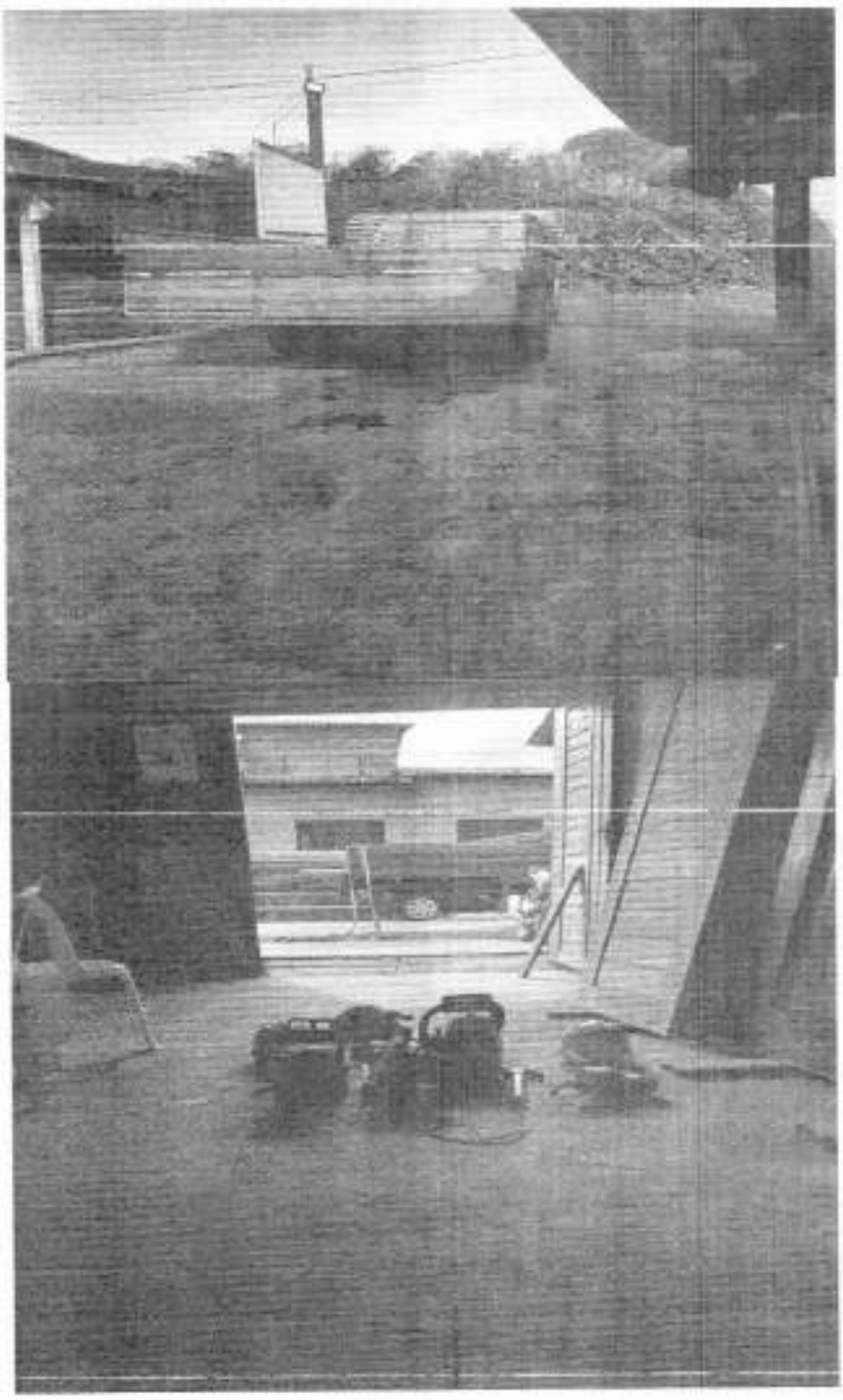


MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

Fls. 358

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

359

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



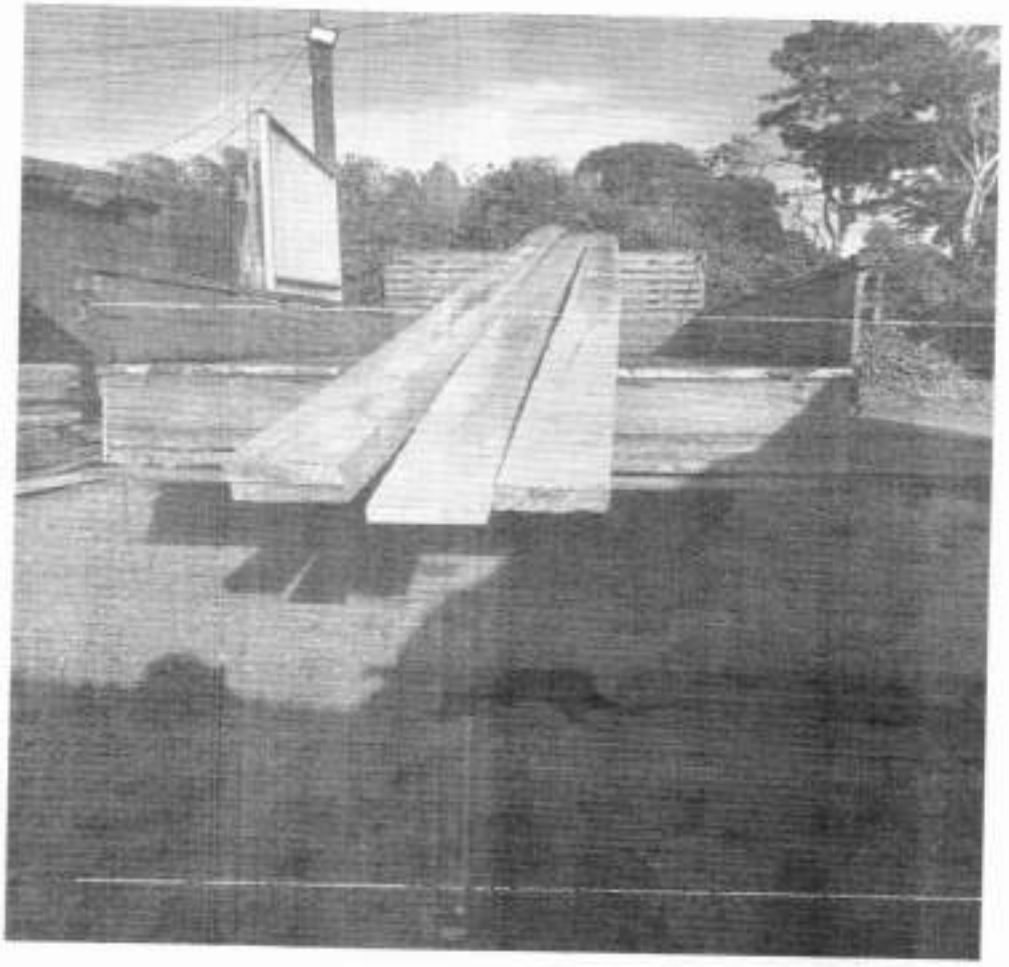


MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

359

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



Itapecuru Mirim (MA) 24 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

Fls. 360

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE INDICEIS CONTABEIS

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025.**

EU, **YTALO DOS REIS SILVA**, Contador, Inscrito no CRC-MA nº **014216/O-4**, **DECLARO**, para os devidos fins legais, que os Índices Contábeis (**Liquidez Geral / Solvência Geral / Liquidez Corrente e Endividamento Geral**) previstos no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2023 e 2024, da empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, da senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA** estão devidamente calculados conforme legislação.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.



MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária



YTALO DOS REIS SILVA
CONTADOR
CRC-MA nº 014216/O-4

361

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA E ANUÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICA

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025.**

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **Maiara Ribeiro Silva**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **DECLARAMOS**, para efeito da licitação em epígrafe, junto à Central Permanente de Licitação – CPL, que o **Marcio Fernandes Campos Lisboa, Engenheiro Civil,** registrado no **CREA / MA Nº 1119379130, CPF Nº 060.912.833-75 e RG Nº 0375870920099 SSP MA** será o **Responsável Técnic**o pela execução do objeto desta licitação, caso sejamos consagrados vencedora do certame.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

DECLARAÇÃO DE ANUENCIA

Eu, **MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA**, Engenheiro Civil, registrado no CREA / MA Nº 1119379130, **DECLARO** está de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento, e que executarei todos os serviços em conformidade ao estipulado no edital e anexos do procedimento licitatório da Concorrência Eletrônica nº 001/2025.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIO FERNANDES CAMPOS LISBOA

Marcio Fernandes Campos Lisboa
Engenheiro Civil
CREA / MA Nº 1119379130
Responsável Técnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E FOTOS DO ESTABELECIMENTO

Ref.: Edital da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025.**

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **Maiara Ribeiro Silva**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **DECLARAMOS** está em pleno funcionamento, sendo o local e instalações adequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade da mesma. Declaro ainda, que assumo inteira responsabilidade por todas as informações dispostas nesta declaração, eximindo a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas por esta empresa.
Declaro ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

PONTOS DE REFERÊNCIA

DA DIREITA: RUA DO AUTO POSTO PARAISO
DA ESQUERDA: RUA DA DISTRIBUIDORA FILGUEIRA DE BEBIDAS LTDA
FRENTE: CASA RESIDENCIAL

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.



MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

263

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **D E C LA R A**, sob as penas da lei, que **atende a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nos termos da Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere ao Artigo 63, Inciso I.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **D E C L A R A**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.

MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

365

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONOMICA

A empresa **MAIARA R SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.868.202/0001-34, localizada na rua Possidônio Monteiro, nº 145, Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão, por meio de seu representante legal, a senhora **MAIARA RIBEIRO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade Nº 0375095120091 SSP/MA e CPF Nº 053.405.143-07, **D E C LA R A** que sua propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 62, § 1º, da Lei nº. 14.133/2021, sob pena de desclassificação

Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.



MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

366

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA

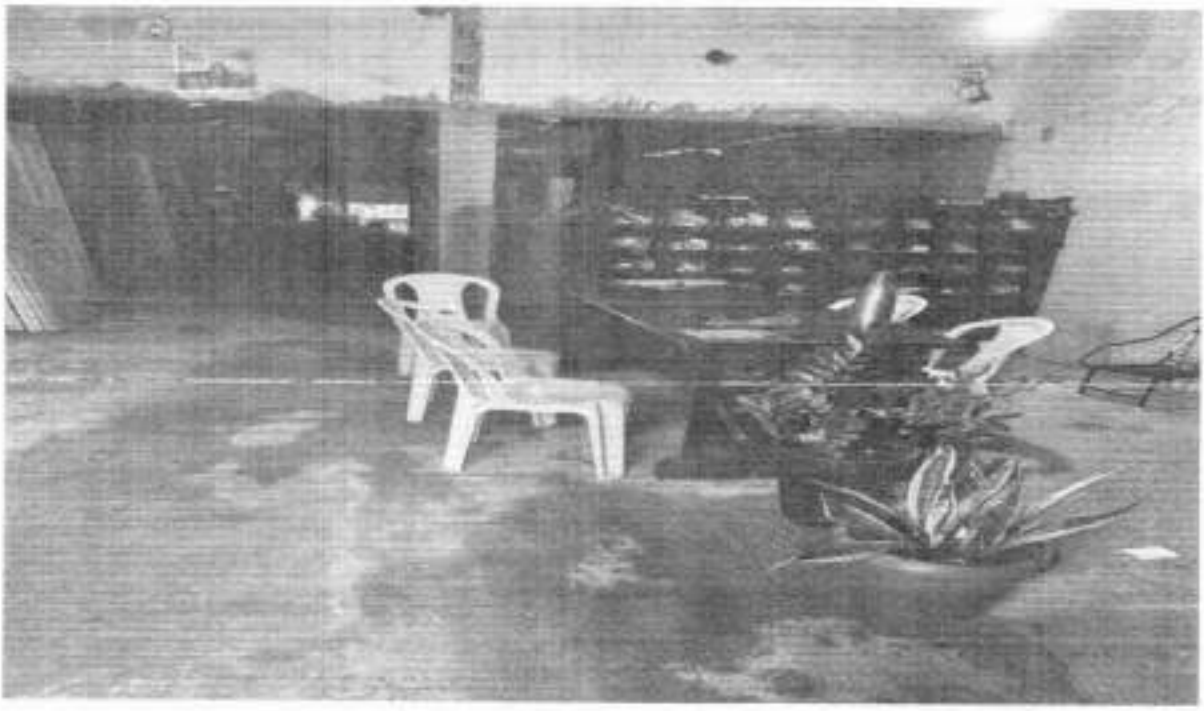
FOTOS DAS DEPENDÊNCIAS INTERNA E EXTERNA DO ESTABELECIMENTO



366v

CASA & CONSTRUÇÃO NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA





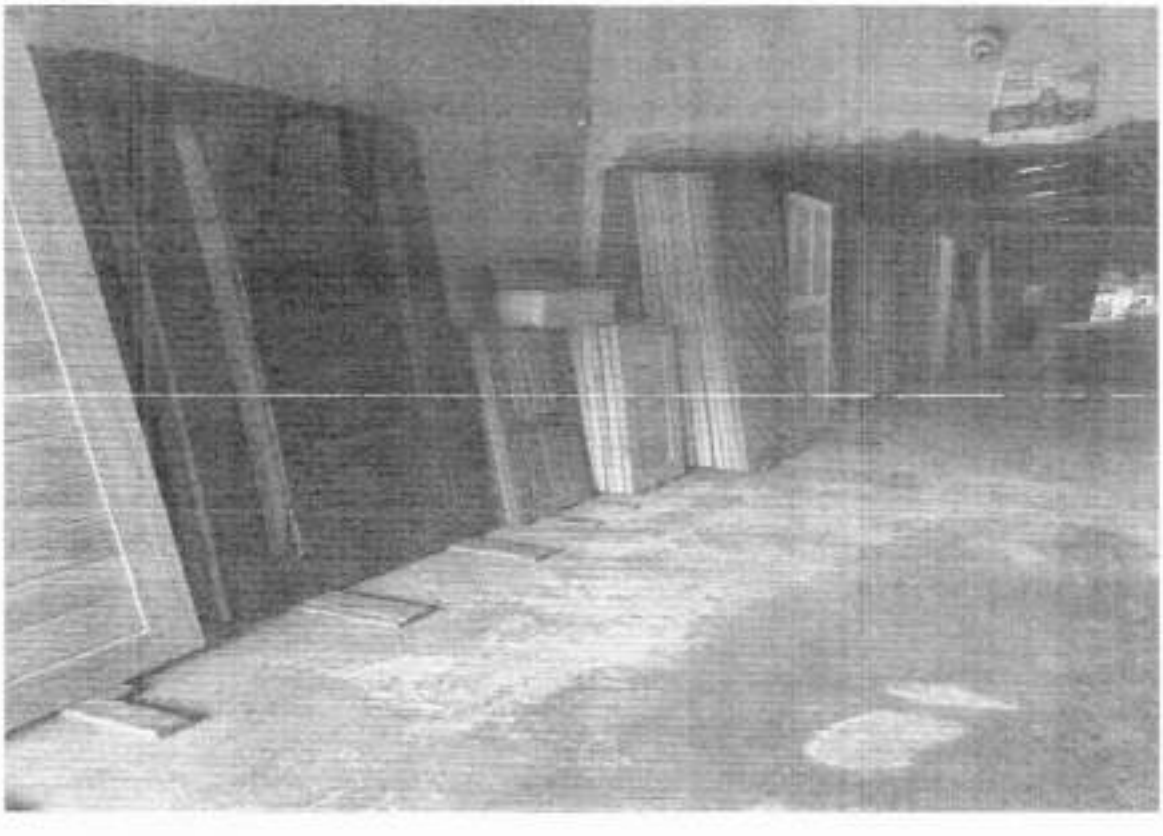
MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

369

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



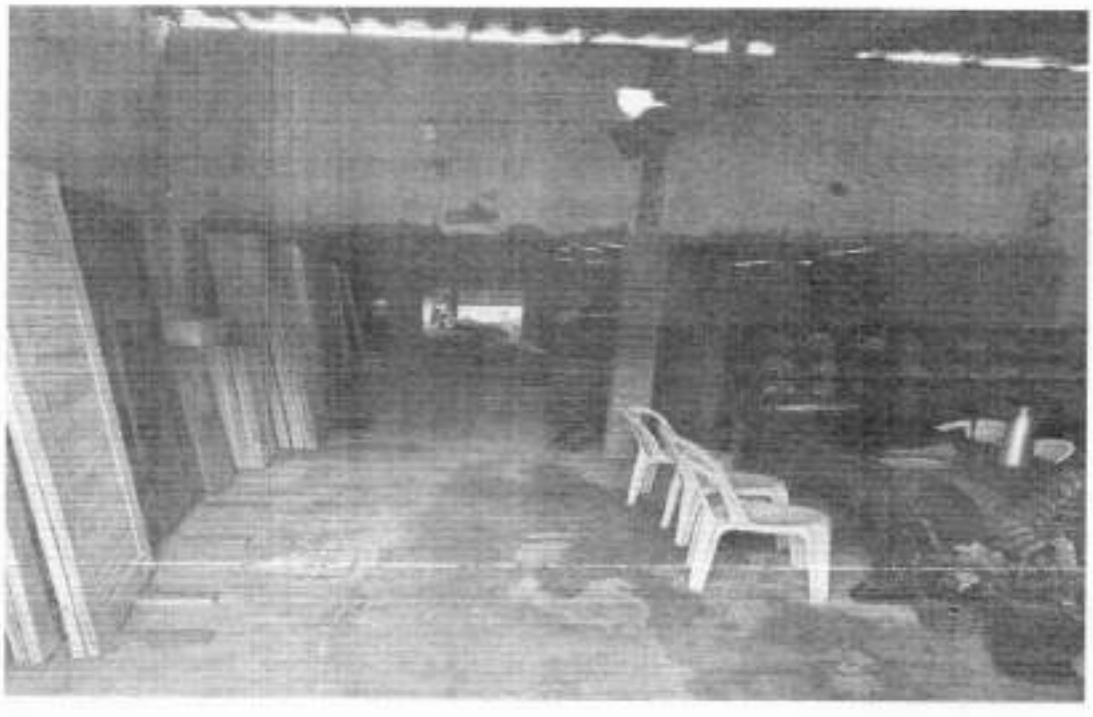


MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

3620

CASA & CONSTRUÇÃO NOVA ESPERANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



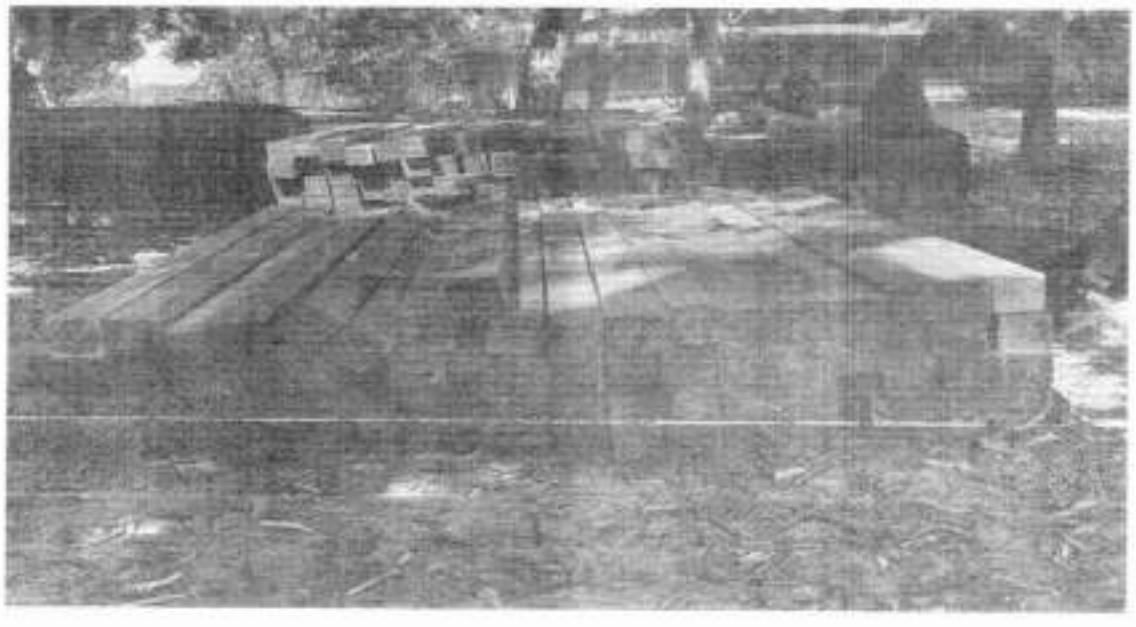


MAIARA R SILVA LTDA / CNPJ: 35.868.202/0001-34
Rua Possidônio Monteiro, nº 145, Bairro da Piçarra, Itapecuru Mirim, Maranhão
E-mail: may330ara@gmail.com / Contato (98) 9 9103-9544

CASA & CONSTRUÇÃO
NOVA ESPERANÇA

368

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
DATA: 28/02/2025 – HORÁRIO: 10H
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PONTES EM ESTRUTURA DE MADEIRA, SOB DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM/MA



Itapecuru Mirim (MA) 18 de fevereiro de 2025.



MAIARA R SILVA LTDA
CNPJ Nº 35.868.202/0001-34
MAIARA RIBEIRO SILVA
CPF Nº 053.405.143-07
Proprietária

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

369

EMPRESAS INABILITADAS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

Fls. 370

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Proposta Readequada

Dados Gerais

Ente Público	Nº Processo	Nº Concorrência
Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim	202501100003/2025	001/2025

Dados do Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
10.895.537/0001-10	CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA	CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CEP	Endereço
65800-000	AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, 50

Bairro	Cidade / UF
CENTRO	Balsas / MA

Nome Representante	Cargo	E-mail	Telefone
ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA		conserpaveireli@gmail.com	(99) 99155-8152

ME/EPP/COOP	Envio da Proposta
Não	26/02/2025 15:30:56

Documentos

Link
DEC_RESP_TECNICO
DECLARACAO_INDICES_ECONOMICOS_-_ASSINADO_-_CONSERPAV
DECLARACOES
about_blank_1_
ALVARA_2025
BALANCO_2022_SPED
BALANCO_2022
BALANCO_CONSERPAV_SPED_2023
BALANCO_PATRIMONIAL_2023
CAT_PINE_ALIMENTOS_830943
CAT_PONTE_SAMBAIBA_901599
CAT_PONTES_MADEIRA_BALSAS_2_842559
CAT_PONTES_MADEIRA_BALSAS_3_847984
CAT_PONTES_MADEIRA_BALSAS_4_880942
CAT_RODOVIARIA_FORT_NOG_894215
CAT_SIRENTZ_CONT_01_847606
CAT_UBS_VENEZA_819137
CERTIDAO_CREA_ENGENHEIRO_011
CERTIDAO_CREA_PI_035
CERTIDAO_DE_HABILITACAO_CONTADOR_01
CND_CONJUNTA_MUNICIPAL_011
CND_ESTADUAL_025
CND_FEDERAL_017

CND_TRABALHISTA_017

CNDA_ESTADUAL_025

CNPJ

CONTRATO_JOSE_DO_CARMO_004

CRC_LOURDES_012

CRC_LOURDES_013

DECLARACAO_INDICES_ECONOMICOS_assinado

DEMONSTRACOES_-_CONSERPAV_CONSTRUCOES_SERVICOS_E_PAVIMENTACAO_LTDA

DRE_CONSERPAV_2023

DRE_SPED_2022

ECD_CONSERPAV

ESPECIFICA_035

FALENCIA_E_CONCORDATA_038

FGTS_115

FICHA_CADASTRO_ESTADUAL_1_

FICHA_CADASTRO_ESTADUAL_2_

FICHA_CADASTRO_ESTADUAL

FICHA_CADASTRO_MUNICIPAL_016_1_

FICHA_CADASTRO_MUNICIPAL_016

LIVRO_DIARIO_2022

LIVRO_DIARIO_2023

NOTAS_EXPLICATIVAS_2022

NOTAS_EXPLICATIVAS_2023

RECIBO_SPED_CONTABIL

SIMPLIFICADA_JUCEMA_035

SINTEGRA_020_1_

SINTEGRA_020

TERMO_DE_ABERTURA_E_ENCERRAMENTO_SPED_2022

TERMO_DE_ABERTURA_E_ENCERRAMENTO_SPED_2023

TERMO_DE_AUTENTICACAO_LIVRO_DIARIO_2023

TERMO_DE_AUTENTICACAO_LIVRO

Boleto_5105277

Certidao_de_Regularidade_da_Susep

Comprovante_26-02-2025_152418

SEGURO_GARANTIA_PROPOSTA

Lotes e Itens

Valor **Total do Fornecedor** (R$ 0,00)

Declarações

Declarações do artigo 60 da Lei 14.133/2021:

- Declaro que possuo em minha empresa políticas para promoção ações de **equidade entre homens e mulheres** no ambiente de trabalho, nos termos do art. 60, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.430/2023 do Governo Federal.
- Declaro que possuo em minha organização/empresa/pessoa jurídica, **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do art. 60, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que, os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica **foram produzidos e ou são prestados no território do Estado** do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize, nos termos do art. 60, §1°, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por Empresa Brasileira**, nos termos do art. 60, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha organização/empresa/pessoa jurídica empresas possui **processos de mitigação**, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e art. 60, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

373

Itapecuru Mirim - MA - MA - MA / MA

Impressão: 14/03/2025 17:10:14

Ciente

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

HABILITAÇÃO JURÍDICA

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL CONSOLIDADO

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

375

Pelo presente instrumento particular de Consolidação de Contrato Social:

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, EMPRESÁRIO, nascido em 31/03/1981, n° do CPF 644.912.773-20, residente e domiciliado na cidade de Balsas - MA, na Avenida Rio Balsas, nº 10, CENTRO, CEP:65800-200. Único sócio da sociedade limitada unipessoal **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**, sediada a Avenida Jose Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro, Balsas - MA, CEP: 65800-000, registrada sob o CNPJ: 10.895.537/0001-10 e na JUCFMA sob o NIRE: 21201292952.

Resolve, consolidar seu ato constituitivo de sociedade limitada unipessoal, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adota como nome empresarial: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**, e usa a expressão CONSERPAV como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade tem sua sede no seguinte endereço: Avenida Jose Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro, Balsas - MA, CEP: 65800-000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS USINAS DE COMPOSTAGEM CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (ESTRUTURAS COM TIRANTES, OBRAS DE CONTENCAO, CORTINAS DE PROTECAO, MUROS DE ARRIMO ETC.) SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE OBRAS, VIAS PUBLICAS, MAQUINAS INDUSTRIAIS, MEIOS DE TRANSPORTE ETC.) CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO OBRAS DE FUNDACOES SERVICOS DE ENGENHARIA ATIVIDADES PAISAGISTICAS SERVICOS DE ARQUITETURA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) são exercida(s) a(s) atividade(s) de CONSTRUCAO DE EDIFICIOS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS USINAS DE COMPOSTAGEM CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (ESTRUTURAS COM TIRANTES, OBRAS DE CONTENCAO, CORTINAS DE PROTECAO, MUROS DE ARRIMO ETC.)

SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE OBRAS, VIAS PUBLICAS, MAQUINAS INDUSTRIAIS, MEIOS DE TRANSPORTE ETC.) CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO OBRAS DE FUNDACOES SERVICOS DE ENGENHARIA ATIVIDADES PAISAGISTICAS SERVICOS DE ARQUITETURA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA.

E exerce as seguintes atividades:
CNAE Nº 4120-4/00 - Construção de edifícios;
CNAE Nº 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
CNAE Nº 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos;
CNAE Nº 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;
CNAE Nº 3839-4/01 - Usinas de compostagem;
CNAE Nº 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias;
CNAE Nº 4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais;
CNAE Nº 4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
CNAE Nº 4221-9/03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica;
CNAE Nº 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
CNAE Nº 4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais;
CNAE Nº 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
CNAE Nº 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas;
CNAE Nº 4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente;
CNAE Nº 4313-4/00 - Obras de terraplenagem;
CNAE Nº 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
CNAE Nº 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
CNAE Nº 4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;
CNAE Nº 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
CNAE Nº 4329-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente;
CNAE Nº 4391-6/00 - Obras de fundações;
CNAE Nº 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
CNAE Nº 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;
CNAE Nº 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;
CNAE Nº 7111-1/00 - Serviços de arquitetura;
CNAE Nº 7112-0/00 - Serviços de engenharia;
CNAE Nº 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;
CNAE Nº 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;
CNAE Nº 3511-5/01 - Geração de energia elétrica.

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)
A sociedade iniciou suas atividades em 10/06/2009 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital social é de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2000000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	2.000.000	2.000.000,00	100,00
TOTAL:	2.000.000	2.000.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.'

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Balsas - MA, 28 de outubro de 2022

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
Sócio/Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

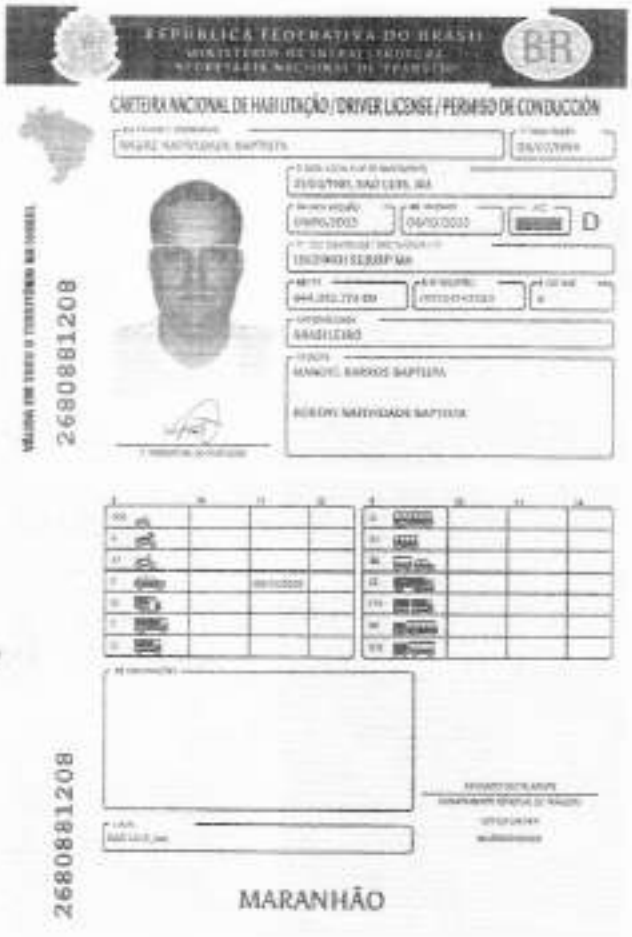
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/12/2022 16:12 SOB Nº 20221290150.
PROTOCOLO: 221290150 DE 16/12/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12214659488. CNPJ DA SEDE: 10895537000110.
NIRE: 21201291952. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/12/2022.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES FERREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



I<BRADO7017475<302<<<<<<<<<<<<
B103310M331DD89BRA<<<<<<<<<<<6
ANDRE<<NATIVIDADE<BAPTISTA<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

329

CNPJ:
10.895.537/0001-10
NOME EMPRESARIAL:
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **31/03/2025** às **14:39** (data e hora de Brasília).

Fls. 350

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
10.895.537/0001-10
NOME EMPRESARIAL:
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/02/2025 às 14:39 (data e hora de Brasília).

381

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Certificamos que CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:	Protocolo: MAC250011012O
NIRE 21201292952 CNPJ 10.895.537/0001-10	Situação ATIVA Status

Endereço Completo Avenida JOSE BERNARDINO, Nº 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - Balsas/MA - CEP 65800-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
310	20240867048	26/06/2024	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	20240521250	22/04/2024	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20240521064	22/04/2024	BALANCO
318	20240059832	15/01/2024	DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
310	20230398707	28/03/2023	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20230398618	28/03/2023	BALANCO
002	20221290150	10/11/2022	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	21201292952	20/09/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21201292952	20/09/2022	TRANSFORMACAO
310	20220558175	05/05/2022	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20220554722	05/05/2022	BALANCO
310	20211389080	17/11/2021	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20210294507	25/02/2021	BALANCO
002	20210066256	20/01/2021	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20210066256	20/01/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20200219260	19/03/2020	BALANCO
223	20190264804	26/03/2019	BALANCO
002	21600083826	09/07/2018	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21600083826	09/07/2018	TRANSFORMACAO
223	20180338552	08/05/2018	BALANCO
007	20170434346	23/06/2017	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
223	20170545083	09/06/2017	BALANCO
223	20160550866	17/06/2016	BALANCO
002	20160081963	11/03/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20150420765	28/05/2015	BALANCO
223	20140385240	02/06/2014	BALANCO
002	20130435589	20/06/2013	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20130430536	06/06/2013	BALANCO
223	20120328876	29/05/2012	BALANCO
223	20110214501	07/04/2011	BALANCO
223	20100269443	19/05/2010	BALANCO
223	20090579440	04/12/2009	BALANCO
315	20090267311	10/06/2009	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21200574550	10/06/2009	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 12/02/2025, às 09:06:47 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.ma.gov.br, com o código TFVNOHJ1.

MAC250011012O

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

fls 382

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

383

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.895.537/0001-10 MATRIZ		10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSERPAV	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.39-4-01 - Usinas de compostagem
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOSE BERNARDINO	50	SALA A ANDAR 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.800-000	CENTRO	BALSAS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8136-5560

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/08/2024** às **16:01:03** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.895.537/0001-10 MATRIZ		10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOSE BERNARDINO	50	SALA A ANDAR 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.800-000	CENTRO	BALSAS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8136-5560

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/08/2024** às **16:01:03** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.895.537/0001-10 MATRIZ		10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSERPAV	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.39-4-01 - Usinas de compostagem
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOSE BERNARDINO	50	SALA A ANDAR 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.800-000	CENTRO	BALSAS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8136-5560

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/02/2025** às **14:37:58** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.895.537/0001-10 MATRIZ		10/06/2009

NOME EMPRESARIAL
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOSE BERNARDINO	50	SALA A ANDAR 2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.800-000	CENTRO	BALSAS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 8130-5560

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/06/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/02/2025** às **14:37:58** (data e hora de Brasília).

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 04491377320
DATA: 24/01/2024
HORA: 09:44

INSC. ESTADUAL:	12.317.262-4	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	15/01/2024
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	SUFRAMA:	Não
MOTIVOS FISCAIS			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	–

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	10.866.537/0001-10	INSC. CENTRALIZADORA:	–
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		
NIRE:	21201292952	TIPO PESSOA:	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	15/06/2009	CAPITAL SOCIAL:	2.000.000,00
AGÊNCIA REGIONAL:	06 - AGÊNCIA DE BALSAS	UFRE:	31 - UFRE/BALSAS
TIPO DE SOCIEDADE:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	CAT. DO ESTABELECIMENTO:	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	NORMAL		
DATA OBRIG. SPED:	01/10/2010	DATA OBRIG. EFD:	01/02/2021
CORREIO ELETRÔNICO:	–	ÁREA UTILIZADA:	–

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP:	65800-000		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	50
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	–	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	–	FAX:	–
CEP CAIXA POSTAL:	–		

ENDEREÇO FISCAL

CEP:	–		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	50
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	–	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(98)3258-0220	FAX:	–
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4120400	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
2	8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
3	3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4	3839401	USINAS DE COMPOSTAGEM
5	4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
6	4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
7	4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
8	4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
9	4221903	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
10	4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS
11	4291000	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
12	4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
13	4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
14	4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
15	4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
16	4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
17	4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
18	4322303	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
19	4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS,
20	4329199	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
21	4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
22	4399104	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E
23	4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
24	4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
25	7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
26	7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 64491277320
DATA: 24/01/2024
HORA: 09:44

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS		
ORDEM	CODIGO	DESCRIÇÃO
27	8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
28	3511501	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
29	3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

REPRESENTANTES LEGAIS		
CNPJ/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	101 - SÓCIO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	205 - ADMINISTRADOR
74769650353	ELISVANDIRA BORGES LOPES	3 - CONTADOR

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa Inscrição estadual

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Obrigatoriedades/Credenciamentos para essa

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa Inscrição

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 64491277320
DATA: 24/01/2024
HORA: 09:44

INSC. ESTADUAL:	12.317.262-4	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	15/01/2024
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	SCRASA:	Não
MOTIVOS FISCAIS:			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	--

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	10.895.537/0001-10	INSC. CENTRALIZADORA:	--
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		
NIRE:	21201292952	TIPO PESSOA:	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	16/06/2009	CAPITAL SOCIAL:	2.000.000,00
AGÊNCIA REGIONAL:	06 - AGÊNCIA DE BALSAS	UFRE:	51 - UFRE/BALSAS
TIPO DE SOCIEDADE:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	CAT. DO ESTABELECIMENTO:	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	NORMAL		
DATA OBRIG. NFE:	01/10/2010	DATA OBRIG. EFD:	01/02/2021
CORREIO ELETRÔNICO:	--	ÁREA UTILIZADA:	--

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP:	65800-000		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	50
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	--	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	--	FAX:	--
CEP CAIXA POSTAL:	--		

ENDEREÇO FISCAL

CEP:	--		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	50
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	--	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(98)3256-0220	FAX:	--
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4120400	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
2	8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
3	3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4	3839401	USINAS DE COMPOSTAGEM
5	4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
6	4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
7	4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
8	4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
9	4221903	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
10	4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS
11	4291000	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
12	4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
13	4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
14	4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
15	4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
16	4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
17	4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
18	4322303	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
19	4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS
20	4329199	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
21	4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
22	4399104	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E
23	4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
24	4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
25	7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
26	7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 64491277320
DATA: 24/01/2024
HORA: 09:44

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS		
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
27	8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
28	3511501	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
29	3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

REPRESENTANTES LEGAIS		
CNPJ/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	101 - SÓCIO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	205 - ADMINISTRADOR
74769650353	ELISVANDIRA BORGES LOPES	3 - CONTADOR

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa Inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Obrigatoriedades/Credenciamentos para essa

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa Inscrição

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 64491277320
DATA: 24/01/2024
HORA: 09:44

INSC. ESTADUAL:	12.317.262-4	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	15/01/2024
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	SEFAZA:	Não
MOTIVOS FISCAIS:			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	–

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	10.695.537/0301-10	INSC. CENTRALIZADORA:	–
RAZÃO SOCIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		
NIRE:	21201292952	TIPO PESSOA:	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	16/06/2009	CAPITAL SOCIAL:	2.000.000,00
AGÊNCIA REGIONAL:	06 - AGÊNCIA DE BALSAS	UFRE:	51 - UFRE/BALSAS
TIPO DE SOCIEDADE:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	CAT. DO ESTABELECIMENTO:	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	NORMAL		
DATA OBRIG. NFE:	01/10/2010	DATA OBRIG. EFD:	01/02/2021
CORREIO ELETRÔNICO:	–	ÁREA UTILIZADA:	–

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP:	65800-000		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	60
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	–	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	–	FAX:	–
CEP CAIXA POSTAL:	–		

ENDEREÇO FISCAL

CEP:	–		
ENDEREÇO:	AVE JOSE BERNARDINO	NÚMERO:	60
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2		
PONTO DE REFERENC.:	–	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	BALSAS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(98)3258-0220	FAX:	–
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4120400	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
2	8130300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
3	3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4	3839401	USINAS DE COMPOSTAGEM
5	4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
6	4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
7	4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
8	4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
9	4221903	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
10	4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS
11	4291000	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
12	4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
13	4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
14	4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
15	4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
16	4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
17	4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
18	4322303	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
19	4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS
20	4329199	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
21	4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
22	4399104	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E
23	4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
24	4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
25	7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
26	7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 64491277320
DATA: 26/01/2024
HORA: 09:44

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS		
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
27	8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
26	3511501	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
23	3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

REPRESENTANTES LEGAIS		
CNPJ/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	101 - SÓCIO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	205 - ADMINISTRADOR
74769650353	ELISVANDIRA BORGES LOPES	3 - CONTADOR

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais com essa inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Obrigatoriedades/Credenciamentos para essa

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA:	JURI¿½DICA	**CNPJ:**	10895537000110
NOME EMPRESARIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO:	CONSERPAV		
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	1200256805	**SITUAÇÃO CADASTRAL:**	Ativo
NATUREZA JURÍDICA:	2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
CBO:			
DOC. CONSTITUIÇÃO:	CONTRATO SOCIAL	**ÚLT. ATUAL. CONTR.**	16/01/2024
ÓRGÃO DE REGISTRO:	JUNTA COMERCIAL -	**NIRE:**	21201292952
CAPITAL SOCIAL:	2.000.000,00	**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**	123172624
REG. TRIBUTÁRIO:	Normal	**TIPO ESTABELECIMENTO:**	Sede / Matriz
SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO:	NÃO	**REGIME PAGAMENTO:**	DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL:	SIM	**TIPO ENQUADRAMENTO:**	OUTROS
LIVRO:	**FOLHA:**	**DATA DO REGISTRO:**	10/06/2009
ATV. LICENCIADA VINCULADA:	INDÚSTRIAS, CONSTRUTORAS, EMPREITEIRAS INCORPORADORAS		

TIPO PORTE: -

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE LOCALIZAÇÃO:	ZONA URBANA	**USO DO IMÓVEL:**	ALUGADO
TIPO DE IMÓVEL:	COMERCIAL	**INSC. IMOBILIÁRIA:**	21233
CIDADE/UF:	BALSAS / MA	**NÚMERO:**	50
ENDEREÇO:	JOSE BERNARDINO	**CEP:**	65800000
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2	**BAIRRO:**	CENTRO
POVOADO:		**ZONA RURAL:**	
CCIR:		**NIRF:**	
DATUM REFERÊNCIA:		**LATITUDE:**	
LONGITUDE:			

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF:	BALSAS / MA	**NÚMERO:**	50
ENDEREÇO:	JOSE BERNARDINO	**CEP:**	65800000
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2	**BAIRRO:**	CENTRO

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
TELEFONE	(98) 981365560
E-MAIL	conserpav@conserpav.com.br

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

CONSTRUCAO DE EDIFICIOS;COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS;COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS;CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
412040000	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	SIM
381220000	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	
381140000	COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	
429950100	CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS	
439910500	PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA	
432150000	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	
422190200	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA	
421380000	OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS	
432919900	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO	
422270100	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE	
422190300	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	
429280100	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	
812900000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
474409900	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL	
383940100	USINAS DE COMPOSTAGEM	
431340000	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	
432910400	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE	
439910400	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA	
421200000	CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	
429100000	OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS	
429959900	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS	
421110100	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	
432230300	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	
439160000	OBRAS DE FUNDACOES	
813030000	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	
432230100	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	
711200000	SERVICOS DE ENGENHARIA	
711110000	SERVICOS DE ARQUITETURA	
351150100	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	64491277320	ANDRE NATIVIDADE BATISTA
Contábil	74769650353	ELISVANDINA BORGES LOPES

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BATISTA	responsável	100%

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE

ÁREA FÍSICA OCUPADA: 50,00m² **QTD. DE SALAS:** 1

QUADRAS E CINEMAS	
QUANTIDADE DE QUADRAS:	0
QUANTIDADE DE CINEMAS:	0

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO	
Segunda-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Terça-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Quarta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Quinta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Sexta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)

Local: BALSAS / MA , 28/12/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

395

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA:	JURï¿½DICA	**CNPJ:**	10895537000110
NOME EMPRESARIAL:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO:	CONSERPAV		
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	1200256805	**SITUAÇÃO CADASTRAL:**	Ativo
NATUREZA JURÍDICA:	2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
CBO:			
DOC. CONSTITUIÇÃO:	CONTRATO SOCIAL	**ÚLT. ATUAL. CONTR.**	16/01/2024
ÓRGÃO DE REGISTRO:	JUNTA COMERCIAL -	**NIRE:**	21201292952
CAPITAL SOCIAL:	2.000.000,00	**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**	123172824
REG. TRIBUTÁRIO:	Normal	**TIPO ESTABELECIMENTO:**	Sede / Matriz
SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO:	NÃO	**REGIME PAGAMENTO:**	DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL:	SIM	**TIPO ENQUADRAMENTO:**	OUTROS
LIVRO:	**FOLHA:**	**DATA DO REGISTRO:**	10/06/2009
ATV. LICENCIADA VINCULADA:	INDÚSTRIAS; CONSTRUTORAS; EMPREITEIRAS INCORPORADORAS		
TIPO PORTE:	-		

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE LOCALIZAÇÃO:	ZONA URBANA	**USO DO IMÓVEL:**	ALUGADO
TIPO DE IMÓVEL:	COMERCIAL	**INSC. IMOBILIÁRIA:**	21233
CIDADE/UF:	BALSAS / MA	**NÚMERO:**	50
ENDEREÇO:	JOSE BERNARDINO	**CEP:**	65800000
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2	**BAIRRO:**	CENTRO
POVOADO:		**ZONA RURAL:**	
CCIR:		**NIRF:**	
DATUM REFERÊNCIA:		**LATITUDE:**	
LONGITUDE:			

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF:	BALSAS / MA	**NÚMERO:**	50
ENDEREÇO:	JOSE BERNARDINO	**CEP:**	65800000
COMPLEMENTO:	SALA A ANDAR 2	**BAIRRO:**	CENTRO

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
TELEFONE	(98) 981365560
E-MAIL	conserpav@conserpav.com.br

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

CONSTRUCAO DE EDIFICIOS;COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS;COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS;CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
412040000	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	SIM
381220000	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	
381140000	COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	
429950100	CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS	
439910500	PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA	
432150000	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	
422190200	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA	
421380000	OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS	
432919900	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO	
422270100	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE	
422190300	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	
429280100	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	
812900000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
474409900	COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL	
383940100	USINAS DE COMPOSTAGEM	
431340000	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	
432910400	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE	
439910400	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA	
421200000	CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	
429100000	OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS	
429959900	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS	
421110100	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	
432230300	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	
439160000	OBRAS DE FUNDACOES	
813030000	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	
432230100	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	
711200000	SERVICOS DE ENGENHARIA	
711110000	SERVICOS DE ARQUITETURA	
351150100	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	64491277320	ANDRE NATIVIDADE BATISTA
Contábil	74769650353	ELISVANDINA BORGES LOPES

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BATISTA	responsável	100%

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE

ÁREA FÍSICA OCUPADA: 50,00m² **QTD. DE SALAS:** 1

QUADRAS E CINEMAS	
QUANTIDADE DE QUADRAS:	0
QUANTIDADE DE CINEMAS:	0

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO	
Segunda-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Terça-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Quarta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Quinta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)
Sexta-Feira	de 08:00 até 18:00(hh:mm)

Local: BALSAS / MA , 28/12/2024

396

Estado do Maranhão — SINTEGRA/ICMS — Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão — Secretaria da Fazenda

397

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 10.895.537/0001-10 **Inscrição Estadual:** 12.317262-4

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: AVE JOSE BERNARDINO

Número: 50 **Complemento:** SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Município: BALSAS **UF:** MA

CEP: 65800000 **DDD:** **Telefone:**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4120400 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4291000	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
4322303	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
4330300	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
4329199	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
4399104	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
3511501	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
3839401	USINAS DE COMPOSTAGEM
4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4221903	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 15/06/2024

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - [3839401], 05/10/2011 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de: 01/02/2021,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 12/02/2025
Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir



Estado do Maranhão — SINTEGRA/ICMS — Secretaria de Estado da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 10.895.537/0001-10 **Inscrição Estadual:** 12.317262-4

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: AVE JOSE BERNARDINO

Número: 50 **Complemento:** SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Município: BALSAS **UF:** MA

CEP: 65800000 **DDD:** **Telefone:**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4120400 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4291000	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
4292801	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
4322301	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
4322303	INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO
4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
4330305	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
4329199	OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4391600	OBRAS DE FUNDAÇÕES
4399104	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
7111100	SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
8129000	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
3511501	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
3839401	USINAS DE COMPOSTAGEM
4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221903	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4221903	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 15/06/2024

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (3839401), 05/10/2011 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de: 01/02/2021,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 12/02/2025
Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Versão 2.0.0 - 2005-2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

309

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ: 10.895.537/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:00:23 do dia 23/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/06/2025.
Código de controle da certidão: **4E37.7178.60A0.8B79**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar | Imprimir

400

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.895.537/0001-10
Razão Social: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Endereço: AV JOSE BERNARDINO 50 SL A ANDAR 2 / CENTRO / BALSAS / MA / 65800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:03/02/2025 a 04/03/2025

Certificação Número: 2025020322111577044960

Informação obtida em 10/02/2025 15:59:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

402

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.895.537/0001-10
Certidão nº: 60741489/2024
Expedição: 04/09/2024, às 15:01:42
Validade: 03/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.895.537/0001-10, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

409

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 013246/25 **Data da** 12/02/2025 10:17:19

Inscrição Estadual: 123172624 **CPF/CNPJ:** 10895537000110

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AVE JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2 CEP: 65800000 - CENTRO

Telefone: null **Municipio:** BALSAS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 12/02/2025 10:17:19

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

403

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 040811/25 **Data da** 12/02/2025 10:16:32

Inscrição Estadual: 123172624 **CPF/CNPJ:** 10895537000110

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AVE JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2 CEP: 65800000 - CENTRO

Telefone: **Município:** BALSAS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/05/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 12/02/2025 10:16:32

CERTIFICADO
10202500727111232

PREFEITURA DE BALSAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA
Rua Professor Joca Rêgo, N°121, Centro – Balsas (MA)
CNPJ: 06.441.430/0001- 25

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – CND

Número: 00001557562025
Data de expedição: 13/01/2025 13:57:29

A Prefeitura do Município de Balsas – MA, por intermédio do departamento de arrecadação, CERTIFICA que o contribuinte **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA** que possui o CNPJ **10.895.537/0001-10** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, não constando débitos referentes a Tributos municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Reserva-se o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista no Código Tributário Municipal.

DADOS DA EMPRESA:
CNPJ: 10.895.537/0001-10
Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: Avenida JOSE BERNARDINO
Número: 50
Município: BALSAS
Bairro: CENTRO
Estado: MA

Regime tributário:
NORMAL
Data de início de atividade:
10/06/2018

Código de validação: 4508AB2D37BDD96C8EF5A6BBF44FE469
Data de validade da certidão: 13/04/2025
Finalidade: REGULARIDADE FISCAL

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

406

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Periodo da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.895.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 2

Periodo Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.200.191,07	R$ 3.210.883,68
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.060.191,07	R$ 2.070.883,68
CAIXA GERAL		R$ 2.060.191,07	R$ 2.070.883,68
DISPONIVEL		R$ 540.002,31	R$ 550.794,98
CAIXA GERAL		R$ 540.002,31	R$ 550.794,98
CAIXA		R$ 540.002,31	R$ 550.794,98
CREDITOS DE CLIENTES		R$ 569.428,32	R$ 1.520.178,62
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 569.428,32	R$ 1.520.178,62
CONTAS A RECEBER		R$ 569.428,32	R$ 1.520.178,62
ESTOQUES		R$ 550.760,80	R$ 0,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS P/REVENDA		R$ 550.760,80	R$ 0,00
MERCADORIAS PARA REVENDA		R$ 550.760,80	R$ 0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 1.140.000,00	R$ 1.140.000,00
IMOBILIZADO		R$ 1.140.000,00	R$ 1.140.000,00
CUSTO CORRIGIDO		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
IMOVEIS		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
PREDIOS, EDIFICIOS E INSTALACOES		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
(+) (-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
(-) (-) DEP ACUM IMOVEIS		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
(-) (-) DEP ACUM PREDIOS, EDIF E INSTAL		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
PASSIVO		R$ 3.200.191,07	R$ 3.210.883,68
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 292.417,83	R$ 330.239,47
EXIGIBILIDADES DIVS		R$ 104.473,21	R$ 158.160,21
FORNECEDORES		R$ 104.473,21	R$ 158.160,21
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 104.473,21	R$ 158.160,21
DUPLICATAS A PAGAR		R$ 104.473,21	R$ 158.160,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 152.061,56	R$ 43.854,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR		R$ 152.061,56	R$ 43.854,78
IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER		R$ 152.061,56	R$ 43.854,78
PIS A PAGAR		R$ 17.972,79	R$ 2.110,21
COFINS A PAGAR		R$ 51.949,53	R$ 9.739,52
CSLL A PAGAR		R$ 29.661,47	R$ 13.933,00
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR		R$ 33.178,40	R$ 17.971,40
OBRIGACOES SOCIAIS		R$ 22.881,16	R$ 28.394,48
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 14.850,96	R$ 19.836,40
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 14.850,96	R$ 19.836,40
SALARIOS A PAGAR		R$ 14.850,96	R$ 19.836,40
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 8.130,20	R$ 8.558,08
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 8.130,20	R$ 8.558,08
INSS A RECOLHER		R$ 4.568,90	R$ 5.621,70
FGTS A RECOLHER		R$ 3.561,30	R$ 2.936,38
PATRIMÔNIO LIQUIDO		R$ 2.908.793,18	R$ 2.880.644,21
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
RESERVAS DE LUCROS		R$ 908.793,18	R$ 880.644,21
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVAS ESPECIAIS		R$ 708.793,18	R$ 680.644,21
RESERVAS ESPECIAIS		R$ 708.793,18	R$ 680.644,21
RESERVA DE LUCROS A DESTINAR		R$ 708.793,18	R$ 680.644,21
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2:BF:6F:C9:E4:B8:DB:8E:CD:5D:3C:B2:24:66:19:62:4D:B4:DD:5B:0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatorio foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

ContabMilenium - V: 6.52A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2022 23:53

NIRE: 21201292952

Balanço Patrimonial

JOSE BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

407
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
1		ATIVO	3.210.883,68D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	2.070.883,68D
1.1.1.1		DISPONIVEL	550.704,86D
1.1.1.1.01		CAIXA GERAL	550.704,86D
1.1.1.1.01.0001	00001	CAIXA	550.704,86D
1.1.1.2		CREDITOS DE CLIENTES	1.520.178,82D
1.1.1.2.01		DUPLICATAS A RECEBER	1.520.178,82D
1.1.1.2.01.0003	00013	CONTAS A RECEBER	1.520.178,82D
1.3		ATIVO NAO CIRCULANTE	1.140.000,00D
1.3.5		IMOBILIZADO	1.140.000,00D
1.3.5.1		CUSTO CORRIGIDO	1.650.000,00D
1.3.5.1.01		IMOVEIS	1.650.000,00D
1.3.5.1.01.0002	00094	PREDIOS, EDIFICIOS E INSTALACOES	1.650.000,00D
1.3.5.3		(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	510.000,00C
1.3.5.3.01		(-) DEP ACUM IMOVEIS	510.000,00C
1.3.5.3.01.0002	00106	(-) DEPACUMPREDIOS, EDIF E INSTAL	510.000,00C

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA** roina: 4

ContabMilenium - V. 6.52A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2022 23:53

NIRE: 21201292952

Balanço Patrimonial

JOSE BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
2		**PASSIVO**	**3.210.883,68C**
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	230.229,47C
2.1.1		EXIGIBILIDADES DIVS	158.180,21C
2.1.1.3		FORNECEDORES	158.180,21C
2.1.1.3.01		FORNECEDORES NACIONAIS	158.180,21C
2.1.1.3.01.0001	00125	DUPLICATAS A PAGAR	158.180,21C
2.1.3		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	43.654,78C
2.1.3.1		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR	43.654,78C
2.1.3.1.01		IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER	43.654,78C
2.1.3.1.01.0012	00154	PIS A PAGAR	2.110,21C
2.1.3.1.01.0013	00155	COFINS A PAGAR	9.739,52C
2.1.3.1.01.0014	00156	CSLL A PAGAR	13.933,60C
2.1.3.1.01.0031	00161	IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	17.871,45C
2.1.5		OBRIGACOES SOCIAIS	28.394,48C
2.1.5.1.01		SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	18.836,40C
2.1.5.1.01.0002	00183	SALARIOS A PAGAR	18.836,40C
2.1.5.3.01		ENCARGOS SOCIAIS	9.558,08C
2.1.5.3.01.0001	00170	INSS A RECOLHER	5.621,70C
2.1.5.3.01.0002	00171	FGTS A RECOLHER	3.936,38C
2.5		PATRIMONIO LIQUIDO	2.980.654,21C
2.5.1		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
2.5.1.1.01		CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS	2.000.000,00C
2.5.1.1.01.0001	00211	QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS	2.000.000,00C
2.5.7		RESERVAS DE LUCROS	980.654,21C
2.5.7.1.01		RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.5.7.1.01.0001	00231	RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.5.7.6.01		RESERVAS ESPECIAIS	780.654,21C
2.5.7.6.01.0001	00242	RESERVA DE LUCROS A DESTINAR	780.654,21C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA** Folha: 3

ContabMilenium - V. 6.52A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2022 23:53

NIRE: 21201292952 **Balanço Patrimonial**

JOSE BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-9108/O-6
Técnico contábil

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	2022
10	**RECEITA BRUTA**	
10.20	VENDAS DE MERCADORIAS	
10.20.10	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	3.895.780,80 C
10.25.10.10	TOTAL DAS VENDAS DE MERC	3.895.780,80 C
10.30	VENDA DE SERV	
10.30.10	VENDA DE SERV A VISTA	
10.30.20	VENDA DE SERV A PRAZO	
10.40.10.10.10	**TOTAL DA RECEITA BRUTA**	**3.895.780,80 C**
10.50		
15	**(-) DEDUCOES DAS VENDAS**	
15.10	(-) DEVOL E ABATIMENTOS	
15.10.30	DEVOL DE SERVICOS	
15.25	(-) IMPOSTOS INC S/VENDAS	
15.25.30	ISSQN S/VENDAS	
15.25.40	PIS, COFINS E CS	142.196,76 D
15.30.10.10	TOTAL DOS IMPOSTOS S/VENDAS	142.196,76 D
15.35.10.10.10	**TOTAL DAS DED DE VENDAS**	**142.196,76 D**
15.40		
20	**(=) RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS**	**3.753.584,04 C**
25	(-) CUSTO DAS VENDAS	
25.20	(-) CUSTO DAS VENDAS DE MERCADORIAS	2.656.309,30 D
25.30	(-) CUSTO DAS VENDAS DE SERVICOS	
25.35.10	TOTAL DO CUSTO DAS VENDAS	2.656.309,30 D
25.40		
30	**(=) LUCRO BRUTO**	**1.097.274,74 C**
35	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
35.20	(-) DESPESAS COM PESSOAL	340.722,96 D
35.30	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	87.940,55 D
35.65.10	TOTAL DAS DESP OPERACIONAIS	428.663,51 D
40.10		
45	**(=) LUCRO OU PREJ LIQ OPERAC**	**668.611,23 C**
55.10	(-) DESP NAO OPERACIONAIS	
60	**(=) RESULT DO EXERC ANTES DO IR**	**668.611,23 C**
65.10	(-) PROV P/ O IR E CONTRIB SOCIAL	247.220,20 D
65.30		
70	**(-) LUCRO OU PREJ DO EXERC**	**421.391,03 C**
70.15	QUANTID DE ACOES	1
70.20.10.10	LUCRO LIQUIDO POR ACAO - Fórmula: "70"/"70.15"	421.391,03 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

Estrutura	Item	2022

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.312.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-9108/O-6
Técnico contábil

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/01/2021 09:14 SOB Nº 21210398618.
PROTOCOLO: 210398618 DE 28/01/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104163438. CNPJ DA SEDE: 10895537000110.
NIRE: 21201292952. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/01/2021.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em ingresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

fls. 443

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.695.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.210.883,68	R$ 3.475.649,91
ATIVO CIRCULANTE		R$ 2.070.883,68	R$ 2.335.649,91
CAIXA GERAL		R$ 2.070.883,68	R$ 2.335.649,91
DISPONIVEL		R$ 550.704,86	R$ 360.930,61
CAIXA GERAL		R$ 550.704,86	R$ 360.930,61
CAIXA		R$ 550.704,86	R$ 360.930,61
CREDITOS DE CLIENTES		R$ 1.520.178,82	R$ 1.974.719,30
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.520.178,82	R$ 1.974.719,30
CONTAS A RECEBER		R$ 1.520.178,82	R$ 1.974.719,30
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 1.140.000,00	R$ 1.140.000,00
IMOBILIZADO		R$ 1.140.000,00	R$ 1.140.000,00
CUSTO CORRIGIDO		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
IMOVEIS		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
PREDIOS, EDIFICIOS E INSTALACOES		R$ 1.650.000,00	R$ 1.650.000,00
(-) (-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
(-) (-) DEP ACUM IMOVEIS		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
(-) (-) DEP ACUM PREDIOS, EDIF E INSTAL		R$ (510.000,00)	R$ (510.000,00)
PASSIVO		R$ 3.210.883,68	R$ 3.475.649,91
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 230.229,47	R$ 382.050,68
EXIGIBILIDADES DIVS		R$ 158.180,21	R$ 261.524,21
FORNECEDORES		R$ 158.180,21	R$ 261.524,21
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 158.180,21	R$ 261.524,21
DUPLICATAS A PAGAR		R$ 158.180,21	R$ 261.524,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 43.654,78	R$ 86.197,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR		R$ 43.654,78	R$ 86.197,87
IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER		R$ 43.654,78	R$ 86.197,87
ISS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 31.831,04
PIS A PAGAR		R$ 2.110,21	R$ 4.136,03
COFINS A PAGAR		R$ 9.739,52	R$ 11.952,60
CSLL A PAGAR		R$ 13.833,60	R$ 15.325,60
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR		R$ 17.971,45	R$ 22.950,60

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.895.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
OBRIGACOES SOCIAIS		R$ 25.394,48	R$ 34.328,60
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 16.836,40	R$ 22.950,80
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 16.836,40	R$ 22.950,80
SALARIOS A PAGAR		R$ 16.836,40	R$ 22.950,80
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 9.558,08	R$ 11.377,80
ENCARGOS SOCIAIS		R$ 9.558,08	R$ 11.377,80
INSS A RECOLHER		R$ 5.621,70	R$ 0,00
FGTS A RECOLHER		R$ 3.936,38	R$ 11.377,80
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 2.980.654,21	R$ 3.093.599,23
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
RESERVAS DE LUCROS		R$ 980.654,21	R$ 1.093.599,23
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVA LEGAL		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RESERVAS ESPECIAIS		R$ 780.654,21	R$ 893.599,23
RESERVAS ESPECIAIS		R$ 780.654,21	R$ 893.599,23
RESERVA DE LUCROS A DESTINAR		R$ 780.654,21	R$ 893.599,23
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

ContabMilenium - V. 6.74A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2023 17:22

NIRE: 21600083826 **Balanço Patrimonial**

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
1		ATIVO	3.475.649,91D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	2.335.649,91D
1.1.1		CAIXA GERAL	2.335.649,91D
1.1.1.1		DISPONIVEL	360.930,61D
1.1.1.1.01		CAIXA GERAL	360.930,61D
1.1.1.1.01.0001	00001	CAIXA	360.930,61D
1.1.1.2		CREDITOS DE CLIENTES	1.974.719,30D
1.1.1.2.01		DUPLICATAS A RECEBER	1.974.719,30D
1.1.1.2.01.0003	00013	CONTAS A RECEBER	1.974.719,30D
1.3		ATIVO NAO CIRCULANTE	1.140.000,00D
1.3.5		IMOBILIZADO	1.140.000,00D
1.3.5.1		CUSTO CORRIGIDO	1.650.000,00D
1.3.5.1.01		IMOVEIS	1.650.000,00D
1.3.5.1.01.0002	00094	PREDIOS, EDIFICIOS E INSTALACOES	1.650.000,00D
1.3.5.3		(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	510.000,00C
1.3.5.3.01		(-) DEP ACUM IMOVEIS	510.000,00C
1.3.5.3.01.0002	00106	(-) DEPACUMPREDIOS, EDIF E INSTAL	510.000,00C

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

ContabMilenium - V: 6.74A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2023 17:22

NIRE: 21600083826

Balanço Patrimonial

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
2		**PASSIVO**	**3.475.649,91C**
2.1		**PASSIVO CIRCULANTE**	**382.050,68C**
2.1.1		**EXIGIBILIDADES DIVS**	**261.524,21C**
2.1.1.3		**FORNECEDORES**	**261.524,21C**
2.1.1.3.01		**FORNECEDORES NACIONAIS**	**261.524,21C**
2.1.1.3.01.0001	00125	DUPLICATAS A PAGAR	261.524,21C
2.1.3		**OBRIGACOES TRIBUTARIAS**	**86.197,87C**
2.1.3.1		**IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR**	**86.197,87C**
2.1.3.1.01		**IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER**	**86.197,87C**
2.1.3.1.01.0002	00150	ISS A RECOLHER	31.831,04C
2.1.3.1.01.0012	00154	PIS A PAGAR	4.138,03C
2.1.3.1.01.0013	00155	COFINS A PAGAR	11.962,80C
2.1.3.1.01.0014	00156	CSLL A PAGAR	15.325,60C
2.1.3.1.01.0031	00181	IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	22.950,60C
2.1.5		**OBRIGACOES SOCIAIS**	**34.328,60C**
2.1.5.1		**SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR**	**22.950,80C**
2.1.5.1.01		**SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR**	**22.950,80C**
2.1.5.1.01.0002	00163	SALARIOS A PAGAR	22.950,80C
2.1.5.3		**ENCARGOS SOCIAIS**	**11.377,80C**
2.1.5.3.01		**ENCARGOS SOCIAIS**	**11.377,80C**
2.1.5.3.01.0002	00171	FGTS A RECOLHER	11.377,80C
2.5		**PATRIMONIO LIQUIDO**	**3.093.599,23C**
2.5.1		**CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO**	**2.000.000,00C**
2.5.1.1		**CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS**	**2.000.000,00C**
2.5.1.1.01		**CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS**	**2.000.000,00C**
2.5.1.1.01.0001	00211	QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS	2.000.000,00C
2.5.7		**RESERVAS DE LUCROS**	**1.093.599,23C**
2.5.7.1		**RESERVA LEGAL**	**200.000,00C**
2.5.7.1.01		**RESERVA LEGAL**	**200.000,00C**
2.5.7.1.01.0001	00231	RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.5.7.6		**RESERVAS ESPECIAIS**	**893.599,23C**
2.5.7.6.01		**RESERVAS ESPECIAIS**	**893.599,23C**
2.5.7.6.01.0001	00242	RESERVA DE LUCROS A DESTINAR	893.599,23C

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

ContabMilenium - V: 6.74A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2023 17:22

NIRE: 21600083826 **Balanço Patrimonial**

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009138/O
Técnico contábil

ContabMilenium - V: 6.74A CNPJ: 10.895.537/0001-10 31/12/2023 17:24

NIRE: 21600083826 DRE - DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

Moeda: REAL AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023 MARIA DE LOURDES COSTA ARÓDCHA

Estrutura	Item	2023
10	**RECEITA BRUTA**	
10.20	VENDAS DE MERCADORIAS	
10.20.10	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	
10.25.10.10	TOTAL DAS VENDAS DE MERC	
10.30	VENDA DE SERV	
10.30.10	VENDA DE SERV A VISTA	7.639.450,80 C
10.30.20	VENDA DE SERV A PRAZO	
10.40.10.10.10	**TOTAL DA RECEITA BRUTA**	**7.639.450,80 C**
10.50		
15	**(-) DEDUCOES DAS VENDAS**	
15.10	(-) DEVOLE ABATIMENTOS	
15.10.30	DEVOL DE SERVICOS	
15.25	(-) IMPOSTOS INC S/VENDAS	
15.25.20	IMPOSTOS INCIDENTES S/VENDAS	381.972,48 D
15.25.30	ISSQN S/VENDAS	
15.25.40	PIS, COFINS E CS	271.693,89 D
15.30.10.10	TOTAL DOS IMPOSTOS S/VENDAS	653.666,37 D
15.35.10.10.10	**TOTAL DAS DED DE VENDAS**	**653.666,37 D**
15.40		
20	**(=) RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS**	**6.985.784,43 C**
25	(-) CUSTO DAS VENDAS	
25.20	(-) CUSTO DAS VENDAS DE MERCADORIAS	
25.30	(-) CUSTO DAS VENDAS DE SERVICOS	5.403.343,80 D
25.35.10	TOTAL DO CUSTO DOS SERVIÇOS	**5.403.343,80 D**
25.40		
30	**(=) LUCRO BRUTO**	**1.582.440,63 C**
35	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
35.20	(-) DESPESAS COM PESSOAL	439.414,90 D
35.30	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	121.272,16 D
35.65.10	TOTAL DAS DESP OPERACIONAIS	560.687,06 D
40.10		
45	**(=) LUCRO OU PREJ LIQ OPERAC**	**1.021.753,57 C**
55.10	(-) DESP NAO OPERACIONAIS	
60	**(=) RESULT DO EXERC ANTES DO IR**	**1.021.753,57 C**
65.10	(-) PROV P/ O IR E CONTRIB SOCIAL	478.308,55 D
65.30		
70	**(=) LUCRO OU PREJ DO EXERC**	**543.445,02 C**
70.15	QUANTID DE ACOES	1
70.20.10.10	LUCRO LIQUIDO POR ACAO - Fórmula: "70"/"70.15"	543.445,02 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ContabMilenium - V: 6.74A CNPJ: 10.895.537/0001-10 31/12/2023 17:24

NIRE: 21600083826 DRE - DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

Moeda: REAL AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023 MARIA DE LOURDES COSTA ARCOCHA

fls 419

Estrutura	Item	2023

Responsavel:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsavel contabil:
MARIA DE LOURDES COSTA ARCOCHA
CPF: 240.523.363-68 CRC: MA-009128/O
Tecnico contabil

ContabMilenium - V: 6.74A
NIRE: 21600083826
Moeda: REAL

CNPJ: 10.895.537/0001-10

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

31/12/2023 17:22

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	Índice
10	**ÍNDICES DE LIQUIDEZ**	
10.10	Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC	6,11 C
10.20	Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC	0,94 C
10.30	Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC	6,11 C
10.40	Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP)	21,32 C
10.50		
20	**ÍNDICES DE ESTRUTURA**	
20.10	**Endividamento**	
20.10.10.10	Grau de Indivíduamento - Fórmula:	0,13 D
20.10.10.20	Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP)	1,00 D
20.10.10.30	Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP)	6,67 D
20.10.10.40		
20.20	**Imobilizações**	
20.20.10.10	Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF	0,45 C
20.20.10.30	Imob. Recursos Perman - Fórmula:	0,89 C
20.20.10.40	Imob. Patrimonio Liquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF	0,89 C
20.20.10.50	Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF	0,45 C
20.20.10.60		
30	**ÍNDICES DE RENTABILIDADE**	
30.10	Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2)	2,09 C
30.20	Margem Líquida - Fórmula: LLAIR/RL	0,15 D
30.30	Margem Bruta - Fórmula: LB/RL	0,23 D
30.40	Margem Operacional - Fórmula: LO/RL	0,15 D
30.50	Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2)	0,31 C
30.60	Rentabilidade do P. Líquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2)	0,37 D
30.70	Rentab Liq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV)	0,19 D
30.80		
40	**ÍNDICES DE ROTATIVIDADE**	
40.10	ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula:	
40.15	Retorno s/P. Líquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV))	
40.20	Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC	543.445,02 C
40.25	Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC	2.550.154,21 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 262.323.363-68 CRC: MA-003108/O
Técnico contábil

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.895.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCICIO		R$ 421.391,03	R$ 543.445,02
LUCRO LIQUIDO ANTES DO I.R		R$ 668.611,23	R$ 1.021.753,57
LUCRO OPERACIONAL		R$ 668.611,23	R$ 1.021.753,57
LUCRO BRUTO		R$ 1.097.274,74	R$ 1.582.440,83
RECEITA LIQUIDA		R$ 3.753.564,04	R$ 6.985.784,43
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		R$ 3.895.760,80	R$ 7.639.450,80
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 3.895.780,80	R$ 7.639.450,80
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A VISTA		R$ 3.895.780,80	R$ 7.639.450,80
(-) (-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (142.196,76)	R$ (653.666,37)
(-) IMPOSTO S/VENDAS E SERVICOS		R$ (142.196,76)	R$ (653.666,37)
(-) ISS		R$ (0,00)	R$ (381.972,48)
(-) PIS S/ FATURAMENTO		R$ (25.322,52)	R$ (49.656,36)
(-) COFINS		R$ (116.874,24)	R$ (222.037,53)
(-) CUSTO DAS VENDAS		R$ (2.656.309,30)	R$ (5.403.343,60)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (2.656.309,30)	R$ (5.403.343,60)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (2.656.309,30)	R$ (5.403.343,60)
(-) (+) COMPRA DE MERCADORIAS		R$ (2.656.309,30)	R$ (5.403.343,80)
(-) DESPESAS OPERAC E OUTRAS RECEITAS		R$ (428.663,51)	R$ (560.687,06)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (428.663,51)	R$ (560.687,06)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R$ (428.663,51)	R$ (560.687,06)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (340.722,96)	R$ (436.414,90)
(-) SALARIOS		R$ (226.036,80)	R$ (275.409,00)
(-) FGTS		R$ (47.236,56)	R$ (58.771,70)
(-) INSS		R$ (67.449,60)	R$ (82.282,80)
(-) 13 SALARIO		R$ (0,00)	R$ (22.950,80)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (87.940,55)	R$ (121.272,16)
(-) HONORARIOS PROFISSIONAIS		R$ (7.700,00)	R$ (9.960,00)
(-) AGUA E ENERGIA ELETRICA		R$ (7.308,64)	R$ (10.390,80)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (7.999,22)	R$ (10.436,40)
(-) COMBUSTIVEL		R$ (19.394,01)	R$ (28.210,80)
(-) INTERNET		R$ (3.228,13)	R$ (5.230,20)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE		R$ (2.405,45)	R$ (3.858,00)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (39.079,20)	R$ (50.829,36)
(-) ALVARAS		R$ (1.325,90)	R$ (2.356,60)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.695.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (247.220,20)	R$ (478.308,55)
(-) IRPJ		R$ (131.485,80)	R$ (297.970,80)
(-) CONTRIBUICAO SOCIAL		R$ (115.734,40)	R$ (180.337,76)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.895.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 2

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCICIO		R$ 365.790,16	R$ 421.391,03
LUCRO LIQUIDO ANTES DO I.R		R$ 398.989,56	R$ 668.611,23
LUCRO OPERACIONAL		R$ 398.989,56	R$ 668.611,23
LUCRO BRUTO		R$ 674.735,56	R$ 1.097.274,74
RECEITA LIQUIDA		R$ 2.635.167,96	R$ 3.753.584,04
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		R$ 2.764.950,14	R$ 3.895.780,80
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 2.764.950,14	R$ 3.895.780,80
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A VISTA		R$ 2.764.950,14	R$ 3.895.780,80
(-) (-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (129.782,18)	R$ (142.196,76)
(-) IMPOSTO S/VENDAS E SERVICOS		R$ (129.782,18)	R$ (142.196,76)
(-) PIS S/ FATURAMENTO		R$ (17.972,19)	R$ (25.322,52)
(-) COFINS		R$ (51.948,52)	R$ (116.874,24)
(-) CUSTO DAS VENDAS		R$ (1.960.432,40)	R$ (2.656.309,30)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (1.960.432,40)	R$ (2.656.309,30)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (1.960.432,40)	R$ (2.656.309,30)
(-) (+) COMPRA DE MERCADORIAS		R$ (2.060.683,20)	R$ (2.656.309,30)
(-) DESPESAS OPERAC E OUTRAS RECEITAS		R$ (275.766,00)	R$ (428.663,51)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (275.766,00)	R$ (428.663,51)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R$ (275.766,00)	R$ (428.663,51)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (275.766,00)	R$ (340.722,96)
(-) SALARIOS		R$ (178.210,80)	R$ (226.036,80)
(-) FGTS		R$ (42.726,40)	R$ (47.236,56)
(-) INSS		R$ (54.826,80)	R$ (67.449,60)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (0,00)	R$ (87.940,55)
(-) HONORARIOS PROFISSIONAIS		R$ (0,00)	R$ (7.200,00)
(-) AGUA E ENERGIA ELETRICA		R$ (0,00)	R$ (7.308,64)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (0,00)	R$ (7.999,22)
(-) COMBUSTIVEL		R$ (0,00)	R$ (19.394,01)
(-) INTERNET		R$ (0,00)	R$ (3.228,13)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE		R$ (0,00)	R$ (2.405,45)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (0,00)	R$ (39.079,20)
(-) ALVARÁS		R$ (0,00)	R$ (1.325,90)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) PROVISOES P/IRPJ E CSLL		R$ (33.179,40)	R$ (247.220,20)
(-) IRPJ		R$ (33.179,40)	R$ (131.485,80)
(-) CONTRIBUICAO SOCIAL		R$ (0,00)	R$ (115.734,40)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.BF.6F.C9.E4.B9.DB.8E.CD.5D.3C.B2.24.66.19.82.4D.B4.DD.5B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
21600083826	10.895.537/0001-10	
NOME EMPRESARIAL		
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	3
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	10895537000110	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA:10895537000110	7508516549331495097	25/09/2023 a 25/09/2024	Sim
Contabilista	24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368	2613509070011428643	08/07/2021 a 07/07/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.
EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 18/04/2024 às 16:08:07

55.71.2A.B9.39.09.3E.07
D7.2B.0B.48.6D.2B.26.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Esse recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

ContabMilenium - V: 6.80A

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

31/12/2023 08:56

NIRE: 21201292952

JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Moeda: REAL

Em 2023 e 2022

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	Movimento	2023	2022
10	**1) FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**			
10.10	(+) RECEBIMENTOS			
10.10.5	Vendas à Vista - Fórmula: RESULT*-1	3.895.780,80 D	7.639.450,80 D	3.895.780,80 D
10.10.20	Lucros e Dividendos Recebidos - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
10.10.25	Indenizações de Seguros e Outras Recebidas - Fórmula:	0,00 D		
10.10.30	Outros Recebimentos Operacionais - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
10.15.10.10	Total dos Recebimentos Operacionais	3.895.780,80 D	7.639.450,80 D	3.895.780,80 D
10.20	(-) PAGAMENTOS			
10.20.10	Pagamentos à Fornecedores	53.705,00 C	5.299.999,80	1.370.122,20
10.20.20	Pagamento de Lucros e Dividendos - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
10.20.30	Pgto de Impostos , Contrib e Taxas - Fórmula: RESULT*-1	162.961,58 C	43.654,78 C	162.961,58 C
10.20.40	Pagamento de Despesas Administrativas - Fórmula:	87.940,55 C	121.272,16 C	87.940,55 C
10.20.45	Outros Pagamentos de Despesas Operac - Fórmula:	0,00 D		
10.25.10.10	Total dos Pagamento Operacionais	304.607,13 C	5.135.072,86 D	1.119.220,07 D
10.30.1.1.1	**(=) Geração do Fluxo das Atividades Operac -**	**304.607,13 C**	**12.774.523,66 D**	**5.015.000,87 D**
15.10				
20	**2) FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**			
20.10	(+) RECEBIMENTOS			
20.20	(-) PAGAMENTOS			
25.10.1.1.1	**(=) Geração do Fluxo das Ativ de Financ -**	**0,00 D**		
25.15				
30	**3) FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**			
30.10	(+) RECEBIMENTOS			
30.10.5				
30.10.10	Vendas de Investimentos - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
30.10.15	Vendas de Imobilizado - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
30.20	(-) PAGAMENTOS			
30.20.5				
30.20.20	Aquisições de Bens Intangíveis - Fórmula: RESULT*-1	0,00 D		
35.10.1.1.1	**(=) Geração do Fluxo das Ativid de Investim -**	**0,00 D**		
36				
40	**ACRÉSCIMO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVAL - Fórmula:**	**540.002,25 C**	**189.774,25 D**	**10.702,61 C**
45	**(+) Caixa e Equival de Caixa no Início Exerc. - Fórmula:**	**540.002,25 C**	**550.704,86 C**	**540.002,25 C**
50	**(=) CAIXA E EQUIVAL DE CAIXA NO FIM EXERC - Fórmula:**	**550.704,86 C**	**360.930,61 C**	**550.704,86 C**



Estrutura	Item	Movimento	2023	2022

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Dados: 2024.06.18 10:46:47 -03'00'

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Assinado de forma digital por MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Dados: 2024.06.18 10:47:10 -03'00'

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Técnico contábil

CONSERV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

Estrutura	Item	Movimento	2023	2022
10	**CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO**			
10.10				
10.10.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
10.10.10.10	(+) AUMENTO DE CAPITAL			
10.10.20	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
10.10.30				
10.10.40	**RESERVAS DE CAPITAL**			
20				
20.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
20.10.20	AGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES			
20.10.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
20.10.50	**AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**			
30				
30.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
30.10.20	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
30.10.40	**RESERVAS DE LUCROS**			
40				
40.10	RESERVA LEGAL			
40.10.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
40.10.10.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
40.10.10.40				
40.10.20	RESERVA ESTATUTARIA			
40.10.20.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
40.10.20.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
40.10.20.40				
40.10.30	RESERVA PARA CONTIGENCIAS			
40.10.30.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
40.10.30.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
40.10.30.40				
40.10.40	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS			
40.10.40.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO			
40.10.40.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.395.537/0001-10

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS - MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

Estrutura	Item	Movimento	2023	2022
40.10.50.20	(+) DESTINACAO DO LUCRO LIQU EXERCICIO			
40.10.50.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO			
40.10.50.40				
50	**LUCROS E/OU PREJUIZOS ACUMULADOS**			
50.10				
50.10.20	(+) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO			
50.10.30	DISTRIBUICAO DE LUCROS			
50.10.40	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO	421.391,03 D	543.445,82 D	421.391,03 D
50.20				
60	**PATRIMONIO LIQUIDO - TOTAL GERAL**			
60.10				
60.10.10	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO	350.500,00 D	2.980.654,21 C	2.909.763,18 C
60.10.20	(+) OUTROS ACRESCIMOS/DIMINUICOES	350.500,00 D	430.500,00 D	350.500,00 D
60.10.30	(=) SALDO NO FINAL DO EXERCICIO	350.500,00 D	2.550.154,21 C	2.559.263,18 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Dados: 2024.06.18 10:46:01 -0300

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Assinado de forma digital por MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Dados: 2024.06.18 10:45:38 -0300

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Tecnico contabil

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

ContabMilenium - V: 6.80A

CNPJ: 10.895.537/0001-10

31/12/2022 09:10

NIRE: 21201292952

Moeda: REAL

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2022 a 31/12/2022

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	Movimento	Valor - R$
10	**SALDO INICIAL**		
10.10			
10.10.10	Efeitos da Mudança de Critérios Contábeis		
10.10.20	Retificação de Erros de Exerc. Anteriores		
10.30			
20	**PARCELA DE LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL**		
20.10			
30	**REVERSÃO DE RESERVAS**		
30.20	Ver. Reservas de Lucros a Realizar		
30.30			
40.10			
50	**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO**		
50.10	Reserva Legal	0,00 D	200.000,00 C
50.30	Reservas de Lucros a Realizar		
50.40	Dividendos ou Lucros a Destinar	70.891,03 C	780.654,21 C
50.50	Total das Destinações	70.891,03 C	980.654,21 C
50.60			
60	**SALDO FINAL DE LUCROS(PREJUÍZOS)ACUMULADOS**	**350.500,00 D**	**980.654,21 C**

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320

Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2024.06.18 10:44:31 -03'00'

Responsavel:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368

Assinado de forma digital por MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368
Dados: 2024.06.18 10:43:51 -03'00'

Responsavel contabil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Tecnico contabil

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

ContabMilenium - V: 6.80A

CNPJ: 10.895.537/0001-10

31/12/2023 09:12

NIRE: 21201292952

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

Moeda: REAL

JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Período 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	Movimento	Valor - R$
10	**SALDO INICIAL**		
10.10			
10.10.10	Efeitos da Mudança de Critérios Contábeis		
10.10.20	Retificação de Erros de Exerc. Anteriores		
10.30			
20	**PARCELA DE LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL**		
20.10			
30	**REVERSÃO DE RESERVAS**		
30.20	Ver. Reservas de Lucros a Realizar		
30.30			
40.10			
50	**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO**		
50.10	Reserva Legal	0,00 D	200.000,00 C
50.30	Reservas de Lucros a Realizar		
50.40	Dividendos ou Lucros a Destinar	112.945,02 C	893.599,23 C
50.50	Total das Destinações	112.945,02 C	1.093.599,23 C
50.60			
60	**SALDO FINAL DE LUCROS(PREJUÍZOS)ACUMULADOS**	**430.500,00 D**	**1.093.599,23 C**

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Dados: 2024.06.18 10:42:46 -0300

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Assinado de forma digital por MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368 Dados: 2024.06.18 10:41:56 -0300

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Técnico contábil

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/06/2024 09:24 SOB Nº 20240857045.
PROTOCOLO: 240857045 DE 25/06/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12409965508. CNPJ DA SEDE: 10995537000110.
NIRE: 21201392353. COM EFEITO DO REGISTRO EM: 26/06/2024.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2024 16:31 SOB Nº 20240521064.
PROTOCOLO: 240521064 DE 22/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12405636779. CNPJ DA SEDE: 10895537000110.
NIRE: 21201292952. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2024.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em meio digital, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos sistemas, disponíveis para consulta pelo prazo de 10 anos.

fls. 433

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2024/00002579
Nome: MARIA DE LOURDES COSTA ARCUCHA CPF: 242.523.363-68
CRC/UF n.º MA-009108/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 27/02/2025
Finalidade: EDITAIS DE LICITAÇÃO

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF: **242.523.363-68** Controle: 2116.3371.3685.3999

434

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2025/00000041
Nome: MARIA DE LOURDES COSTA ARDUCHA CPF: 242.523.383-68
CRC/UF n.º MA-009108/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 07/04/2025
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **242.523.383-68** Controle : 6181.7122.7750.8063

Folha: 000001
23:52

Livro Diário Nro.: 000012

Termo de Abertura

Contém o presente Livro Mercantil de 000020 vinte folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um(a)) a 000020 vinte que servirá de Livro Diário Nro. 000012 da empresa abaixo qualificada:

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AV. JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Cidade / UF: BALSAS / MA

Cep: 65800000

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Inscr.Estadual: 12.317262-4

Registro Junta Comercial: 21201292952

Data Registro: 10/06/2009

BALSAS / MA, 01 de Janeiro de 2022

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
SOCIO ADMINISTRADOR - CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Técnico contábil - CRC: 9108/O-6 - MA
CPF: 242.523.363-68

DATA CENPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA** Folha: 15

ContabMilenium - V: 6.52A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2022 23:44

NIRE: 21201292952

Balanço Patrimonial

AV JOSE BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
1		ATIVO	3.210.883,68D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	2.070.883,68D
1.1.1.1		DISPONIVEL	550.704,86D
1.1.1.1.01		CAIXA GERAL	550.704,86D
1.1.1.1.01.0001	00001	CAIXA	550.704,86D
1.1.1.2		CREDITOS DE CLIENTES	1.520.178,82D
1.1.1.2.01		DUPLICATAS A RECEBER	1.520.178,82D
1.1.1.2.01.0003	00013	CONTAS A RECEBER	1.520.178,82D
1.3		ATIVO NAO CIRCULANTE	1.140.000,00D
1.3.5		IMOBILIZADO	1.140.000,00D
1.3.5.1		CUSTO CORRIGIDO	1.650.000,00D
1.3.5.1.01		IMOVEIS	1.650.000,00D
1.3.5.1.01.0002	00094	PREDIOS, EDIFICIOS EINSTALACOES	1.650.000,00D
1.3.5.3		(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	510.000,00C
1.3.5.3.01		(-) DEP ACUM IMOVEIS	510.000,00C
1.3.5.3.01.0002	00106	(-) DEPACUMPREDIOS, EDIF EINSTAL	510.000,00C

DATA CEMPRO 194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

ContabMilenium - V. 6.52A CNPJ: 10.895.537/0001-10 31/12/2022 23:44

NIRE: 21201292952

Balanço Patrimonial

AV JOSE BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
2		PASSIVO	3.210.883,68C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	230.229,47C
2.1.1		EXIGIBILIDADES DIVS	158.180,21C
2.1.1.3		FORNECEDORES	158.180,21C
2.1.1.3.01		FORNECEDORES NACIONAIS	158.180,21C
2.1.1.3.01.0001	00125	DUPLICATAS A PAGAR	158.180,21C
2.1.3		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	43.654,78C
2.1.3.1		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR	43.654,78C
2.1.3.1.01		IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER	43.654,78C
2.1.3.1.01.0012	00154	PIS A PAGAR	2.110,21C
2.1.3.1.01.0013	00155	COFINS A PAGAR	9.739,52C
2.1.3.1.01.0014	00156	CSLL A PAGAR	13.933,60C
2.1.3.1.01.0031	00161	IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	17.871,45C
2.1.5		OBRIGACOES SOCIAIS	28.394,48C
2.1.5.1.01		SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	18.836,40C
2.1.5.1.01.0002	00163	SALARIOS A PAGAR	18.836,40C
2.1.5.3.01		ENCARGOS SOCIAIS	9.558,08C
2.1.5.3.01.0001	00170	INSS A RECOLHER	5.621,70C
2.1.5.3.01.0002	00171	FGTS A RECOLHER	3.936,38C
2.5		PATRIMONIO LIQUIDO	2.980.654,21C
2.5.1		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
2.5.1.1.01		CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS	2.000.000,00C
2.5.1.1.01.0001	00211	QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS	2.000.000,00C
2.5.7		RESERVAS DE LUCROS	980.654,21C
2.5.7.1.01		RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.5.7.1.01.0001	00231	RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.5.7.6.01		RESERVAS ESPECIAIS	780.654,21C
2.5.7.6.01.0001	00242	RESERVA DE LUCROS A DESTINAR	780.654,21C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA** Folha: 17

ContabMilenium - V: 6.52A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2022 23:44

NIRE: 21201292952

Balanço Patrimonial

AV BERNARDINO, 50, CENTRO - BALSAS - MA Em REAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.353-68 CRC: MA-9108/O-6
Técnico contábil

Estrutura	Item	2022
10	**RECEITA BRUTA**	
10.20	VENDAS DE MERCADORIAS	
10.20.10	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	3.895.780,80 C
10.25.10.10	TOTAL DAS VENDAS DE MERC	3.895.780,80 C
10.30	VENDA DE SERV	
10.30.10	VENDA DE SERV A VISTA	
10.30.20	VENDA DE SERV A PRAZO	
10.40.10.10.10	**TOTAL DA RECEITA BRUTA**	**3.895.780,80 C**
10.50		
15	**(-) DEDUCOES DAS VENDAS**	
15.10	(-) DEVOL E ABATIMENTOS	
15.10.30	DEVOL DE SERVICOS	
15.25	(-) IMPOSTOS INC S/VENDAS	
15.25.30	ISSQN S/VENDAS	
15.25.40	PIS, COFINS E CS	142.196,76 D
15.30.10.10	TOTAL DOS IMPOSTOS S/VENDAS	142.196,76 D
15.35.10.10.10	**TOTAL DAS DED DE VENDAS**	**142.196,76 D**
15.40		
20	**(=) RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS**	**3.753.584,04 C**
25	(-) CUSTO DAS VENDAS	
25.20	(-) CUSTO DAS VENDAS DE MERCADORIAS	2.656.309,30 D
25.30	(-) CUSTO DAS VENDAS DE SERVICOS	
25.35.10	TOTAL DO CUSTO DAS VENDAS	2.656.309,30 D
25.40		
30	**(=) LUCRO BRUTO**	**1.097.274,74 C**
35	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
35.20	(-) DESPESAS COM PESSOAL	340.722,96 D
35.30	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	87.940,55 D
35.65.10	TOTAL DAS DESP OPERACIONAIS	428.663,51 D
40.10		
45	**(=) LUCRO OU PREJ LIQ OPERAC**	**668.611,23 C**
55.10	(-) DESP NAO OPERACIONAIS	
60	**(=) RESULT DO EXERC ANTES DO IR**	**668.611,23 C**
65.10	(-) PROV P/ O IR E CONTRIB SOCIAL	247.220,20 D
65.30		
70	**(=) LUCRO OU PREJ DO EXERC**	**421.391,03 C**
70.15	QUANTID DE ACOES	1
70.20.10.10	LUCRO LIQUIDO POR ACAO - Fórmula: "70"/"70.15"	421.391,03 C

Estrutura	Item	Índice
10	**ÍNDICES DE LIQUIDEZ**	
10.10	Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC	8,99 C
10.20	Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC	2,39 C
10.30	Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC	8,99 C
10.40	Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP)	7,31 D
10.50		
20	**ÍNDICES DE ESTRUTURA**	
20.10	**Endividamento**	
20.10.10.10	Grau de Individamento - Fórmula:	0,06 D
20.10.10.20	Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP)	1,00 D
20.10.10.30	Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP)	11,12 D
20.10.10.40		
20.20	**Imobilizações**	
20.20.10.10	Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF	0,45 C
20.20.10.30	Imob. Recursos Perman - Fórmula:	0,45 C
20.20.10.40	Imob. Patrimonio Liquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF	0,45 C
20.20.10.50	Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF	0,45 C
20.20.10.60		
30	**ÍNDICES DE RENTABILIDADE**	
30.10	Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2)	1,17 C
30.20	Margem Liquida - Fórmula: LLAIR/RL	0,18 D
30.30	Margem Bruta - Fórmula: LB/RL	0,29 D
30.40	Margem Operacional - Fórmula: LO/RL	0,18 D
30.50	Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2)	0,21 C
30.60	Rentabilidade do P. Liquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2)	0,24 D
30.70	Rentab Liq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV)	0,41 C
30.80		
40	**ÍNDICES DE ROTATIVIDADE**	
40.10	ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula:	5,59 D
40.15	Retorno s/P. Liquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV))	64,43 D
40.20	Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC	421.391,03 C
40.25	Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC	2.559.263,18 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 342.523.363-68 CRC: MA-9108/O-6
Técnico contábil

Livro Diário Nro.: 000012

Termo de Encerramento

Contém o presente Livro Mercantil de **000020 vinte folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um(a)) a 000020 vinte que serviu de Livro Diário Nro. 000012 da empresa abaixo qualificada, para Lançamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 :**

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AV. JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Cidade / UF: BALSAS / MA

Cep: 65800000

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Inscr.Estadual: 12.317262-4

Registro Junta Comercial: 21201292952

Data Registro: 10/06/2009

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2022

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
SOCIO ADMINISTRADOR - CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Técnico contábil - CRC: 9108/O-6 - MA
CPF: 242.523.363-68

039

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 28/03/2023 13:45 SOB Nº 20230615504.
PROTOCOLO: 230615504 DE 28/03/2023. NIRE: 21201292952.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 28/03/2023
empresafacil.ma.gov.br

Livro Diário Nro.: 000013

Termo de Abertura

Contém o presente Livro Mercantil de 000024 vinte e quatro folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um(a)) a 000024 vinte e quatro que servirá de Livro Diário Nro. 000013 da empresa abaixo qualificada:

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AV JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Cidade / UF: BALSAS / MA

Cep: 65800000

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Inscr.Estadual: 12.317262-4

Registro Junta Comercial: 21201292952

Data Registro: 10/06/2009

BALSAS / MA, 01 de Janeiro de 2023

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
SOCIO ADMINISTRADOR - CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Técnico contábil - **CRC: 009108/O - MA**
CPF: 242.523.363-68

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**
ContabMilenium - V: 6.74A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2023 17:22
NIRE: 21600083826 **Balanço Patrimonial**

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DELOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
1		ATIVO	3.475.649,91D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	2.335.649,91D
1.1.1		CAIXA GERAL	2.335.649,91D
1.1.1.1		DISPONIVEL	360.930,61D
1.1.1.1.01		CAIXA GERAL	360.930,61D
1.1.1.1.01.0001	00001	CAIXA	360.930,61D
1.1.1.2		CREDITOS DE CLIENTES	1.974.719,30D
1.1.1.2.01		DUPLICATAS A RECEBER	1.974.719,30D
1.1.1.2.01.0003	00013	CONTAS A RECEBER	1.974.719,30D
1.3		ATIVO NAO CIRCULANTE	1.140.000,00D
1.3.5		IMOBILIZADO	1.140.000,00D
1.3.5.1		CUSTO CORRIGIDO	1.650.000,00D
1.3.5.1.01		IMOVEIS	1.650.000,00D
1.3.5.1.01.0002	00094	PREDIOS, EDIFICIOS EINSTALACOES	1.650.000,00D
1.3.5.3		(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	510.000,00C
1.3.5.3.01		(-) DEP ACUM IMOVEIS	510.000,00C
1.3.5.3.01.0002	00106	(-) DEPACUMPREDIOS, EDIF EINSTAL	510.000,00C

194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Balanço Patrimonial

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual
2		**PASSIVO**	**3.475.649,91C**
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	382.050,68C
2.1.1		EXIGIBILIDADES DIVS	261.524,21C
2.1.1.3		FORNECEDORES	261.524,21C
2.1.1.3.01		FORNECEDORES NACIONAIS	261.524,21C
2.1.1.3.01.0001	00125	DUPLICATAS A PAGAR	261.524,21C
2.1.3		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	86.197,87C
2.1.3.1		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A PAGAR	86.197,87C
2.1.3.1.01		IMPOSTOS A PAGAR OU A RECOLHER	86.197,87C
2.1.3.1.01.0002	00150	ISS A RECOLHER	31.831,04C
2.1.3.1.01.0012	00154	PIS A PAGAR	4.138,03C
2.1.3.1.01.0013	00155	COFINS A PAGAR	11.952,60C
2.1.3.1.01.0014	00156	CSLL A PAGAR	15.325,60C
2.1.3.1.01.0031	00161	IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	22.950,60C
2.1.5		OBRIGACOES SOCIAIS	34.328,80C
2.1.5.1		SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	22.950,80C
2.1.5.1.01		SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	22.950,80C
2.1.5.1.01.0002	00163	SALARIOS A PAGAR	22.950,80C
2.1.5.3		ENCARGOS SOCIAIS	11.377,80C
2.1.5.3.01		ENCARGOS SOCIAIS	11.377,80C
2.1.5.3.01.0002	00171	FGTS A RECOLHER	11.377,80C
2.6		PATRIMONIO LIQUIDO	3.093.599,23C
2.6.1		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	2.000.000,00C
2.6.1.1		CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS	2.000.000,00C
2.6.1.1.01		CAPITAL SOCIAL SUBSCR / RESID. NO PAIS	2.000.000,00C
2.6.1.1.01.0001	00211	QUOTISTAS DOMICILIADOS NO PAIS	2.000.000,00C
2.6.7		RESERVAS DE LUCROS	1.093.599,23C
2.6.7.1		RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.6.7.1.01		RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.6.7.1.01.0001	00231	RESERVA LEGAL	200.000,00C
2.6.7.6		RESERVAS ESPECIAIS	893.599,23C
2.6.7.6.01		RESERVAS ESPECIAIS	893.599,23C
2.6.7.6.01.0001	00242	RESERVA DE LUCROS A DESTINAR	893.599,23C

DATA CEMPRO **194 - CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**
ContabMilenium - V. 6.74A **CNPJ: 10.895.537/0001-10** 31/12/2023 17:22
NIRE: 21600083626

Balanço Patrimonial

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Em REAL

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Centro de Custo: Todos - Unidade Negócio: Todas - Filial: Todas

Número	Cód.Red.	Nome da Conta	Saldo Atual

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.323.363-68 CRC: MA-009108/O
Técnico contábil

Estrutura	Item	2023
10	**RECEITA BRUTA**	
10.20	VENDAS DE MERCADORIAS	
10.20.10	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	
10.25.10.10	TOTAL DAS VENDAS DE MERC	
10.30	VENDA DE SERV	
10.30.10	VENDA DE SERV A VISTA	7.639.450,80 C
10.30.20	VENDA DE SERV A PRAZO	
10.40.10.10.10	**TOTAL DA RECEITA BRUTA**	**7.639.450,80 C**
10.50		
15	**(-) DEDUCOES DAS VENDAS**	
15.10	(-) DEVOL E ABATIMENTOS	
15.10.30	DEVOL DE SERVICOS	
15.25	(-) IMPOSTOS INC S/VENDAS	
15.25.20	IMPOSTOS INCIDENTES S/VENDAS	381.972,48 D
15.25.30	ISSQN S/VENDAS	
15.25.40	PIS, COFINS E CS	271.693,89 D
15.30.10.10	TOTAL DOS IMPOSTOS S/VENDAS	653.666,37 D
15.35.10.10.10	**TOTAL DAS DED DE VENDAS**	**653.666,37 D**
15.40		
20	**(=) RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS**	**6.985.784,43 C**
25	(-) CUSTO DAS VENDAS	
25.20	(-) CUSTO DAS VENDAS DE MERCADORIAS	
25.30	(-) CUSTO DAS VENDAS DE SERVICOS	5.403.343,80 D
25.35.10	TOTAL DO CUSTO DAS VENDAS	**5.403.343,80 D**
25.40		
30	**(=) LUCRO BRUTO**	**1.582.440,63 C**
35	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
35.20	(-) DESPESAS COM PESSOAL	439.414,90 D
35.30	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	121.272,16 D
35.65.10	TOTAL DAS DESP OPERACIONAIS	560.687,06 D
40.10		
45	**(=) LUCRO OU PREJ LIQ OPERAC**	**1.021.753,57 C**
55.10	(-) DESP NAO OPERACIONAIS	
60	**(=) RESULT DO EXERC ANTES DO IR**	**1.021.753,57 C**
65.10	(-) PROV P/ O IR E CONTRIB SOCIAL	478.308,55 D
65.30		
70	**(=) LUCRO OU PREJ DO EXERC**	**543.445,02 C**
70.15	QUANTID DE ACOES	1
70.20.10.10	LUCRO LIQUIDO POR ACAO - Fórmula: "70"/"70.15"	543.445,02 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ContabMilenium - V: 6.74A CNPJ: 10.895.537/0001-10 31/12/2023 17:24

NIRE: 21600083826
Moeda: REAL

DRE - DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA

Estrutura	Item	2023

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Tecnico contabil

ContabMilenium - V: 6.74A
NIRE: 21600083826
Moeda: REAL

CNPJ: 10.895.537/0001-10
ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2
CENTRO - BALSAS – MA, CEP 65800-000

31/12/2023 17:22

4430

Periodo 01/01/2023 a 31/12/2023

MARIA DE LOURDES COSTA ARCUCHA

Estrutura	Item	Índice
10	**ÍNDICES DE LIQUIDEZ**	
10.10	Liquidez Corrente - Fórmula: AC/PC	6,11 C
10.20	Liquidez Imediata - Fórmula: AD/PC	0,94 C
10.30	Liquidez Seca - Fórmula: (AC-EF)/PC	6,11 C
10.40	Liquidez Geral - Fórmula: (AC+RLP)/(PC+ELP)	21,32 C
10.50		
20	**ÍNDICES DE ESTRUTURA**	
20.10	**Endividamento**	
20.10.10.10	Grau de Individamento - Fórmula:	0,13 D
20.10.10.20	Composição do Endividamento - Fórmula: PC/(PC+ELP)	1,00 D
20.10.10.30	Garantia de Capital de Terceiros - Fórmula: PLF/(PC+ELP)	6,67 D
20.10.10.40		
20.20	**Imobilizações**	
20.20.10.10	Imobilização Técnica - Fórmula: AIM/PLF	0,45 C
20.20.10.30	Imob. Recursos Perman - Fórmula:	0,89 C
20.20.10.40	Imob. Patrimonio Liquido - Fórmula: (AIN+AIM+AIT)/PLF	0,89 C
20.20.10.50	Imobilização Total - Fórmula: (AIN+AIM)/PLF	0,45 C
20.20.10.60		
30	**ÍNDICES DE RENTABILIDADE**	
30.10	Giro do Ativo - Fórmula: RL/((ATI+ATF)/2)	2,09 C
30.20	Margem Liquida - Fórmula: LLAIR/RL	0,15 D
30.30	Margem Bruta - Fórmula: LB/RL	0,23 D
30.40	Margem Operacional - Fórmula: LO/RL	0,15 D
30.50	Rentabilidade do Ativo - Fórmula: LLAIR/((ATI+ATF)/2)	0,31 C
30.60	Rentabilidade do P. Liquido - Fórmula: LLAIR/((PLI+PLF)/2)	0,37 D
30.70	Rentab Liq. Invest. em Estoque - Fórmula: LB/(CMV+CPV)	0,19 D
30.80		
40	**ÍNDICES DE ROTATIVIDADE**	
40.10	ROI - Retorno s/Investimentos - Fórmula:	
40.15	Retorno s/P. Liquido - Fórmula: (360*((EI+EF)/2)/(CMV+CPV))	
40.20	Lucro por Ação - Fórmula: LLE/NAC	543.445,02 C
40.25	Valor Patrimonial da Ação - Fórmula: PLF/NAC	2.550.154,21 C

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

Responsável:
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
SOCIO ADMINISTRADOR

Responsável contábil:
MARIA DE LOURDES COSTA ARCUCHA
CPF: 262.523.363-68 CRC: MA-009108/O
Técnico contábil

Livro Diário Nro.: 000013

Termo de Encerramento

Contém o presente Livro Mercantil de 000024 vinte e quatro folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um(a)) a 000024 vinte e quatro que serviu de Livro Diário Nro. 000013 da empresa abaixo qualificada, para Lançamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 :

Razão Social: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Endereço: AV JOSE BERNARDINO, 50 SALA A ANDAR 2

Bairro: CENTRO

Cidade / UF: BALSAS / MA

Cep: 65800000

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Inscr.Estadual: 12.317262-4

Registro Junta Comercial: 21201292952

Data Registro: 10/06/2009

BALSAS / MA, 31 de Dezembro de 2023

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
SOCIO ADMINISTRADOR - CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Técnico contábil - CRC: 009108/O - MA
CPF: 242.523.363-68

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 25/04/2024 08:25 SOB Nº 20240521013.
PROTOCOLO: 240521013 DE 18/04/2024. NIRE: 21201290952.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 25/04/2024
empresafacil.ma.gov.br

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Empresa: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 10.895.537/0001-10 NIRE: 21201292952
Endereço: AV JOSE BERNADINO Nº 50, Sala A, Andar 2, Centro, Balsas - MA, CEP 65.800-000

fls 445

Nota 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade

A empresa CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA declara, para todos os fins societários, tributários, trabalhistas, administrativos e jurídicos de um modo geral, que realizou sua contabilidade no exercício mencionado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial, com a ITG 1000 Modelo Contábil para Pequenas Empresas.

Nota 2 - Atividades Empresariais

As atividades empresariais constam do objeto social descrito no contrato social e referem-se a Construção de edifícios, Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de resíduos perigosos, Usinas de compostagem, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, Montagem de estruturas metálicas, Construção de instalações esportivas e recreativas, Obras de terraplenagem, Instalação e manutenção elétrica, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras, Perfuração e construção de poços de água, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Locação de automóveis sem condutor, Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente, Atividades de teleatendimento e Atividades de sonorização e iluminação. No período em apreço, a maioria das operações foram efetuadas no estado do Maranhão, cujos negócios são realizados com clientes que se dirigem ao estabelecimento da empresa, situado à AV José Bernardino Nº 50, SALA A, Andar 2, Centro, Balsas - MA, CEP 65.800-000.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis adotadas

3.1-Caixa e Equivalente de Caixa

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos em aplicações temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificativos de alterações de valor.

3.2-Estoques

São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, que representa o preço de venda estimado para o curso no ramal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. O custo é determinado utilizando -se o método custo médio ponderado.

3.3-Contas a Receber e a Pagar

Classificadas no Circulante são mensuradas pelo valor de custo ou de realização/exigibilidade, dos dois o menor.

3.4-Imobilizado

Os bens são demonstrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as taxas médias normatizadas pela RFB.

3.5-Receitas e Despesas

São registradas com base no regime de competência, observando os Princípios Contábeis pertinentes, especialmente os Princípios da Realização e do Custo Histórico e da Confrontação.

3.6-Capital Social

O Capital social integralizado é de R$ 2.000.000,00, pertencente ao Titular da Empresa.

Nota 4 - Políticas Contábeis

Políticas Contábeis são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicos aplicadas pela entidade na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

Os principais destaques são:

a) As informações contidas nas Demonstrações Contábeis foram registradas e encontram-se expressas em moeda corrente nacional, sem considerar os efeitos inflacionários do período.
b) A empresa adotou as regras contidas na ITG 1000 Modelo Contábil para Pequenas Empresas e, subsidiariamente, a NBT TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Nota 5 - Contingências

A empresa não possui contingências passivas de qualquer natureza.

Nota 6 - Outras Informações relevantes

a) A elaboração das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 é baseada na escrituração dos fatos administrativos da entidade no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nota 7 – Regime Tributário:

A empresa está enquadrada na forma de tributação do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

Nota 8 – Despesas:

As despesas da empresa são apuradas e pagas todos com documentos idôneos.

Nota 9 – Das disponibilidades:

A empresa tem suas disponibilidades R$ 550.704,86 (Quinhentos e Cinquenta Mil Setecentos e Quatro Reais e Oitenta e Seis Centavos).

Nota 10 – Imobilizado:

A empresa tem um ativo imobilizado R$ 1.140.000,00 (Hum Milhão Cento e Quarenta Mil Reais).

Nota 11 – Passivo Circulante:

A empresa tem um passivo circulante de R$ 230.229,47 (Duzentos e Trinta Mil Duzentos e Vinte Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Nota 12 – Patrimônio Líquido:

A empresa tem um patrimônio líquido R$ 2.980.654,21 (Dois Milhões Novecentos e Oitenta Mil Seiscentos Cinquenta e Quatro Reais e Vinte e Um Centavos), **sendo que R$ 2.000.000,00** (Dois Milhões de Reais), **refere-se a capital social e R$ 980.654,21** (Novecentos e Oitenta Mil Setecentos e Seiscentos Cinquenta e Quatro Reais e Vinte e Um Centavos) **refere-se a Reserva de Lucros.**

Nota 14 – Resultado:

A empresa teve entrada de recursos decorrente do reconhecimento de receitas **no valor de R$ 3.895.780,80** (Três Milhões Oitocentos e Noventa E cinco Mil Setecentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos), **com saída de recursos pelo reconhecimento dos custos e despesas incorridos e realizados no valor de R$ 3.474.389,77** (Três Milhões Quatrocentos e Setenta e Quatro Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos), **tendo saldo positivo em valor correspondente a R$ 421.391,03** (Quatrocentos e Vinte e Um Mil Trezentos e Noventa e Um Mil e Três Centavos), **sendo este o resultado do exercício, valor destinados a reservas de lucros.**

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

BALSAS - MA, 31 de dezembro de 2022.

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDESCOSTA AROUCHA

CPF: 242.523.363-68
CRC-MA 9108/O-6

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
84491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2023 09:38 SOB Nº 20220398707.
PROTOCOLO: 220398707 EM 28/03/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104142802. CNPJ DA SEDE: 10895537003110.
NIRE: 21301302951. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/03/2023.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, em impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, utilizando para tanto os respectivos códigos de verificação.

CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ: 10.895.537/0001-10
AV JOSE BERNARDINO, 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - BALSAS – MA – CEP 65800-000 NIRE: 21201292952
DATA:10/06/2009



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) CONTEXTO OPERATIONAL

A CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA é uma Sociedade Empresária Limitada, com sede e foro na cidadede Balsas/MA, tendo como objeto social:

41.20-4-00 - Construção de edifícios
35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.39-4-01 - Usinas de compostagem
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, com início de atividades em 10/06/2009.

2) APRESENTAÇAO DASDEMONSTRAÇOES CONTABEIS

As demonstrações foram elaboradas em consonância com os Principios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societaria brasileira.

3) PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS

3.1) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores historicos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime decompetência;

3.2) Imobilizado

Corresponde ao maquinário disponivel na empresa.

3.3)Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.4)Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.5) Impostos Federais

A empresa esta no regime Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributarios pelo

regime de competência.

4) **EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS**

5) **A empresa não possui empréstimos e financiamentos no seu passivo**

RESPONSABILIDADES ECONTINGENCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que a titular conforme norteia a Lei, não aponta contingências de quaisquer natureza.

6) **CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de reais), totalmente integralizado.

7) **EVENTOS SUBSEQUENTES**

O empresário declara a inexistencia de fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercicio que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

8) – **DAS DISPONIBILIDADES:**

A empresa tem suas disponibilidades R$ 360.930,61 (Trezentos e sessenta mil e novecentos e trinta reais e sessenta e um centavos).

9) – **IMOBILIZADO:**

A empresa tem um ativo imobilizado R$ 1.140.000,00 (Um milhão e cento e quarenta mil reais).

10) – **PASSIVO CIRCULANTE:**

A empresa tem um passivo circulante de R$ 382.050,68 (Trezentos e oitenta e dois mil e cinquenta reais e sessenta e oito centavos).

12) – **PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

A empresa tem um patrimônio liquido R$ 3.093.599,23 (Três milhões e noventa e três mil e quinhentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos), sendo que R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), refere-se a capital social e R$ 1.093.599,23 (Um milhão e noventa e três mil e quinhentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos) refere- se a Reserva de Lucros.

14) – **RESULTADO:**

A empresa teve entrada de recursos decorrente do reconhecimento de receitas no valor de R$ 7.639.450,80 (Sete milhões e seiscentos e trinta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos), com saida de recursos pelo reconhecimento dos custos e despesas incorridos e realizados no valor de R$ 7.096.005,78 (Sete milhões e noventa e seis mil e cinco reais e setenta e oito centavos), tendo saldo positivo em valor correspondente a R$ R$ 543.445,02 (Quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), sendo este o resultado do exercicio, valor destinados a reservas de lucros.

BALSAS - MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA
SOCIO ADM
CPF: 644.912.773-20

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242.523.363-68
CRC-MA: 91081/O-6

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2024 17:04 SOB Nº 20240921250.
PROTOCOLO: 240921250 DE 22/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12805641152. CNPJ DA SEDE: 10895837000110.
NIRE: 21201292982. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2024.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nas respectivas juntas, informando seus respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
21600083826	10.895.537/0001-10	
NOME EMPRESARIAL		
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	2
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
E2.BF.6F.C9.E4.B9.DB.8E.CD.5D.3C.B2.24.66.19.82.4D.B4.DD.5B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA:24252336368	261360907001142664 3	08/07/2021 a 07/07/2024	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10895537000110	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO EIR:10895537000110	643371094369155379 4	14/04/2022 a 14/04/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

E2.BF.6F.C9.E4.B9.DB.8E.CD.5D.3C.B
2.24.66.19.82.4D.B4.DD.5B-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/03/2023 às 14:27:16

AE.F2.24.CA.79.4E.E4.89
61.5A.2E.06.FC.53.6F.5B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.895.537/0001-10
Número de Ordem do Livro: 2
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
NIRE	21600083826
CNPJ	10.895.537/0001-10
Número de Ordem	2
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município	BALSAS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/06/2009
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1607

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem	2
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1607
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.BF.6F.C9.E4.B9.DB.8E.CD.5D.3C.B2.24.66.19.62.4D.B4.DD.5B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

451

Entidade: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.895.537/0001-10

Número de Ordem do Livro: 3

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
NIRE	21600083626
CNPJ	10.895.537/0001-10
Número de Ordem	3
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município	BALSAS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	10/06/2009
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1721

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem	3
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1721
Data de início	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0E.72.F6.BD.EB.DF.A5.32.8F.9B.46.FF.EC.49.3C.C4.5F.18.DF.87-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ALYNE LOPES REIS, sob a autenticidade nº 12405825598 em 25/04/2024, protocolo 240521013. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Número de Registro:	21201292952
CNPJ:	10895537000110
Município:	Balsas

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	13
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA	MA9108
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 25/04/2024 08:31 SOB Nº 20240521013.
PROTOCOLO: 240521013 DE 16/04/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12405825598. NIRE: 21201292952.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 25/04/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

453

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12304171268 em 28/03/2023, protocolo 230415504. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Número de Registro:	21201292952
CNPJ:	10895537000110
Município:	Balsas

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	12
Início e Termino da Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
24252336368	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA	MA9108
64491277320	ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 28/03/2023 13:45 SOB Nº 230415504.
PROTOCOLO: 230415504 DE 28/03/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12304171268. NIRE: 21201292952.
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 28/03/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação

FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

454

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA **NIRE :** 21201292652 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC250011008
NIRE (Sede) 21201292652	**CNPJ** 10.895.537/0001-10	**Data do Ato Constitutivo** 10/06/2009	**Início de Atividade** 10/06/2009

Endereço Completo
Avenida JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A ANDAR 2, CENTRO - Balsas/MA - CEP 65800-000

Objeto Social
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS USINAS DE COMPOSTAGEM CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE ESTRUTURAS COM TIRANTES OBRAS DE CONTENCAO, CORTINAS DE PROTECAO, MUROS DE ARRIMO ETC.) SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE OBRAS, VIAS PUBLICAS, MAQUINAS INDUSTRIAIS, MEIOS DE TRANSPORTE ETC.) CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO OBRAS DE FUNDACOES SERVICOS DE ENGENHARIA ATIVIDADES PARAMEDICAS SERVICOS DE ARQUITETURA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA

Capital Social R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) **Capital Integralizado** R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais)	**Porte** Demais	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	644.912.773-20	R$ 2.000.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA	644.912.773-20	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Atos averbados	Situação / Status
26/05/2024	20240857049	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA DEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 12/02/2025, as 09:09:31 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.ma.gov.br com o código TRZZOJHF.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 04/02/2025 **Nº da certidão:** 12500401162

Data de validade: 04/04/2025 **Código de Validação:** 176eb8e4f

NOME: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

462

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL DETENTOR DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE QUE ADMINISTRARÁ PESSOAL E DIRETAMENTE OS TRABALHOS OBJETO DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, **JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, Engenheiro Civil, CREA Nº 110769429-9** responsável técnico da empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA) e detentor dos atestados de capacidade técnica, **DECLARO,** que o irei administrar pessoalmente e diretamente os trabalhos, na execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.28 10:36:54 -03'00'

JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
CREA Nº 110769429-9
Engenheiro Civil

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2022**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM / MA

A EMPRESA **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, SITUADA À AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO – BALSAS (MA), POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL SR. **ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA,** PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 12621993-1 E DO CPF Nº 644.912.773-20 E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO O ENGENHEIRO CIVIL, **JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO,** CREA Nº 110769429-9, **DECLARAM**, QUE RECEBEU DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM** TODA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**, COMPOSTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS, E QUE, POR LIBERALIDADE PRÓPRIA, **NÃO VISITOU O LOCAL DA OBRA**, MAS, MESMO ASSIM TEM CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES E EVENTUAIS DIFICULDADES PARA A BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO ASSIM TODOS OS RISCOS DELE ADVINDO E QUE, NA HIPÓTESE DE VENCEDORA, NÃO PODERÁ UTILIZAR ESTA COMO JUSTIFICATIVA PARA DESCONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS, OU DAS DIFICULDADES A ELA INERENTES, COM O INTUITO DE EXIMIR-SE DE RESPONSABILIDADES..

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.26 10:38:16 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391
Assinado de forma digital por JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391
Dados: 2025.02.26 10:38:39 -03'00'

JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
CREA Nº 110769429-9
Engenheiro Civil

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, **JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, Engenheiro Civil, CREA Nº 110769429-9** responsável técnico da empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA) e detentor dos atestados de capacidade técnica, **DECLARO,** que não encontrei quaisquer divergências entre o projeto, especificações técnicas e orçamento quantitativo, nem dúvidas sobre interpretação de detalhes;

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391
Assinado de forma digital por JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391
Dados: 2025.02.28 16:19:01 -03'00'

JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
CREA Nº 110769429-9
Engenheiro Civil

459

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE E EQUIPAMENTOS

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), por intermédio de seu representante legal Sr. **ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA**, portador da Carteira de Identidade nº 12621993-1 e do CPF nº 644.912.773-20, **DECLARA**:

a) que executará a obra de acordo com o Projeto e as Especificações fornecidas, às quais alocará todos os equipamentos, pessoal técnico especializado e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado, de acordo com art. 67, inc. III da Lei 14.133/21.

b) equipe técnica:

- JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO: Engenheiro Civil
- EXPEDITO LEITE BAPTISTA NETO: Arquiteto e Urbanista
- RAIMUNDO PEREIRA LUSTOSA: Técnico em edificações
- JOSÉ WILSON LEAL JÚNIOR: Engenheiro Civil
- LEONARDO DOS SANTOS SILVA: Engenheiro Civil
- FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO GOMES: Engenheiro Civil
- BENEDITO ALVES DE SOUSA FILHO: Mestre de Obras

c) que compromete a dispor, para emprego imediato dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que os mesmos se encontram em condições adequadas de utilização;

d) relação de equipamentos:

- 02 – Betoneira 400l Menegotti
- 01 – Carro utilitário L200 Triton – Placa: OAV-3110
- 01 – Caminhão ¾ Modelo Ford F4000
- 02 – Motoserra Stihl
- 01 - Martelete Bosch
- 01 – Serra mármore Makita
- 02 – Esmeriladeira Bosch GWS 700
- 01 – Serra circular DWT
- 02 – Furadeira Profissional Bosch

e) que a qualquer momento e por necessidade da obra, fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação do MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM, sem ônus de mobilização para esta ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;

f) que os equipamentos se encontram em condições de produção plena, obrigando-se, imediatamente, caso vencedora, substituir qualquer equipamento que, a juízo da Comissão, não apresente rendimento satisfatório, sem que tal substituição represente qualquer ônus para a Contratante

g)que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data de assinatura do contrato e a publicação do extrato do mesmo, nos mesmos meios de publicação do aviso de licitação;

h) que executará a obra de acordo com os prazos estabelecidos no presente

i) que cumprirá fielmente as disposições concernentes a NR-18, Norma Regulamentadora que estabelece diretrizes de ordem administrativa e planejamento organizacional, que, respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.28 11:11:42 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
830943/2020
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
Registro: 46660 MA MA RNP: 1107694299
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20200315124** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 29/01/2020 Baixada em: 11/03/2020
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **R S T ABREU EIRELI** CPF/CNPJ: **34.764.596/0001-18**
Endereço do contratante: RUA EPIFÂNIO MOREIRA Nº: 18
Complemento: Bairro: PACAS
Cidade: PINHEIRO UF: MA CEP: 65200000
Contrato: 001/2010 Celebrado em: 03/01/2020
Valor do contrato: R$ 195.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA EPIFÂNIO MOREIRA Nº: 18
Complemento: Bairro: PACAS
Cidade: PINHEIRO UF: MA CEP: 65200000
Coordenadas Geográficas: -2.510199, -45.112042
Data de início: 06/01/2020 Conclusão efetiva: 06/03/2020
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: R S T ABREU EIRELI CPF/CNPJ: 34.764.596/0001-18

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** #A0112 - EDIFICIOS DE MAT. MISTOS E ESPECIAIS P/ FINS COM. 93 - EXECUCAO 600.00 metro quadrado; 1 - **ATUACAO** #A0507 - PAVIMENTACAO DE CONCRETO 93 - EXECUCAO 1200.00 metro quadrado

Observações

CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COM ESTACIONAMENTO PARA FINS COMERCIAIS

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 0 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 830943/2020
24/06/2020, 09:01
37dz2

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Ficam(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 37dz2.

PINE ALIMENTOS
R. S. T. Abreu Eireli
CNPJ: 34.764.596/0002-07
Insc. Estadual: 12.627713-3 Insc. Municipal: 39557-9

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atendendo pelo presente fins de comprovação, a realização de execução Técnica que a Empresa **CONSERPAU CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI** CNPJ: 12.895.597/0001-10, com sede Professional **JOSÉ DO CARMO MORELO DE CARDOSO** Engenheiro Civil - Crea nº 110788428-9, prestaram serviços de Responsabilidade Técnica de serviços de construção de galpão com cobertura metálica e piso de paralelepípedo para fins comerciais na R.S.T. ABREU EIRELI (PINE ALIMENTOS) CNPJ: 34764596000207 , conforme planilha de quantitativos anexo.

PLANILHA DE QUANTITATIVOS

ITEM	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
1.1	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	%	1,00
2.0		SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.2	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	MOBILIZAÇÃO	UN	1,00
2.1	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	M	620,00
3.0		MOVIMENTO DE TERRA		
3.1	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M³	4,42
3.2	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL DE RUA DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M²	3,40
4.0		FUNDAÇÕES		
4.1		CONCRETO ARMADO - SAPATAS		
4.1.1	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017	M²	7,73
4.1.2	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, 2 A 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	44,50
4.1.3	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	331,00
4.1.4	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M³	3,82
4.1.5	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M³	3,27
4.2		CONCRETO ARMADO - VIGAS BALDRAMES		
4.2.1	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017	M²	2,40
4.2.2	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	44,50
4.2.3	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	332,00
4.2.4	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M³	4,87
4.2.5	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M³	4,82
5.0		SUPERESTRUTURA		
5.1		CONCRETO ARMADO - VIGAS E PILARES		
5.1.1	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GUIAS DE MADEIRA DE QUINTO USO, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	M²	44,00
5.1.2	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	459,55
5.1.3	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M³	4,82
5.1.4	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M³	4,82
5.2		CONCRETO ARMADO - LAJE DE PISO		
5.2.1	SINAPI	ARMAÇÃO EM TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA CA60, AÇO CA-60, 4,2MM, MALHA 15X15CM	M²	48,30
5.2.2	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M³	7,30
5.2.3	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M³	1,00
5.3		CONCRETO ARMADO - VERGAS E CONTRAVERGAS		
5.3.1	SINAPI	CONTRAVERGA RETA MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	40,00
6.0		SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL		
6.1		ALVENARIA DE VEDAÇÃO		
6.1.1	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M²	760,00
7.0		ESQUADRIAS		
7.1		PORTAS DE MADEIRA		
7.1.1	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MEIA), PELMEX, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO MARCO. FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015 (PINT - DEPÓSITO)	UN	5,00
8.0		SISTEMAS DE COBERTURA		
8.1	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	ESTRUTURA METÁLICA COM CONTRAVENTAMENTO E TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA	M²	800,00
9.0		REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO		

Fernando André Costa Correa
Engº Civil
CREA 1108645797

Rua Hélio Costa, Nº 1555-B, Alcântara
Pinheiro-MA - CEP: 65.200-000
(98) 98202-3714
rstabreu@outlook.com

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8309432020 em 24/06/2020
emitida
Certidão nº 8309432020
06/06/2021, 11:25
Chave de Impressão: 37022
O documento neste ato registrado foi emitido em 24/06/2020 e contem 4 folhas

PINE ALIMENTOS
R. S. T. Abreu Eireli
CNPJ: 34.764.596/0002-07
Insc.: Estadual: 12.627713-3 Insc.: Municipal: 39557-9

6.1	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M²	1.100,00
6.2	SINAPI	EMBOÇO, Para MOVIMENTO DE TEMPERATURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA ENTRE 2M2 E 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	550,00
6.3	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	550,00
6.4	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M²	63,00
6.5	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	REVESTIMENTO ACM EVOMIX, COR DE BRILHO, PARA FACHADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	52,51
6.6	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	LOGOTIPO METAL - 3D - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00

10.0		**INSTALAÇÕES PREDIAIS**		
10.1		**PAVIMENTAÇÃO INTERNA DO ESCRITÓRIO**		
10.1.1	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 3CM. AF_09/2014	M²	33,00
10.1.2	SINAPI	REVESTIMENTO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO POLIDO OU NATURAL DE DIMENSÕES 60 CM X 60 CM E ASSENTADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_09/2014	M²	33,00
10.2		**PAVIMENTAÇÃO INTERNA DO GALPÃO**		
10.2.1	JETOP	PISO EM CONCRETO ARMADO E = 15 CM, FCK = 30 MPA, ADITIVO PLASTIFICANTE E REDUTOR DE ÁGUA, ACABAMENTO MECANIZADO COM ALISADORA DE SUPERFÍCIE (HELICÓPTERO)	M²	565,50
10.2.2	CAIXA	ASSENTO DE ALVENARIA DE TIJOLO FURADO SOBRE VIGA BALDRAME. AF_06/2016	M²	565,50
10.2.3	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14,5 CV) - CHP DIURNO. AF_09/2015	CHP	12,00
10.3		**PAVIMENTAÇÃO EXTERNA**		
10.3.1	CAIXA	PISO DE CONCRETO FCK 30 MPA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	M²	1.300,00
10.3.2	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	m³	130,00

11.0		**PINTURAS E ACABAMENTOS**		
11.1	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR LÁTEX PVA EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M²	140,00
11.2	SINAPI	APLICAÇÃO E ACABAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	150,00
11.3	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	580,00

12.0		**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**		
12.1		**TUBOS, CONEXÕES E CONEXÕES DE PVC**		
12.1.1	SINAPI	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	40,00
12.1.2	SINAPI	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	6,00
12.1.3	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00
12.1.4	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	3,00
12.1.5	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00
12.1.6	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 1/2", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00
12.1.7	SINAPI	TE DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	2,00
12.1.8	SINAPI	LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4", INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00
12.1.9	SINAPI	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00
12.2		**REGISTROS E OUTROS**		
12.2.1	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	6,00
12.2.2	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	6,00
12.2.3	SINAPI	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADAS, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	12,00
12.2.4	SINAPI	TORNEIRA PLÁSTICA, DE MESA, BICA MÓVEL, TIPO 1 BICA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	12,00
12.2.5	SINAPI	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	6,00

13.0		**INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**		
13.1		**TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC**		
13.1.1	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	40,00
13.1.2	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	40,00
13.1.3	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	6,00

Fernando André Costa Carras
Engº Civil
CREA 1108545297

Rua Helio Costa, Nº 1555-B, Alcântara
Pinheiro-MA - CEP: 65.200-000
(98) 98202-3714
rstabreu@outlook.com

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 830943/2020 em 24/06/2020
emitida
Certidão nº 830943/2020
09/08/2021 11:25
Chave de impressão: 37d22
O documento neste ato registrado foi emitido em 24/06/2020 e contém 4 folhas

PINE ALIMENTOS
R. S. T. Abreu Eireli
CNPJ: 34.764.596/0002-07
Insc. Estadual: 12.627713-3 Insc. Municipal: 39557-9

13.1.4	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00
13.1.5	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_12/2014	UN	5,00
13.1.6	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	5,00
13.1.8	SINAPI	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00
13.2		**LAVAGE E ACESSÓRIOS**		
13.2.1	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL	UN	6,00
13.2.2	SINAPI	CAIXA ESPERA/CAIXA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_09/2018	UN	3,00
13.2.3	SINAPI	RALO SECO, PVC, DN 150 X 40 MM, JUNTA SOLTÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	4,00
13.2.4	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_12/2014	M	6,00
13.2.5	SINAPI	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1 1/4 X 1 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	2,00
13.2.6	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	VALVULA EM METAL CROMADO, 1", PARA LAVATORIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
13.2.7	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M E ALTURA INTERNA = 1,9 M	UN	1,00

14.0		**LOUCAS, ACESSORIOS E METAIS**		
14.1	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	UN	8,00
14.2	SINAPI	VALVULA DE DESCARGA 1 1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	8,00
14.3	SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	4,00
14.4	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO E DERIVAÇÃO	UN	4,00
14.5	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	3,00
14.6	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, SEM UNIFIXAÇÃO. AF_12/2013	UN	4,00
14.7	SINAPI	SABONETEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO, SEM FIXAÇÃO. AF_12/2013	UN	4,00
14.8	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	4,00
14.9	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	SAVEIRO ARTICULADO EM AÇO INOX PARA BANHO PNE	UN	4,00

15.0		**SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**		
15.1	SINAPI	EXTINTOR INCÊNDIO TIPO QUÍMICO 2KG - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00
15.2	SINAPI	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	10,00
15.3	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	DEMARCAÇÃO DE SOLO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, DIMENSÕES 1000X50 CM - CONFORME DETALHE DE PROJETO	UN	8,00
15.4	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - SAÍDA DE EMERGÊNCIA, FOTOLUMINESCENTE, PARA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (CONFORME NBR 13434)	UN	2,00
15.5	COMPOSIÇÃO PRÓPRIA	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - EXTINTOR DE INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, PARA EXTINTOR (CONFORME NBR 13434)	UN	2,00

16.0		**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - 220V**		
16.1		**CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO**		
16.1.1	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00
16.1.2	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	7,00
16.1.4	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	3,00
16.1.5	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	6,00
16.2		**ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS**		
16.2.1	SINAPI	ENGATE EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETRO MENOR/IGUAL QUE 40 MM. AF_05/2015	U	100,00
16.2.3	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTO/CAIXA COM DIÂMETRO MENOR/IGUAL A 40 MM. AF_05/2015	M	100,00
16.2.5	SINAPI	INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	100,00
16.2.6	SINAPI	INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	100,00
16.2.8	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	100,00
16.3		**CABOS E TIPO CONDUTORES**		
16.3.1	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1.400,00
16.3.2	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1.000,00

Fernando André Costa Correa
Engº Civil
CREA 1108645297

Rua Helio Costa, Nº 1555-B, Alcântara
Pinheiro-MA - CEP: 65.200-000

(98) 98202-3714
rstabreu@outlook.com

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 830843/2020, emitida em 24/06/2020

Certidão nº 830843/2020
05/08/2021, 11:25
Chave de Impressão: 37dd2
O documento nesse ato registrado foi emitida em 24/06/2020 e contém 4 folhas

PINE ALIMENTOS

R. S. T. Abreu Eireli

CNPJ: 34.764.596/0002-07

Insc. Estadual: 12.627713-3 Insc. Municipal: 39557-9

17.4		5 LIGAÇÃO, TOMADA E INTERRUPTOR		
17.4 5	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 20 A 250 V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	16,09
17.4 6	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 20 A 250 V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	16,09
17.4 3	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	24,00
18.0		SERVIÇOS FINAIS		
18.1	SINAPI	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	900,00

R.T. ABREU EIRELI
CLOVIS AUGUSTO VIANA BRAGANÇA
CPF: 329.395.583.53

Poder Judiciario TJMA. Selo:
RECF39831021X0MHABEZ2EBL339.
17/06/2020 15:27:16. Ato: 13.17.A. Parte(s):
Clovis Augusto Viana Braganca. Sem Firma. ;
Autenticidade. Total R$ 17,26 Emol R$ 15,58
FEDC R$ 0,54 FMDP R$ 0,62 FDMP R$ 0,62
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Tabelionato do 2º Ofício
José Ribamar Costa Abreu
Tabelião
Cynthia Pinheiro Abreu
Tabeliã Substituta
Pinheiro-Maranhão-Brasil

Fernando André Costa Carvalho
Engº Civil
CREA 110064829?

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão vinculado à Certidão nº 839943/2020, emitida em 24/06/2020

Certidão nº 839943/2020
06/08/2021, 11:25
Chave de impressão: 37d42
O documento valido ao registrado foi emitido em 24/06/2020 e contém 4 folhas

Rua Helio Costa, Nº 1555-B, Alcântara
Pinheiro-MA - CEP: 65.200-000
(98) 98202-3714
rstabreu@outlook.com

LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ, sob o nº 10.895.537/0001-10, estabelecida na rua Leonardo Philipsen nº 16 Letra A4 – Centro, Balsas – MA CEP: 65.800-000, **O LAUDO CONFIRMA O SERVIÇO QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO ENG. CIVIL JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, COM O CREA Nº 1107694299. REALIZOU OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO OBEDECENDO AS RESPONSABILIDADES DEVIDAS, DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO COM ESTACIONAMENTO PARA FINS COMERCIAIS NA RUA EPIFÂNIO MOREIRA, Nº 18 – PACAS, NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO (MA), DE PROPRIEDADE DA EMP**RESA R.S.T ABREU EIRELI, inscrita no **CNPJ nº 34.764.596/0001-18, AFIRMO** O QUE CONSTA., (Conforme firmado), em conformidade com os prazos (06/01/2020 à 06/03/2020) e normas contratuais. Laudo de responsabilidade técnica do Engº Civil, FERNANDO ANDRÉ COSTA CORREA **1108545297.**

Laudo Técnico da **ART n.º MA 20200339033**

Pinheiro, 10 de junho 2020.

Fernando André Costa Correa
Engº. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 830943/2020, emitida em 24/06/2020

Certidão nº 830943/2020
06/06/2021, 11:25
Chave de impressão: 37dz2
O documento neste ato registrado foi emitido em 24/06/2020 e contém 1 folhas

4630

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20200339033

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO ANDRE COSTA CORREA
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL
RNP: 1108545297
Registro: 1108545297/MA

2. Dados do Contrato

Contratante: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI — CPF/CNPJ: 10.895.837/0001-10
RUA LEONARDO PHILIPSEN — Nº: 16
Complemento: LETRA A4 — Bairro: SETOR INDUSTRIAL
Cidade: BALSAS — UF: MA — CEP: 65800000

Contrato: 06/2020 — Celebrado em: 08/06/2020
Valor: R$ 3.000,00 — Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação Institucional: Outros

3. Dados da Obra/Serviço

RUA EPIFÂNIO MOREIRA — Nº: 18
Complemento: — Bairro: PACAS
Cidade: PINHEIRO — UF: MA — CEP: 65200000
Data de Início: 08/06/2020 — Previsão de término: 15/06/2020 — Coordenadas Geográficas: -2.510198, -45.113042
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO — Código: Não Especificado
Proprietário: R. S. T. ARRUDA EIRELI — CPF/CNPJ: 34.764.506/0001-10

4. Atividade Técnica

1 - ATUACAO	Quantidade	Unidade
5 - LAUDO TECNICO > #A0112 - EDIFICIOS DE MAT. MISTOS E ESPECIAIS P/ FINS COM	500,00	m²
5 - LAUDO TECNICO > #A0607 - PAVIMENTACAO DE CONCRETO	1.200,00	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO REFERENTE A SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO COM ESTACIONAMENTO PARA FINS COMERCIAIS.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram conhecer.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Fernando Andre Costa Correa
Eng. Civil
CREA-MA060437292

FERNANDO ANDRE COSTA CORREA - CPF: 786.940.263-87

_____, _____ de _____ de _____
Local — data

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - CNPJ: 10.895.837/0001-10

9. Informações

* A ART é valida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 88,78 — Registrada em: 15/06/2020 — Valor pago: R$ 88,78 — Nosso Número: 83025972**94**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: b0AwG
Impresso em: 17/06/2020 às 18:42:34 por : ip: 170.84.114.41

www.creama.org.br — Tel: (98) 2109-8300 — fiscalizacao@creama.org.br — Fax: (98) 2109-8300

CREA-MA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8309/43/2020, em 24/06/2020 emitida

Certidão nº 8309/43/2020
06/08/2021, 11:25
Chave de impressão: 37dd2
O documento perde seu registro se emitido em 24/06/2020 e contém 1 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

901599/2024

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: JOSE DO **CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **46660 MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210454366** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 15/09/2021 Baixada em: 20/12/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA** CPF/CNPJ: **06.229.397/0001-74**
Endereço do contratante: PRAçA JOSE DO EGITO Nº: 200
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: SAMBAÍBA UF: MA CEP: 65830000
Contrato: 170/2021 Celebrado em: 01/07/2021
Valor do contrato: R$ 206.720,90 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIçãO ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA - MA Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: SAMBAÍBA UF: MA CEP: 65830000
Coordenadas Geográficas: -7.139801, -45.348387
Data de início: 10/09/2021 Conclusão efetiva: 01/11/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA CPF/CNPJ: 06.229.397/0001-74

Atividade Técnica: 16 - **Execução** ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #2.6.5 - DE RECUPERAÇÃO DE PONTES 49 - Execução de obra 200.00 metro quadrado; 16 - **Execução** ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES PROFUNDAS > #2.9.2.5 - EM TUBULÕES 49 - Execução de obra 36.00 metro

Observações

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICIPIO DE SAMBAIBA - MA

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 901599/2024
23/02/2024, 09:17
92dY9

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nela constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluída(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 92dY9

Prefeitura Municipal de
Sambaíba
ADMINISTRANDO PARA TODOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS E A QUEM INTERESSAR, QUE NOS FORAM PRESTADOS COM BOM DESEMPENHO E NADA TENDO QUE DESABONE A CONDUTA DO PRESTADOR, OS SERVIÇOS DESCRITOS ABAIXO E COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

DADOS DA OBRA:
LOCAL DE REALIZAÇÃO: ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA - SAMBAÍBA (MA).
PERÍODO EXECUÇÃO: 10/09/2021 A 01/11/2021

DADOS DO CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA)
CNPJ: 06.229.397/0001-74
ENDEREÇO: PRAÇA JOSÉ DO EGITO, Nº 200, CENTRO - SAMBAÍBA (MA)

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA)
CNPJ: 06.229.397/0001-74
ENDEREÇO: PRAÇA JOSÉ DO EGITO, Nº 200, CENTRO - SAMBAÍBA (MA)

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:
CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 10.895.537/0001-10
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO – BALSAS (MA)

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MA Nº 110769429-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA (MA), CONTRATO Nº 170/2021, CONFORME PLANILHA DE QUANTITATIVOS ABAIXO:

ITEM	PLANILHA DE QUANTITATIVOS		
	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS EM MADEIRA		
	TOTAL DO ITEM 01		
1.1	MADEIRA SERRADA NAO APARELHADA DE PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO BDI = 15,28	M3	41,24
1.2	CAMINHÃO CARROCERIA - 4 t (115 kW) - BDI = 15,28	CHP	14,79
1.3	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	83,19
1.4	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016 - BDI = 15,28	M3	34,66
1.5	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	73,95
1.6	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	73,95

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Leonardo dos Santos Silva
Engenheiro Civil
Registro 1121244901-4

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 901599/2024, emitida em 23/02/2024

Certidão nº 901599/2024
26/02/2024, 16:59
Chave de Impressão: 82d76
O documento neste ato registrado foi emitido em 23/02/2024 e contem 2 folhas

Prefeitura Municipal de
Sambaíba
ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

1.7	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	232,94
1.8	CARPINTEIRO	H	23,80
1.9	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	kg	27,73
1.10	CAMINHÃO CARROCERIA - 4 t (115 kW) - BDI = 15,28	CHP	50,84
1.11	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	43,91
1.12	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	781,10
1.13	*PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16 " X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA - BDI = 15,28	UND	1.386,57
1.14	*ARRUELA EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM - BDI = 15,28	UND	2.773,13
1.15	ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - BDI = 15,28	M2	184,88
1.16	ART - BDI = 15,28	UND	1,00
1.17	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MÊS	1,16
2.0	SERVIÇOS EM CONCRETO		
	TOTAL DO ITEM 02		
2.1	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	38,00
2.2	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M³	15,20
3.0	LIMPEZA FINAL DA OBRA		
3.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	184,88

SAMBAÍBA (MA), 24 DE NOVEMBRO DE 2021.

ADRIANA DOS SANTOS SILVA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATANTE
CPF: 031.272.203-67

Leonardo dos Santos Silva
Engenheiro Civil
Registro 112124490-4

Fernando Alves Costa Correa
Eng. Civil
CREA 1106545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 901599/2024, emitida em 23/02/2024

Certidão nº 901599/2024
26/02/2024, 16:59
Chave de Impressão 6d4f6
O documento neste ato registrado foi emitido em 23/02/2024 e contém 2 folhas

LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ, sob o nº 10.895.537/0001-10, estabelecida Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2 – Centro, Balsas – MA CEP: 65.800-000, **O LAUDO CONFIRMA O SERVIÇO QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO ENG. CIVIL JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, COM O CREA Nº 110769429-9. REALIZOU OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO OBEDECENDO AS RESPONSABILIDADES DEVIDAS, DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES DE MADEIRA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA (MA), QUE TEVE COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA), CNPJ Nº 06.229.397/0001-74 DE ACORDO COM ART MA 20210454356, SERVIÇOS REALIZADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA (MA), AFIRMO O QUE CONSTA.**, (Conforme firmado), em conformidade com os prazos e normas contratuais. Laudo de responsabilidade técnica do Engº Civil, FERNANDO ANDRÉ COSTA CORRÊA CREA Nº **1108545297.**

Laudo Técnico da **ART n.º MA20240732589.**

Sambaíba (MA), 25 de janeiro 2024.

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

FERNANDO ANDRÉ COSTA CORRÊA
CPF: 755.840.263-87
Engenheiro Civil
RN: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 9015/9/2024, emitida em 23/02/2024

Certidão nº 9015/9/2024
26/02/2024 16:59
Chave de impressão: 82d16
O documento nesse ato registrado foi emitido em 23/02/2024 e contém 1 folhas

466

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240732589

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO ANDRE COSTA CORREA
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1108545297
Registro: 1108545297MA

2. Dados do Contrato

Contratante: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI
AVENIDA JOSÉ BERNARDINO
Complemento: SALA A, ANDAR 1
Cidade: SALSAS

CPF/CNPJ: 10.895.527/0001-10
Nº: 80
Bairro: CENTRO
UF: MA
CEP: 65850000

Contrato: Não especificado
Valor: R$ 1.500,00
Ação Institucional: Outras

Celebrado em: 24/01/2024
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

3. Dados da Obra/Serviço

SEM DEFINIÇÃO ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE SAMBAÍBA
Complemento:
Cidade: SAMBAÍBA
Data de Início: 24/01/2024

Nº: S/N
Bairro: ZONA RURAL
UF: MA
CEP: 65839000
Previsão de término: 29/01/2024
Coordenadas Geográficas: -7.133398, -45.306593

Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA

Código: Não Especificado
CPF/CNPJ: 06.229.397/0001-74

4. Atividade Técnica

19 - Execução	Quantidade	Unidade
66 - Laudo > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > 42.8.5 - DE RECUPERAÇÃO DE PONTES	260,00	m²
66 - Laudo > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES PROFUNDAS > 43.9.2.5 - EM TUBULÕES	28,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO REFERENTE A SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICIPIO DE SAMBAIBA-MA

6. Declarações

- Declaro (ou demos) conhecer as regras de responsabilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram conhecer.

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA 1108545297

FERNANDO ANDRE COSTA CORREA - CPF: 706.840.263-87

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - EMPU

André Hernandes Batista
CPF: 644.912.773-20
PROPRIETÁRIO

9. Informações

* A ART é válida somente quando paga e mediante comprovação de pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 99,84 | Registrada em: 26/01/2024 | Valor pago: R$ 99,84 | Nosso Número: 8305024040

A autenticidade desta ART pode ser verificada em https://www.sitac.com.br/sitac/ com a chave a7Azp
Impresso em: 26/02/2024 às 15:11:20 por: ip: 200.195.216.149

www.crea-ma.org.br | Tel: (98) 2106-8300 | Fax: (98) 2106-8300

CREA-MA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 901599/2024 emitida em 23/02/2024

Certidão nº 901599/2024
26/02/2024, 16:59
Chave de impressão: 52d1f6
O documento nesta ao registrado foi emitido em 23/02/2024 e contém 1 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

842559/2021

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **4866D MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20200334163** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 06/05/2020 Baixada em: 18/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS** CPF/CNPJ: **06.441.430/0001-25**
Endereço do contratante: PRAçA PROFESSOR JOCA REGO Nº: 121
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 227/2020 Celebrado em: 24/04/2020
Valor do contrato: R$ 435.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIçãO VÁRIAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA Nº: S/N
Complemento: Bairro: VÁRIAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.533030, -46.035685
Data de início: 06/05/2020 Conclusão efetiva: 24/02/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS CPF/CNPJ: 06.441.430/0001-25

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** 6A0514 - PONTE DE MADEIRA 53 - EXECUCAO 200.00 metro; 1 - **ATUACAO** 6A0533 - PONTE, VIADUTO OU ELEVADO DE MATERIAIS MISTOS E ESPECIAIS 53 - EXECUCAO 200.00 metro;

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE BALSAS- MA

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 842559/2021
14/06/2021, 14:24
2624d

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova de capacidade técnico-profissional de pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 2624d

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8425592021, emitida em 14/06/2021

Certidão nº 8425592021
14/06/2021, 14:53
Chave de Impressão 26240
O documento nesta ata registrado foi emitido em 14/06/2021 e contém 2 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
842559/2021
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s)

Profissional: JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
Registro: **4666D MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20200334163** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 05/05/2020 Baixada em: 16/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS** CPF/CNPJ: **06.441.436/0001-25**
Endereço do contratante: PRAçA PROFESSOR JOCA REGO Nº: 121
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 227/2020 Celebrado em: 24/04/2020
Valor do contrato: R$ 435.000,00 Tipo do contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIÇÃO VÁRIAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA Nº: S/N
Complemento: Bairro: VÁRIAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.533030, -46.035895
Data de início: 05/05/2020 Conclusão efetiva: 24/02/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS CPF/CNPJ: 06.441.436/0001-25

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO #**A0514 - PONTE DE MADEIRA 53 - EXECUCAO 200.00 metro; 1 - **ATUACAO #**A0533 - PONTE, VIADUTO OU ELEVADO DE MATERIAIS MISTOS E ESPECIAIS 53 - EXECUCAO 200.00 metro;

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE BALSAS- MA

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 842559/2021
14/06/2021, 14:24
2624d

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à que o atestado está vinculado constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 2624d

490

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 842559/2021, emitida em 14/09/2021

Certidão nº 842559/2021
14/09/2021, 14:53
Chave de Impressão: 26234
O documento nesta ao registrado foi emitido em 14/09/2021 e contém 2 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

858349/2021

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **46660 MA MA** RNP: **1107594299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210452953** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 10/09/2021 Baixada em: 20/12/2021
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS** CPF/CNPJ: **06.441.430/0001-25**
Endereço do contratante: PRAçA PROFESSOR JOCA REGO Nº: 121
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 186/2021 Celebrado em: 17/03/2021
Valor do contrato: R$ 435.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIçãO DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICIPIO DE BALSAS-MA Nº: S/N
Complemento: Bairro: DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICIPIO DE BALSAS-MA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.533222, -46.043140
Data de início: 22/03/2021 Conclusão efetiva: 31/12/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS CPF/CNPJ: 06.441.430/0001-25

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** #A0514 - PONTE DE MADEIRA 53 - EXECUCAO 200.00 metro; 1 - **ATUACAO** #A0533 - PONTE, VIADUTO OU ELEVADO DE MATERIAIS MISTOS E ESPECIAIS 53 - EXECUCAO 200.00 metro;

Observações

REFERENTE AO 1º ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PONTES DO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 858349/2021
11/01/2022, 10:37
SW184

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional de pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Ficam(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: SW184

PREFEITURA DE
BALSAS
Continua a construção da cidade que queremos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS E A QUEM INTERESSAR, QUE NOS FORAM PRESTADOS COM BOM DESEMPENHO E NADA TENDO QUE DESABONE A CONDUTA DO PRESTADOR, OS SERVIÇOS DESCRITOS ABAIXO E COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

DADOS DA OBRA:
LOCAL DE REALIZAÇÃO: VÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE BALSAS – BALSAS (MA).
PERÍODO EXECUÇÃO: 22/03/2021 A 24/11/2021

DADOS DO CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS (MA)
CNPJ: 06.441.430/0001-25
ENDEREÇO: PRAÇA PROF. JOCA REGO, Nº 121, CENTRO - BALSAS (MA)

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS (MA)
CNPJ: 06.441.430/0001-25
ENDEREÇO: PRAÇA PROF. JOCA REGO, Nº 121, CENTRO – BALSAS (MA)

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:
CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 10.895.537/0001-10
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO – BALSAS (MA)

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MA Nº 110769429-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE BALSAS (MA), SRP Nº 008/2020, CONTRATO Nº 186/2021, CONFORME PLANILHA DE QUANTITATIVOS ABAIXO:

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	4006	SINAPI	MADEIRA SERRADA NÃO APARELHADA DE PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M³	80,57
2		PRÓPRIA	PRANCHA DE MADEIRA DE LEI	M³	44,63
3		PRÓPRIA	CAMINHÃO CARROCERIA – 4T (115KW)	CHP	79,33
4	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	446,26
5	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS AF_03/2016	M³	185,94
6	883091	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	396,67
7	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	396,67
8	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.249,52
9	88262	SINAPI	CARPINTEIRO	H	127,68

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

JOSÉ CASSIO ALVES LIMA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MA Nº 111657653-6

Raimundo [illegible]
Sub-Secretário de Infraestrutura
Portaria 030/2021

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8583492021, emitida em 11/01/2022.

Certidão nº 8583492021
11/01/2022, 10:43
Chave de impressão: 5WY84
O documento nesta ato registrado foi emitido em 03/01/2022 e contém 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Avenida dos Holandeses, Quadra 37, Lote 9, Calhau, São Luís/MA
Tel.: + 55 (98) 2109-5000 Fax: + 55 (98) 2109-5000 E-mail: fiscalizacao@creama.org.br
CREA-MA
Impresso em: 11/01/2022, às 10:43

PREFEITURA DE
BALSAS
Continua a construção da cidade que queremos

10	5075	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA (18X30 (2.3/4X10)	KG	148,75
11		PROPRIA	CAMINHÃO CARROCERIA – 4T (115KW)	CHP	272,71
12	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	235,52
13	88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4.189,85
14	4302	SINAPI	*PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABEÇA SEXTAVADA, 5/16"X250MM, PARA FIXAÇÃO DE TELHA EM MADEIRA	UND	5.937,00
15	13348	SINAPI	*ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO EXTERNO= 35MM, ESPESSURA= 3MM, DIÂMETRO DO FURO= 18MM	UND	13.375,00
16		PROPIA	ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO	M²	1.000,00
17		PROPIA	ART	UND	1,00
18	10776	SINAPIA	LOCAÇÃO DE CONTEINER 2,30X6,00M, ALT. 2,50M, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	MÊS	6,25
13	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	991,68

BALSAS (MA), 24 DE NOVEMBRO DE 2021.

Raimundo N. P. Lustosa
Sub-Secretário de Infraestrutura
Portaria 030/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
RAIMUNDO NONATO PEREIRA LUSTOSA
CPF: 014.606.623-50
PORTARIA Nº 030/2021

JOSÉ CASSIO ALVES LIMA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MA 115697063-6

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 858349/2021, emitida em 11/01/2022

Certidão nº 858349/2021
11/01/2022, 19:43
Chave de impressão: 5WYB4
O documento nesta via registrado foi emitido em 03/01/2022 e contem 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Avenida dos Holandeses, Quadra 35, Lote 9, Calhau, São Luís/MA
Tel: + 55 (98) 2106-8500 Fax: + 55 (98) 2106-8500 E-mail: falecomcrea@crearma.org.br
CREA-MA

Impresso em: 11/01/2022, às 19:43

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
880942/2023
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

493

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **46660 MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210481770** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/12/2021 Baixada em: 02/03/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS** CPF/CNPJ: **06.441.430/0001-25**
Endereço do contratante: PRAçA PROFESSOR JOCA REGO Nº: 121
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 657/2021 Celebrado em: 06/12/2021
Valor do contrato: R$ 2.993.429,72 Tipo da contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIçãO DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Coordenadas Geográficas: -7.519057, -46.036109
Data de início: 09/12/2021 Conclusão efetiva: 06/12/2022
Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS CPF/CNPJ: 06.441.430/0001-25

Atividade Técnica: **16 - Execução** ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #3.6.5 - DE RECUPERAÇÃO DE PONTES 49 - Execução de obra 3600,00 metro quadrado

Observações

SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA CONTRATO Nº 657/2021 - CONCORRÊNCIA Nº 008/2021

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 880942/2023
23/03/2023, 11:54
9ZZwW

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Ficam(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico, com a chave: 9ZZwW

PREFEITURA DE
BALSAS
Construindo a construção da cidade que queremos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem interessar, que nos foram prestados com bom desempenho e nada tendo que desabone a conduta do prestador, os serviços descritos abaixo e com as seguintes características:

DADOS DA OBRA:
Local de realização: Várias Localidades do Município de Balsas – Balsas (MA).
Período Contratual: 06/12/2021.
Período Execução: 08/12/2021 a 06/12/2022

DADOS DO CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS (MA)
CNPJ: 06.441.430/0001-25
Endereço: Praça Prof. Joca Rego, nº 121, Centro - Balsas (MA)

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS (MA)
CNPJ: 06.441.430/0001-25
Endereço: Praça Prof. Joca Rego, nº 121, Centro – Balsas (MA)

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:
Conserpav Construções Serviços e Pavimentação Ltda
CNPJ: 10.895.537/0001-10
Endereço: Avenida Jose Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA)

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
José do Carmo Meireles Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 110769429-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:
Execução dos serviços manutenção e reparos de pontes em diversas localidades do município de Balsas (MA), CONCORRÊNCIA Nº 006/2021, CONTRATO Nº 657/2021, conforme planilha de quantitativos abaixo:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.
1			**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	40,00
1.2	73847/001	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MES	20,00
1.3	00013244	SINAPI	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO COM FAIXA REFLETIVA, H = 70 / 75 CM	UN	20,00
1.4	INS-013	Proprio	TAXA DO CREA (ART DE EXECUÇÃO)	UND	1,00
2			**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS**		

Aurelio Nicomedes Neto
Engenheiro Civil
CREA-MA 111621480º
Matrícula 9417-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão vinculado à Certidão nº 880942/2023, emitida em 23/03/2023

Certidão nº 880942/2023
03/04/2023, 13:48
Chave de Impressão: 922wW
O documento nesta ato registrado foi emitido em 23/03/2023 e contém 2 folhas

PREFEITURA DE
BALSAS
Continua a construção da cidade que queremos

2.1	91031	SINAPI	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA - CHP DIURNO AF_06/2015	CHP	1136,00
3			**MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**		
3.1	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS AF_05/2018	m²	2000,00
3.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M AF_02/2021	m³	450,00
4			**RECUPERAÇÃO E MÃO DE OBRA**		
4.1	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	412,00
4.2	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4032,00
4.3	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1280,00
4.4	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1280,00
4.5	13.60.606	FDE	RETIRADA OU REMOÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA (TÁBUAS) EM GERAL COM OU SEM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL	m²	3600,00
4.6	00004606	SINAPI	PRANCHÃO NÃO APARELHADA *6X*30 CM, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	m³	360,00
4.7	2691	ORSE	Pilar de madeira 20 x 20cm (peu d'arco) PILAR DE MADEIRA 20 X 20CM (PAU D'ARCO)	m²	135,00
4.8	9783	ORSE	Barra roscada zincada ø 3/8"	m	15600,00
4.9	00013348	SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIÂMETRO DO FURO= 18MM	UN	20000,00
4.10	00004342	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIÂMETRO 3/8"	UN	20000,00
4.11	00005070	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 17 X 30 (2 3/4 X 11)	KG	480,00
5			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**		
5.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	960,00
5.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	960,00
5.3	100289	SINAPI	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1280,00
5.4	88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4800,00
6			**LIMPEZA FINAL DE OBRA**		
6.1	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	3200,00

Balsas (MA), 08 de fevereiro de 2023.

Raimundo N. P. Lustosa
Sub-Secretário de Infraestrutura
Portaria: 030/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
RAIMUNDO NONATO PEREIRA LUSTOSA
CPF: 014.606.623-50
PORTARIA Nº 030/2021

Aurelio Bezerra Neto
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111621480F
Matrícula 9417-7

2

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 880942/2023, emitida em 23/03/2023

Certidão nº 880942/2023
03/04/2023, 13:48
Chave de impressão: 9ZZeWW
O documento nesse site registrado foi emitido em 06/03/2023 e contém 2 folhas

LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ, sob o nº 10.895.537/0001-10, estabelecida Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2 – Centro, Balsas – MA CEP: 65.800-000, **O LAUDO CONFIRMA O SERVIÇO QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO ENG. CIVIL JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, COM O CREA Nº 1107694299. REALIZOU OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO OBEDECENDO AS RESPONSABILIDADES DEVIDAS, DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE BALSAS (MA), QUE TEVE COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS (MA), CNPJ Nº 06.441.430/0001-25 DE ACORDO COM ART MA 20210481770, AFIRMO O QUE CONSTA.**, (Conforme firmado), em conformidade com os prazos e normas contratuais. Laudo de responsabilidade técnica do Engº Civil, AURELIO NICARETTA NETO CREA Nº **1116214806.**

Laudo Tecnico da **ART n.º MA 20230617667.**

Balsas (MA), 13 de fevereiro 2023.

Aurélio Nicaretta Neto
Engenheiro Civil
CREA MA 1116214806
Matrícula 8417-1

AURÉLIO NICARETTA NETO
CPF: 018.433.633-30
Engenheiro Civil
RN: 1116214806

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 880942/2023, emitida em 23/03/2023

Certidão nº 880942/2023
03/04/2023 13:48
Chave de impressão 922eWW
O documento neste ato rejeitado foi emitido em 16/03/2023 e contém 1 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

894215/2023

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
Registro: **46660 MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20200371858** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 26/10/2020 Baixada em: 18/09/2023
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS** CPF/CNPJ: **06.080.394/0001-11**
Endereço do contratante: RUA RUI BARBOSA Nº: 125
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Contrato: 234/2020 Celebrado em: 08/10/2020
Valor do contrato: R$ 660.933,49 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA QUATRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Coordenadas Geográficas: -6.962371, -46.167249
Data de início: 13/10/2020 Conclusão efetiva: 06/04/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS CPF/CNPJ: 06.080.394/0001-11

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO #**A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 647,68 metro quadrado; 1 - **ATUACAO #**A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 26,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 26,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 108,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**C1213 - ESTRUTURAS METALICAS 53 - EXECUCAO 647,68 metro quadrado;

Observações

CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA

Número da ART: **MA20210426963** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 10/06/2021 Baixada em: 18/09/2023
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS** CPF/CNPJ: **06.080.394/0001-11**
Endereço do contratante: RUA RUI BARBOSA Nº: 125
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Contrato: 234/2020 Celebrado em: 08/10/2020
Valor do contrato: R$ 660.933,49 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: AVENIDA QUATRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Coordenadas Geográficas: -6.962371, -46.167249
Data de início: 13/10/2020 Conclusão efetiva: 08/09/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS CPF/CNPJ: 06.080.394/0001-11

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO #**A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 647,68 metro quadrado; 1 - **ATUACAO #**A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 26,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 26,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 108,00 Pontos; 1 - **ATUACAO #**C1213 - ESTRUTURAS METALICAS 53 - EXECUCAO 647,68 metro quadrado;

Observações

REFRENTE AO 1º ADITIVO CONTRATUAL DA CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
894215/2023
Atividade concluída

Número da ART: **MA20210474073** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 16/11/2021 Baixada em: 18/09/2023
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS** CPF/CNPJ: **06.080.394/0001-11**
Endereço do contratante: RUA RUI BARBOSA Nº: 125
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Contrato: 234/2020 Celebrado em: 08/10/2020
Valor do contrato: R$ 660.933,49 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: AVENIDA QUATRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Coordenadas Geográficas: -6.982371, -46.167249
Data de início: 13/10/2020 Conclusão efetiva: 08/03/2022
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS CPF/CNPJ: 06.080.394/0001-11

Atividade Técnica: **1 - ATUACAO #A0110** - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 647.68 metro quadrado; **1 - ATUACAO #A0435** - INSTALAÇÕES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 26.00 Pontos; **1 - ATUACAO #A0436** - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 26.00 Pontos; **1 - ATUACAO #E1106** - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 108.00 Pontos; **1 - ATUACAO #C1213** - ESTRUTURAS METALICAS 53 - EXECUCAO 647.68 metro quadrado;

Observações

REFERENTE AO 2º ADITIVO CONTRATUAL DA CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA

Número da ART: **MA20230084882** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 14/09/2023 Baixada em: 18/09/2023
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS** CPF/CNPJ: **06.080.394/0001-11**
Endereço do contratante: RUA RUI BARBOSA Nº: 125
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Contrato: 234/2020 Celebrado em: 08/10/2020
Valor do contrato: R$ 660.933,49 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA QUATRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Coordenadas Geográficas: -6.982371, -46.167249
Data de início: 13/10/2020 Conclusão efetiva: 08/09/2022
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS CPF/CNPJ: 06.080.394/0001-11

Atividade Técnica: **16 - Execução** ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS 49 - Execução de obra 108.00 Pontos; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1.1.8 - DE IMÓVEIS 49 - Execução de obra 647.68 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ÁGUA 49 - Execução de obra 26.00 Pontos; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.5 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ESGOTO 49 - **Execução de obra** 26.00 Pontos; **16 - Execução** ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO 49 - Execução de obra 647.68 metro quadrado;

Observações

REFERENTE AO 3º ADITIVO CONTRATUAL DA CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA

Número da ART: **MA20230686184** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 18/09/2023 Baixada em: 18/09/2023
Forma de registro: COMPLEMENTAR Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA**

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
894215/2023
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS** CPF/CNPJ: **06.080.394/0001-11**
Endereço do contratante: RUA RUI BARBOSA Nº: 125
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Contrato: 234/2020 Celebrado em: 08/10/2020
Valor do contrato: R$ 660.933,49 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA QUATRO Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORTALEZA DOS NOGUEIRAS UF: MA CEP: 65805000
Coordenadas Geográficas: -6.952371, -46.167249
Data de início: 13/10/2020 Conclusão efetiva: 06/03/2023
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS CPF/CNPJ: 06.080.394/0001-11

Atividade Técnica: **16 - Execução** ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS 49 - Execução de obra 108,00 Pontos; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1.1.9 - DE IMÓVEIS 49 - Execução de obra 647,68 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ÁGUA 49 - Execução de obra 26,00 Pontos; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.5 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ESGOTO 49 - Execução de obra 26,00 Pontos; **16 - Execução** ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO 49 - Execução de obra 647,68 metro quadrado;

Observações

REFRENTE AO 4º ADITIVO CONTRATUAL DA CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 894215/2023
20/09/2023, 09:21
3xZZ5

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Foi(ram) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 3xZZ5

Prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras
GOVERNANDO COM O POVO

426

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS E A QUEM INTERESSAR, QUE NOS FORAM PRESTADOS COM BOM DESEMPENHO E NADA TENDO QUE DESABONE A CONDUTA DO PRESTADOR, OS SERVIÇOS DESCRITOS ABAIXO E COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

DADOS DA OBRA:
LOCAL DE REALIZAÇÃO: AVENIDA QUATRO, S/N, CENTRO, FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA).
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 13/10/2020 A 08/03/2023.

DADOS DO CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA).
CNPJ: 06.080.394/0001-11
ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, Nº 125, CENTRO, FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA)

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA).
CNPJ: 06.080.394/0001-11
ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, Nº 125, CENTRO, FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA)

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:
CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 10.895.537/0001-10
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2 – CENTRO, BALSAS (MA).

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
ENGENHEIRO CIVIL
RNP Nº: 1107694299

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL EM FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA CONTRATO DE REPASSE Nº 870588/2018-MTUR/CAIXA, EXECUTADOS ATÉ A PRESENTE DATA CONFORME PLANILHA DE QUANTITATIVOS ABAIXO:

Item	Codigo	Banco	Descrição	Und	Quant.
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	6,00
2			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		
2.1	001	Proprio	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	MÊS	6,00

Wilton Cardoso de S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 111804809-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 894215/2023, emitida em 20/09/2023

Certidão nº 894215/2023
20/09/2023, 09:27
Chave de impressão: 3aZZb
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/09/2023 e contém 7 folhas

Prefeitura Fortaleza dos Nogueiras
GOVERNANDO COM O POVO

479

3			**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO**		
3.1	002	Proprio	MOBILIZAÇÃO	UND	1,00
3.2	002	Proprio	DESMOBILIZAÇÃO	UND	1,00
4			**TERRAPLENAGEM**		
4.1	73822/002	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M²	986,00
4.2	74154/001	SINAPI	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS 347 HP E CAÇAMBA 6M3, DMT 50 A 200M	M³	690,20
4.3	74153/001	SINAPI	ESPALHAMENTO MECANIZADO (COM MOTONIVELADORA 140 HP) MATERIAL 1A. CATEGORIA	M³	690,20
4.4	41722	SINAPI	COMPACTAÇÃO MECANICA A 100% DO PROCTOR NORMAL - PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³	690,20
5			**MOVIMENTO DE TERRA**		
5.1	92328	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M³	106,46
5.2	94097	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M³	152,08
5.3	96995	SINAPI	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M³	45,62
6			**INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA**		
6.1	95467	SINAPI	ALICERSE EM PEDRA	M³	60,93
6.2	95957	SINAPI	BLOCO DE CONCRETO ARMADO	M³	11,95
6.3	95957	SINAPI	VIGA BALDRAME DE CONCRETO ARMADO INFERIOR	M³	11,42
6.4	95957	SINAPI	VIGA COBERTURA DE CONCRETO ARMADO SUPERIOR	M³	11,42
6.5	95957	SINAPI	PILAR DE CONCRETO ARMADO	M³	8,88
6.6	74202/002	SINAPI	LAJE PRE-MOLDADA P/PISO, SOBRECARGA 200KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC. FCK=20MPA, 4CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M²	16,19
7			**PAREDES E PAINEIS**		
7.1	87519	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M²	1109,55
7.2	93187	SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	22,00
7.3	93197	SINAPI	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	23,90
8			**REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFICIES**		
8.1	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	2239,11
8.2	96486	SINAPI	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M²	261,95
9			**PINTURAS**		
9.1	88485	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M²	2239,11
9.2	88497	SINAPI	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	2239,11

Wilton Cardoso da S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 071680609-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 894215/2023, emitida em 20/09/2023

Certidão nº: 894215/2023
20/09/2023, 09:27
Chave de Impressão: 3xZZ5
O documento nesta ato registrado foi emitido em 19/09/2023 e contém 7 folhas

4374

Prefeitura de Fortaleza dos Nogueiras

9.3	88489	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	2219,11
9.4	73739/001	SINAPI	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS	M²	41,58
10			**ESQUADRIAS, FERRAGENS E VIDROS**		
10.1	90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	12,00
10.2	008	Próprio	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 100 X 210 CM, ESP = 35 MM, NÚCLEO SARRAFIADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAZ PARA VERNIZ	UND	7,00
10.3	90843	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	5,00
10.4	94582	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER, 2 FOLHAS, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, COM VIDROS, PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	12,33
10.5	94586	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO 4 FOLHAS, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, COM VIDROS, PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	3,78
10.6	72120	SINAPI	VIDRO TEMPERADO INCOLOR, ESPESSURA 10MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO INCLUSIVE MASSA PARA VEDACAO	M²	4,32
10.7	74136/005	SINAPI	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA, LARGA COM ACABAMENTO GALVANIZADO NATURAL	M²	18,39
11			**PISO**		
11.1	87620	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_06/2014	M²	623,44
11.2	72136	SINAPI	PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTENCIA, ESPESSURA 8MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO PLASTICAS E POLIMENTO MECANIZADO	M²	539,88
11.3	89171	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO GRÉS DE DIMENSÕES 35X35 CM, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	M²	83,56
11.4	003	Próprio	PISO TÁTIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25X25 CM, ESP=5MM	M²	40,50
12			**COBERTURA**		
12.1	92580	SINAPI	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	601,24
12.2	92629	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 12 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_12/2015	UN	8,00
12.3	94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	601,24
12.4	94227	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	79,40

Engenheiro Civil
CREA-MA 061340

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 894215/2023, emitida em 20/09/2023.

Certidão nº 894215/2023, 20/09/2023, 09:27
Chave de Impressão: 3kZZ5
O documento nesta ato registrado foi emitido em 19/05/2023 e contém 7 folhas

Prefeitura Fortaleza dos Nogueiras
GOVERNANDO COM O POVO

12.5	94450	SINAPI	RUFO EM FIBROCIMENTO PARA TELHA ONDULADA E = 6 MM, ABA DE 26 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	32,00
12.6	007	Proprio	PEITORIL EM MÁRMORE POLIDO, BRANCO COMUM, L = *15*CM, ESP = *2,0* CM, COM PINGADEIRA	M	79,40
13			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
13.1	68056	SINAPI	CAIXA DE PROTECAO PARA MEDIDOR MONOFASICO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,00
13.2	74131/004	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
13.3	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	669,02
13.4	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	55,10
13.5	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	120,20
13.6	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	678,41
13.7	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	55,10
13.8	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	120,20
13.9	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	314,41
13.10	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	388,75
13.11	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	49,40
13.12	91854	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	481,06
13.13	91846	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	9,25
13.14	91868	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	10,87
13.15	91867	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	31,55
13.16	97617	SINAPI	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE T10 DE 20/40 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017_P	UN	35,00
13.17	93045	SINAPI	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00

Wilton Cardoso da S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 711004909-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 394215/2023, emitida em 20/09/2023

Certidão nº 394215/2023
20/09/2023 00:27
Chave de impressão: 3xZZ6
O documento inserido ao registrado foi emitido em 19/09/2023 e contém 7 folhas

13.18	92035	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) E 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	13,00
13.19	92033	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	2,00
13.20	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	14,00
13.21	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	19,00
13.22	97866	SINAPI	CAIXA SEXTAVADA 3" X 3", METÁLICA, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	37,00
13.23	83366	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 15X15X10CM (SOBREPOR), FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
13.24	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,20 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	19,00
13.25	91942	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	14,00
13.26	91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	4,00
13.27	97601	SINAPI	REFLETOR EM ALUMÍNIO COM SUPORTE E ALÇA, LÂMPADA 250 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	3,00
13.28	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	5,00
13.29	93663	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	8,00
13.30	93660	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	11,00
13.31	93666	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	4,00
13.32	93673	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	1,00
13.33	74130/0005	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 60 A 100A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	7,00
13.34	004	Proprio	DPS CLASSE II - 30Ka	UND	10,00
13.35	005	Proprio	DPS CLASSE II - 45Ka	UND	6,00
14			INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS		
14.1	98068	SINAPI	TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1,4 X 3,2 X 1,8 M, VOLUME ÚTIL: 6272 L (PARA 32 CONTRIBUINTES). AF_05/2018	UN	1,00
14.2	98078	SINAPI	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8 X 1,4 X 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 13,2 M² (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_05/2018	UN	1,00
14.3	88503	SINAPI	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00
14.4	91785	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	65,16

Vitron Cardoso da S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 111904809-D

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 894215/2023, emitida em 20/09/2023

Certidão nº 894215/2023
20/09/2023 09:27
Chave de Liberação: 3a725
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/09/2023 e contém 7 folhas

Prefeitura Fortaleza dos Nogueiras
GOVERNANDO COM O POVO

14.5	91787	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 40 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	25,87
14.6	91786	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	22,06
14.7	89987	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	6,00
14.8	94495	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	3,00
14.9	94496	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	2,00
14.10	89985	SINAPI	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_12/2014	UN	2,00
14.11	40729	SINAPI	VALVULA DESCARGA 1.1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
14.12	74234/001	SINAPI	MICTORIO SIFONADO DE LOUCA BRANCA COM PERTENCES, COM REGISTRO DE PRESSAO 1/2" COM CANOPLA CROMADA ACABAMENTO SIMPLES E CONJUNTO PARA FIXACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
14.13	91792	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO). INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	29,71
14.14	91793	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO). INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	33,73
14.15	91795	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES. FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	37,77
14.16	95472	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	UN	2,00
14.17	86932	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	8,00
14.18	89707	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	5,00
14.19	74166/001	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	5,00
14.20	000	Próprio	ASSENTO PLÁSTICO CONVENCIONAL	UNID	10,00

Anton Cardoso da S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 111804809-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8942152023 emitida em 20/09/2023

Certidão nº 8942152023
20/09/2023, 09:27
Chave de impressão: 3x225
O documento neste ato registrado foi emitido em 19/09/2023 e contem 7 folhas

4796

Fortaleza dos Nogueiras
GOVERNANDO COM O POVO

15			**COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO**		
15.1	83635	SINAPI	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 6KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00
15.2	97599	SINAPI	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	12,00
15.3	97051	SINAPI	SINALIZAÇÃO COM FITA FIXADA NA ESTRUTURA. AF_11/2017	M	16,00
15.4	12338	ORSE	PLACA DE INDICATIVA DE "EXTINTOR" EM PVC, DIM. 20 X 20 CM	UN	4,00
16			**SPDA**		
16.1	98111	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_05/2018	UN	20,00
16.2	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	10,00
16.3	96989	SINAPI	CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	35,00
16.4	72253	SINAPI	CABO DE COBRE NU 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	270,00
16.5	72254	SINAPI	CABO DE COBRE NU 50MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	140,00
16.6	11132	ORSE	PRESILHA DE LATÃO, L=20MM, PARA FIXAÇÃO DE CABOS DE COBRE, FURO D=5MM, PARA CABOS 35MM² A 50MM², REF.TEL-744 OU SIMILAR (SPDA)	UN	66,00
16.7	96084	SINAPI	ELETRODUTO PVC, 40MM (1.1/4) PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	30,00
17			**CALÇADA DE CONTORNO**		
17.1	94996	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	M²	300,00
17.2	85179	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA SÃO CARLOS EM LEIVAS	M²	6,30

FORTALEZA DOS NOGUEIRAS (MA), 12 DE SETEMBRO DE 2023.

Secretário de Administração e Planejamento e Finanças
Neurivan Pinheiro dos Santos
CPF nº: 280.372.193-72

Wilton Cardoso da S. Jorge
Engenheiro Civil
CREA-MA 111809809-5

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 884215/2023, emitida em 20/09/2023

Certidão nº 884215/2023
20/09/2023 - 08:27
Chave de impressão: 3kZZ5
O documento neste ato registrado foi emitido em "20/09/2023 e contém 7 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
857971/2021
Atividade concluída

480

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **45660 MA MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210454770** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 20/09/2021 Baixada em: 14/12/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA** CPF/CNPJ: **07.634.590/0001-53**
Endereço do contratante: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK Nº: 1545
Complemento: CONJ. 48 ANDAR 4, Bairro: VILA NOVA CONCEIÇÃO
Cidade: SÃO PAULO UF: SP CEP: 04543907
Contrato: Celebrado em: 30/06/2021
Valor do contrato: R$ 300.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: SEM DEFINIÇÃO FAZENDA METROPOLITANA - PARTE 8 Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: SÃO FÉLIX DE BALSAS UF: MA CEP: 65890000
Coordenadas Geográficas: -7.610131, -45.025476
Data de início: 15/09/2021 Conclusão efetiva: 06/11/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA CPF/CNPJ: 07.634.590/0001-53

Atividade Técnica: **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS 49 - Execução de obra 432,64 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #TOS_1.2.3 - DE APLICAÇÃO DE CONCRETO 49 - Execução de obra 400,00 metro quadrado;

Observações

EXECUÇÃO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ALOJAMENTO E OFICINA DA FAZENDA METROPOLITANA DO GRUPO SIERENTZAGRO

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 857971/2021
15/12/2021, 13:09
z35bB

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade desse Conselho a verificação de atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave: z35bB

Sierentz AGRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS E A QUEM INTERESSAR, QUE NOS FORAM PRESTADOS COM BOM DESEMPENHO E NADA TENDO QUE DESABONE A CONDUTA DO PRESTADOR, OS SERVIÇOS DESCRITOS ABAIXO E COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

DADOS DA OBRA:
LOCAL DE REALIZAÇÃO: FAZENDA METROPOLITANA - PARTE 5, S/N – ZONA RURAL, SÃO FÉLIX DE BALSAS (MA) CEP: 65.890-000.
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 15/09/2021 ate 06/11/2021

DADOS DO CONTRATANTE:
SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA
CNPJ: 07.634.590/0001-53
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, Nº 1545, CONJ. 48 ANDAR 4 – VILA NOVA CONCEIÇÃO, SÃO PAULO (SP) CEP: 04543907.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:
CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 10.895.537/0001-10
ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2 – CENTR, BALSAS (MA)
CEP: 65.800-000

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
José do Carmo Meireles Cardoso
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 110769429-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS:
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ALOJAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E DO GALPÃO DA OFICINA DA FAZENDA METROPOLITANA, CONFORME PLANILHA DE QUANTITATIVOS EM ANEXO:

PLANILHA DE QUANTITATIVOS

Item	Código	Banco	Descrição	UND	Quant.
1			**REFORMA DO PRÉDIO DE ALOJAMENTO DA FAZENDA METROPOLITANA**		
1.1			**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**		
1.1.1	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	125,00
1.1.2	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	3,00

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021, 17:41
Chave de impressão: 23866
O documento nesta ela registrado foi emitido em 14/12/2021 e contém 8 folhas

Sierentz

1.1.3	INS 01	Proprio	ART	UN	1,00
1.2			**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.2.1	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	2,05
1.2.2	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	36,90
1.2.3	97645	SINAPI	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	13,50
1.2.4	97660	SINAPI	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELETRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	UN	67,00
1.3			**ALVENARIA DE VEDAÇÃO**		
1.3.1	87496	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	M²	18,18
1.3.2	93188	SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	4,00
1.4			**PAVIMENTAÇÃO**		
1.4.1	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M²	1,85
1.5			**COBERTURA E FORRO**		
1.5.1	92542	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE MAIS QUE 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	42,00
1.5.2	100359	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MEIA TESOURA DE MADEIRA NÃO APARELHADA, COM VÃO DE 4 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	3,00
1.5.3	94204	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	42,00
1.5.4	94231	SINAPI	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	6,60
1.5.5	92778	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	50,63
1.5.6	102476	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	0,60
1.5.7	96486	SINAPI	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M²	253,80
1.6			**REVESTIMENTOS**		
1.6.1	87905	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M²	37,42

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021, 17:41
Chave de impressão: J5BB

O documento nesta ato registrado foi emitido em 14/12/2021 e contém 8 folhas

Sierentz

1.6.2	87530	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	37,42
1.6.3	87272	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M²	25,69
1.7			**PINTURA**		
1.7.1	88487	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	1188,60
1.8			**ESQUADRIAS**		
1.8.1	94807	SINAPI	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	16,00
1.8.2	91338	SINAPI	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRI, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M²	6,48
1.8.3	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M²	13,20
1.8.4	94559	SINAPI	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M²	0,72
1.9			**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**		
1.9.1	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	500,00
1.9.2	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	300,00
1.9.3	101880	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO PARA 30 DISJUNTORES DIN 150A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00
1.9.4	97592	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 12/13 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	34,00
1.9.5	92064	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	42,00
1.9.6	92033	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	10,00
1.9.7	91955	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	11,00
1.9.8	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	6,00
1.9.9	93665	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021, 17:41
Chave de impressão: 235b8
O documento neste ato registrado foi emitido em 14/12/2021 e contem 8 folhas

Sierentz

1.9.10	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	2,00
1.9.11	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	14,00
1.10			**INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIA**		
1.10.1	89957	SINAPI	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. AF_12/2014	UN	12,00
1.10.2	052951	SBC	CAIXA DE PASSAGEM	UN	2,00
1.10.3	98055	SINAPI	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 10009,8 L (PARA 60 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	UN	1,00
1.10.4	98064	SINAPI	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 25 M² (PARA 10 CONTRIBUINTES) AF_12/2020	UN	1,00
1.10.5	1683	ORSE	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 100 MM (VASO SANITÁRIO)	PT	5,00
1.10.6	1678	ORSE	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 50 MM (PIAS DE COZINHA, MÁQUINAS DE LAVAR, ETC)	UN	3,00
1.10.7	1679	ORSE	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 40 MM (LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS, RALOS SIFONADOS, ETC)	UN	6,00
1.10.8	89708	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00
1.10.9	102264	SINAPI	TUBO DE PVC BRANCO PARA REDE COLETORA DE ESGOTO CONDOMINIAL DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	20,00
1.10.10	86885	SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00
1.11			**LOUÇAS E METAIS**		
1.11.1	4506	ORSE	CHUVEIRO PLÁSTICO GRANDE	UN	4,00
1.11.2	86915	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00
1.11.3	86914	SINAPI	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00
1.11.4	86932	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,000
1.12			**PIAS, BANCADAS E DIVISÓRIAS**		
1.12.1	86889	SINAPI	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00
1.12.2	86901	SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00

Fernando Andre Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021, 17:41
Chave de impressão: 23ddl

O documento nesta ata registrado foi emitido em 14/12/2021 e contem 5 folhas

Sierentz

1.12.3	86928	SINAPI	TANQUE DE MARMORE SINTETICO SUSPENSO, 22L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE PLÁSTICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00
1.13			LIMPEZA DA OBRA		
1.13.1	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	432,64
2			REFORMA DO GALPÃO DA OFICINA DA FAZENDA METROPOLITANA		
2.1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1.1	97639	SINAPI	REMOÇÃO DE PLACAS E PILARETES DE CONCRETO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	42,52
2.1.2	97626	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,57
2.1.3	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,19
2.1.4	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	9,18
2.1.5	94342	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	20,47
2.1.6	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	10,42
2.2			PAVIMENTAÇÃO		
2.2.1	97113	SINAPI	APLICAÇÃO DE LONA PLÁSTICA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS DE CONCRETO. AF_11/2017	M²	400,00
2.2.2	92915	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	1200,00
2.2.3	97095	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA, PARA ESPESSURA DE 15 CM - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2017	M²	40,00
2.2.4	11.20.050	CPOS	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	M	240,00
2.2.5	97097	SINAPI	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2017	M²	400,00
2.2.6	87259	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014	M²	9,00
2.3			SUPERESTRUTURA		
2.3.1	92778	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	342,22
2.3.2	92433	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO DUPLO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	16,80

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 85797/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 85797/2021
15/12/2021, 17:41
Chave de Impressão: #3668
O documento nesta ato registrado foi emitido em 15/12/2021 e contém 8 folhas

Sierentz

2.3.3	92718	SINAPI	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M³	1,26
2.3.4	87523	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M²	81,15
2.4			**COBERTURA**		
2.4.1	96486	SINAPI	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M²	51,00
2.5			**REVESTIMENTOS**		
2.5.1	87905	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M²	100,20
2.5.2	87530	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	172,80
2.5.3	87275	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014	M²	18,03
2.6			**PINTURA**		
2.6.1	88487	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	100,20
2.7			**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**		
2.7.1	101879	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00
2.7.2	93661	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	10,00
2.7.3	101892	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	5,00
2.7.4	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	150,00
2.7.5	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	400,00
2.7.6	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	200,00
2.7.7	93146	SINAPI	PONTO DE ILUMINAÇÃO E TOMADA, RESIDENCIAL, INCLUINDO INTERRUPTOR PARALELO E TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_01/2016	UN	15,00

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 85797/1/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 85797/1/2021
15/12/2021 17:41
Chave de Impressão: 23588
O documento neste ato registrado foi emitido em 14/12/2021 e contém 8 folhas

Sierentz

2.7.8	97589	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	15,00
2.7.9	101666	SINAPI	REFLETOR RETANGULAR FECHADO, COM LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	4,00
2.7.10	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN	2,00
2.8			**INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS**		
2.8.1	89957	SINAPI	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. AF_12/2014	UN	2,00
2.8.2	86887	SINAPI	ENGATE FLEXÍVEL EM INOX, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00
2.8.3	98052	SINAPI	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	UN	1,00
2.8.4	1683	ORSE	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 100 MM (VASO SANITÁRIO)	PT	1,00
2.8.5	1679	ORSE	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 40 MM (LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS, RALOS SIFONADOS, ETC)	UN	1,00
2.8.6	89708	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	1,00
2.8.7	102264	SINAPI	TUBO DE PVC BRANCO PARA REDE COLETORA DE ESGOTO CONDOMINIAL DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	10,00
2.8.8	97955	SINAPI	CAIXA COM GRELHA DUPLA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,5X2,2X1 M. AF_12/2020	UN	1,00
2.9			**ESQUADRIAS**		
2.9.1	68054	SINAPI	PORTÃO DE FERRO EM CHAPA GALVANIZADA PLANA 14 GSG	M²	5,25
2.9.2	94807	SINAPI	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO, 87X210CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00
2.9.3	94559	SINAPI	JANELA DE AÇO TIPO BASCULANTE PARA VIDROS, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M²	0,24
2.9.4	94573	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M²	2,20
2.10			**LOUÇAS / METAIS / BANCADAS**		
2.10.1	86931	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857/71/2021 emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857/71/2021
15/12/2021 17:41
Chave de Impressão: 235c8
O documento neste ato registrado foi emitido em 14/10/2021 e contém 8 folhas

Sierentz

2.10.2	86900	SINAPI	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU ¾", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00
2.10.3	16759	ORSE	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, E=2CM	M²	1,50
2.10.4	86901	SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00
2.11			**LIMPEZA FINAL**		
2.11.1	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	450,00

Balsas (MA), 16 de novembro de 2021.

Eng. Danilo Casparete
Diretor de Engenharia
SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA

SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA
CNPJ: 01.634.590/0001-53

Fernando Aguiar Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1106545297



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021 17:41
Chave de impressão 23bb8
O documento nesse site regular após foi emitido em 14/12/2021 e contém 6 folhas

4344

LAUDO TÉCNICO

Atesto para os devidos fins que a empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ, sob o nº 10.895.537/0001-10, estabelecida na Avenida José Bernardino, nº 50, sala A, Andar 2 – Centro, Balsas – MA CEP: 65.800-000, **O LAUDO CONFIRMA O SERVIÇO QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO ENG. CIVIL JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, COM O CREA Nº 110769429-9. REALIZOU OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, OBEDECENDO AS RESPONSABILIDADES DEVIDAS, DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ALOJAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E DO GALPÃO DA OFICINA DA FAZENDA METROPOLITANA, SITUADA NA PARTE 5, S/N, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIZ DE BALSAS (MA), DE PROPRIEDADE DA SIRENTZ AGRO BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ nº **07.634.590/0001-53**, (Conforme firmado), em conformidade com os prazos (15/09/2021 à 06/11/2021) e normas contratuais. Laudo de responsabilidade técnica do Engº Civil, FERNANDO ANDRÉ COSTA CORREA, CREA-Nº 1108545297.

Laudo Técnico da **ART n.º MA20210483287**

Balsas (MA), 13 de dezembro 2021.

Fernando André Costa Correa
Eng. Civil
CREA: 1108545297

FERNANDO ANDRÉ COSTA CORREA
ENGENHEIRO CIVIL
RN Nº 1108545297

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 857971/2021, emitida em 15/12/2021

Certidão nº 857971/2021
15/12/2021 17:41
Chave de Impressão 23593
O documento nesta ato registrado foi emitido em 14/12/2021 e contém 1 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

819137/2019

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO**
Registro: **1107694299MA** RNP: **1107694299**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20190284608** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 13/09/2019 Baixada em: 10/10/2019
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVIÇOS E PAVIMENTACAO EIRELI**

Contratante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE** CPF/CNPJ: **11.236.050/0001-99**
Endereço do contratante: RUA PADRE FRANCO Nº: 405
Complemento: LOTE 02, QUADRA 69, 2º PAVIMENTO, SALA 202 Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 322/2018 Celebrado em: 10/07/2018
Valor do contrato: R$ 320.713,62 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA
Ação institucional: Outras
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DOIS Nº: S/N
Complemento: Bairro: RESIDENCIAL VENEZA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Data de início: 16/07/2018 Conclusão efetiva: 10/11/2018
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE CPF/CNPJ: 11.236.050/0001-99

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** ATIVIDADES DE A.R.T. -> #A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 224.16 metro quadrado;

Observações

CONSTRUCAO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO RESIDENCIAL VENEZA - MUNICIPIO DE BALSAS (MA).

Número da ART: **MA20190284905** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 16/09/2019 Baixada em: 10/10/2019
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVIÇOS E PAVIMENTACAO EIRELI**

Contratante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE** CPF/CNPJ: **11.236.050/0001-99**
Endereço do contratante: RUA PADRE FRANCO Nº: 405
Complemento: LOTE 02, QUADRA 69, 2º PAVIMENTO, SALA 202 Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 322/2018 Celebrado em: 10/07/2018
Valor do contrato: R$ 320.713,62 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA
Ação institucional: Outras
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DOIS Nº: S/N
Complemento: Bairro: RESIDENCIAL VENEZA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Data de início: 16/07/2018 Conclusão efetiva: 10/01/2019
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE CPF/CNPJ: 11.236.050/0001-99

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** ATIVIDADES DE A.R.T. -> #A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 224.16 metro quadrado;

Observações

REFRENTE AO 1º ADITIVO DE PRAZO NA OBRA DE CONSTRUCAO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE, NO RESIDENCIAL VENEZA - MUNICIPIO DE BALSAS (MA).

Número da ART: **MA20190286612** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 18/09/2019 Baixada em: 10/10/2019
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUCOES SERVIÇOS E PAVIMENTACAO EIRELI**

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

819137/2019

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** CPF/CNPJ: **11.236.050/0001-99**
Endereço do contratante: RUA PADRE FRANCO Nº: 405
Complemento: LOTE 02, QUADRA 69, 2º PAVIMENTO, SALA 202 Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 322/2018 Celebrado em: 10/07/2018
Valor do contrato: R$ 320.713,62 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DOIS Nº: S/N
Complemento: Bairro: RESIDENCIAL VENEZA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Data de início: 16/07/2018 Conclusão efetiva: 10/05/2019
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CPF/CNPJ: 11.236.050/0001-99

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** ATIVIDADES DE A.R.T. -> #A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 224.16 metro quadrado

Observações

REFERENTE AO 2º ADITIVO DE PRAZO NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO RESIDENCIAL VENEZA - MUNICÍPIO DE BALSAS (MA).

Número da ART: **MA20190287097** Tipo da ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 30/09/2019 Baixada em: 10/10/2019
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSERPAV CONSTRUÇOES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇAO EIRELI**

Contratante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** CPF/CNPJ: **11.236.050/0001-99**
Endereço do contratante: RUA PADRE FRANCO Nº: 405
Complemento: LOTE 02, QUADRA 69, 2º PAVIMENTO, SALA 202 Bairro: CENTRO
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Contrato: 322/2018 Celebrado em: 10/07/2018
Valor do contrato: R$ 320.713,62 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DOIS Nº: S/N
Complemento: Bairro: RESIDENCIAL VENEZA
Cidade: BALSAS UF: MA CEP: 65800000
Data de início: 16/07/2018 Conclusão efetiva: 10/05/2019
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CPF/CNPJ: 11.236.050/0001-99

Atividade Técnica: 1 - **ATUACAO** ATIVIDADES DE A.R.T. -> #A0110 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS DIVERSOS 53 - EXECUCAO 224.16 metro quadrado

Observações

REFERENTE AO 3º ADITIVO DE PRAZO NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO RESIDENCIAL VENEZA - MUNICÍPIO DE BALSAS (MA)

Informações Complementares

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
819137/2019
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 819137/2019
15/10/2019, 11:51
4d4dy

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 4d4dy

986v

BALSAS

Continuando a crescer por natureza

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem interessar, que nos foram prestados com bom desempenho e nada tendo que desabone a conduta do prestador, os serviços descritos abaixo e com as seguintes características:

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

Local de realização:
Unidade Básica de Saúde no Residencial Veneza – Balsas - MA;
Período de realização: 16/07/2018 a 02/05/2019

DADOS DO CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.236.050/0001-99

DADOS DO PROPRIETÁRIO

MUNICÍPIO DE BALSAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.236.050/0001-99

DADOS DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 10.895.537/0001-10

DADOS DOS RESPONSAVEL TÉCNICO

José do Carmo Meireles Cardoso
Eng. Civil
CREA-MA nº 110769429-9

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS

Execução dos serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), conforme planilha de quantitativos em anexo.

Balsas, 02 de maio de 2019.

LUÍS FLÁVIO DE LIMA COELHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Sáde Silva Coelho
Eng. Civil

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
15/10/2019, 15:41
Chave de Impressão: 4d4dy
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/10/2019 e contém 5 folhas

BALSAS

PLANILHA DE QUANTITATIVOS			
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), NO RESIDENCIAL VENEZA			
ENDEREÇO: AVENIDA 2, S/N, RESIDENCIAL VENEZA - BALSAS (MA)			
DOTAÇÃO: 10.301.0062.3360.0000			
EMPRESA: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI CNPJ: 10.895.537/0001-10			
Item	Contrato		
	Discriminação	Und.	Quant.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA	M²	12,00
1.2	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUB RAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC DN25MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSO RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA AF_12/2014	UM	1,00
1.3	ENTRADA PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA TRIFÁSICA 40A EM POSTE MADEIRA	UM	1,00
1.4	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS AF_02/2016	M²	9,00
1.5	EXECUÇÃO DE ALMOXERIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS, AF_02/2016	M²	10,00
1.6	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,5M, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	224,16
1.7	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO, AF_02/2016	M²	9,00
1.8	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E=6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO 2X	M²	148,00
2.0	MOVIMENTO DE TERRAS PARA FUNDAÇÕES		
2.1	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA, AF_05/2016	M³	89,66
2.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS PARA VIGA BALDRAME COM PREVISÃO DE FORMA, AF_06/2017	M³	9,40
2.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE, AF_10/2017	M³	1,68
3.0	FUNDAÇÕES		
3.1	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO EM VIGAS BALDRAME, FCK 30MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO AF_06/2017	M³	4,32
3.2	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 5MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	267,32
3.3	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	61,70
3.4	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO EM VIGAS BALDRAME, FCK 30MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO AF_06/2017	M³	6,93
3.5	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIÂMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPAÇAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M²	1,12
3.6	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	M²	1,12

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
15/10/2019, 15:41
Chave de impressão: 4b4d2f
O documento nesse ato registrado foi emitido em 15/10/2019 e contem 9 folhas

BALSAS

3.7	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	24,80
3.8	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	1,00
4.0	**SUPERESTRUTURA**		
4.1	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BALDES EM EDIFICAÇÕES COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO AF_12/2015	M³	9,15
4.2	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	172,16
4.3	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 M M - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	475,00
4.4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREIT O SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	M²	40,60
4.5	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA LAJES PREMOLDADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MENOR OU IGUAL A 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M³	6,93
4.6	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	211,06
4.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 M M - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	414,62
4.8	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_12/ 2015	M²	31,50
4.9	VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	15,00
4.19	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M³	2,10
5.0	**SISTEMAS DE VEDAÇÃO VERTICAL INTERNO E EXTERNO (PAREDES)**		
5.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M²	605,78
5.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6MºSEM VÃOS E ARGAMASSA DE	M²	202,40

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019 emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
16/10/2019 15:41
Chave de impressão: e0HIy
O documento terá sua validade registrada no sistema em 15/10/2019 e contém 8 folhas

BALSAS

	ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014		
5.3	COBOGO DE CONCRETO (ELEMENTO VAZADO), 7X50X50CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA)	M²	2,50
6.0	**ESQUARIAS**		
6.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	14,00
6.2	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	2,00
6.3	PORTAO DE FERRO COM VARA 1/2", COM REQUADRO	M²	12,90
6.4	GRADE DE FERRO E,M BARRA CHATA 3/16"	M²	8,75
6.5	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS EM VIDRO TEMPERADO 10MM	M²	6,30
6.6	ALAMBRADO DE PROTEÇÃO PARA CADEIRANTE EM FERRO	M²	8,60
6.7	JANELA DE AÇO DE CORRER, 6 FOLHAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO SOBRE CONTRAMARCO (EXCLUSIVE CONTRAMARCO), COM VIDROS, PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	18,15
6.8	JANELA DE AÇO BASCULANTE, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, SEM VIDROS, PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	5,00
7.0	**SISTEMA DE COBERTURA**		
7.1	CUMEEIRA EM PERFIL ONDULADO DE ALUMÍNIO	M	24,74
7.2	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	48,41
7.3	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	21,04
7.4	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE	M²	224,15
7.5	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 8M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENO AF_12/2105	UN	7,00
7.6	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M²	224,15
8.0	**IMPERMEABILIZAÇÃO**		
8.1	IMPERMEABILIZACAO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA, DUAS DEMAOS	M²	87,00
9.0	**REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS**		
9.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	M²	1.564,47

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
16/10/2019, 15:41
Chave de impressão 4d4cy
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/10/2019 e contém 9 folhas

4880

BALSAS

9.2	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	72,02
9.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M²	1.087,65
9.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M²	72,02
9.5	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS. AF_05/2017_P	M²	212,59
10	**SISTEMAS DE PISOS INTERNOS E EXTERNOS (PAVIMENTAÇÃO)**		
10.1	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	M²	209,90
10.2	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M²	209,90
10.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO EM MADEIRA	M²	153,46
11	**PINTURA**		
11.1	EMASSAMENTO COM MASSA A OLEO, UMA DEMAO	M²	740,08
11.2	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	1.057,26
11.3	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	212,59
12	**INSTALAÇÃO HIDRÁLUCA**		
12.1	UBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	44,00
12.2	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	47,00
12.3	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	21,00
12.4	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	3,00
12.5	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 1, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	2,00
12.6	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 1 1/2, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00
12.7	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00

Gino Silva Coelho

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
15/10/2019, 15:41
Chave de impressão 4d4dy
O documento nesta via impressa foi emitido em 15/10/2019 e contém 8 folhas

BALSAS

12.8	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	2,00
12.9	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	8,00
12.10	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	14,00
12.11	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	4,00
12.12	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	16,00
12.13	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	4,00
12.14	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	6,00
12.15	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	2,00
12.16	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00
12.17	TÊ COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 1/2, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	8,00
12.18	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	4,00
12.19	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	UN	1,00
12.20	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UN	2,00
12.21	TORNEIRA DE BÓIA REAL, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDA E INSTALADA EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA. AF_06/2016	UN	2,00
13	**DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**		
13.1	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	18,00
13.2	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
13.3	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00
13.4	CAIXA DE AREIA 60X60X60CM EM ALVENARIA - EXECUÇÃO	UN	1,00
14	**INSTALAÇÃO SANITÁRIA**		
14.1	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	18,00
14.2	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	24,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
15/10/2019, 15:41
Chave de Impressão: 4d4dy
O documento resta ato registrado foi emitido em 11/10/2019 e contém 9 folhas

4894

BALSAS

14.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	42,00
14.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	8,00
14.5	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
14.6	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00
14.7	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	3,00
14.8	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
14.9	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	9,00
14.10	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	4,00
14.11	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	11,00
14.12	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS . AF_12/2014	UN	1,00
14.13	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRI O. AF_12/2014	UN	4,00
14.14	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12 /2014	UN	6,00
14.15	CAIXA DE GORDURA SIMPLES EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 40MM COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
14.16	CAIXA DE INSPEÇÃO 60X60X60CM EM ALVENARIA - EXECUÇÃO	UN	2,00
14.17	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTO COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVAÇÃO E CONFECÇÃO	UN	7,00
14.18	RALO SECO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	7,00
14.19	SUMIDOURO EM ALVENARIA DE TIJOLO CERAMICO MACICO DIAMETRO 1,20M E ALTURA 5,00M, COM TAMPA EM CONCRETO ARMADO DIAMETRO 1,40M E ESPESSURA 10CM	UN	1,00
14.20	FOSSA SÉPTICA EM ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO MACIÇO, DIMENSÕES EXTERNAS DE 1,90X1,10X1,40 M, VOLUME DE 1.500 LITROS, REVESTIDO INTERNAMENTE COM MASSA ÚNICA E IMPERMEABILIZANTE E COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 8 CM	UN	1,00

Sávio Silva Castro

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
16/10/2019, 16:41
Chave de impressão 4d4dy
O documento neste ato registrado foi emitido em 15/10/2019 e contem 9 folhas

BALSAS

15	**LOUÇAS E METAIS**		
15.1	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_12/2013	UN	2,00
15.2	BANCADA GRANITO CINZA POLIDO 0,50 X 0,60M, INCL. CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA 35 X 50CM, VÁLVULA METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL PVC, ENGATE 30CM FLEXÍVEL PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNEC. E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	10,00
15.3	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	4,00
15.4	BARRA DE APOIO ANGULAR, 60 CM, EM AÇO INOX POLIDO, DIÂMETRO MÍNIMO 3 CM	UN	4,00
15.5	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2016	UN	2,00
16	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - 220V**		
16.1	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 16 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,00
16.2	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1,00
16.3	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	23,00
16.4	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 35 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	14,00
16.5	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	162,00
16.6	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	154,00
16.7	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	32,00
16.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1.140,67
16.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	663,70
16.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	56,00
16.11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	117,20
16.12	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	23,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
16/10/2019, 15:41
Chave de Impressão: 4d4dy
O documento nesse ato registrado foi emitido em 11/10/2019 e contém 0 folhas

BALSAS

16.13	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	22,00
16.14	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2 015	UN	18,00
16.15	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	5,00
16.16	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 45 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	22,00
16.17	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA 65 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10,00
16.18	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, COM GRADE, PARA 1 LÂMPADA DE 15 W FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017	UN	4,00
17	**TAXAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL**		
17.1	ART DO CONTRATO	UN	1,00
17.2	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	360,00
17.3	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00
18	**SERVIÇOS FINAIS**		
18.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	224,16

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão vinculado à Certidão nº 819137/2019, emitida em 15/10/2019

Certidão nº 819137/2019
16/10/2019 15:41
Chave de impressão 41d4dy
O documento nesta ata registrado foi emitido em 15/10/2019 e contém 1 folhas

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 920636/2025
Emissão: 29/01/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: YCZ2C

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a)

Profissional: JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
Registro: 1107994299
CPF: *** 494.183-**

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 31/01/1987

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: xx
Data de Formação: 01/08/1985

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- **A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8306879473. Data de vencimento do boleto: 31/03/2025**
- **A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.**
- **CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.**
- **Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.**
- **Válido em todo território nacional.**

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA
Registro: 0000010337
CNPJ: 10.895.537/0001-10
Data Início: 29/01/2025
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/01/2028
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TECNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a Chave YCZ2C.
Impresso em: 29/01/2025 às 10:32:38 por: adapt, ip: 192.99.43.111

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 922432/2025
Emissão: 24/02/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: dz6c4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

492

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados ingressados nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais congações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 10.895.537/0001-10

Registro: 0000010337

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 2.000.000,00

Data do Capital: 10/06/2009

Faixa: 5

Objetivo Social: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS;
OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS;
COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS;
COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS;
USINAS DE COMPOSTAGEM;
CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA;
MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA;
CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO;
MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS;
CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA;
MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS;
OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (ESTRUTURAS COM TIRANTES, OBRAS DE CONTENCAO, CORTINAS DE PROTECAO, MUROS DE ARRIMO ETC.); SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS;
PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA;
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL;
ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE OBRAS, VIAS PUBLICAS, MAQUINAS INDUSTRIAIS, MEIOS DE TRANSPORTE ETC.);
CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS;

OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS;
OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS;
INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO;
OBRAS DE FUNDACOES;
SERVICOS DE ENGENHARIA;
ATIVIDADES PAISAGISTICAS;
SERVICOS DE ARQUITETURA;
GERACAO DE ENERGIA ELETRICA

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR SOMENTE NAS ÁREAS DA ENGENHARIA CIVIL NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

Endereço Matriz: AVENIDA JOSE BERNARDINO, 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO, BALSAS, MA, 65800000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 07/04/2010

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000010337EMMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- **A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais co quadro técnico.**

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave dz6c4
Impressa em: 24/02/2025 às 11:10:44 por: adapt, ip: 200.189.219.66

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 922432/2025
Emissão: 24/02/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: dz6c4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8305890073. Data de vencimento do boleto: 31/03/2025
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2024 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: FRANCISCO JOSE RIBEIRO GOMES
Registro: 1100216413
CPF: *** 952.153-**
Data Início: 17/04/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/03/2026
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUCAO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO
Registro: 1107594299
CPF: *** 494.183-**
Data Início: 29/01/2025
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/01/2028
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: JOSE WILSON LEAL JUNIOR
Registro: 1122301600
CPF: *** 040.513-**
Data Início: 29/02/2024
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/02/2027
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 07 DA RESOLUCAO 2018/1973 , DO CONFEA
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: LEONARDO DOS SANTOS SILVA
Registro: 1121244904
CPF: *** 618.013-**
Data Início: 18/10/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 05/10/2025
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART 7 DA RESOLUCAO 2018 1973
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: MARCELL GONÇALVES VILARINHO RIBEIRO
Registro: 1122831387
CPF: *** 714.623-**
Data Início: 31/01/2025
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 15/02/2028
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO MECÂNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: dz6c4
Impresso em: 24/02/2025 às 11:15:47 por: anon, ip: 200.188.219.66

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 922432/2025
Emissão: 24/02/2025
Validade: 31/03/2025
Chave: dz6c4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Atribuição: ART. 7 DA LEI FEDERAL N 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, E ART. 12, COMBINADO COM O ART. 25, DA RESOLUCAO 218 1973, DO CONFEA (CONSOLIDADAS CONFORME RESOLUCAO N 1.048, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 DO CONFEA)

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: ANDRE NATIVIDADE BATISTA

CPF: ***.912.773-**

Função: SOCIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/ com a chave: dz6c4
Impresso em: 24/02/2025 às 11:15:47 por: adapi, ip: 200.188.219.88

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

494

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME	MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
REGISTRO	MA-009108/O-6
CATEGORIA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF	***.523.363-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 12/02/2025 as 10:32:47.
Válido até: 13/05/2025.
Código de Controle: 436224.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

CONSERPAV

095

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONTATANTE: CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA, estabelecida no município de Balsas (MA), sediada na Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro, CEP: 65.800-000, inscrita no CNPJ nº 10.895.537/0001-10 neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 644.912.773-20, residente e domiciliado à Avenida Rio Balsas, nº 10 – Centro, Balsas (MA).

CONTRATADO: JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira Profissional Nº 110769429-9 inscrito no CPF nº 104.494.183-91, e carteira de Identidade nº 122770 SSP- MA, residente e domiciliado na Rua Barão de Itapary, Bl G. Ap 202, Bairro Centro – São Luís (MA).

Pelo presente instrumento particular de contrato de Prestação e de Responsabilidade Técnica, as partes acima qualificadas têm entre si justas e avençadas o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto

A **CONTRATANTE** firma o presente Contrato com o **CONTRATADO**, o qual se obriga a prestar à **CONTRATANTE** serviço profissional atinente à sua formação técnico-científica e habilitação profissional na área de ENGENHARIA CIVIL e a assumir RESPONSABILIDADE TÉCNICA perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA e outros que lhe exijam.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA Remuneração e Carga Horária

O **CONTRATADO** receberá o equivalente a R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), para uma jornada de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo

O prazo de validade deste contrato será de 24 de janeiro de 2025 até 15 de janeiro de 2028, podendo ser rescindido amigavelmente a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas Maranhão para dirimir as questões decorrentes deste contrato. E, por estarem justos e contratados, assinaram o presente contrato, em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Balsas (MA), 24 de janeiro de 2025.

JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391 Assinado de forma digital por JOSE DO CARMO MEIRELES CARDOSO:10449418391 Dados: 2025.01.24 13:53:55 -03'00'

JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO
CPF: 036.472.033-60

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Dados: 2025.01.24 13:54:19 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 620.246.983-87

APÓLICE DIGITAL

junto SEGUROS

496

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, **a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto** na página da Internet da **Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep/pt-br)** ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197, 3º Andar, CJ 302 – Jardim Botânico - CEP 80210-010 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **26/02/2025 11:53:30**

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0218365**

Proposta: **5105277**

Controle Interno (Código Controle): **416076654**

Nº de Registro SUSEP: **05436202500120775021836 5**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM/MA

CPF/CNPJ: 05.648.696/0001-80 PRAÇA GOMES DE SOUSA, S/N, BAIRRO CENTRO - CEP: 65.485-000 - ITAPECURU MIRIM - MA

DADOS DO TOMADOR: CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA

CPF/CNPJ: 10.895.537/0001-10 AV JOSE BERNARDINO 50 SL A AND, SALA A ANDAR 2, CENTRO - CEP: 65.800-000 - BALSAS - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Roque Jr. de H. Melo**

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Eduardo de O. Nobrega**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por Signatário(a): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 6EEB105114FCD7C8C534AF79175710071D6DB1C8 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 009F1E68A884DE5F540AD0

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto comercializados pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A consulta de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636071/2022-53 e nº 15414.636074/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 9301, deficiente auditivo 0800.742.0083. Ouvidoria: 0800.940.0301. http://www.consumidor.gov.br.

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0218365**
Proposta: **5105277**
Controle Interno (Código Controle): **416076654**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021836 5**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 30.681,88	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 30.681,88	28/02/2025	01/05/2025
Multas e Penalidades	R$ 30.681,88	28/02/2025	01/05/2025

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	05/03/2025	24207455	R$ 160,00

APÓLICE DIGITAL

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0218365**
Proposta: **5105277**
Controle Interno (Código Controle): **416076654**
N° de Registro SUSEP: **05436202500120775021836 5**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2025.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

APÓLICE DIGITAL

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

497v

LICITANTE

PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;

l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso;

m) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: **não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.**
5.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. Regulação do Sinistro: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

APÓLICE DIGITAL

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguinte hipóteses:
I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;
III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;
V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;

VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 **O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.**
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios remotos legais admitidos. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.

IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.

XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE DIGITAL

Instruções de Impressão
Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada

S01

Santander | 033-7 | Beneficiário: Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33

	Vencimento: 05/03/2025
	Nosso Número: 17033004
	Número do Documento: 24207455
	Agência / Código Beneficiário: 4849-6 / 8954380
Recibo do Pagador	(=) Valor do Documento: 160,00

Pagador
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA CNPJ: 10.895.537/0001-10
AV JOSE BERNARDINO 50 SL A AND 65800000 BALSAS, MA
Ref. emissão apólice 12-0775-0218365

Autenticação Mecânica

Sacador / Avalista

Corte na linha pontilhada

Santander | 033-7 | 03399.89543 38000.000174 03300.401019 6 10110000016000

Local de Pagamento: PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO SANTANDER					Vencimento: 05/03/2025
Beneficiário: Junto Seguros S.A. 84.948.157/0001-33					Agência / Código Beneficiário: 4849-6 / 8954380
Data do Documento: 26/02/2025	Número do Documento: 24207455	Espécie Doc.: NS	Aceite: N	Data do Processamento: 26/02/2025	Nosso Número: 17033004
Carteira: COBRANÇA SIMPLES - RCR	Espécie: REAL	Quantidade:		Valor Documento:	(=) Valor do Documento: 160,00

Instruções:
Junto Seguros S.A.. Após o vencimento cobrar 0,03% por dia de atraso. Não receber depois de 30 dias do vencimento previsto. Após esta data o Segurado da Apólice (Beneficiário) será notificado da pendência do pagamento. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento Financeiro através do e-mail: contasareceber@juntoseguros.com.

(-) Desconto
(-) Abatimento
(+) Mora
(+) Outros acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PAVIMENTACAO LTDA CNPJ: 10.895.537/0001-10
AV JOSE BERNARDINO 50 SL A AND 65800000 BALSAS, MA
Ref. emissão apólice 12-0775-0218365

Sacador / Avalista

Cod. Baixa

Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

Corte na linha pontilhada





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_26022025_115141_848**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2025.

26/02/2025 - BANCO DO BRASIL - 15:24:12
590705907 0004

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CONSERPAV C S P EIRELI
AGENCIA: 5907-2 CONTA: 5.351-1

BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

03399895433800000017403300401019610110000016000
BENEFICIARIO:
JUNTO SEGUROS S A
NOME FANTASIA:
JUNTO SEGUROS S A
CNPJ: 84.948.157/0001-33
BENEFICIARIO FINAL:
Junto Seguros SA
CNPJ: 84.948.157/0001-33
PAGADOR:
CONSERPAV CONSTRUCOES SERVICOS E PA
CNPJ: 10.895.537/0001-10

NR. DOCUMENTO	22.601
DATA DE VENCIMENTO	05/03/2025
DATA DO PAGAMENTO	26/02/2025
VALOR DO DOCUMENTO	160,00
VALOR COBRADO	160,00

NR.AUTENTICACAO F.B8D.D18.CFF.A55.90A

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

fls. 503

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

504

DECLARAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°01/2025

505

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.26 11:11:24 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°01/2025

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM AS NORMAS TRABALHISTAS

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** que se compromete a seguir as Normas Trabalhistas, tais como Formalização e Registros Contratuais e preverem um dimensionamento dos gastos com o meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção,e, acidentes de trabalho

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.26 11:11:07 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

CONSERPAV

206

DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** que de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320

Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.26 11:12:13 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** que de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.26 11:11:58 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII, ARTIGO 7° DA CF.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.° 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, n° 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR.** , sob as penalidades cabíveis que: Não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho, perigoso ou insalubre, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracteriza o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo doenquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas No disposto do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, relacionados no art. 62 da Lei n° 14.133/21;

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320 Dados: 2025.02.26 11:12:29 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

DECLARAÇÃO ÍNDICES ECONÔMICOS

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2025**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO / MA

ATESTO QUE, A EMPRESA **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, SITUADA À AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO – BALSAS (MA), ATENDE OS ÍNDICES ECONÔMICOS NOS TERMOS DO §1º, ART. 69 DA LEI 14.133/2021, CONFORME CAUCULO APRESENTADO NO SEU LIVRO DIÁRIO.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Data: 31/03/2025 14:45:03 -03:00
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242523.363-68
CRC: 9108/O-6 MA
Técnico Contábil

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

509

DECLARAÇÃO ÍNDICES ECONÔMICOS

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU / MA

ATESTO QUE, A EMPRESA **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, SITUADA À AVENIDA JOSÉ BERNARDINO, Nº 50, SALA A, ANDAR 2, CENTRO – BALSAS (MA), ATENDE OS ÍNDICES ECONÔMICOS NOS TERMOS DO §1º, ART. 69 DA LEI 14.133/2021, CONFORME CÁUCULO APRESENTADO NO SEU LIVRO DIÁRIO.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
Data: 24/02/2025 [illegible]
verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA DE LOURDES COSTA AROUCHA
CPF: 242523.363-68
CRC: 9108/O-6 MA
Técnico Contábil

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°01/2025

510

DECLARAÇÃO DE POSSUIR INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO E DISPONÍVEL PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de ITAPECURU MIRIM /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** CNPJ/MF N.° 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, n° 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** para os devidos fins que possui todo o aparelhamento e pessoal técnico qualificado para realização e execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.03.28 11:10:05 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº01/2025

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA SE RESPONSABILIZA POR TODOS OS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E DEMAIS ENCARGOS, INCLUSIVE, ACIDENTES DE TRABALHO

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** de que a empresa se responsabiliza de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.28 11:10:22 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº01/2025

DECLARAÇÃO FORMAL E EXPRESSA DO LICITANTE INDICANDO O RESPONSÁVEL TÉCNICO

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, que o responsável técnico detentor dos atestados de capacidade técnica e que irá administrar pessoalmente e diretamente os trabalhos, é o senhor: **JOSÉ DO CARMO MEIRELES CARDOSO, Engenheiro Civil, CREA Nº 110769429-9** na execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe.

Itapecuru mirim 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2025.01.10.0003
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº01/2025

DECLARAÇÃO, INFORMANDO QUE SE COMPROMETE A APRESENTAR, ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO, AS LICENÇAS DE OPERAÇÃO EXPEDIDAS POR ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE QUE AUTORIZEM A EMPRESA A EXECUTAR AS ATIVIDADES DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, NECESSÁRIOS A PERFEITA EXECUÇÃO DOSSERVIÇOS CONSTANTES DESTE EDITAL.

Senhor(a) Presidente da CPL do Município de Itapecuru Mirim /MA.

Ref: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**

Prezado(a) Senhor(a).

A empresa **CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** CNPJ/MF N.º 10.895.537/0001-10, situada à Avenida José Bernardino, nº 50, Sala A, Andar 2, Centro – Balsas (MA), vem, pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR,** que se compromete a apresentar, até a assinatura do contrato, as Licenças de Operação expedidas por órgão ambiental competente que autorizem a empresa a executar as atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, necessários a perfeita execução dos serviços constantes deste edital. na execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe.

Itapecuru Mirim (MA), 28 de fevereiro de 2025.

CONSERPAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA

ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Assinado de forma digital por ANDRE NATIVIDADE BAPTISTA:64491277320
Dados: 2025.02.28 11:10:58 -03'00'

ANDRÉ NATIVIDADE BAPTISTA
CPF: 644.912.773-20
Sócio Administrador

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.10.0003

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME – Nº 1

Aos 21 dias do mês de março de 2025, lavrei o presente **TERMO de ENCERRAMENTO,** deste Processo Administrativo para a realização da Concorrência Eletrônica, que tem como última folha a de nº 511, correspondente a este termo.

Hilana Lais do Lago Campelo

HILANA LAIS DO LAGO CAMPELO
Equipe de Apoio
Setor de Licitação